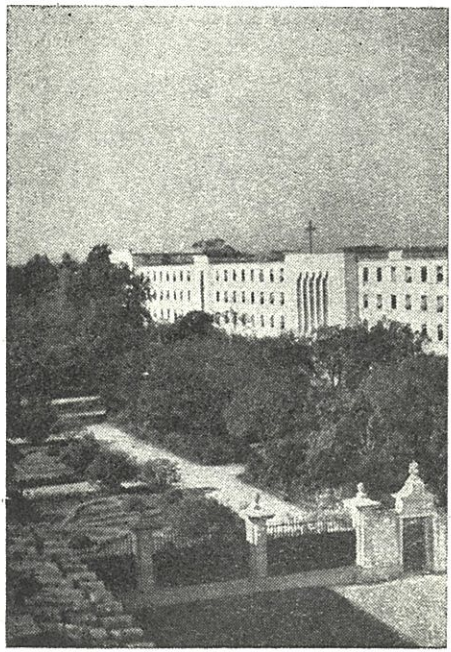
NOVELLAE OLIVARUM

NO 25.º ANO DO SEMINÁRIO DOS OLIVAIS



Três belíssimos albuns ilustrados

Daniel - Rops

Para dar a conhecer às crianças a História Sagrada, o ilustre escritor Daniel-Rops, da Academia Francesa, concebeu estes simples e atraentes albuns perfeitamente integrados no actual espírito de renovação bíblica.

HISTÓRIA SAGRADA DAS CRIANÇAS

40 páginas, todas ilustradas a cores por Marcel Huet, no formato 33 × 23,5, cartonado também a cores.

Uma obra que não carece de apresentação e que todas as crianças deveriam ler

Preço 55$00

OS MILAGRES DO FILHO DE DEUS

A colocar nas mãos de todas as crianças, que muito aproveitarão da sua leitura e das ilustrações a cores de Annie Vallotton.

Volume de 24 páginas, formato 31 × 23,5.

Preço 22$50

A B C DA CRIANÇA CRISTÃ

Obra interessante que as crianças apreciarão. Ilustrações a cores de Georges Eraun.

Volume de 24 páginas, todas as cores, no formato de 31 × 23,5.

Preço 22$50

Um livro de MARCELLE AUCLAIR

A GRANDE ALEGRIA ANUNCIADA ÀS CRIANÇAS

Precisamos de muitos livros deste género para a nossa infância, fadados a fazer-lhe um bem enorme.

Um volume de 124 páginas.

Preço 25$00

Qualquer destes livros constitui um óptimo prémio para as crianças
São editados pela EDITORA FLAMBOYANT, do Brasil
e distribuídos em exclusivo pela

S E T

Sociedade Editorial «O Trabalhador»

Rua António Maria Cardoso, 68 - 2.º — LISBOA

NOVELLAE OLIVARUM

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS

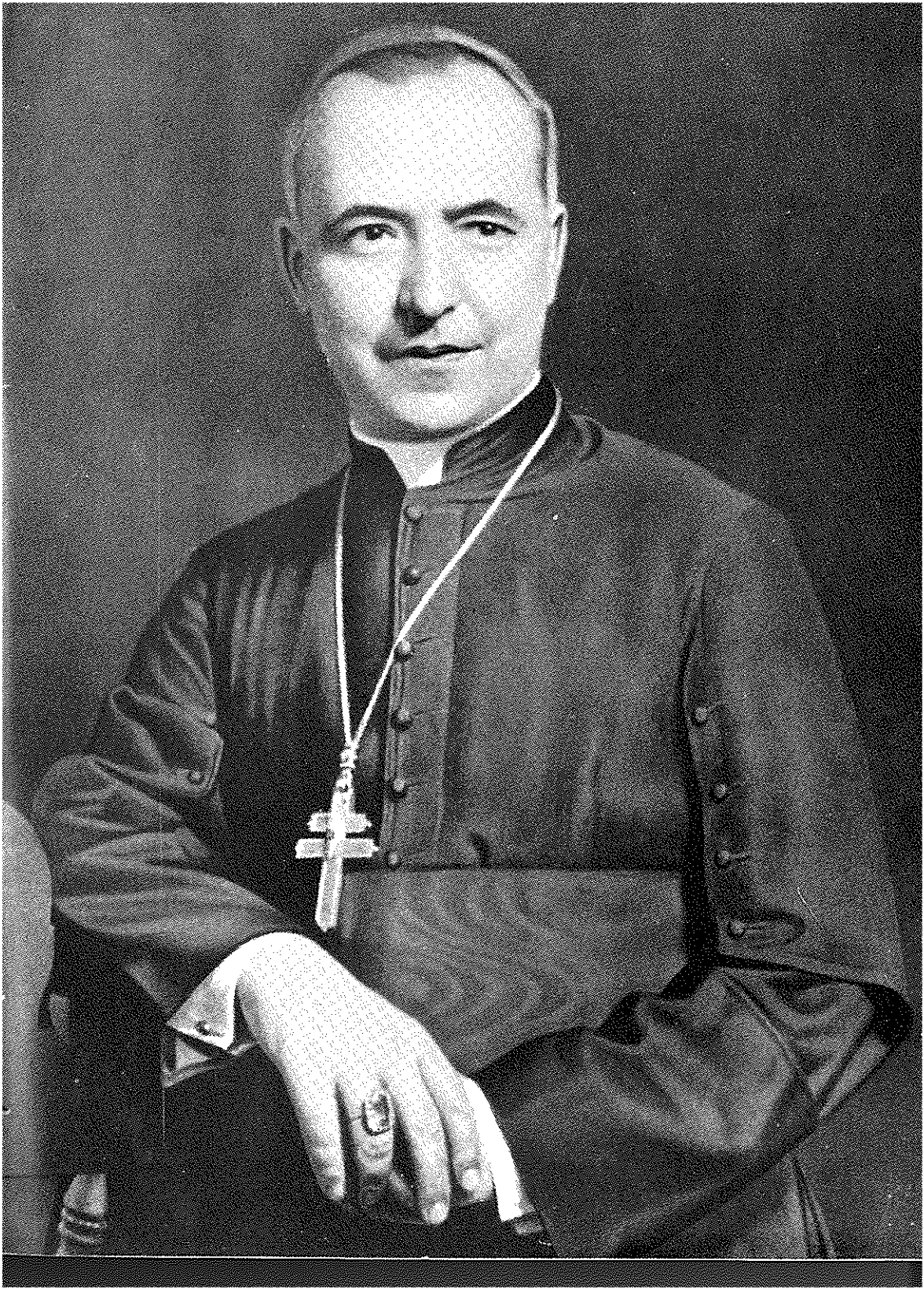
COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

Director — FERNANDO DA PIEDADE MELRO
Redactores — ANTÓNIO AUGUSTO SARAIVA LEITÃO
— JOSÉ GONÇALVES MENDES
Administrador — ANTÓNIO TEIXEIRA DE SOUSA
Proprietário e Editor — NICOLAU DIAS BAPTISTA

Composição e impressão na Casa Nun'Alvares — Gouveia — Telef. 109

O VICE-REITOR
DO SEMINÁRIO DOS OLIVAIS

Oferece



É de festa para todo o Patriarcado o 25.º aniversário da fundação do Seminário Maior de Cristo-Rei. Nenhum membro da Igreja Lisbonense, se tem viva a fé na Igreja, pode ficar indiferente. O Seminário há-de estar no coração de todos, como a obra das obras cristãs. Dele depende tudo o mais, para a extensão do reino de Deus.

Nasceu o Seminário com especial bênção de Pio XI, o Papa de «Fé intrépida», que lhe prometeu a protecção de Deus. Era empresa quase temerária; e sob alguns aspectos nova, esta em que puséramos o espírito e o coração para ser fiel ao mandato recebido. «Essa é a primeira obra — disse Sua Santidade — não hesite, que a Providência de Deus não lhe faltará». E não faltou, Deus louvado!

Ao celebrar estas bodas é para o Senhor que deve erguer-se o nosso pensamento, em fervorosa acção de graças. O que parecia quase impossível, está aí. Saiu maior do que sonháramos. A Providência de Deus foi quem o fez. Contemplando-o agora, quem não reconhecerá presente a Divina Mão criadora? A Ela só honra e glória!

Nesta hora de recordações, seria injustiça esquecer três nomes especialmente ligados à fundação do Seminário: o Rev.º Padre Mateo Crawley, a Congregação dos Sagrados Corações (Picpus) e o Rev.º Monsenhor Cónego Dr. J. M. Pereira dos Reis.

O Padre Mateo, o apóstolo do Coração de Jesus, que passou nesse tempo por Portugal como um furacão do Espírito, ocasionando um pentecostes de graças, foi o introdutor da Congregação que desinteressadamente veio tomar nas suas mãos a obra renovadora.

A Congregação dos Sagrados Corações, numa Diocese carecida de sacerdotes, aceitou, sem condições, vir colaborar nesta obra, só porque era de Deus e de salvação para o Patriarcado. E quando foi possível entregá-la a novas mãos formadas por ela,

com o mesmo desinteresse, silenciosamente se retirou assim como entrara — mas agora carregada com a gratidão do Patriarcado que servira e dos sacerdotes que formara.

Monsenhor Pereira dos Reis, a um apelo de serviço da Igreja, deixou a importante paróquia que pastoreava, para assumir as funções de Reitor do Novo Seminário. Neste cargo, foi modelo perfeito de sacerdotes. Ensinou mais ainda com a irradiante sugestão do seu exemplo, que com as suas elegantes lições. Cultíssimo, distinto, esclarecido, humilde, sacrificado, piedoso, compreensivo.

Seria preciso acrescentar ainda outro nome, que está na origem deste Seminário: o do Conselheiro Doutor Abel de Andrade. A sua dedicação desinteressada e constante à vida do Patriarcado, como seu advogado, (e poder-se-á até acrescentar, verdadeiro curador de todos os seus negócios temporais), não teria preço, se ele aceitasse que fosse paga...

+ M. Card. Patriarca

O Seminário dos Olivais é sem dúvida a máxima realização do governo patriarcal de Sua Eminência o Cardeal Cerejeira.

Foi uma sugestão do Saudoso Papa Pio XI que lhe inspirou a magna obra. À palavra animadora de Sua Santidade, o novo Pastor da Igreja Lisbonense respondeu como Pedro a Cristo: «In verbo tuo laxabo rete». (Luc. V, 5).

E a Providência ajudou-o de maneira mais que patente, prodigiosa. Como por encanto, levantou-se o soberbo edifício, que honra a capital do País. A respeito dele pode Sua Eminência fazer sua a frase horaciana: «Exegi monnumentum aere perennius».

De facto, como clara visão da realidade. Ele compreendeu que, para reparar as tremendas ruinas morais, acumuladas, no que toca à religião, por dolorosos acontecimentos políticos, neste País, o que se tornava necessário e urgente era o recrutamento dum clero numeroso e adequadamente preparado. E a resolver esse grave, primordial e imperioso problema consagrou, sem reservas, as suas melhores energias e primorosos talentos. A história lhe reconhecerá certamente este mérito altíssimo.

Pois ao comemorar-se o jubileu de prata deste Instituto, pupila dos seus olhos, um voto ardente brota do meu coração: que nele se formem falanges, cada vez mais numerosas, de sacerdotes cultos e sábios, santos e santificadores, que sejam pérolas da sua coroa no Céu.

† FERNANDO CENTO
Núncio Apostólico

Dispunha-se na Bula «Omnium Ecclesiarum», de Pio XI, pela qual foi restaurada a antiga e extinta Diocese de Aveiro, que, enquanto a nova Igreja não se bastasse inteiramente a si própria, os seus alunos de Teologia, esses pelo menos, frequentassem o Seminário Patriarcal de Lisboa e aí se preparassem para o ministério sacerdotal.

Há dezoito anos portanto que os Olivais acolhem e acalentam do seu benfazejo e carinhoso sopro os nossos alunos maiores, à espera de condições mais propícias na sede da Diocese.

Tenho considerado como um assinalado benefício de Deus a necessidade que levou a aceitar a hospitalidade dos Olivais e a beneficiar do alto nível da sua educação e do seu magistério, e é já fórmula de expressão em mim repetir a cada passo que não sinto pressa nenhuma de trazer para Aveiro os seminaristas que assim andam distanciados.

Sentem-se indubitàvelmente os Olivais na acção e na vida da nossa Igreja de Aveiro: há pela qualquer coisa que não haveria se não fossem eles, os Olivais. De um modo especial se sente um certo alargamento de horizontes, um vôo mais alto e mais forte, que seriam difíceis de conceber e de esperar num ninho estreito, como é o nosso. Talvez até venha daqui qualquer sombra de inconformidade. Nem admira: são para as águias os grandes cumes.

Disseram-me lá uma vez que, quando os rapazes de Aveiro saírem, deixarão em Lisboa saudades. Estou também certo de que, quando Aveiro sair de Lisboa, trará saudades no coração.

† JOÃO EVANGELISTA
Arcebispo-Bispo de Aveiro

Convida-nos a Redacção de «Novellae Olivarum» a escrever umas palavras a propósito do 25.º aniversário do Seminário de Cristo-Rei dos Olivais.

Fazemo-lo com tanta maior satisfação quanto é certo que o nosso Predecessor de saudosa memória, Senhor D. Domingos Maria Fructuoso, teria tido, se fosse vivo, enorme empenho em aproveitar este ensejo para renovar a Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca a expressão de reconhecimento perene desta Diocese por ter acolhido no Seu Seminário, como se Seus fossem os nossos alunos de Teologia.

O bem que o Seminário dos Olivais fez aos Seminaristas de então, hoje sacerdotes ao serviço de Cristo-Rei na Igreja Portalegrense, não se traduz em palavras: reflecte-se em obras apostólicas, fruto de uma vida de íntima união com o Senhor e de um aturado labor intelectual de que os Seus ilustres Superiores lhes deram o exemplo e o segredo.

Dessas magníficas obras de zelo, em multiplicação constante nas serranias da Beira, nas planícies alentejanas e nas margens do Tejo, é corolário convincente o novo Seminário Maior, ilustração luminosa do que pode o povo quando o Clero quer o que Deus quer.

† AGOSTINHO
Bispo de Portalegre

A pobreza espiritual da Diocese do Algarve não lhe permite ter Seminário Maior. Há 12 anos que temos pedido ao Patriarcado de Lisboa a caridade de receber a formar os nossos Filósofos e Teólogos.

Dizer quanto devemos ao Seminário dos Olivais, não é possível. Queremos apenas deixar bem marcado neste número das suas Bodas de Prata o testemunho da gratidão que nos enche a alma.

Pedem-nos uma referência ao trabalho de formação sacerdotal do Seminário. Muito difícil fazê-lo.

Bastará dizer que ao mandar para os Olivais os Seminaristas algarvios os entregamos com toda a confiança.

Sabemos a paternal solicitude com que o Senhor Cardeal Patriarca olha pelos seus Seminários e os dota dos melhores sacerdotes que pode encontrar. Sabemos quanto os Superiores olham pelos nossos rapazes com o mesmo carinho como se fossem deles.

E por isso ficamos mais tranquilos do que se os tivéssemos connosco.

Que o Senhor abençoe e ajude todos os que trabalham no Seminário dos Olivais na gloriosa tarefa de formar os futuros obreiros da Sua Vinha.

† FREI FRANCISCO RENDEIRO
Bispo do Algarve

O SEMINÁRIO DOS OLIVAIS

CÓNEGO JOSÉ AMARO TEIXEIRA
Vice-Reitor

A quinta do Cabeço estava situada na paróquia dos Olivais, Concelho de Loures. Há poucos anos foi criada a freguesia Civil de Moscavide, na qual hoje se encontra o Seminário.

Segundo informações, esta quinta bem como a maioria das Propriedades destes sítios faziam parte da Casa Real — velho legado do Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, o fundador da Casa de Bragança.

O Palácio começou a ser construído em 1719, por ordem de D. João V. No século XIX, teria passado da Casa Real para o Visconde de Santarém, e depois para os Condes de Penha Longa e Olivais. Quando, no alvorecer deste século, se começou a falar do casamento do Príncipe D. Luís Filipe, o Conde de Olivais, levado pela muita dedicação e estima que consagrava a El-Rei D. Carlos, decidiu-se a restaurar o nobre Palácio Joanino e a embelezar o parque. Foi então que separou, pela actual estrada, as quintas do Cabeço e da Alegria, reservando esta para cultura e aquela para jardim. Depois das obras de restauro, em que se gastaram 65.000 libras, pôde dizer-se: É indubitàvelmente uma das casas mais belas do País. Não se sabe que mais admirar, se a elegância e nobreza das linhas, se a sobriedade que tanto a caracteriza.

Mas se é magnífica a casa, é verdadeiramente uma maravilha o Parque, sem dúvida um dos mais notáveis do País.

E esta era a admirável propriedade que a Providência havia destinado para o Seminário Maior do Patriarcado. Sua Eminência o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, num acto heróico de abandono nas mãos de Deus, adquiria, por contrato de 5 de Junho de 1931, através da Sociedade «*Progresso de Portugal*», fundada pelo seu venerando Antecessor, a Quinta do Cabeço. Com esta aquisição ficava admiràvelmente resolvido o problema da casa e do local para o Seminário Maior. Bem haja Sua Eminência, e graças demos a Deus.

CORPO DOCENTE

O corpo docente do novo Seminário era a constante e grande preocupação do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, que desejava que o novo Seminário difundisse algo de novo pela Diocese. E assim, impunha-se, antes de mais, a escolha do Reitor. Em boa hora se fixou Sua Eminência, no homem providencial, Monsenhor Cónego Dr.

José Manuel Pereira dos Reis então Prior da freguesia dos Anjos de Lisboa. O que de Sua Ex.ª Rev.ma esperava o Venerando Prelado, di-lo claramente na Provisão que reproduzimos:

DOM MANUEL II, POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA.

Aos que esta Nossa Provisão virem Saúde, Paz e Bênção, em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Sendo necessário prover oficialmente de Reitor o Nosso Seminário Maior de Cristo-Rei, que vai abrir-se brevemente, próximo da Nossa Sede Patriarcal, (pois o de Santarém, de tão gloriosas tradições, não basta às necessidades do Patriarcado);

E desejando Nós escolher pessoa que possa pela sua cultura de espírito, fervor de piedade e finura de educação formar os novos sacerdotes que queremos esclarecidos de doutrina, ricos de piedade e virtudes, e primorosos de trato e sentimento;

E concorrendo no Ex.mo Monsenhor Cónego Dr. José Manuel Pereira dos Reis, antigo Professor do Seminário de Santarém e actual Pároco da freguesia dos Anjos, as qualidades requeridas:

Havemos por bem, de harmonia com o Cân. 1358 do Código de Direito Canónico, nomear Reitor do Seminário Maior de Cristo-Rei, instalado presentemente na Quinta do Cabeço, nos Olivais, ao mesmo Ex.mo Senhor Cónego José Manuel Pereira dos Reis — o qual aliás temos escolhido desde que resolvemos a fundação do novo Seminário, tendo até, por indicação Nossa realizado já nessa qualidade o arrendamento da Quinta do Cabeço, onde o Seminário está instalado — com todas as atribuições, direitos e obrigações que segundo as leis canónicas, lhe pertençam.

E esperamos se há-de desempenhar com sumo zelo, extremosa dedicação, e apreciada competência do dito cargo em quanto não receber ordem em contrário.

Dada em Lisboa, sob o Nosso Sinal e Selo Grande de Nossas Armas, aos 8 de Setembro de 1931.

† M., Card. Patriarca

Esta provisão bem podia chamar-se uma profecia.

Monsenhor Reitor, de inteligência viva e penetrante, coração bondoso e compassivo, de palavra fina e luminosa, de cultura enciclopédica — é um modelo vivo a solicitar constantemente os súbditos ao trabalho, à delicadeza, à bondade, à virtude. à realização do ideal sacerdotal.

Três palavras põem em relevo algumas das muitas qualidades e virtudes de Sua Ex.ª Rev.ma.

Mestre Eminente — Em tudo, Mestre e Orientador. Nomeadamente queremos lembrar a sua paixão pela Liturgia, que ensina a compreender, a amar e a viver. É o grande precursor da restauração litúrgica Todo o ressurgimento litúrgico, que vai pela Diocese e alastra pelo país, deve-se, em grande parte ao zelo incansável e à persistência convincente do Monsenhor Pereira dos Reis.

Pai solícito — Difícil será encontrar quem viva mais e melhor o sentido da paternidade espiritual. Para Monsenhor Reitor, todos são filhos; e cada um sabe e sente que ocupa lugar especial no seu grande coração. Inspira confiança, infunde coragem, comunica entusiasmo. É o pai que se estima e ama e venera.

Amigo fiel — Sente-se que no peito bate um coração amigo. Por isso, expõem-se-lhe as dificuldades, dá-se-lhe conta das lutas, manifestam-se-lhe os revezes, contam-se-lhe as vitórias. A sua palavra é luz, é calor, é alegria, é paz. *Sempre tudo para todos.* Só Deus sabe quantos lhe não devem a alegria do Sacerdócio.

CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS CORAÇÕES

Quando Sua Eminência ainda estava em Coimbra, teve a graça de encontrar o P. Mateo, o grande apóstolo do Sagrado Coração de Jesus — que percorreu o Mundo a inflamar as almas no Amor reparador.

Em Coimbra esteve ele por mais duma vez e entrou na intimidade do Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira, eminente Professor na Universidade. Creio mesmo que o P. Mateo ali estava quando o futuro Cardeal Patriarca de Lisboa foi escolhido para auxiliar do venerando octogenário — D. António Mendes Belo, com o título de Arcebispo de Mitilene. Da muita admiração e estima pelo P. Mateo, nasceu em Sua Excelência, mais tarde, o desejo de pôr no seu novo Seminário Maior, Padres da mesma Congregação.

E com essa finalidade, foi enviado a Paris Mons. C.º Dr. Manuel Anaquim, ao tempo Vigário Geral do Patriarcado. Seguem-se cartas do Superior Geral sobre a vinda dos Padres.

V. C. J. S. Paris, le 31 Aout 1931

Eminentissime Seigneur,

Le dernier jour du mois d'aout m'amène à vous présenter, avec mes hommages très respectueux, le Personnel que vous avez bien voulu me demander pour la Direction de votre Séminaire. Et d'abord, je vous prie d'agréer et de bénir tout notre dévouement, qui vous est entièrement acquis.

Votre Eminence a bien voulu me demander pour son Grand Séminaire trois de nos Pères: je suis heureux de pouvoir les lui offrir et même de lui dire que je serai en mesure, en cas de besoin, d'en ajouter un quatrième.

J'ai jeté les yeux sur les Pères Victor Cadillac, âgé de cinquante ans, et Armand Tily, — quarante ans. Grâce à leurs talents et à leur expérience acquise, je les crois bien préparés à professer la théologie morale. De plus, ces deux Pères français ont l'avantage de posséder parfaitement la langue

espagnole, ce qui leur facilitera très opportunément l'usage du portugais.

Les deux autres Pères seraient le Père Constant Hillion — trente six ans; et le Père François J. Waker, — trente-deux ans, ce dernier hollandais, à la différence des autres qui sont français. Après dix ans de philosophie soclastique à notre Scolasticat de France et au Séminaire diocésain de Poitiers, le Père Constant pourrait être chargé de la théologie dogmatique: il est docteur en théologie. Le Père François prendrait les cours de philosophie, qu'il donnait jusqu'ici à nos jeunes étudiants et auquels il s'est préparé en conquérant ses grades à l'Université Grégorienne.

Je n'ose encore présenter cette liste comme définitive; mais si Votre Eminence voulait bien désigner à quelle époque je puis lui envoyer nos premiers Pères, j'espère que tout pourrait être disposé conformément à ses désirs.

Au moment de commencer, à la plus grande gloire des Sacrés Coeurs de Jésus et de Marie, une oeuvre si belle et chère à Votre Eminence et à celui auquel Elle a fait l'honneur de l'associer, j'ose solliciter une bénédiction toute spéciale pour son succès et pour sa prospérité spirituelle, et je vous prie de daigner agréer,

Eminentissime Seigneur,

l'hommage de mes sentiments bien humblement et tout filialement dévoués, in SS. CC.

Flavien Prat
SS. CC. S. G.

C. J. S. Le 14 Septembre 1931
Eminence,

Je tiens à vous exprimer tout de suite mes sentiments de très vive gratitude pour la bienveillance si grande que vous voulez bien me témoigner dans votre lettre du 10 courant. Dès la réception de votre télégramme, je m'étais mis en devoir de fixer le depart des Pères qui sont dèsignés pour commencer l'oeuvre du grande Séminaire de Lisbonne, et j'ai bon espoir que tout sera disposé selon les désirs de Votre Eminence.

Toutefois, il me semble difficile que les Pères puissent partir avant le 25 septembre, date convenue tout d'abord. Comme ils se trouvent encore en ce moment dans des maisons différents et qu'il leur faut préparer leurs passe ports, je n'ose avancer le jour de leur réunion à Fontarabie, qui leur a été indiquée comme leur point de départ commun pour le Portugal, au 25 de ce mois.

J'ai dans les Pères qui vont partir une confiance que je crois meritée. Sachant par-avance quelle bonté les attend de la part de Votre Eminence, je suis tout heureux en pensant que notre petite Congrégation commence au

cher Pays de Portugal une oeuvre dont le bien sera grand pour les âmes, à la gloire et pour l'amour des Sacrés Coeurs.

Daigne Votre Eminence en accepter le souhait très ardent et agréer l'hommage très respectueux de notre humble, religieux et bien dévoué attachement in S. S. Cordibus,

Flavien Prat. S. G.

Nesta carta são anunciados já os quatro Padres que, de facto, vieram.

Paris, le 19 Septembre 1931

V. C. J. S.

Eminence,

Je reçois à l'instant votre télégramme et je vous en remercie. Je suis maintenant à même de vous annoncer définitivement que nos quatre Pères — Victor, Pascal, Constant et François, partiront ensemble d'Irún, frontière espagnole, pour Lisbonne, vendredi, soir 25 septembre. Une dépêche vous será envoyée au moment du départ.

Daignez agréer, Eminence, les sentiments de profond respect avec les quels j'ai l'honneur d'être, de Votre Eminence le serviteur bien religieusement dévoué in Sacris Cordibus.

FLAVIENT PRAT
S.S. C.C.

V. C. J. S. Paris, le 22 Septembre 1931

Eminence,

Ce simple mot est pour vous confirmer que le départ de nos Pères, por Lisbonne aura lieu à Irún, vendredi soir 25; ce qui, au dire du Père Mateo, leur premettra d'arriver à destination, Samedi soir vers neuf heures.

Les partants s'en vont avec le religieux désir de travailler de leur mieux à l'oeuvre que Votre Eminence veut bien nous confier.

Nos prières les accompagnent.

Daignez agréer, Eminence, l'hommage du profond respect avec lequel j'ai l'honneur d'être de Votre

Eminence

le serviteur bien religieusement dévoué,

FLAVIENT PRAT, S. G.

O Rev.º P.e Victor Cadillac, Superior do primeiro grupo de Padres do Sagrado Coração que em tão boa hora veio para este Seminário, toma o primeiro contacto com Sua Eminência, anunciando-lhe a vinda.

Colegio Sagrados Corazones Fuenterrabia 21-IX-1931

Eminentissime Cardinal Patriarche de Lisbonne

Eminence: Je termine des vacances fort intéressantes. De Torrelavega — province de Santander — où j'étais directeur d'un collège sous l'invocation de Nuestra Señora de la Paz, je partis à la fin de juillet pour l'Angleterre, devant y prêcher trois retraites à des comunnautés religieuses, pendant le mois d'Aout. Je rentrai en Espagne le 4 Septembre pour continuer le même travail.

Le 15 de ce mois j'ai reçu ma nouvelle obédience. Elle m'envoie vers Vous avec trois autres Pères de notre Institut, pour apporter notre modeste concours à une oeuvre aussi excellente que celle de votre grand Séminaire.

C'est une obédience que je n'aurais pas soupçonner, et certes, je ne me serais jamais permis d'insinuer le moindre désir de faire un travail d'une aussi délicate responsabilité. La bonne et douce Providence qui nous envoie à vos ordres, nous donnera sa grâce pour devenir, dans notre sphère, vos collaborateurs aussi dévoués que modestes.

Le 24 nous nous reunirons ici les quatres que devont partir le 25. Je ne vois guère d'itinéraire acceptable que le sud-express qui part d'ici a 22h10 jour arriver à Lisbonne le Samedi à 19h42. Nous pourrions partir 5h plus tôt pour arriver Dimanche à 7h45 soit 15h de plus et plusieurs changements de train. Nous aurons billet réduit jusqu'à Medina del Campo. Nous prendrons le premier train sauf indication contraire dont vous seriez avisé par lettre ou télegramme.

En attendant l'honneur et le plaisir de vous réitérer de vive voix, nos hommages les plus sincères veuillez agréer

Eminence,

le témoignage de ma respectueuse veneration

VICTOR S. CADILLAC
S. S. C. C.

E assim ficou constituido o Corpo docente a que podemos chamar os Padres fundadores do Seminário Maior Patriarcal de Cristo-Rei — Monsenhor Cónego Dr. José Manuel Pereira dos Reis — Reitor; P. Victor Cadillac, licenciado em Ciências, Vice-Reitor, P. Pascal Piriou, doutorado em Direito Canónico; P. Constant Hillion, doutorado em Teologia, e P. Francisco Waker, doutorado em Filosofia — professores. Estes quatro ilustres e venerandos Sacerdotes — os primeiros Padres Picpussianos em Portugal, à excepção do P. Mateo, ràpidamente se impuseram à consideração e à estima de todos, nomeadamente dos seus alunos. Santos e sábios, eram modelos acabados de vida sacerdotal.

Para ecónomo foi nomeado o P. António Joaquim da Mota, sacerdote de muita virtude. Devido ao seu precário estado de saúde, logo em Janeiro seguinte foi substituido pelo P. João Nunes Ferreira, antigo prior de Torres Novas. Sacerdote profundamente apostólico, ao seu zelo esclarecido e incansável devem, depois de Deus, a sua vocação, muitos Sacerdotes. Bem se pode chamar o Padre das vocações sacerdotais.

Abertura do Seminário

No dia 24 de Outubro de 1931, véspera da festa de Cristo-Rei, entraram os alunos. Vieram, do Seminário de Santarém, — à excepção de um de Vila Real e de três vocações tardias — duas com curso superior e uma com o sétimo ano de Ciências — para frequentar os quatro anos de Teologia.

No dia 1 de Novembro, festa de Todos os Santos, celebrou solenissimo Pontifical Sua Eminência, na magnífica capela do palácio. De tarde o mesmo Eminentíssimo Senhor, assistido do Ex.mo Cabido, Superiores dos Seminários de Olivais e Santarém, muito Clero e Fiéis, abençoou o edifício e suas dependências.

Dias antes, comunicava Sua Eminência aos diocesanos o solene acontecimento convidando-os a tomar parte nele:

> DOM MANUEL II, POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA, CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA.
>
> Aos que esta Nossa Provisão virem Saúde, Paz e Bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.
>
> Vai fazer-se, no próximo dia de Todos os Santos, a Inauguração solene do Novo Seminário Patriarcal dos Olivais, que ficará sob a invocação de Cristo-Rei. É um acontecimento capital para a vida religiosa do Patriarcado. Nele pomos as nossas melhores esperanças. O futuro religioso da Nossa Diocese depende principalmente dele. Em Santarém e nos Olivais, ficarão batendo todos os corações amigos de Deus que, diante dos males presentes, oram e sofrem para que o Senhor envie à Nossa Igreja Patriarcal um novo Pentecostes de santidade por intermédio de muitos padres segundo o Coração de Jesus. Porque de padres sábios e santos depende essencialmente a cristianização das almas — digamos tudo, a salvação do mundo.
>
> Não há obra alguma cristã que equivalha em necessidade e importância à obra dos Seminários. Nenhum católico verdadeiro deverá desinteressar-se dela, certo que, ajudando-a, está trabalhando da maneira mais eficaz na obra da reedificação da Igreja em Portugal. Recomendou-no-la expressamente o Santo Padre, como a obra das obras.
>
> E em obediência ao conselho do Vigário de Cristo, aliás concorde com a Nossa própria convicção, é que Nós, contando apenas com o auxílio da Providência e fazendo um acto de confiança nos católicos do nosso Patriarcado, pois a Igreja expoliada de todos os bens, vive exclusivamente da sua

generosidade, não descansámos enquanto não dotámos a Diocese principal do País com um Seminário maior, que muito desejaríamos fosse o primeiro de Portugal. É, pois, um dia excepcionalmente festivo o próximo dia 1 de Novembro. Temo-lo como uma das datas mais faustas do Nosso Governo episcopal, por mais longo que ele seja.

E não queremos que ele fosse, sem o levar ao conhecimento do Nosso amado Clero e queridos fiéis, pois, constituindo todos uma família, de que, pela graça de Deus, somos o Pai em Cristo, devem ser comuns as alegrias como as tristezas. E esta alegria que lhes anunciamos, é uma das maiores que podemos ter na vida.

Desejaríamos vê-los a todos, nesse auspicioso dia, reunidos no novo Seminário, em torno do Nosso Báculo Pastoral, cantando connosco um fervoroso hino de acção de graças pela obra começada, e implorando de Deus o seu auxílio e o dos homens para levar a cabo a obra só com os olhos em Deus empreendida. Que ao menos os que não poderem ir, se unam connosco, na Missa e Sagrada Comunhão desse dia, formando todos um só coração.

Dada em Lisboa aos 29 de Outubro de 1931

† M., Card. Patriarca

A inauguração solene do Seminário dos Olivais, foi um acontecimento notável, a que a imprensa deu grande relevo. Grande foi o número de pessoas, que acorreu ao convite do Eminentíssimo Prelado. De muitas partes chegaram votos e felicitações. Aqui deixamos alguns testemunhos do eco de tal acontecimento:

Cardenal Patriarche Lisboa,

Très sensible hommages Votre Eminence occasion inauguration nouveau Seminaire Christ Roi, Saint Père remercie envoyant Benediction Apostolique implorée.

Card. Pacelli

ROMA

Sua Eminência Cardeal Patriarca Lisboa

Saudo Vossa Eminência pela inauguração grande Seminário que honra todos Portgueses.

Trindade Coelho.

Emminentiae tuae de inaugurato Seminario Patriarchali jucundissimo animo congratulor sacrumque annulum devote osculor adveniat.

Doutor Vasconcelos.

PARIS

Cardeal Patriarca Lisbonne — Portugal

O mais pobre mas o mais fiel dos amigos assistirá com saudades e gratidão inauguração Seminário.

Mateo

Braine-le-Comte, le 5 Novembre 1931

Eminentissime Seigneur,

Votre télégrame, reçu le soir de la belle fête de la Toussaint, nous a encore ramenés en ce cher Séminaire dos Olivais. Nos pensées et nos coeurs ne peuvent guére s'en éloigner: il possède le meilleur de notre famille.

Nous avons pris une large part, Eminence, aux espérances qui remplissaient de joie votre noble coeur et votre grand âme sur l'inauguration de Séminaire. Vous entrevoyez les débuts d'une oeuvre depuis long-temps conçue, vivement désirée, soigneusement préparé, Jubilate Deo.

Les élus de la famille religieuse ont eu encore une fois à cette occasion, le privilège de gouter le doux bonheur que porte partout votre auguste présence. Merci mille fois, bien Vénéréu Eminence, de ce privilège de si bon coeur accordé. Nous voulons voir, dans ces largences de bonté la garantie des fruitus abondants de vertu que promet de produire la nouvelle oeuvre et nous cesserons, dans ce but, de prier instamment les Sacrés--coeurs de donner pleine réalisation à vos saints désirs et à vos légitimes espérances.

Daignez agréer, Eminence, avec nos bien chaleureuses félicitations, les sentiments de profond respect des religieux des Sacrés-Coeurs, dans lesquels j'ai l'honneur d'être de Votre Eminence le très humble et tout devoué serviteur.

Flavien Prat
S.S. C.C.

BÊNÇÃO DA PRIMEIRA PEDRA DO NOVO EDIFÍCIO

O Palácio onde fora instalado provisòriamente o Seminário, era desde já insuficiente e o número dos alunos ia aumentar consideràvelmente. Era, pois, urgente construir o edifício apropriado. Foi encarregado do estudo o distinto arquitecto Pardal Monteiro, que, sem demora, elaborou o anteprojecto. Estudado atenta e pormenorizadamente, foi feita a planta de conjunto da magnífica obra, que todos podem admirar.

Dia de festa e de glória para toda a Diocese o do lançamento da primeira pedra — 30 de Outubro de 1932, Festa de Cristo-Rei.

Correspondendo ao apelo de Sua Em.ª, deslocou-se à Quinta do Cabeço, grande número de católicos de Lisboa com o fim de assistir à bênção e lançamento da primeira pedra do pavilhão dos teólogos.

Presa de um guindaste e elevada sobre o alicerce estava a pedra inicial; trazida carinhosamente dos rudes fraguedos da Cova da Iria (Fátima).

Nela se lavrou para os tempos a inscrição latina:

HUNC PRIMARIUM LAPIDEM
BENEDIXIT POSUIT
ATQUE SEMINARII CHRISTI REGIS
NOVIS EXTRUENDIS AEDIBUS
FUNDAMENTUM DEDIT
CARD. PATRIARCHA OLISIPONEN.
EMMUS AC REVMUS EMMANUEL II
TERTIO KAL. NOV. MCMXXXII

De guarda ao local haviam estado escuteiros e lobitos do Corpo Nacional de Escuteiros.

Pelas 16 horas organizou-se o cortejo procedendo do palácio. Iniciavam-no as crianças da Catequese seguidas dos Seminaristas, do Clero e dos Ex.mos Cónegos da Sé Patriarcal. Presidia Sua Eminência, acolitado pelos Rev.mos Cónegos Francisco Maria Félix — Dig.mo Reitor do Seminário de Santarém — e António Maria de Figueiredo. O Rev.º Dr. Honorato Monteiro dirigia as cerimónias.

Atrás do Ex.mo Prelado vinha Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Mitilene acompanhado de Mons. Cónego Anaquim e muitas pessoas de distinção.

Tendo o cortejo chegado ao local deu-se início à cerimónia litúrgica, que a numerosa assistência acompanhava com respeito e atenção, tomando parte nas respostas litúrgicas e no canto das ladaínhas dos Santos.

O Senhor Doutor Abel de Andrade, na qualidade de Presidente da Direcção da Sociedade «*Progresso de Portugal*» saudou e felicitou, em nome dos católicos presentes e ausentes, o Senhor D. Manuel II Cardeal Patriarca de Lisboa.

Falou em seguida Mons. Cónego Pereira dos Reis, Reitor do Seminário, a agradecer, em nome dos Professores e Alunos do Seminário Maior, ao Venerando Prelado o novo lar que ia surgir da terra para albergar, qual Cenáculo de Jerusalém, os que deviam partir no futuro a evangelizar a Redenção da humanidade por Cristo.

Comparou aos rebentos de Oliveira os Seminaristas, segundo a legenda do Seminário.

No fim das suas palavras, Mons. Reitor ofereceu ao Senhor Patriarca uma artística colher de prata para serviço de pedreiro — profissão que Sua Eminência ia honrar, exercendo-a, — na qual estavam gravadas, na face anterior o brasão do Eminente Purpurado e na posterior o do Seminário. Tem este em campo de prata, três rebentos novos de Oliveira da sua cor frutados de negro e oiro, em chefe — em campo de púrpura, uma cruz negra coroada, carregada de um sol de oiro com o Coração de Jesus.

Serve de legenda ao brasão o versículo 4.º do Salmo 127, Sicut novellae olivarum.



No cofre da primeira pedra foram colocadas moedas de prata de 10$00, 5$00 e 2$50 e em pergaminho um auto assim redigido:

Jesu X.ti Universorum Regis
Cui potestas et imperium
saeculorum per infinita saecula
gloriosissimo sub nomine
sui archidiocoeseos seminarium maius
elapso anno creabat
Deoque Optimo Maximo
Animo dicabat laetissimo
Em.mus ac Rev.mus D. Emmanuel
tit. SS. Marcelini et Petri m. m.
S. R. E. presbiter cardinalis
Gonçalves Cerejeira
sanctae Olisiponnensis ecclesiae
Patriarcha nomine II
ejusdem viro seminarii
novis nunc extruendis aedibus
solemni ritu benedictum
primarium lapidem fundamen posuit
ingenti plausu congaudentibus omnibus
sui gregis xtifidelibus
tertio Kal. Novembr.

A. D. MCMXXXII

Este auto foi assinado pelos Senhores: Cardeal Patriarca, Arcebispo de Mitilene, Bispo de Vatarba, Cónego Manuel Anaquim, Cónego Pereira dos Reis, Cónego Francisco Maria Félix, Doutor Abel de Andrade, Doutor Carneiro Pacheco e Arquitecto Pardal Monteiro.

Terminada esta cerimónia fez-se a procissão do Santíssimo Sacramento, durante a qual se cantou o «Te-Deum».

Duma varanda do palácio S. Eminência deu à assistência a bênção do Santíssimo.

A INAUGURAÇÃO DO PAVILHÃO DE SANTO ANTÓNIO

No dia 2 de Fevereiro de 1933, era inaugurado solenemente o 1.º Pavilhão do Seminário de Cristo-Rei.

Pouco depois das 16 horas iniciou-se o cortejo:

Sua Eminência, precedido dos seminaristas e seguido do clero e muito povo,

foi conduzido debaixo do pálio através do jardim, desde o Palácio até à entrada do novo Pavilhão.

Chegado aqui, o Sr. Cardeal Patriarca abençoou o edifício pronunciando as palavras — «Pax huic domui et omnibus habitantibus in ea».

Seguiu-se o canto do «Asperges» e outros hinos do ritual.

No final, S. Eminência, ladeado do clero e seminaristas, sentou-se à entrada do novo edifício.

Realizou-se então uma sessão solene. Falou em primeiro lugar o Sr. Dr. Abel de Andrade. Começa por descrever a história da construção do novo pavilhão, e aproveita o ensejo para saudar, neste dia, em seu nome, no dos seus corpos gerentes e demais associados da sociedade «*Progresso de Portugal*» Sua Eminência Reverendíssima pela obra grandiosa, de indiscutível eficácia espiritual e social que acaba de inaugurar e abençoar.

Termina dizendo: «V. Eminência, inaugurando e abençoando esta casa, prepara a organização de novas falanges de soldados de Cristo-Rei, os únicos combatentes que podem travar o prélio decisivo contra os filhos das trevas, de espírito obscurecido pela cerração da ignorância ou loucamente enfatuados pelas audaciosas conquistas da Técnica ao serviço da maior das abominações.

Em seguida falou Mons. Reitor Dr. Pereira dos Reis.

Disse que sendo aquela hora de congratulações e de agradecimentos, sentia, antes de tudo, a necessidade íntima de felicitar Sua Eminência, porque via realizado o mais caro desejo do seu coração.

Não deixou de recordar enternecidamente todos os operários que trouxeram ali o seu esforço nobre e o seu trabalho afincado.

Termina fazendo votos no sentido de que Sua Eminência, cujo pontificado é já glorioso por tantos títulos e que luminosamente se enaltece pela festa deste dia, veja erguido a seus olhos o edifício espiritual que as novas instalações do Seminário simbolizam e prognosticam: o reinado de Cristo nas almas dos seus diocesanos, estabelecido e firmado pela voz, pelo exemplo, pela oração e pelo ministério sobrenatural dos seus padres, saindo em gerações cada ano mais numerosas do Seminário que a sua Mão Ungida plantou e carinhosamente abençoa em nome de Deus.

Sua Eminência disse então:

«Ao inaugurarmos, solenemente, o Pavilhão dos Teólogos do Seminário Maior de Cristo-Rei, o Nosso coração ergue-se, em primeiro lugar para Deus Nosso Senhor numa sincera e profunda acção de graças — pelas grandes coisas que a sua Providência tem operado no Nosso curto governo patriarcal.

Mal vão passados quatro anos, desde que o Santo Padre Nos animou a esta empresa da fundação do novo Seminário para a qual lhe acabava de afirmar que Nos faltavam os meios, prometendo-Nos o auxílio da Providência. E eis que a profecia do Vigário de Cristo se realiza, tomando realidade o que parecia impossível.

Ainda há pouco o Reitor do Seminário dos Inglesinhos me afirmava que ele era coisa grandiosa — mais que o novo Seminário de Liverpool, em construção.

E quando estiver concluído, será sem dúvida um dos melhores da Europa. Eu poderei então felicitar a minha diocese, entregando-lhe um Seminário, que tendo

custado menos sacrifícios a ela do que a outras Dioceses mais pequenas e pobres, a honra e pode envaidecer diante de quase todas.

E isto deve-se à visível acção da Providência, que tem confirmado magnificamente a palavra do Vigário de Cristo. O falecido e santo Núncio Mons. Beda Cardinale chamou um milagre da Providência a quanto aqui tem sucedido.

Em segundo lugar, queremos congratular-Nos com uma tão grande e tão distinta representação aqui presente do Nosso Clero e dos Benfeitores e Amigos do Seminário, — que quiseram unir-se a Nós na acção de graças e na imploração das bênçãos divinas.

Em terceiro lugar, queremos agradecer e felicitar a Sociedade «*Progresso de Portugal*» pela magnífica obra realizada, com a sábia competência técnica do distinto Arquitecto Pardal Monteiro, e a cuidadosa e perfeita execução do honrado construtor Baptista dos Reis.

Há semanas o Cónego Cardijn dizia-nos que este era o primeiro de muitos Seminários que ele tinha visto quanto ao plano e execução interiores; e pedia desenhos para levar a Sua Eminência o Cardeal de Malines, afim de servirem para o novo Seminário Maior que ali vai ser construido.

Este pavilhão, só pela realização material, encerra e traduz todo um programa educativo do padre: verdade, simplicidade, austeridade, distinção.

Falando da Sociedade «*Progresso de Portugal*» não podemos deixar de ter uma menção especial para o seu ilustre Presidente da Direcção, Sr. Conselheiro Abel de Andrade. *Foi o homem que Deus pôs no meu caminho para realizar este milagre.*

Por isso Sua Santidade Pio XII o acaba de agraciar com a grã-cruz de S. Silvestre, pelo que do coração o felicito.

Em último lugar não queremos esquecer os operários que trabalharam na construção do novo Pavilhão do Seminário de Cristo-Rei.

Talvez muitos deles não queiram receber cordealmente a saudação que sinceramente, lhes dirigimos. Todavia para Nós foi uma felicidade vê-los receber aqui, durante mais de um ano, o pão do corpo. E só sentimos de todo o coração que o Seminário lhes não tenha podido dar igualmente, o pão do espírito de que tantos não menos necessitam.

Operários do Seminário de Cristo-Rei, que o Senhor lhes dê em paga do trabalho com que concorreram para Sua glória, além do pão do corpo, a luz da fé, o fogo do amor, o óleo da paz, e o pão da felicidade, e, mais tarde, um paraíso eterno».

Terminadas as cerimónias litúrgicas, foi cantado no vasto salão, que passa a servir de capela, o solene Te Deum.

Em seguida, Sua Eminência procedeu à bênção do interior do edifício, à qual assistiu muita gente que se comprimia no átrio do rés-do-chão.

Novos padres da Congregação

A população do Seminário crescia ràpidamente. O «pusillus grex» do primeiro ano (apenas quarenta) em breve ascendia a várias dezenas. Isto deu-se não só pelo aumento dos teólogos, mas ainda e sobretudo pela transferência da Filosofia do Semi-

nário de Santarém, bem como pela vinda dos alunos de Teologia da Diocese de Portalegre e de Teologia e de Filosofia da Diocese de Beja. Forçoso se tornava, por conseguinte, que a Congregação enviasse mais professores. E assim foi: Logo em 1932 veio o P.e Inácio Aldasoro, bacharel em Letras Francesas. O seu nome está ligado ao Seminário e à Diocese, nomeadamente pelo impulso que deu ao Canto Gregoriano e à Polifonia, em que era mestre. Ele e o P.e Pascal Piriou são os dois grandes restauradores e impulsionadores da música sacra.

Pouco depois, vieram o P.e Lamberto Ibarreta, que leccionou Filosofia, o P.e Jerónimo Lemaire, licenciado em S. Escritura e o P.e Plácido Guerné, que leccionou Dogma. Se os dois primeiros estiveram pouco tempo, o P.e Plácido esteve até 1945, sendo, sem dúvida, um dos maiores Profesores, que pelo Seminário passaram. Todos os alunos conservam ainda grata estima e admiração das suas aulas sempre tão cheias de competência e de vida.

Mais tarde chegava o P.e Roberto Thielen, doutorado em Pedagogia, que leccionou, com brilho e competência, S. Escritura; o P.e João Baptista Proust, que se dedicou especialmente à formação espiritual dos alunos e que tanto bem lhes fez; o P.e Artur Albisser, que leccionou Moral e Ciências; o P.e Mário Amans, licenciado em Teologia, que leccionou Filosofia e o P.e Henrique Campredon, que esteve pouco tempo.

São treze os sacerdotes que a Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria manteve apostòlicamente ao serviço do Patriarcado de Lisboa, durante os primeiros catorze anos de vida e de actividade do Seminário dos Olivais. Foram eles que Deus escolheu para lançar os fundamentos duma espiritualidade, talvez com algo de novo, mas largamente profícua e reconfortante para todos os que sabem e conseguem conservá-la pela vida fora. E a quantos de nós não serve de estímulo, nas horas duras de combate, o exemplo tão cumpridor, tão religioso, tão evangélico daqueles sacerdotes, que viviam, todos os dias, a mesma vida que nós outros! Os seus nomes estão escritos nas páginas mais brilhantes da história contemporânea do Patriarcado.

SEMINÁRIO INTERDIOCESANO

O nosso Seminário nasceu católico. Reitor e Ecónomo — portugueses; dos quatro Padres estrangeiros — três eram franceses, o outro holandês. No pequeno grupo dos alunos, que constituiam o corpo discente do primeiro ano, contava-se um de Vila Real. Esta diversidade de mentalidades e temperamentos dava à recente comunidade notas muito particulares. Mas a variedade ia aumentar. Em 1932, vieram os teólogos de Portalegre e os teólogos e filósofos de Beja. Anos depois, 1939, o Seminário abria as portas aos teólogos da jovem Diocese de Aveiro. E em 1944 — no ano em que saíam os de Portalegre — entravam os teólogos e filósofos do Algarve. E ainda outros passaram de mais dioceses e nacionalidades, podendo dizer-se que o Seminário dos Olivais tem Padres seus espalhados pelo mundo.

Que pensar da passagem de todos estes alunos pelo nosso Seminário? Creio poder afirmar-se que isto tem sido uma graça. Não é fácil esquecer rapazes tão cumpridores e tão cheios de ideal sacerdotal. Estou mesmo seguro de que se o Seminário

os recorda com saudade e estima, também eles, por sua vez, bendirão para sempre a sua passagem pelo Seminário de Cristo-Rei.

Daqui desejamos a todos as mais copiosas bênçãos de Deus, para continuarem a trabalhar com dedicação e perseverança, na vasta messe do Senhor. Presentemente, estão três Dioceses — Algarve, Aveiro e Beja. O Senhor os conserve para bem de todos.

SACERDOTES ORDENADOS

Nestes 25 anos, o Seminário deu à Diocese 278 Padres. Constituem eles já a maioria do clero deste vasto Patriarcado. Como seria agradável e reconfortante assinalar nestas páginas, o múltiplo e fecundo apostolado que estes Sacerdotes têm sabido exercer, alguns em condições difíceis e até desfavoráveis. Agradável, porque as glórias deles vêm reflectir-se no Seminário que os formou. Reconfortante, porque a formação de sacerdotes, vai sendo de dia para dia, mais árdua e mais delicada. Mas não nos é possível fazê-lo, nomeadamente por falta de espaço.

Por isso, duas palavras apenas. Que vemos nós ao contemplar a vida apostólica dos nossos Padres... aumentar de ano para ano em tantas freguesias o número de assistências à Missa, o número de confissões e de comunhões; missas multiplicadas; a Acção Católica, qual exército em luta cerrada; as obras da Juventude em floração; as catequeses em plena actividade; a obra das vocações a alastrar gloriosamente; obras de assistência que se fundam ou se desenvolvem; igrejas que se levantam de novo ou se restauram: presbitérios que se constroem; paróquias que de frias passam a fervorosas, de mortas se tornam vivas; uma ressurreição notável e que promete alastrar, Deus louvado. Isto um pequeno apontamento do muito, que haveria para dizer.

A todos estes apóstolos do Senhor, que daqui sairam cheios de ideal e hoje se gastam e consomem (alguns deles em clima de heroicidade) a dilatar o reino de Deus, no amor e na sociedade, o Seminário quer dizer-lhes que os acompanha e sente orgulho de tais filhos. Importa, porém, não esquecer o exemplo tão apostólico de muitos sacerdotes mais velhos que eles. Só Deus sabe quanto os novos lhes devem!

A SUBSTITUIÇÃO

Os Padres Picpus tinham vindo com toda a generosidade e sem porem a mínima condição. Estariam enquanto a sua presença fosse necessária. Por outras palavras: estariam até que pudessem ser substituídos. E no fim do ano lectivo de 1944/45 pareceu chegada a hora da substituição, ou melhor dito, da entrega da obra, que eles criaram e desenvolveram, nas mãos e aos cuidados de sacerdotes, por eles mesmos formados. Pessoas diferentes, mas sempre a mesma obra, o mesmo espírito, o mesmo ideal. E assim, em Setembro de 1945, Sua Eminência confiava a direcção do Seminário ao novo corpo docente, composto de sacerdotes, todos eles moldados pelos ilustres antecessores, seus filhos, portanto, de espírito e de coração. É fora de dúvida que todos nutrem pelos seus antigos Mestres a maior admiração.

Foram estes os Padres a quem Sua Eminência confiou o pesado encargo do Seu

Seminário Maior — P. José Amaro Teixeira, Dr. José Manuel da Piedade Gracias, P. José da Costa de Oliveira Falcão, P. José Francisco Viçoso Freire.

No Seminário já se encontravam, desde os últimos anos, D. João Filipe de Castro (Nova Goa), Dr. António Augusto de Azevedo Pires e P. António Gregório Neves. No ano seguinte entrou também o Dr. António Henrique de Figueiredo Sarmento. Pouco depois veio o P. José Honorato Gomes Rosa.

HORAS DE LUTO

O Cónego Dr. José Manuel da Piedade Gracias, natural de Goa, fez em Lisboa os seus estudos médios e superiores. Licenciado em Direito, sentindo na alma o apelo do Mestre, deu-se total e generosamente, entrando neste Seminário em 1931, onde foi aluno exemplar e brilhante. Depois de profundo e profícuo trabalho na Acção Católica e como pároco da paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Lisboa, é colocado, por Sua Eminência, como professor de Dogma no Seminário de Cristo-Rei. Vinha cheio de glória e de prestígio. O Seminário apenas o teve como professor no espaço de dois anos. No entanto, ficará, na história, como um dos melhores e mais competentes professores. Em pleno rendimento para as almas e para todo o Patriarcado, é chamado por Deus, no dia 24 de Outubro de 1947, a receber o prémio dos muitos trabalhos e das suas grandes virtudes. Foi uma hora dura e difícil. Para o substituir na cátedra foi chamado o Dr. Vasco Moniz, pároco de Vila Franca. Aqui veio diàriamente, dar as aulas de Dogma até 1949. O seu sacrifício só era excedido pela sua competência. Urgia, no entanto, substituí-lo, pois as ocupações de Vila Franca não consentiam a sua ausência. Veio então P. José da Felicidade Alves, que havia sido ordenado no ano anterior e que tomou a seu cargo a cadeira de Dogma.

O outro Sacerdote, que faleceu no nosso Seminário, foi o Cónego António da Fonseca Mendes Serrano. Feito o curso do Colégio Militar, sentiu também o chamamento do Senhor e a sua resposta foi a das almas grandes e nobres. Concluiu o curso neste Seminário, em 1935. Era um carácter, um coração, uma alma sacerdotal. Continua a viver no coração de quantos o conheceram. Depois de ter ocupado vários cargos, entre eles o de Vice-Reitor do Seminário de Almada, e todos eles desempenhados modelarmente, foi nomeado Professor do Seminário de Cristo-Rei, em 1949. Aqui esteve pouco mais de dois anos. A 27 de Janeiro de 1952, depois de anos de intensa vida de piedade, adormece no Senhor. Dois Amigos, dois modelos, dois filhos ilustres desta casa, que nela moraram e fora dela morreram, um em Lousado, o outro em Lisboa, embora a ela pertencessem. Do Céu, onde os cremos a viver e reinar com Deus, esperamos e pedimos a sua valiosa intercessão.

Em 1951, apenas concluído o curso, ficou nomeado, como professor, P. Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão. No ano seguinte, foi nomeado P. Fernando de Brito Antunes. Veio depois, P. José da Costa Ferreira. Neste último ano chegaram de Roma, — João António de Sousa doutorado em Dogma, e Manuel Alves Lourenço, doutorado em Direito Canónico. Como ecónomo está o Rev.º Benef.º Joaquim Mourão Vieira, que desde Setembro de 1931 vem desempenhando, com notável dedicação e competência, a sua árdua tarefa.

SESSÃO DE HOMENAGEM

Embora a nova Direcção tomasse conta do Seminário em Setembro de 1945, o Superior Geral autorizou que ficassem, por mais dois anos, o P. Plácido Guerné e o P. João Baptista. Quando soou a hora de eles também partirem, realizou-se, então, no Seminário, uma brilhante sessão solene de homenagem a todos os Rev.^{os} Padres dos Sagrados Corações, a que se dignou presidir Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca. Como era de justiça, foram postos em relevo os dois ilustres Vice-Reitores: P. Victor Cadillac e P. Pascal Piriou. O primeiro governou de 1931 a 1937. O segundo, de 1937 a 1945. O Rev.^{o} P. Victor Cadillac, alma de apóstolo, coração bondoso, todo simplicidade, vivia só preocupado com os seus alunos. Era para todos um solícito, e tinha em cada um deles um grande amigo. Já Deus o chamou a receber o galardão dos seus trabalhos. Faleceu em Lima, no dia que festejava os cincoenta anos de sacerdote. Foi celebrar ao Céu as bodas de oiro. Paz à sua alma.

O Rev.^{o} P. Pascal Piriou alma de artista, espírito finíssimo, e duma inalterável jovialidade, não sabia dizer que não. A sua dedicação foi tal que arriscou gravemente a saúde. A sua pessoa ilustre e distinta, é recordada com amizade, estima e veneração por todos os amigos, que são tantos quantos os que tiveram a felicidade de o conhecer.

A sessão abriu com breves palavras do novo Vice-Reitor, que disse:

«A 24 de Outubro de 1931, abria o novo Seminário Maior do Patriarcado, Seminário de Cristo-Rei, cuja direcção era confiada aos Padres da Congregação dos Sagrados Corações.

A passagem de tão ilustres sacerdotes por esta casa, com a sua longa actividade nela, constitui magnífico volume da obra prodigiosa de Vossa Eminência.

E é a última página deste livro que nós aqui estamos a escrever nesta hora solene.

Magnífico volume — dizia eu.

É que — todos quantos, em boa hora, por aqui passaram, souberam ser Mestres — no saber, Mestres — no trabalho, Mestres — no amor, Mestres — em servir.

Ricos em inteligência — nobres de coração — desde a primeira hora se devotaram desinteressada e inteligentemente à nobilíssima tarefa da formação sacerdotal daqueles que o Senhor chamara a tão sublime ideal. E a gratidão de todos estes eleitos do Amor do Senhor, é grande, e muito grande. Expressá-la é o objectivo desta sessão.

O primeiro agradecimento, tornado prece, que de tantos corações irrompe, é uma fervorosa oração ao Senhor do Céu, da terra e das mínimas circunstâncias, que tudo dispôs para que o Seminário de Cristo-Rei fosse confiado a tão distintos artífices da Obra das Obras.

A Vós, Senhor, *gratias agimus!*

Vai depois para V. Eminência, Venerando Pai e Pastor, todo o reconhecimento de quantos tiveram a ventura de passar pelos bancos deste Seminário, porque, depois de Deus, é ao nosso querido e Providencial Prelado que tudo se deve.

Bem haja Vossa Eminência que os pediu!

Graças a Deus que os trouxe!
Bem hajais vós, por terdes vindo!

Pela minha boca, pelo meu coração, em mim, amigos fiéis, cooperadores dedicados, falam todos os vossos discípulos, os passados, os presentes e até os vindouros porque vós, saindo, não levais tudo: entre nós fica o vosso espírito, fica o vosso exemplo, ficam as vossas lições; fica a vossa obra.

E é este o motivo porque até os vindouros declinarão os vossos nomes — viverão do vosso espírito — bendirão o vosso trabalho.

Segreda-nos baixinho o coração: — Ficai connosco.

Outros são os destinos do Senhor.

No entanto permaneceis vivos e operantes no espírito como no coração dos que vos conheceram.

E todos ficais nesta casa, nos dois grandes e ilustres vice-Reitores que a Vossa Congregação lhe deu, e cujos retratos teremos sempre ante os olhos, como gigantes na árdua tarefa sacerdotal».

Falou depois, pelos Superiores o Reverendo Cónego António Gregório Neves e, pelos alunos, o Dr. António dos Reis Rodrigues. Finalmente levantou-se Sua Eminência que, entre outras coisas, disse:

Nesta sessão de homenagem, na pessoa dos dois últimos padres de Picpus que vão deixar o Seminário, aos Padres da Congregação dos Sagrados Corações, que tomaram em suas mãos e no seu coração, desde a fundação em 1931 a obra do Seminário Maior de Cristo-Rei do Patriarcado — falara o actual Vice-Reitor em nome do Seminário, um Professor em nome de todos os novos professores, e um aluno em nome dos alunos, actuais e antigos — não podemos nós deixar de falar também, confirmando as justas palavras aqui proferidas, e em nome do Patriarcado de Lisboa. Várias vezes tinha ouvido que esta obra do Seminário de Cristo-Rei era a maior e a mais bela do seu Pontificado. Não lhe pertencia a si julgá-la; o que podia dizer é que começa a irradiar pelo Patriarcado fora em frutos de restauração religiosa. E alguns dos sacerdotes ali formados tem-nos como verdadeira glória do clero; no íntimo da alma vota-lhes sincera veneração.

Mas a obra deste Seminário enaltece alguém — não pode deixar de a atribuir na melhor parte (que é a espiritual) à Congregação dos Sagrados Corações. Foi esta que realizou o ideal que concebera de um Seminário novo, não só materialmente, mas ainda quanto ao espírito.

Sua Eminência faz a seguir em traços rápidos, a história do Seminário.

Quando em Dezembro de 1929, depois de ter exposto a S. S. o Papa Pio XI o estado do Patriarcado, Este lhe pergunta qual era o seu programa de apostolado, respondera que o primeiro número era a fundação de um Seminário. Pio XI, interrompendo-o disse-lhe:

— Não hesite um momento. Esse é o caminho.

A seguir perguntava com que contava para a realização da obra.

— Com a Providência!

E logo Pio XI:

— Pois conte com ela. Ela não lhe há-de faltar.

— E continuou Sua Eminência — não faltou até hoje — Deus seja louvado!

O primeiro problema a resolver foi o material: — a instalação do Seminário. Circunstâncias extraordinárias — em que é manifesta a mão de Deus — o levaram a adquirir esta explêndida propriedade. Ela, só por si, era logo uma afirmação. Este Seminário, com este parque e este jardim e esta distinção sóbria era o quadro necessário para a concepção nova do Seminário.

Mas para uma obra desta natureza eram precisos professores novos. E estes professores-educadores deu-no-los a Congregação dos Sagrados Corações. Para lhes testemunhar a nossa gratidão, agora que partem os últimos é que se realizava esta sessão.

Qual foi a obra aqui realizada pelos padres de Picpus? Todo o Patriarcado — e até Portugal — o sabe. Pode resumir-se nisto: realização do ideal daquele Seminário que Sua Eminência concebera. Este ideal importava uma verdadeira revolução.

Revolução logo na concepção do Seminário; ambiente de família, sem separações distintas entre superiores e alunos, com vida comum para todos, num quadro de liberdade e responsabilidade, de confiança, sinceridade e alegria.

Revolução na concepção da disciplina — que sendo aliás mais exigente, deriva porém antes do impulso da consciência que da coacção externa — da espontaneidade e sinceridade individual que da vigilância e pressão de fora da formação e adesão íntima que de regulamento policial.

Revolução na concepção do estado da Teologia: não um ensino frio e impassível, puro jogo de especulação abstracta, que não toca o coração e fornece a vaidade da inteligência; mas ensino que termina em contemplação amorosa, em que tudo vibra, a inteligência e o coração, a razão e o amor; estudo que começa e continua em oração.

Revolução no culto da dignidade e esplendor da vida cultural da Igreja, pela liturgia e pelo canto: até a imprensa que não timbra de católica várias vezes tem afirmado que o Seminário dos Olivais reabilitou a música sacra e trouxe novo brilho às funções litúrgicas da Sé Patriarcal.

Esta a obra dos padres da Congregação de Picpus neste Seminário de Cristo-Rei. E ela que explica, disse Sua Eminência, a nossa presença aqui, na hora da despedida, a manifestar-lhes o nosso reconhecimento. E continuou dizendo que chegara o momento de confiar a novos padres, formados por aqueles, a mesma obra. Partem, mas fica a mesma alma, o mesmo espírito, o mesmo método. Partem, mas continuam nos que foram seus discípulos. Quando vieram não puseram condições — «estaremos enquanto formos precisos». Deram tudo, não pediram nada. Vieram trabalhar em obra alheia, às ordens do Patriarca de Lisboa, com os olhos postos apenas no serviço da Santa Igreja. No nosso coração e na nossa alma têm aberto um crédito ilimitado de gratidão e admiração.

Não queremos esquecer nenhum. Mas pede o coração e a justiça recordar os nomes dos dois Vice-Reitores, que tiveram sobre os ombros o peso maior, os Reverendos Padres Victor Cadillac e Padre Piriou. Este último o restaurador da música

sacra no Seminário, aqui comprometeu gravemente a saúde. E terminou saudando o Superior Geral, a quem oferece todas as homenagens desta sessão.

Por fim, entregou Sua Eminência ao Padre Plácido Guerné o documento de benemerência, que havia chegado da Sagrada Congregação dos Seminários e que transcrevemos.

SACRA CONGREGATIO DE SEMINARIIS ET STUDIORUM UNIVERSITATIBUS

LITTERAE BENEMERENTI

Sacra Congregatio de Seminariis et de Studiorum Universitatibus, cum perspectam habeat singularem Rev.mi P. Placidi Guerné S. S. C. C., Theologiae Dogmaticae in Patriarchali Seminario Lisbonensi Professoris, doctrinam atque in disciplinis theologicis tradendis diligentiam ac peritiam, concordi omnium testimonio, praesertim Eminentissimi D. Emmanuelis S. R. E. Card. Gonçalves Cerejeira, Patriarchae Lisbonensis, egregiorumque in Seminario Professorum, comprobatam eximiisque animi doctibus honestatam, eundem Rev.mum D.mum.

P. Placidum Guerné, S. S. C..

de clericorum institutione Bene Esse Meritum Coeram Catholica Ecclesia solemniter declarat atque proclamat.

Cujus benemerentiae testimonium, presentes literas eadem Sacra Congregatio de Seminariis et de Studiorum Universitatibus perlibenter concedit.

Datum Romae, ex aedibus Sancti Calisti, d. 22 Junii a. D. 1947, in solemni canonisatione Sancti Johannis de Britto, Mart.

Praefectus

a) J. Card. Pizzardo

Secretaruis

a) † J. Rossino, Secret.

PALAVRAS DO SR. P. PLÁCIDO

De dezasseis anos de trabalho da Congregação, neste Seminário, podem comparar-se à passagem dos Magos por Belém: Vimos uma estrela no Oriente, ouvimos a voz de Deus, que nos mandou para longe e, obedientes à estrela do Senhor, chegámos ao Patriarcado, onde uma esposa, ao mesmo tempo Mãe e Virgem, desposada com um esposo «vir justus», deu à luz um menino: o Seminário de Cristo-Rei dos Olivais. Nós, muito semelhantes aos Magos do Oriente, oferecemos as nossas oblações: o ouro, o interesse, o amor, os pequeninos sacrifícios, em prol deste menino recém-nascido. Deste ouro e destas ofertas, talvez vivessem durante o exílio! Deus podia dar directamente, ao seu Filho único e ao seu pai, pão e alimento; mas escolheu outros homens de longe, de outras raças e línguas para trazerem o alimento do Menino.

Todos os padres que passaram por aqui, pelo Seminário, a sua primeira palavra foi: «Mihi labor, proximo utilitas, Sacris Cordibus Jesu et Mariae honor et gloria». Este foi o lema de todos. Tenho pena de confessar aqui pùblicamente que talvez nem

sempre tivéssemos conseguido realizar este ideal. Em nome de todos peço desculpa. Agora vamos partir. Sairemos do Patriarcado corporalmente; mas a nossa alma e o nosso coração aqui ficam. Acabamos com a nossa oração em português; mas a nossa alma rezará eternamente na língua de Camões. Os Magos partiram; também nós temos de partir. A Sagrada Escritura não diz se os Magos tiveram a felicidade de tornar a ver Jesus. Só talvez na eternidade nos veremos; não sei se nos poderemos ver outra vez aqui na terra.

Muito obrigado por tudo.

AS OBRAS CONTINUAM

A construção do Seminário que ainda não está completa, tem sido lenta e por partes. Só vários anos após a inauguração do Pavilhão de Santo António, destinado aos alunos de teologia, é que foi possível começar a construção do segundo Pavilhão — de Santa Teresinha — particularmente destinado aos alunos de filosofia. É igual ao primeiro, com o mesmo número de quartos e salas. Os dois corpos dão-nos 204 quartos para alunos e 12 quartos para Superiores.

Foi também dia festivo para o Seminário, para toda a Diocese, bem como para Sua Eminência a inauguração deste Pavilhão. Ao Seminário acorreu muito clero e grande número de benfeitores. Pela tarde realizou-se uma grandiosa sessão solene no salão-ginásio, que precisamente fica nesta parte do edifício.

Em nome dos Seminaristas falou o aluno José Ferreira do primeiro ano de teologia, que saudou Sua Eminência Reverendíssima e louvou os benfeitores pela sua generosidade e dedicação ao Seminário.

Em seguida, um dos operários, que construiram a obra, disse breves palavras de saudação e agradecimento ao Excelentíssimo Cardeal Patriarca, a quem ofereceu um significativo ramo de flores. Depois de vários números de música, levantou-se o venerando Patriarca para saudar os generosos ilustres benfeitores e agradeceu toda a dedicação com que têm sabido acarinhar a primeira obra da Diocese — a Obra dos Seminários. O seu coração de Pastor, principal responsável pela grei lisbonense, exultava de alegria e de gratidão por ver concluída mais uma parte do Seminário dos Olivais. O milagre continuara a realizar-se. Mas muito resta ainda para fazer e a obra não é sua. Apelando para os católicos de Lisboa é um hino que canta à sua fé, ao seu amor, à sua generosidade, ao seu zelo pela glória de Deus e pela evangelização das almas. A obra é de todos. Uma calorosa e prolongada salva de palmas coroou as palavras de Sua Eminência. E em seguida, cantou-se um solene Te-Deum na capela para render graças ao Senhor, de quem desce sempre o dom perfeito. Foi dia de glória.

Isto passou-se em 1938.

Em 1940, com os retiros do clero, no mês de Julho, foi inaugurado, sem manifestação externa, mais uma obra — a cozinha, o refeitório, a enfermaria com capela privativa, gabinetes do médico e alojamentos para os empregados. Assim ia crescendo a obra do Seminário.

Os dois Pavilhões estiveram bastante tempo independentes, ligados apenas por uma passagem provisória pela galeria. Assim e viveu até 1949, em que foi possível levantar o corpo central, que veio dar ao edifício unidade e grandeza. Neste Corpo Central fica o grande átrio da entrada principal, com a biblioteca, em dois andares, sobreposta ao passeio que fica por cima do átrio. A seguir à entrada, levanta-se a capela — sóbria, austera e harmónica. A sua mensagem é sempre agradável e pacificadora. Foi aberta ao culto em 28 de Setembro de 1951. Como Sua Eminência se encontrava ausente da diocese, foi benzida pelo Vice-Reitor, segundo as normas do ritual. Com ela ficou notàvelmente enriquecida toda a obra. É a Casa de Deus.

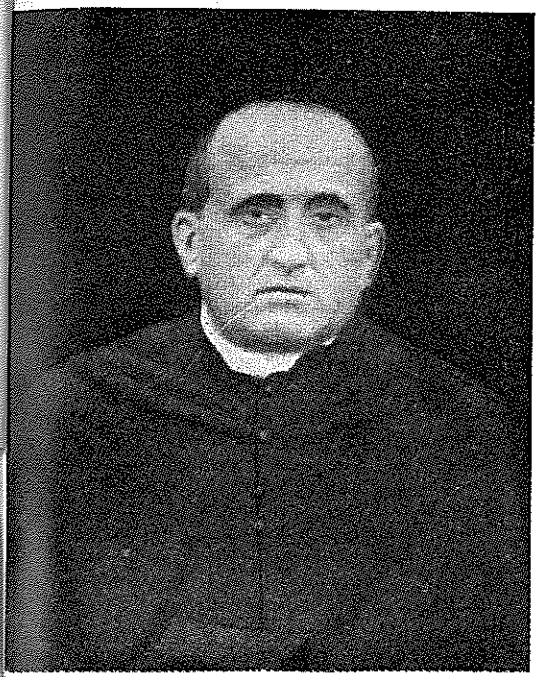
VOCAÇÕES

A continuar a presente média de ordenações, o Patriarcado caminhará para o paganismo, para a morte. É gigantesco, sem dúvida, o esforço, que nestes 25 anos, se tem feito. E o grande obreiro desta obra de milagre é Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Patriarca. Contudo, a dolorosa realidade é que estamos ainda a uma distância muitíssimo grande da meta que é indispensável e urgente alcançar. Erros e faltas dos que nos precederam criaram o anticlericalismo, que tantos danos tem causado no recrutamento das vocações. Há famílias, há meios, há classes que continuam quase hermèticamente fechadas aos problemas sacerdotais. As Universidades, os Liceus, os Colégios têm vivido alheios ao problema. Os trinta rapazes, que, nestes 25 anos, deles vieram são muito, pela qualidade, mas são nada, quanto ao número. Urge encarar de frente o problema e estudá-lo nos seus múltiplos aspectos. Se o Seminário dos Olivais, ao celebrar as bodas de oiro em 1981, não tiver ordenado, pelo menos mais 500 sacerdotes, terá motivo para estar em festa? Mais vocações, melhor recrutamento, aumentar os Seminários ou criar outros são meios de que é mister lançar mão. É necessário, é urgente, é questão de vida ou de morte para a vasta população do Patriarcado.

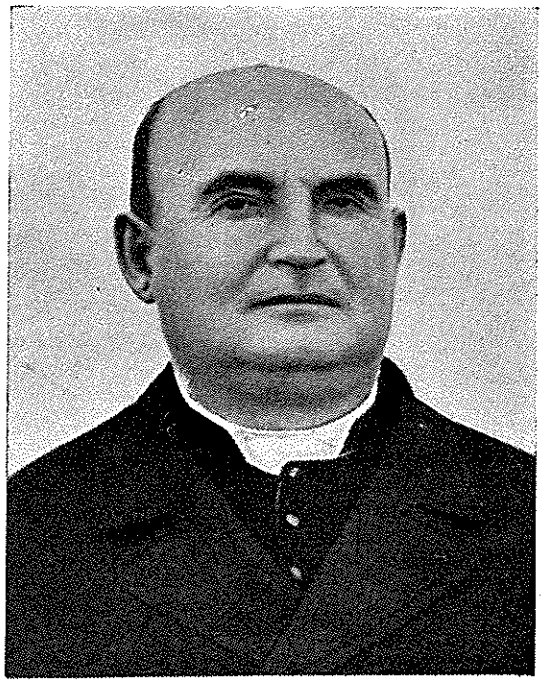
Muito e muito mais havia a dizer, da vida e actividade do Seminário dos Olivais, nestes 25 anos de existência. O que aqui fica, pode dizer-se que não é nada. Com estas breves notas, quisemos tão sòmente deixar esboçados capítulos para uma grande história do Seminário. E mais cedo ou mais tarde ela se irá fazendo.

A obra é de Deus e é dos homens. Não está concluída. Carece do interesse, do amor, da dedicação, do carinho de todos. É preciso dinheiro para a conservação e ampliação. São necessárias vocações numerosas e de escol, para podermos ter muitos e santos sacerdotes. É indispensável muita penitência e oração a fazer violência ao Céu, para que de lá nos venham, com divina abundância, todas as graças, que obras desta natureza requerem. Ajudemos, como nos for possível, o Venerando e Apostólico Prelado, que ora, sofre, se gasta e consome, dia e noite, pelo seu querido Seminário, onde quer dormir o sono derradeiro.

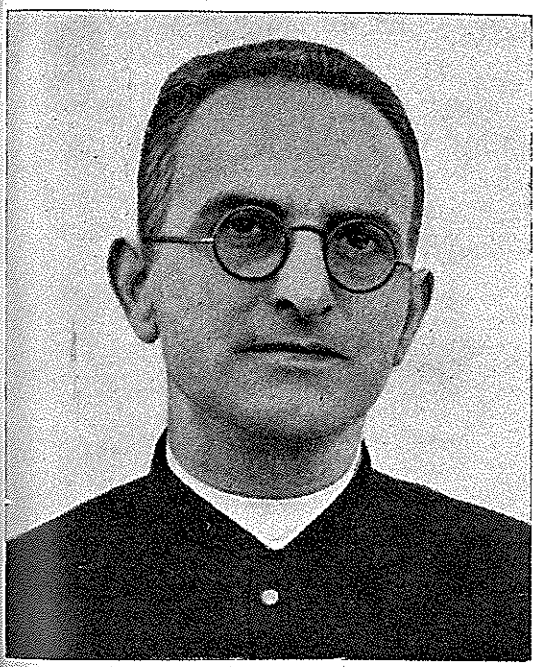
Cónego José Amaro Teixeira



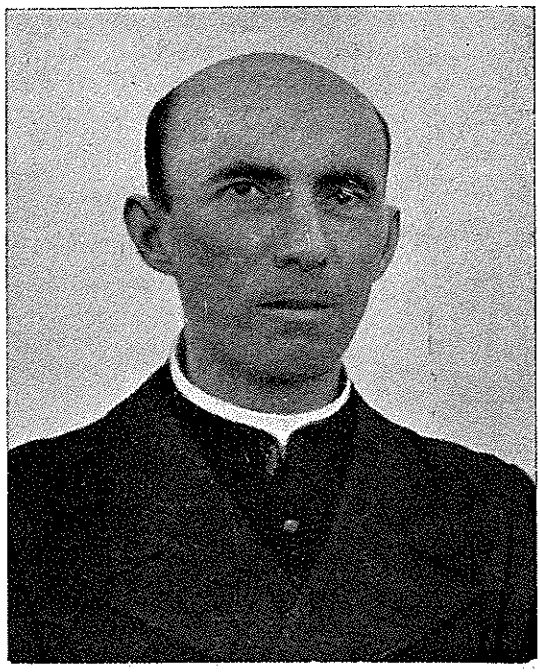
P. Victor Cadillac



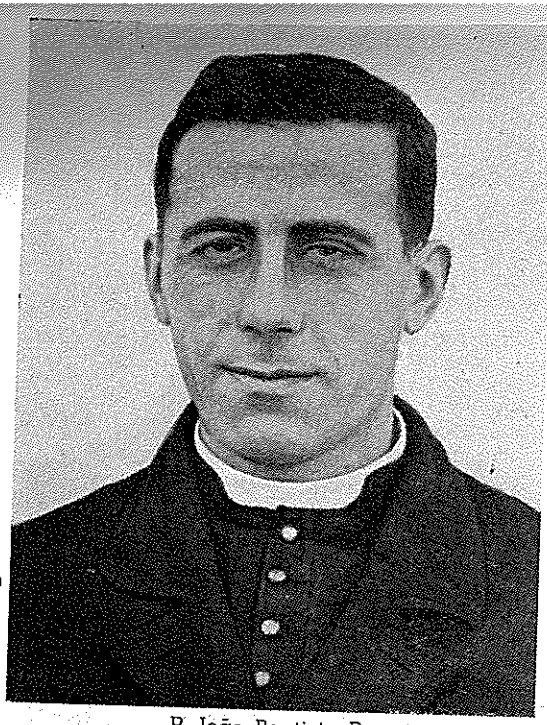
P. Pascal Piriou



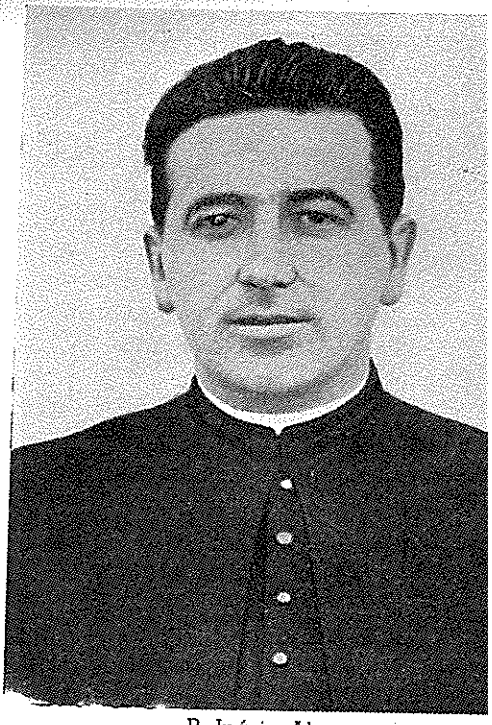
P. Francisco Waker



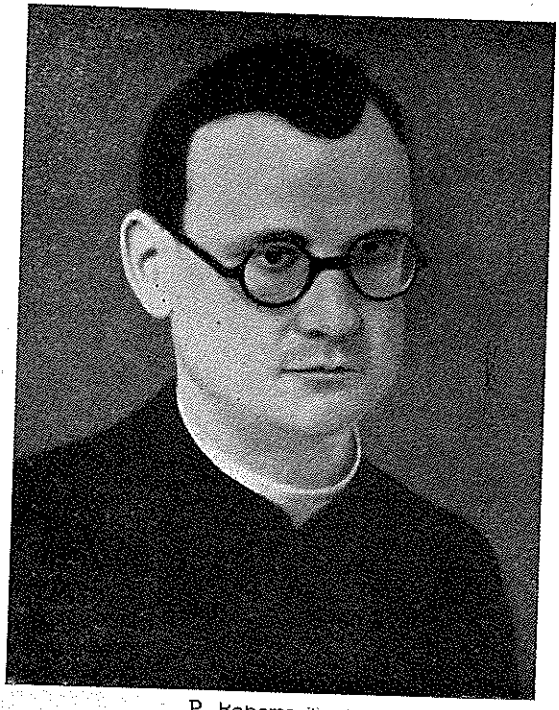
P. Plácido Guerné



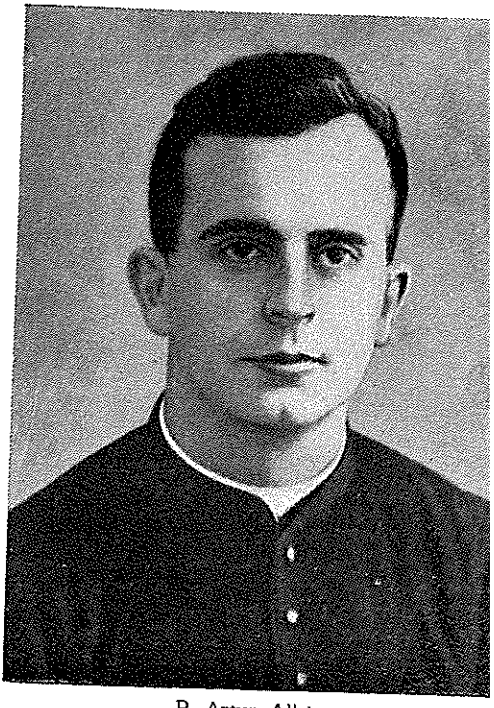
P. João Baptista Proust



P. Inácio Alaasoro



P. Roberto Thielen



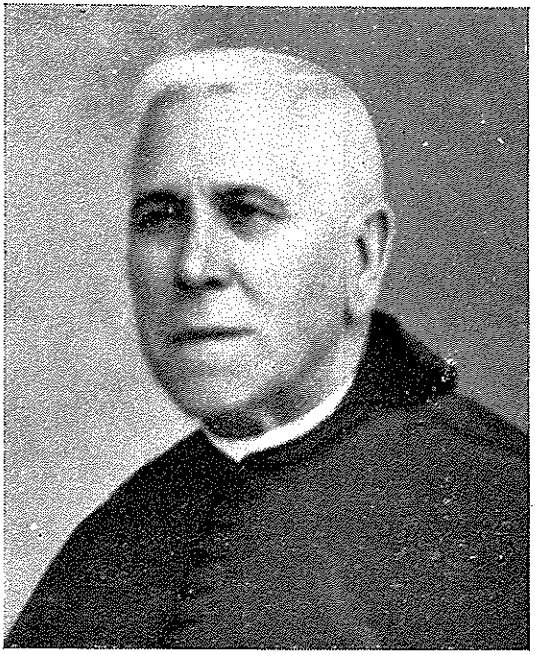
P. Artur Albisser



Cónego António Mendes Serrano



Cónego Dr. José da Piedade Gracias



Cónego João Nunes Ferreira



P. Mata



P. Constant Hillion



P. Mário Ausams



P. Lamberto Harreta

A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DO MISTÉRIO PASCAL (*)

P.e JOSÉ FERREIRA
Professor de Liturgia

Por graça de Deus e magnânima generosidade de Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Patriarca, celebra este ano o nosso Seminário de Cristo-Rei dos Olivais o seu 25.º aniversário, as suas bodas de prata. Adulto de poucos anos ainda, mas já de idade suficientemente consolidada, para que não lhe fique mal lançar para trás o olhar curioso sobre o seu passado. Instituição nova, construída de raiz, oferecia ela campo virgem a um trabalho de formação sacerdotal novo que assim se poderia desenrolar mais livremente do que se tivesse, para se desenvolver à vontade, de libertar-se da teia emaranhada em que se costumam debater as instituições ligadas a complexos costumes tradicionais.

Não se cortou com a tradição, herança gloriosa de nossos maiores; mas, em época, em que a Igreja por se encontrar com uma nova Humanidade, tem de entrar por caminhos novos, (muitos deles já velhos, mas que é preciso simplesmente redescobrir), não podia o nosso Seminário não abrir os olhos para esses novos caminhos por onde a Santa Igreja avança triunfante e segura, através deste mundo, até à montanha de Deus.

Foi sonho de Sua Eminência que o nosso Seminário fosse berço de algo novo, para que os padres, que daqui saíssem, fossem na palavra tantas vezes pronunciada pelo Eminentíssimo Pastor, «Padres, estilo novo». Novo, não porque os de antes fossem de estilo reprovável, mas para que os de agora se abrissem largamente às exigências actuais da vida da Igreja. Ter-se-ia tornado o sonho realidade? Nunca os sonhos serão realidade total; mas sem eles não se levantaria na terra nada de grande. Os sonhos são a planta de todas as grandes realizações. Em qualquer caso o nosso Seminário trouxe novidades, marcou uma linha cuja direcção, se não era nova em si, era nova para nós.

E creio que foi precisamente a maneira como compreendeu alguns dos grandes movimentos da presente vida de Igreja. Sem dúvida, entre eles está o movimento litúrgico. É glória sua ter sido em Portugal, um dos berços em que foi carinhosamente embalado o despertar, entre nós, do grande apostolado. Não era coisa nova que os Seminá-

(*) Conferência pronunciada a 7 de Março de 1956, na Sessão Teológica de homenagem a S. Tomás de Aquino.

rios do Patriarcado acarinhassem com particular afecto a vida cultural da Santa Madr Igreja; o velho Seminário de Santarém prezava-se de ser modelo de observância d sagrada liturgia. Mas o que agora nos chegava era descoberta nova em todo o mund Liturgia, evocava nestes novos tempos, mais do que cerimonial litúrgico, a presenç no mistério do culto da própria obra redentora de Cristo. A liturgia já não era apena organização e meio de edificação; era adoração, louvor, eucaristia e comunicação d santidade. Mestres vindos de fora (1) trouxeram-nos a iniciação no canto sagrado. I também o nosso seminário ouviu, talvez pela primeira vez em Portugal, as admirável melodias gregorianas, sepultadas desde séculos no fundo das bibliotecas, em ilegíveis pergaminhos e que os monges de Solesmes há alguns anos tinham reconduzido ao cor das nossas igrejas. Mais, porém, do que a beleza musical, aprendíamos que essas melo dias eram a voz da Igreja orante e que cantando-as não dizíamos nada de simples mente nosso, em louvor à glória do Seu Celeste Esposo.

À frente desta casa pôs Sua Em.ª Rev.ma um mestre apaixonado pela vida d Santa Madre Igreja, (2) que passava os seus dias no meio de nós a dizer-nos, em todo os tons e de todos os modos, que era nela que encontraríamos a Cristo e que era en Cristo que veríamos o Pai, com aquela simplicidade e paciência que já o Senhor usar com Filipe para ensinar a mesma coisa: *Philippe, qui videt me videt et Patrem* (3) Ao pretender desenvolver duas ideias sobre um assunto de liturgia, não posso neste momento e neste ano deixar de evocar no meu espírito e no de todos vós a lembranç de Monsenhor Reitor.

Por todas estas razões, ao celebrarmos, segundo velha praxe esta festa acadé mica em honra de S. Tomás de Aquino, pareceu bem, neste ano jubilar trazer à benévola consideração de V. Ex.as um assunto de ordem litúrgica. Não foi difícil escolher As últimas reformas nesta matéria, emanadas da Santa Sé estão dando relevo excepcional à celebração da Semana Santa e em particular à Vigília da Páscoa. Serão portanto estas considerações sobre a celebração litúrgica do mistério pascal e em particular sobre a evolução histórica da santa vigília.

* * *

A liturgia é na Igreja o próprio exercício da vida de Cristo Senhor nosso, Sacerdote glorificador do Pai, Liturgo Supremo e Universal. A organização do culto litúrgico nasceu, ao correr dos séculos e em diversos lugares, com aquela espontaneidade natural que a vida cristã, consciente e activa, inspirou à cristandade. Sendo vida, a vida de Cristo no meio da Igreja, à Liturgia era a princípio estranho tudo o que fosse artificialismo, cerimónias ou formulários distantes do sentir e do viver natural dos fiéis. A Liturgia foi sempre, e tem de o ser hierática, solene, afastada do trivial, do terra a terra, mas nobre nas atitudes, elevada na linguagem, sem com isso deixar de ser sentida pela comunidade cristã, sem deixar de ser a expressão verdadeira da sua

(1) O Seminário esteve até 1949 confiado aos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, comumente chamados de Pic-Pus. O canto esteve a cargo do Rev.º P. Pascal Piriou, organista e compositor exímio e do Rev.º P. Inácio Aldassoro, mestre do coro.

(2) Monsenhor Cónego Reitor José Manuel Pereira dos Reis, actualmente oblato no mosteiro beneditino de Singeverga.

(3) João, 14,9.

própria vida, como uma pessoa não precisa de ser mentirosa nem falsa quando pretende ser elegante.

Com o rodar dos tempos, dado sobretudo que o povo, por ignorância, por deseducação, por desenvolvimento de espírito individualista, se começou a afastar da liturgia, esta foi, pouco a pouco, tornando-se distante da vida real e individual de cada fiel.

Os actos litúrgicos deixaram de ser compreendidos e sentidos. O que era vida da Igreja cristã não era, ao menos conscientemente, vida dos cristãos. E foi assim, que ao lado da liturgia, que a Igreja continuou a considerar a sua vida, onde está presente no mistério do culto a própria vida de Cristo, surgiram as múltiplas formas de piedade individual, subjectivamente mais verdadeiras que a piedade litúrgica, mas mais esvasiadas de conteúdo objectivo. Houve quem afirmasse, tão levado de generosidade como de ignorância, que determinadas formas de piedade litúrgica, não se podendo aceitar como manifestação de autêntica piedade, se aceitassem ao menos em espírito de penitência e obediência!

Este malfadado estado de coisas, se em alguma circunstância se manifestou claramente, foi na Semana Santa.

Mais do que nunca, os fiéis sentiram a necessidade de expressar a sua piedade para com os augustíssimos mistérios da Redenção, nestes dias santíssimos; mas porque a liturgia lhes era estranha carregaram, por sua conta e em deterimento das funções litúrgicas, estes dias, com novas formas de oração de carácter individualista, (não digo pessoal) mais sentimental, tanto menos densas de verdade quanto mais cheias de um sentimentalismo superficial e às vezes doentio. Deslocaram-se os ofícios das horas competentes, certamente por maior comodidade, enquanto se inventavam por outro lado duras formas de penitência. Anteciparam-se matinas de sexta-feira santa para não carregar a noite com ofícios longos, e... alongaram-se pela noite as horas de adoração, porque naquela noite, ao menos naquela noite, era preciso apelar para a generosidade, para a vigilância e para a oração. E que no ofício não se rezava! A comemoração da morte do Senhor inspira tanta devoção e recolhimento que até pelas ruas se pede um minuto de silêncio às 3 horas da tarde de sexta-feira santa; mas o ofício, ou, como agora se diz, a Acção Litúrgica dessa hora transpôs-se irracionalmente para de manhã para em seu lugar se fazer a Via-Sacra, a Soledade de Nossa Senhora, etc., devotas mas secundárias formas de piedade. A soleníssima Vigília Pascal, porém, foi de todos os ofícios o mais torturado. Passou integralmente da noite santa da Páscoa para a manhã de sábado, deixando sem sentido aquele belíssimo e sugestivo ofício: nem cronologia, nem simbolismo, nem lógica nas fórmulas e ritos. Para iludir a fantasia e não deixar aos textos tão pouca ocasião de se mostrarem verdadeiros, taparam-se as janelas com panos escuros, apagaram-se as luzes, e teimava em chamar-se àquele dia, às vezes esplendente de sol primaveril, *nox sancta, haec nox est.*

O povo ia perguntando: «Porque é que a Missa do Alleluia é no sábado, se Nosso Senhor só ressuscitou no domingo»? E logo se arranjou piedosa resposta conciliadora: «É a hora em que o Anjo veio anunciar a Nossa Senhora que Jesus ia ressuscitar».

O século XX é realmente o século das luzes. O nosso tempo não suporta as soluções de compromisso. Às vezes chega a ser irreverente, mas no fundo é simplesmente verdadeiro. Anuindo ao voto de muitos membros da Cristandade o nosso Santo Padre

o Papa Pio XII, a quem Deus avivente para glória Sua e nosso favor, veio oferecer-nos o *ordo hebdomadæ sanctae instauratus*, a repor as coisas no seu lugar.

O Ordo representa, no entanto, a última e admirável fase do longo caminho percorrido pela Santa Igreja no viver quotidiano, através das idades, da Liturgia cristã. Acompanhemos, portanto, em pequena digressão histórica a evolução dos ritos da celebração pascal.

Páscoa significa, desde as origens do Cristianismo, não sòmente a Ressurreição mas todo o mistério da Paixão, Morte e Ressurreição, no qual o Senhor realizou a sua obra redentora. Páscoa, o Mistério Pascal, é aquela acção sagrada na qual Cristo realiza a libertação do seu povo do cativeiro do Egipto e o traslada à terra da plena liberdade — do cativeiro de Satanás à pátria da Sua Igreja. Celebrar a Páscoa é, portanto, celebrar o Mistério que nós hoje vivemos na Semana Maior, e por isso não é de estranhar que pelo menos no século IV toda a Semana Santa levasse o nome de Semana Pascal.

O diário de Etéria, a que adiante se fará mais larga referência, escreve: «No domingo (o de Ramos) entra-se na Semana Pascal que aqui (em Jerusalém) chamam Semana Maior» (4).

«Na origem, escreve Baumstark, o culto cristão celebra de algum modo uma festa única, a do Mistério da Salvação, mistério da Morte e da Ressurreição realizado em Cristo e em nós, por Cristo. (5) O carácter histórico do ciclo litúrgico está assim em segundo plano. As festas cristãs têm antes um carácter ideológico, e este era também «o da festa da Páscoa, festa da Redenção, fruto da Morte e Ressurreição do Salvador inseparàvelmente unidas» (6).

A primeira celebração da Páscoa cristã foi no Cenáculo. Mas pouco ou nada se compreenderá daquela misteriosa Ceia, se não se tiver presente que o Senhor se sentou à mesa para celebrar a Páscoa, a Páscoa hebraica.

Ocorria no dia 14 do mês de Nisan o aniversário do mais famoso prodígio de Yawéh a favor do seu povo. Cerca de 13 séculos antes, numa noite de dor e de triunfo, Yawéh passara, de espada desembainhada, por todo o Egipto, e ferira de morte todos os primogénitos dos egípcios, poupando os dos cativos hebreus, em atenção ao sangue do misterioso cordeiro devidamente espalhado nas ombreiras dos portais. Algum tempo depois, numa noite também, todos estes cativos hebreus, há 400 anos peregrinos em terra estrangeira, primeiro pela fome, depois pela abundância, finalmente pela escravidão, são conduzidos para fora daquele país, no meio de prodígios sem par, numa caminhada de 40 anos, que é ao mesmo tempo procissão de penitência e de glória, por entre terras inóspitas e povos inimigos, que lhes abriam caminho e se perfilavam à sua passagem — *obriguerunt ut lapis donec pertransiit populus tuus* (7) — até à doce e sonhada terra, onde corre o leite e o mel.

---

(4) Étherie, Journal de voyage, Sources Chrétiennes, Edition du Cerf. pag. 64
(5) ibidem pag. 64.
(6) Cfr. ibidem, pag. 68
(7) Cântico de Moisés. Ex. 15, 16, segundo a nova versão latina do Saltério.

No caminho, o mar abriu-lhes passagem a pé enxuto e foi vermelho com o sangue dos exércitos de Faraó; o céu deixou cair o maná; a pedra batida pela vara de Moisés jorrou água abundante; no Sinai apareceu a glória de Yawéh e o povo recebeu a Lei escrita; pelas areias do deserto ficaram perdidos os cadáveres de todos (menos 2) que tinham saído do Egipto, testemunhas de tantos milagres, mas que deixaram endurecer o seu coração e só uma geração nova alcança ver a terra prometida. No meio do cortejo, Yawéh está presente na tenda sagrada.

A lembrança desta restauração do povo hebraico ficará para sempre gravada na memória de seus filhos. O próprio Yawéh quer que sejam eternamente lembrados os prodígios do seu braço, a bondade da sua misericórdia: «Memorável será para vós este dia e vós o celebrareis, como dia solene do Senhor nas vossas gerações com culto sempiterno» (8).

Moisés, depois, do outro lado do mar, vendo a seus pés, misturados com as ondas, os corpos dos egípcios, seus carros e seus cavalos, cantou em hino triunfal as maravilhas que o Senhor operara em favor do seu povo. E mais tarde David comporá o salmo 135, no mesmo teor, em forma litânica com certeza para servir mais fàcilmente ao serviço litúrgico do templo, para que de geração em geração os pais anunciassem a seus filhos «como o Senhor é bom, como é eterna a sua misericórdia» (9).

«Celebrareis este dia em todas as vossas gerações». Não havia para o judeu preceito mais sagrado do que a celebração anual da Páscoa. Conhecemos o seu ritual: evocação dos factos, louvor e acção de graças a Yawéh (o salmo atrás citado fazia parte da cerimónia) e, em particular, a manducação do misterioso cordeiro. Nenhum judeu se furtava ao alegre cumprimento destas prescrições. Da Sagrada Família de Nazaré sabemos que todos os anos se deslocava da encantadora Galileia, por entre os rudes penhascos da Judeia, até Jerusalém, para celebrar a Páscoa: *ibant parentes eius* (de Jesus) *per omnes annos in Jerusalem in die solemni Paschae.* (10) Jesus ia também; sabe-se com efeito que aos 12 anos se ficou para trás da comitiva, no templo, ouvindo e interrogando os doutores. E conhecemos em pormenor como celebrou ele próprio a Páscoa no último ano da sua vida terrestre. Foi em casa daquele *quidam* do Evangelho para onde caminhava um homem com uma bilha de água às costas, ao anoitecer da véspera da Parasceve talvez quando, segundo a tradição rabínica, se contavam no céu as três primeiras estrelas. Como hoje diríamos, ao crepúsculo de quinta-feira.

Jesus cumpre todo o ritual que vinha nos livros santos: *Observata lege plene cibis in legalibus.* (11) Pela última vez na história do mundo e na história do povo eleito ia ter sentido aquela comemoração. E que todo o passado, os factos do Egipto, do deserto e da terra prometida, e o ritual anualmente repetido em memória desses mila-

---

(8) Ex. 12, 14.

(9) Ainda hoje todas as quintas-feiras, quando reaparece o dia da semana em que Jesus celebrou pela primeira vez a Páscoa antiga e lhe substitui a nova Páscoa, a Igreja do mesmo Deus que operou outrora aqueles prodígios a favor do seu povo eleito, repete no princípio e no fim desse dia, em laudes e vésperas, estes dois célebres poemas.

(10) Luc. 2,41.

(11) Hino «Pange lingua... corporis».

gres, não eram nada; não tinham sentido em si mesmos: *Haec omnia in figura.* [12] Eram a acção de Deus em símbolos como mais tarde Jesus falará em parábolas. É uma linguagem como outra qualquer, linguagem que, em lugar de ser simplesmente escutada, é sentida, é vista, palpada, vivida. Todos aqueles factos tiveram sentido relativo. O absoluto, que só está em Deus, estará no entanto perto do homem, não em figura, não em mero símbolo, em realidade, mas sòmente no novo povo escolhido, naquele que vai ser poupado à ira do Senhor pelo sangue do Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo, que vai ser salvo e liberto numa outra Páscoa, na Páscoa de Cristo.

Também esta, a Páscoa cristã deve ter (é evidente) a sua comemoração. Mais do que a antiga ela deve ser celebrada de geração em geração, também este dia deve ser *celeberrimus et sacratissimus.*

Jesus está no Cenáculo. Cumpre a Páscoa antiga e, como quem sobre o desenho esboçado espalha as tintas da pintura, Jesus Cristo preenche os símbolos antigos com a nova realidade. Institui a comemoração ritual da Nova Páscoa.

Na véspera da sua Paixão, esta instituição tem ainda o sentido de um testamento, como o pai que à hora da morte, dispõe cuidadosa e carinhosamente o que interessa ao futuro bem de seus filhos; ao cordeiro pascal da Antiga Lei substitui o Cordeiro Pascal da Lei Nova — Ele próprio: *Novum Pascha novae legis, phase vetus terminat* [13]. Essencial é a diferença entre esta comemoração ritual da Ceia e a da Páscoa antiga. Esta era meramente evocativa; falava à memória — «para que vossos filhos saibam o que eu fiz a seus pais quando os tirei da terra do Egipto». Aquela, a da Lei Nova, é também evocativa, *recolitur memoria passionis eius* [14] mas, mais do que isso, é presença, é a presença constante, até ao fim dos tempos, da Páscoa cristã: *annuntiabitis mortem Domini donec veniat.* [15] Ao terminar o banquete, Jesus cantou ainda o Hallel, o salmo de acção de graças, o salmo que evoca os prodígios da Páscoa antiga.

Em cada versículo, Jesus lê um capítulo da história do seu povo e como Senhor dos tempos e dos acontecimentos, toma em Suas mãos omnipotentes todos aqueles fios da teia da vida, e tece com eles maravilhoso matiz cujo desenho só pode entender-se visto no conjunto em que Ele o vê, neste momento da história do mundo.

Jesus sai do cenáculo. Vai para a Sua imolação, vai cumprir as figuras antigas e dar sentido ao novo rito pascal. Os Apóstolos saiem do Cenáculo. Vão para os caminhos do mundo e para os tempos do futuro. O mundo está agora salvo. Jesus morreu e ressuscitou. Ofereceu-se em sacrifício e o Pai aceitou e O glorificou. E eles, os Apóstolos, levam em suas mãos o mistério desse sacrifício e dessa glorificação. Vão, pois, celebrá-lo, no meio da assembleia do povo escolhido, da «Ecclesia», *in mei memoriam,* em memória de Jesus, para que os homens se lembrem de que têm no meio de si a salvação; *donec veniat,* até ao dia em que Ele voltar, para que nunca lhes passe da memória «como o Senhor é bom, como é eterna a sua misericórdia» [16].

---

(12) I Cor. 10,11.
(13) Hino «Pange lingua... Corporis».
(14) Antif. «O sacrum convivium».
(15) I Cor. 11,26.
(16) Salmo 135.

«A religião cristã com efeito, escreve L. Bouyer, não é simplesmente uma doutrina; é um facto, uma acção, e não uma acção do passado, mas acção do presente, em que o passado se reencontra e o futuro se aproxima. É nisto que ela encerra um mistério, mistério de fé, porque ela nos afirma que se torna nossa, de hoje, a acção que um outro, Cristo, um dia realizou e cujos frutos, já presentes em nós, só um dia poderemos contemplar». «Todo o culto cristão não é mais do que uma celebração contínua da Páscoa. O sol, que não cessa de se levantar sobre a terra, arrasta atrás de si uma esteira de eucaristias que não se interrompeu um só instante, e cada missa celebrada é a Páscoa que se prolonga. Cada dia do ano litúrgico e em cada dia, cada instante de vida da Igreja que não adormece nunca, continua e renova a Páscoa que o Senhor tinha desejado, com tão grande desejo, comer com os seus, enquanto espera a que há-de comer com eles no Seu Reino, e que se há-de prolongar por toda a eternidade» ([17]).

Apesar deste sentido de intemporalidade do mistério cristão, que faz com que a sua celebração tenha sempre igualmente sentido em qualquer época do ano litúrgico, a comemoração anual da grande data histórica da Morte e da Ressurreição de Cristo impunha-se por si mesma. Era da mais elementar exigência psicológica. Além disso, é íntima a ligação da Páscoa antiga com a Páscoa cristã. A antiga orientava-se para a nova como a aurora para o sol nascente e o próprio Cristo, ao morrer em plena celebração da Páscoa e ao instituir o rito sacramental do sacrifício cruento dentro do próprio banquete pascal, confirma esta profunda união.

Não encontramos, porém, nos Actos dos Apóstolos, essa crónica da vida da Igreja dos primeiros dias, notícia clara sobre a Festa da Páscoa. Lê-se algumas vezes o nome de Páscoa e «de festa dos ázimos» mas não se pode concluir que se refira à Páscoa especificamente cristã.

Mas não nos faltam testemunhos quase coevos da idade apostólica; entre todos é sem dúvida bem significativa a luta pela fixação da data pascal entre o Oriente e o Ocidente, em que desempenhou tão importante papel a figura prestigiosa de S. Policarpo. O facto mostra, até, que a festa cristã se substituia à judaica, como o Mistério da Nova Aliança se substituiu ao da Antiga. A polémica incidia sobre o dia da solenidade: 14 de Nisan, como na Lei Mosaica fosse qual fosse o dia da semana? O primeiro dia de semana, porque foi nesse dia a Ressurreição, facto base da Nova Lei? Roma, que não tinha tradições judaicas, optava por este último; o Oriente, impregnado de hábitos velhos de 13 séculos, preferia seguir a data tradicional. Por fim, vem a conciliação: o domingo, mas o domingo a seguir à plena lunação da primavera, o que ainda significa, cedência à tradição dos hebreus, segundo a qual a Páscoa dum ano devia distanciar-se da do ano anterior o intervalo dum ano completo, isto é, de 13 lunações, quantas eram as que determinavam o ano judaico.

Estamos mais mal informados quanto ao ritual dessa solenidade. A primeira notícia duma vigília pascal é-nos fornecida pela *«Didascália dos Apóstolos»*, obra do primeiro quartel do século III. Tertuliano, quase contemporâneo, fala da administração do baptismo nessa vigília. Sendo pouco para compêndio de um cerimoniário dos

---

([17]) L. Boyer, Le mystère pascal, pag. 9.

nossos dias, são no entanto dados preciosíssimos. Sabemos como a Igreja primitiva amava as santas vigílias, e em particular a vigília do sábado para o primeiro dia da semana, a que Tertuliano dá o nome de *Panuchis,* isto é, vigília.

A hora calma da noite, em que nada pode atrair a atenção do homem se não a luz das estrelas, é mais própria para olhar para o céu; o silêncio e a intimidade convidam ao recolhimento e a prudência inspira a essa hora, mais do que a outra qualquer, vigilância e oração. Jesus orou muitas vezes de noite sobre os montes. Judas encontrou-o em vigília e, contra a fraqueza da carne que se deixa fàcilmente vencer, o Senhor aconselhou a seus discípulos que vigiassem e orassem. Preveni-os que viria como ladrão nocturno que se não faz anunciar; e que será à meia-noite que o esposo virá para as núpcias; *Ecce sponsus venit.* (18) A esposa ouve o aviso celeste e qual virgem prudente, de lâmpada acesa, a Igreja espera, na noite desta vida, a hora das núpcias eternas. Sempre ela amou ficar de noite vigilante como é próprio daquela que ama. A Igreja é a que pode dizer com verdade: «eu durmo mas o meu coração está vigilante». (19) Para não multiplicar testemunhos, dois, muito conhecidos, mas de não pequeno interesse.

O primeiro é já dos «Actos dos Apóstolos» no Capítulo XX: Escreve S. Lucas: «Reunimo-nos no primeiro dia da semana para partir o pão — *ad frangendum panem.* Paulo disputava com eles e, como tencionava partir no dia seguinte, prolongou a conversa até à meia-noite. Havia muitas lâmpadas na sala de jantar onde estávamos reunidos. Um rapaz, por nome Eutico, que estava sentado na janela, mergulhou em sono profundo e, porque Paulo falou muito tempo, com o sono caiu do 3.º andar e foi levantado morto. Paulo desceu, inclinou-se sobre ele, e abraçando o disse: não vos perturbeis, pois a sua alma está nele. Subiu de novo e partiu o pão, comeu e falou ainda muito até de madrugada; depois partiu».

O cap. II, usa a mesma expressão — fracção do pão — ao descrever a vida da cristandade de Jerusalém. Diz assim: «estavam todos perseverantes na doutrina dos Apóstolos e na comunhão da fracção do pão, e em oração». E mais além: «todos os dias permaneciam no templo, e partiam o pão nas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração, louvando a Deus».

O segundo é dum pagão. Encontra-se na famosa carta de Plínio o Moço, ao tempo governador da Bitínia, ao imperador Trajano, sobre o estado dos cristãos daquela província. Diz que eles «em dia determinado, antes da aurora costumavam reunir-se para cantar louvores a Cristo como a um deus».

No primeiro caso a vigília consta de pregação dos Apóstolos e termina com a fracção do pão. No segundo é preenchida com cânticos e louvores. Mas o futuro esquema litúrgico, da época seguinte às perseguições, e que é o primeiro a ser-nos claramente relatado, segue o clássico esquema da sínagoga dos judeus com leituras, cânticos de meditação, pregação e oração. Seria este o esquema normal da vigília e, portanto, também, o da vigília pascal, acrescido da administração do baptismo, tudo encami-

---

(18) Mat. 25,6.
(19) Cantic. 5,2.

nhado para a fracção do pão, diríamos hoje, para a Missa da Ressurreição; embora ambos os testemunnos citados se refiram simplesmente à vigília habitual do domingo.

Ainda segundo Tertuliano, os cristãos a quem era facultativa a assistência à vigília dominical eram obrigados à vigília pascal, tanto mais que — assim era esperado — seria numa vigília da Ressurreição que o Senhor havia de regressar, na sua parusia gloriosa.

Foi, pois, a princípio esta vigília «mãe de todas as santas vigílias» em que todo o mundo se mantém vigilante, a grande celebração da Páscoa cristã. Mas se a vigília pascal celebrava todo o mistério da Redenção, ela celebrava em particular a Ressurreição. Era, pois, natural que outro dia fosse consagrado à memória da morte e, naturalmente ainda, esse dia ia ser a sexta-feira anterior.

Na véspera, na quinta-feira ocorria o aniversário da instituição da Eucaristia, entrega por Cristo à Igreja dos Mistérios da Redenção, diríamos, de Redenção em Mistério, para que a Igreja os celebrasse, conforme a palavra do Canon no *Hanc igitur* deste dia: «*Ob diem in qua Dominus noster Jesus Christus tradidit discipulis suis corporis et sanguinis sui misteria celebranda*» (21). Espontâneamente a quinta-feira recebe sinaxe litúrgica comemorativa da Ceia do Senhor, dando assim nesse dia cumprimento à palavra de Jesus *Hoc facite*. Aparece portanto desde cedo o núcleo de quinta e sexta-feira e sábado santo com a vigília, conhecido por «*triduum sacrum*» ou tríduo pascal, ao qual se refere S. Ambrósio nestes termos: «*Triduum illud sacrum... intra quod et passus est et quievit et ressurrexit*». (22) S. Agostinho fala igualmente do tríptico pascal de Cristo «*Crucifixi, sepulti, resuscitati*». (23)

É daqui, deste embrião primitivo, que nasce toda a nossa actual Semana Santa, e até toda a frondosa árvore do ano litúrgico, em cujos ramos, à semelhança da árvore do Paraíso, de que fala o Apocalipse, nunca se acabam, ao longo dos 12 meses, os mais abundantes e variados frutos da vida.

Na impossibilidade de percorremos toda a história da evolução da semana santa, fixemos o nosso olhar em duas igrejas principais pela sua categoria e influência que exerceram depois sobre as outras igrejas da Cristandade.

* * *

De todas as igrejas, a de Jerusalém, estava em situação única para poder reviver, segundo os seus pormenores de tempo e de lugar, todos os episódios que os Evangelhos referem ocorridos na semana maior. Graças a Deus, e à muita curiosidade de uma devota peregrina das Espanhas, Etéria, estamos muito bem elucidados a respeito da liturgia jerosolimitana do século IV; é certo que a liturgia actual veio directamente de Roma, mas até Roma é, em muito, herdeira da veneranda igreja de Jerusalém. Por isso, antes de olharmos para Roma, peçamos licença para entrar na luzida comitiva que segue por todos os caminhos da terra bíblica, a devota peregrina, quase nossa vizinha de origem. Será nosso guia o seu próprio diário redigido com

(22) S. Agost. serm. 219.
(21) Missal Romano.
(22) S. Ambros., Ep. 23,13.
(23) S. Agost., Ep. 55,14.

a meticulosidade e observação, próprias de quem de si mesma diz «*ut sum satis curiosa* (24) — muito curiosa como eu sou».

Jerusalém celebra realmente uma semana santa. Etéria diz «semana pascal que aqui (em Jerusalém) chamam semana maior». A expressão «Semana Pascal» que aqui chamam «semana maior» indica que a primeira designação, «semana pascal» é o nome por que Etéria a conhecia no seu país; ela e as destinatárias da sua narrativa, suas irmãs, virgens do Senhor como ela, em algum mosteiro da Galiza. *Semana Pascal* era portanto a designação do Ocidente. No Oriente dizia-se *semana maior*.

Semana Pascal é, pois, toda a semana, consagrada ao mistério da Redenção, pela Morte e Ressurreição do Senhor.

Em Jerusalém as comemorações começavam no sábado antes do domingo de Ramos chamado sábado de Lázaro, com a procissão que da cidade partia até Betânia, como diz o Evangelho que o Senhor tinha feito. No domingo, o local de reunião (Roma dirá a Igreja da colecta) é no Monte das Oliveiras, na Basílica mandada construir por Santa Helena, donde o nome de Eléona. Preside o bispo, e a função inicia-se à primeira hora depois do meio-dia. Dizem-se hinos, antífonas apropriadas ao lugar e dia, e leituras. Por volta das 3 todos sobem, ao canto de hinos, para o lugar onde o Senhor subiu ao Céu, o «*Imbomon*». De novo se dizem hinos, antífonas e leituras intercaladas com orações. Cerca das 5 horas da tarde, lê-se o Evangelho (Mt. 21, 8-9) em que as crianças com ramos e palmas saem ao encontro de Jesus dizendo: «Bendito o que vem em nome do Senhor» — como ainda hoje no missal romano. Daí parte o solenissimo cortejo, em que a gente se incorpora, a pé, seja qual for a sua condição, mesmo as senhoras, até as altas personalidades, (nota a peregrina que pelo teor da narrativa se vê ser de condição nobre, e que tem feito a sua aliás bem longa jornada sempre a cavalo e com grande estadão).

O bispo incarna a pessoa do Salvador. Lugar excepcional é reservado às crianças. Até as de colo seguram ramos de palmeira e oliveira. Do monte das oliveiras, à luz suave do crepúsculo da primavera, a procissão desce ao Cedron, sobe à cidade e entra na Basílica da Anástasis ou da Ressurreição. É a hora do sacrifício vespertino, não sacrifício eucarístico mas sòmente eucológico; por isso celebra-se o lucernário (de que adiante se falará); mais uma oração à cruz e termina a função. (25) Não nos podemos deter nos pormenores de segunda, terça e quarta-feira, ocupados com longas horas de oração em comum. Apenas um passo referente a este último dia: «Um presbítero, diz o diário, lê no Evangelho aquele passo onde se diz que Judas Iscariotes foi ter com os judeus e com eles combinou o que lhe dariam para entregar o Senhor. À leitura desta passagem são tais os gritos e gemidos de todo o povo que não há ninguém que se não deixe tocar até às lágrimas. Depois do que, se faz uma oração, se abençoam os catecúmenos e em seguida os fiéis, e todos se vão embora». (26) A quinta-feira santa era igualmente como os dias anteriores ocupada pelo longo ofício nocturno

---

(24) Ethéria, op. cit. 16,3.
(25) ibi. 29,3 — 31,4.
(26) ib.34.

desde o canto do galo até de manhã, por novas reuniões à 3.ª hora, 6.ª, e 8.ª (2 horas da tarde). Neste dia, excepcionalmente, se oferecia o sacrifício e, duas vezes, em dois lugares diferentes, coisa extraordinária para uma quinta-feira que não fosse a da Ceia do Senhor, pois que o Oriente não celebrava a Eucaristia nas férias penitenciais da Quaresma, a não ser ao sábado. É de notar que, fugindo à imitação história, desta dupla celebração do Sacrifício, nenhuma se fazia, como poderia parecer natural, na igreja de Sião, construída no lugar do Cenáculo, onde a tradição coloca a instituição da Eucaristia, mas uma no *Martyrium* e outra na capela junto ao local da cruz, facto aliás exclusivo de quinta-feira maior. Como explica Thibaut: «Por uma razão dogmática de enorme conveniência, a igreja de Jerusalém comemorava na quinta-feira santa a Ceia do Senhor sobre o Calvário, afim de demonstrar a unidade do Sacrifício Eucarístico e o da cruz» (27).

A noite passava-se toda em vigília, no próprio local onde Jesus sofreu a sua agonia, no Getsemani. A vigília vem terminar na cidade aos primeiros alvores da manhã. A população está toda presente «sem alguma excepção, grandes e pequenos, ricos e pobres, toda a gente aí se encontra presente. Especialmente neste dia ninguém se retira das vigílias, até de manhã», (28) escreve Etéria.

Na sexta-feira, aos ofícios ordinários vem juntar-se a solene adoração da cruz, venerável rito daqui, desta cidade santa e destes antiquíssimos tempos, trazida até nossos dias e agora restaurada à sua traça primitiva, tão solene em sua aristocrática simplicidade. Os fiés bem como os catecúmenos, inclinam-se diante da mesa em que se colocou a Santa cruz, beijam o sagrado madeiro e vão passando. A cerimónia é antes do meio-dia para que das 12 hora até às 3 da tarde todos, sempre sob a presidência do Bispo oiçam ler, no páteo interior, entre a basílica do Gólgota *(o Martyrium)* e a do Sepulcro *(a Anástasis)*, os passos da Escritura Sagrada, tanto do Antigo como do Novo Testamento, relacionados com a Paixão. Na noite seguinte não há vigília obrigatória em atenção ao muito cansaço das vigílias, do jejum e das muitas e longas horas de reunião. Os que não podem estar toda a noite vão a partir de certa hora. «Mas, diz Etéria, entre os fiés os que querem, ou antes, os que podem, fazem vigília; os clérigos esses fazem vigília, os que são mais fortes e mais jovens» (29).

Em resumo: Temos em Jerusalém uma liturgia extremamente ligada ao tempo e ao lugar da Paixão do Senhor. Além do ofícios de contextura ordinária, salmos, hinos, leituras, orações, vimos no domingo de ramos a solene procissão em honra de Cristo Senhor Nosso aclamado pela multidão como rei messiânico; na quinta-feira, em memória da instituição da Eucaristia, o oferecimento da oblação sacramental. Quanto ao sábado, escreve a nossa peregrina: «No dia seguinte (à sexta-feira) faz-se como de costume, ofício à hora de tércia, de sexta mas à nona não se faz ofício no sábado. Preparam-se as vigílias pascais na igreja maior, isto é, no Martyrium. As vigílias pascais fazem-se como entre nós. Há sòmente uma coisa que se faz a mais aqui:

---

(27) ib. pag. 228,, nota 1.
(28) ib. 36,3.
(29) ib. 37,9.

é que os neófitos, uma vez baptizados e vestidos de branco, quando saiem das fontes são conduzidos ao mesmo tempo que o Bispo para a Anátasis. O Bispo entra dentro dos cancelos da Anátasis, diz um hino, depois faz uma oração por eles e com eles vem à igreja Maior onde, como de costume, todo povo celebra as vigílias. Aí faz se o mesmo que se costuma fazer entre nós e depois da oblação, todos se retiram». ([31])

«Como entre nós». E esta referência abreviada, de quem tão bem nos poderia dizer tudo — «*ut sum satis curiosa*» — deixa-nos a nós sem saber como era a vigília pascal quer em Jerusalém, quer na Peninsula Hispânica. Agora acreditamos que a curiosidade nem sempre é defeito; e a nossa fica grandemente prejudicada com aquela discreção. Notemos, no entanto, um pormenor. Jerusalém tem igualmente ligada à celebração da Páscoa uma liturgia baptismal, que realiza nos novos membros de Cristo, o mistério da Ressurreição do Seu Divino Chefe.

*
* *

Vejamos agora como se passam as coisas em Roma. No frontispício dos nossos livros litúrgicos lê-se sempre a palavra «*Romanum*»: *Pontificale Romanum, Missale Romanum, Breviarium Romanum, Rituale Romanum.* O adjectivo não é sinónimo de cristão nem de católico; com a palavra *Romanum* não se pretende afirmar que se trata de um livro de liturgia católica mas de um livro da liturgia da cidade eterna, da liturgia que ali nasceu, ali se desenvolveu ou, para ali levada, dali se espalhou pelo mundo inteiro. Justo era que donde nos vem a regra de crer nos viesse também o modo de orar.

A liturgia ocidental tem assim um carácter de unidade que lhe é comunicado por esta origem comum. No entanto, seria erróneo supor que a liturgia romna, que hoje é romana, teve toda ela origem em Roma. No princípio as igrejas particulares gozavam de grande liberdade em matéria litúrgica e cada qual organizava a sua liturgia com maior ou menor independência. Roma tinha a sua, mas as Gálias, a Espanha, a África tinham igualmente os seus costumes locais e a sua maneira de celebrar, a seu jeito próprio, os mesmos e únicos mistérios do culto cristão. Da contaminação de todas essas liturgias regionais, melhor ou pior combinadas, se originou a actual liturgia que, toda ela, seja qual for a sua origem, tem o nome de Romana. Roma sempre foi a encruzilhada de todos os caminhos.

Em Roma, a Páscoa foi sempre «a solenidade das solenidadse» ([31]). O pensamento fundamental das celebrações era, como em Jerusalém, o mistério da Redenção. Segundo o citado testemunho de Etéria, a celebração fazia-se dentro duma semana que, «entre nós, (no Ocidente) se chama Semana Pascal». Não sendo, porém, as festas cristãs simples comemorações mas antes celebração de mistério, — a liturgia realiza a presença do passado e com toda a sua eficácia — a santa liturgia pascal celebraria não simplesmente a morte e a Ressurreição de Cristo, se não que devia realizar a

([30]) ib. 38,1-2.

([31]) Marterológio Romano.

morte e a ressurreição do Cristo total, do Seu Corpo Místico, a Sua Igreja. Por estas razões, também como em Jerusalém, Roma associou, à celebração da Páscoa de Cristo, a Páscoa dos cristãos, o mistério da sua morte e da sua ressurreição com Cristo, mistério este que é realizado no Sacramento do Baptismo. S. Paulo escreve: «Pelo Baptismo fomos sepultados com Cristo na morte para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim também nós caminhemos numa vida nova» ([32]). Profunda visão da realidade cristã, realizar nos membros de Cristo o mistério da morte e da ressurreição, que se comemora a respeito do próprio Cristo. É o testemunho litúrgico da nossa concorporação com a Cabeça, ia a dizer, a explanação plástica num rito eficaz — num sacramento — dessa mesma doutrina, que somos um com Cristo, com Ele mortos e ressuscitados. Desta sorte a liturgia da Semana Santa, ao menos em algumas das suas partes, será profundamente baptismal, como já o tinha sido a de toda a Quaresma. Para os que já são baptizados, a celebração do mistério da morte e da ressurreição não deixa de agir profundamente em suas almas, pois que este mistério de morte e de vida que o baptismo realiza, está no homem como semente que dia a dia vai germinando, mas cujo crescimento e desenvolvimento tem de ser acompanhado de perto, não vá ele ficar estéril e até morrer. Daí a necessidade de reavivar a graça baptismal, na celebração ritual em cada ano, da Páscoa de Jesus, que «foi entregue por causa dos nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação». ([33]) Todos os cristãos, por isso, têm de participar de modo activo, pessoal, nas celebrações pascais.

A história da liturgia romana, da organização dos seus ofícios, do local das suas estações, só pode fazer-se do século IV em diante, quando aos cristãos foi permtitido viverem à plena claridade do sol, construirem as suas basílicas, desenrolarem pelas vias públicas a pompa dos seus cortejos, e levar a sua influência a toda a sociedade. Roma ia na verdade passar a viver pùblicamente como cidade cristã. Ruiam os templos dos ídolos ao passo que surgiam as basílicas dos cristãos, imortalizando a memória dos seus mártires, alí sobre o túmulo de Pedro, na colina Vaticana, além a S. Paulo, na via Ostiense, e acima de todas no palácio dos *Laterni,* ao Santíssimo Salvador, tudo obra da imperial munificência de Constantino Magno. Como escreveu o poeta de Saragoça, Prudêncio, os deuses do Capitólio vinham desdobrar seus mantos a servir de passadeira no átrio dos templos de Cristo. Roma organizou pois a sua liturgia pascal. Menos que Jerusalém, Roma não conheceu nunca pròpriamente falando uma Semana Santa. A semana pascal, mesmo já no tempo posterior à paz Constantiniana, não teve de início senão as sinaxes tradicionais das outras semanas do ano, embora nesta com ofícios apropriados aos mistérios celebrados, excepção feita para a 5.ª feira, que nesta semana, ao contrário das outras semanas do ano, como no Oriente, recebeu estação comemorativa da instituição eucarística. Tais sinaxes ou reuniões eram a do domingo, da quarta e sexta-feira e a vigília dominical na noite de sábado para domingo.

No que toca à semana pascal em particular, o domingo, por nós chamado «de Ramos» e que agora no novo *Ordo* retomou a sua primitiva epígrafe, era o segundo

---

([32]) Rom. 6,4.
([33]) Rom. 4,25.

domingo do tempo da Paixão, com a missa bem inspirada no pensamento da quadra, como ainda hoje no missal romano. A bênção e procissão dos ramos é importação de Jerusalém, aliás tardia, pois, não aparece nos sacramentários romanos antes do século VIII. O sentido deste cortejo é fácil de apreender e o novo *Ordo* se encarrega de o interpretar claramente quando escreve, como título da função, «solene procissão em honra de Cristo-Rei». A segunda e terça-feira eram dias sem estação. No tempo de S. Leão Magno ainda a não tinham pois o grande pontífice, que todos os anos costumava por si próprio explicar a Paixão do Senhor ao povo romano, começava a fazê-lo no segundo domingo da Paixão, depois chamado de Ramos, e só continuava na 4.ª feira seguinte. Certamente não interromperia esse explicação, naturalmente bem longa, durante dois dias, se neles tivesse oportunidade de o fazer.

Quarta-feira tinha estação, mas alitúrgica, isto é, sem sacrifício; apenas com liturgia catequética e eucológica e escrutínio para os catecúmenos. A quinta-feira recebeu excepcionalmente estação, como fica dito, pois também era excepcional o dia. A instituição da Eucaristia não podia ficar sem especial comemoração. À celebração eucarística, dois ritos se vieram juntar em quinta-feira maior: a missa crismal, para a bênção dos Santos óleos (agora restabelecida) e a reconciliação dos penitentes públicos, disciplina hoje caída em desuso, mas que se manteve nalgumas regiões, até muito tarde.

A sexta-feira tinha igualmente estação, também alitúrgica, depois de noa; a contextura do ofício inspira-se no pensamento da paixão redentora e na ressurreição que ela mereceu para a Igreja de Cristo. O seu formulário juntamente com as grandes preces de intercessão ainda hoje existentes no missal romano, representa o mais venerando monumento da liturgia romana das velhas idades. A este primitivo núcleo de sexta-feira se vieram juntar com o tempo dois novos ritos: a adoração da Cruz e o que até há pouco se chamou *Missa dos pré-santificados*.

O sábado santo era, como todos os sábados *per annum*, vacante. Apenas de manhã, o último escrutínio para os catecúmenos, em Latrão, para a *redditio symboli*, a solene e pública profissão de fé, com os últimos exorcismos, ritos estes que ainda hoje fazem parte da liturgia baptismal e que o ritual marca para junto da entrada do baptistério. Mas à noite, na mesma basílica lateranense, começa a solenissima vigília da Páscoa, «durante a qual o mundo inteiro está desperto», na citada palavra de S. Agostinho. É a última preparação para o baptismo. Nas leituras, até há pouco conservadas em nosso missal, perpassava, diante dos catecúmenos, a recapitulação e o resumo de toda a doutrina recebida durante a Quaresma: a criação e o Espírito de Deus pairando sobre as águas, imagem da criação nova que o Espírito Santo opera no Baptismo; a travessia do mar vermelho igualmente figura da saída da região do pecado que o Baptismo realiza, a imolação do Cordeiro pascal, anúncio longínquo de Cristo oferecido em Rendenção pelos pecados do mundo inteiro; os jovens da fornalha de Bibilónia, exemplo para quem no meio do mundo, sempre pagão diante dos seus ídolos, devia dar o testemunho, o martírio constante da eterna adesão a Cristo. Crescia na alma daqueles candidatos ao Baptismo o desejo incontido de se tornarem participantes da graça da Redenção. Estava-lhes no ouvido e no coração a promessa desta renovação interior, desde que na 4.ª feira da 4.ª semana haviam sido convidados

a entrar na vasta basílica da via Ostiense, ao canto destas palavras de Ezequiel: «Quando eu for santificado no meio de vós, derramarei sobre vós uma água pura, dar-vos-ei o espírito novo e sereis lavados de todas as vossas impurezas» (31). Depois da leitura que lhes repetia estas mesmas palavras eles ouviram ainda este outro convite de tanta esperança: «Vinde filhos, escutai-me; ensinar-vos-ei o temor do Senhor; aproximai-vos dele e sereis iluminados». (35) O baptismo era o *sacramento da iluminação*. Os orientais chamavam aos catecúmenos *illuminandi*, pois era esta a hora da grande iluminação. De noite? Que importa? Fora também numa noite, figura desta, que Yawéh iluminara, por rutilante coluna de fogo, o caminho no deserto, a quando da primeira Páscoa. Abandonando a basílica encaminham-se para o batistério «como o veado corre para as fontes de água. Quando chegará a hora — e vai chegar — em que verei a face do meu Deus?» (36) Ao transporem a porta do baptistério todos podiam ver a vasta piscina no centro da sala octogonal; num dos lados, a imagem de Jesus e do Baptista, ladeando o Cordeiro, de sob cujos pés emanava enorme jacto de água viva. Mais algumas cabeças de veado, circundando a piscina, alimentavam igualmente a fonte baptismal. Na arquitrave ainda hoje se pode ler a inscrição de Sixto III: «Gens sacranda polis hic semine nascitur almo, quam fecunditatis spiritus edidit aquis» (37). O Pontífice benze aquela água para que, «concebendo a santificação, do imaculado seio daquela fonte divina surja qual nova criação uma raça celeste» (38). Sente-se que é a hora do espírito; como no princípio quando Ele soprou sobre o caos primeiro, (39) também agora por sua graça e poder vai surgir, da desordem que o pecado trouxe ao mundo, a humanidade nova, (40) configurada à imagem e semelhança de Cristo, «o primogénito de entre os mortos» (41). É a hora do espírito, é a hora de Deus. A do homem cessou. O homem fizera ascese durante 40 dias, em luta corajosa com Satan, como Cristo no deserto. Agora Deus responde. O homem já não tem nada a fazer, senão sujeitar-se. Não se lhe pede senão que creia na omnipotência e na misericórdia de Deus. O homem agora é meramente passivo, um aniquilado, um impotente. Só nessa humildade ele pode ser remido. O catecúmeno desce à piscina «sepultado com Cristo na morte»; (42) o ministro sagrado lança-lhe a água na cabeça, pronuncia a fórmula sacramental e pelos degraus em frente, sobe um ressuscitado, um filho de Deus. O mundo não deu por nada. Mas foi maior o milagre que o da criação «mirabilius reformasti» (43).

Vestem-lhe a túnica branca, lavada no sangue do Cordeiro, com que ele há-de

---

(34) Introito de 4.ª feira da 4.ª semana.

(35) 1.º Gradual do mesmo dia.

(36) Tracto «Sicut cervus» do Sábado Santo.

(37) «Uma geração, que vai ser santificada, aqui nasce fruto de gérmen celeste; pois nasce destas águas fecundas pelo Espírito de Deus».

(38) Missal Romano, bênção das fontes baptismais.

(39) cfr.Gen. 1,2.

(40) 2 Cor. 5,17; Gal. 6,15.

(41) Col. 1,18; Apoc. 1,5.

(42) Rom. 6,4.

(43) Missal Romano, oração da bênção da água no ofertório; oração depois da 1.ª Profecia da Vigília pascal.

comparecer um dia diante do tribunal de Cristo para se sentar no banquete das eterna núpcias (44); entregam-lhe a luz, na vela acesa, para que espere em vigília constant que o Esposo venha convidá-lo a entrar (45). Ao lado, no oratório de Santa Cruz Pontífice vai administrando o Sacramento da Confirmação. Entretanto, na Basílic os fiéis têm cantado repetidas vezes as ladaínhas dos Santos, invocando a corte d Céu a favor daqueles novos irmãos. Terminada a administração dos sacramentos d iniciação cristã, ao abrirem-se de novo as portas da Basílica surge, no fulgor da luzes e na alvura das vestes, aquele cortejo de ressuscitados, como o exército d esqueletos animados da visão de Ezequiel. O catecumenado foi autênticamente tempo da gestação em que a Igreja trouxe em seu seio os futuros filhos de Deus, p eles velando e sofrendo até esta hora. Eis que nasce na alegria tão numerosa e bel geração: «*qui seminant in lacrimis in exultatione metent*» (46). É a hora da alegri é preciso celebrá-la em banquete festivo, porque «este teu irmão estava morto e ressu citou, tinha-se perdido e foi encontrado» (47). O banquete aí vem. Na mesa do alta a Carne e o Sangue de Cristo são imolados em sacrifício e repartidos em refeiçã sagrada por todos. Os neófitos pela primeira vez entram naquele *plebs tua sancta* (4 que circunda o altar, nele oferecem e dele comungam. A palavra de Deus ao primeir homem adquire agora todo o seu sentido, nesta nova criação: «crescei e multiplica -vos (49). Eis ali está o Homem crescido e multiplicado, Aquele Homem que existi já antes de Abraão (50) e antes de Adão e que será o último a existir porque Ele o Alpha e o Omega, o que esteve morto e que agora vive por todos os séculos (5

Esta a vigília pascal romana da alta Idade Média.

* *
*

Roma só tarde conheceu todo o esplêndido cerimonial que rodeia hoje o Círi e que poderíamos chamar o *mistério da luz*. No entanto, fora de Roma vamos enco trá-lo desde cedo em quase todas as igrejas do Ocidente. Encontramo-lo na Irland na Gália, na Alta Itália, na Península Hispânica, talvez mesmo em África; San Agostinho cita versos que ele próprio tinha composto: «*In laude quadam cerei*» (5 Mas é possível que o Santo doutor os tenha composto para algum diácono da Igreja Milão ou de alguma Igreja vizinha. Neste cerimonial da luz devemos em primei lugar distinguir dois ritos: por um lado, a bênção do fogo e o acender de luzes do ter

---

(44) Cf. Ritual Romano, fórmula que acompanha a entrega da veste branca, no rito Baptismo.
(45) Ib., fórmula que acompanha a entrega da vela acesa.
(46) Salmo 125.
(47) Cf. Parábola do filho pródigo, Luc. 15, 32.
(48) Canon da Missa.
(49) Gen. 1, 28.
(50) João, 8, 58.
(51) Apoc. 1, 8 e 17-18.
(52) Confiss.

plo; por outro, a bênção e o louvor do Círio pascal, próprios da noite da Páscoa. Aquela é certamente muito anterior a esta, e em Jerusalém faz parte do ofício vespertino quotidiano, com o nome de *lucernário*.

Cito D. Schuster: «Etéria descreve-nos com vivas cores o ofício da tarde na Anástasis de Jerusalém, quando, em presença do clero, dos monges e de todo o povo, se transportava do interior do Santo Sepulcro a luz litúrgica com a aparição da qual começava o lucernário, enquanto que a sala em cujas abóbadas estava suspensa uma multidão de lampadários, estava brilhantemente iluminada, «*fit lumen infinitum*» (53).

Entretanto diziam-se os salmos convenientes e antífonas. Não é difícil reconhecer neste ofício a hora de vésperas. O acender das luzes teria talvez até como origem a simples necessidade, àquela hora em que o sol mergulha no poente, deixando atrás de si as trevas: «illabitur tetrum chaos» (54); mas em Jerusalém todos relembravam as prescrições da antiga liturgia judaica sobre a lâmpada que devia acender-se todos os dias no templo ao anoitecer e o incenso que então devia ser queimado. Era o sacrifício da tarde. «O sentimento cristão— escreve D. Schuster — atribuiu desde cedo a esta sinaxe vesperal uma significação que a punha em relação íntima tanto com a oferta do incenso feita no templo neste momento, como com o sacrifício sangrento e com o eucarístico oferecido à mesma hora pelo Redentor no Cenáculo e depois no Calvário» (55).

No Ocidente, é a S. Ambrósio que cabe a honra de ter inaugurado a celebração diária do ofício. No seu tratado «*De virginibus*» o grande bispo menciona expressamente a «*hora incensi*» que deixou um sinal tão profundo no ofício vesperal milanês. Este ofício recebia o nome de lucernário ou *eucharistia lucernaris* e vamos encontrá-lo também em outras muitas igrejas do Ocidente. O fogo é elemento dos que melhor nos dão sugestiva imagem da divindade. Em muitos povos foi ele até divinizado e a lenda clássica conta como Prometeu o roubou do altar, onde no Olimpo sempre brilha em honra do pai dos deuses. Porque não aproveitar o fogo para fazer dele oferta votiva ao Senhor de todas as criaturas, no início do ofício vespertino, justamente quanto privado da luz do sol o homem tem necessidade de recorrer a outra luz que lhe dissipe as trevas nocturnas? Foi, por isso, muito natural que o gesto tão vulgar de acender uma luz, oferecesse ocasião de cantar louvores «ao Pai de todas as luzes» (56) e daquele que de si próprio disse: «Eu sou a luz» (57). Foi célebre na Antiguidade Oriental o hino *phôs hilarón*, hino do entardecer, como ainda hoje lhe chamam os orientais: «Luz alegre da santa glória do Pai imortal, Jesus Cristo. Caminhando para o pôr do sol e vendo já brilhar a estrela da tarde, cantamos ao Pai e ao Filho e ao Santo Espírito de Deus. Tu és digno de ser cantado por vozes inocentes. Por isso todo o mundo te canta: Glória, glória, glória a Ti. Amen». No Ocidente a hora da «eucharistia lucernaris» foi imor-

---

(53) D. Shuster, Liber Sacramentorum, Vol. IV, cap. I.

(54) Hino de vésperas dos Domingos «per annum».

(55) D. Shuster, ib. Seguimos, no que respeita à história da evolução da vigília pascal, o citado capítulo do *Liber Sacramentorum*.

(56) S. Tiago, 1, 17.

(57) S. João, 8, 12.

talizada nos versos de Prudêncio. O poeta fala-nos duma infinidade de lâmpad suspensas na abóbada da igreja, à hora do lucernário a ponto de esta se poder cor parar ao céu em noite de estrelas. Roma não teve a princípio a hora das vésperas. sua glória eram as santas vigílias, hoje diríamos, embora com o nome errado, as ma nas. E quando a admitiu não lhe ligou o lucernário, além de outras razões, porque ofício era celebrado com plena luz. S. Bento, que na santa regra nos deixou me culosa descrição do *cursus* diário do ofício, ao falar de vésperas da Quaresma, quer q elas sejam celebradas antes da refeição, como era normal nos dias de jejum, mas sorte que uma coisa e outra se terminassem de dia: *Ut lumen lucernae non indigea reficientes, sed luce adhuc diei omnia consumentur* (58). No entanto a presença incenso no lume do turíbulo durante o canto do *Magnificat* é clara evocação da lâ pada do *sacrificium vespertinum* judaico, cantado no salmo 140, e da *eucharistia luc naris* e bem evocativo daquele sacrifício que ao cair duma tarde também o Supre Pontífice da Nova e Eterna Aliança consumara no Calvário, em odor de perfeita su vidade, em louvar à Santidade do Pai dos Céus. Se em algum dia podia ter sentidc lucernário era ao iniciar-se, com as primeiras vésperas, o ofício dominical que a estaç nocturna iria prolongar até de madrugada. Mas na noite da Páscoa é que ele rea zava todo o seu eloquente simbolismo. A luz que se apaga e de novo se ateia, q expressiva imagem da vida que se perde e retoma! Por isso, aparece aqui e além lucernário da tarde da Páscoa o louvor dum Círio que claramente emerge de entre luzes infinitas que possam alumiar o templo. O gesto já de si eloquente foi natur mente interpretado numa fórmula. Aparece então o *laus cerei*, o louvor do círio cantar as glórias daquela noite, luminosa como o dia, a única que foi chamada conhecer o tempo e a hora em que Cristo subiu das regiões da morte, vitorio O arauto deste pregão é sempre o diácono.

Vimos a referência de Santo Agostinho aos versos que ele próprio compôs louvor dum círio; o sacramentário galicano ainda intitula o nosso *Exultet «Benedic cerei sancti Augustini episcopi cum adhuc diaconus esset»*. Mas a afirmação deve fantasista. De facto parece que o *laus cerei* era peça deixada à inspiração do e cutante. Vemos, com efeito, os diáconos empenhados em ter para seu uso um te próprio. Um atrevido levita da Placência, a quem a musa não fora propícia, tev ousadia de encomendar uma destas composições nada menos que a S. Jerónir O severo doutor respondeu-lhe que não compreendia «como se tolerava o abuso de diácono se arrogar o direito de declamar o *laus cerei* enquanto o bispo e os presbíte se mantinham em silêncio na sua presença. Que fosse com ele para as solidões Belém e ali poderia escutar outros cânticos da Páscoa. A vida porém tem as s leis naturais. Já Cícero pôs na boca de Catão que «lutar contra a natureza o mes é que levantar-se contra os deuses, como fizeram os gigantes» (59). Roma vem a ad tir o lucernário pascal com bênção e louvor do Círio. Seríamos nós hoje capazes aceitar calmamente a reprimenda de S. Jerónimo? Certamente que não; e creio

(58) S. Bento, Regra, cap. 41.
(59) Cícero, «de senectute».

que o estudioso das Escrituras, embora dissesse que nunca lá tinha encontrado que nos sacrifícios de Deus se oferecesse cera ou mel, como agora se pretendia fazer, se pudesse assistir à santa vigília da Páscoa, como ela se veio a fazer nos séculos posteriores, ele próprio pediria ao Papa, de quem foi secretário, que desse entrada franca a mais esta experiência da Cristandade. Vem até nossos dias o estupendo ritual da luz com que se inaugura a solenissima vigília da Santa Páscoa. Como se lê na Escritura, no primeiro dia da criação, Deus disse: «Faça-se a luz» (60). Também agora quando todas as coisas vão ser renovadas em Cristo, participando da novidade do Redivivo, o primeiro símbolo de Cristo glorioso é a luz :*Lumen Christi* (61).

A princípio tanto a vigília pascal como as solenes acções litúrgicas de 5.ª e 6.ª feira se faziam às suas respectivas horas, nocturnas ou vespertinas, segundo a cronologia indicada pelo Evangelho para os factos comemorados nestes dias. A vigília principalmente perderia toda a verdade do seu simbolismo e até das suas palavras se transportada para qualquer outra hora. Mas foi o que sucedeu, com todas as calamitosas consequências apontadas no princípio.

De há mil anos a esta parte, a história da evolução da Semana Santa pouco maior interesse oferece do que verificar como o afastamento da vida da Igreja trouxe à Cristandade uma espécie de esclerose e aridez estirilizante que a tornou incapaz de produzir, em matéria litúrgica, algo com verdadeiro interesse ou sequer de entender o que já existia. Daí as interpretações fantasistas dos ritos, atribuindo-lhes significações exóticas, que, a serem verdadeiras e intencionais, só deporiam muito a desfavor da imaginação criadora e dos princípios pedagógicos dos responsáveis na Santa Igreja de Deus. Não, a serpentina de 3 braços do *Lumen Christi* não figurava a Santíssima Trindade, o sacrário da sagrada reserva no trono resplandecente de 5.ª feira santa, nada tem que ver com Jesus no sepulcro, embora se teime em chamar-lhe o *monumentum;* o *fragor aliquantulus* na capa dos livros ou até com maços no chão, no fim dos ofícios de trevas não pretenderam nunca imitar o trovão que acompanhou a ressurreição; as velas do candelabro triangular, que uma a uma se vão extinguindo, não significam a fuga dos discípulos, no jardim das oliveiras. Todas estas explicações é que denunciam a infinita distância que nas eras de decadência litúrgica separou a vida dos cristãos da vida da sua Santa Madre Igreja. Assim se chegou a um tempo em que falar de liturgia o mesmo era que falar de museu de coisas velhas, de vénias e mesuras com que docemente os eclesiásticos embalavam as horas de coro, de cânon de minuciosas regras de precedência, indignas de ocupar o honrado tempo de pessoas válidas. Mas a liturgia não era nada disso, embora pudesse precisar de muitas destas coisas, como a vida duma cidade não são as suas regras de trânsito, embora necessite delas para evitar atropelos desastrosos.

* *
*

Meus senhores. Peregrinámos assás por tempos e lugares distantes; e por fim chegámos ao nosso tempo e ao lugar onde estamos. Seria desilusão profunda, se depois

(60) Gen. 1, 3.
(61) Missal Romano, na Vigília pascal.

de termos podido encantar a nossa fantasia na contemplação da viva e esplendorosa liturgia dos séculos passados, tivéssemos de nos resignar a viver hoje a cristalização do que foi venerando sem dúvida, mas demasiado distante e inerte. Mas «o Espírito de Deus que sopra onde quer» (62) quis uma vez mais soprar sobre a Sua Igreja. Roma falou de novo. E foi enorme a alegria, não porém completa surpresa, quando lemos nos jornais, no primeiro domingo do Advento último, a notícia de que S. Santidade o Papa nos dera enfim o *Ordo* restaurado da Semana Santa.

São notáveis as reformas introduzidas. A maior é sem dúvida a recondução dos ofícios às suas horas autênticas. Isto dará à celebração dessas solenes funções mais verdade e aos fiéis maior oportunidade de nelas participar. Mas, quanto à estrutura dos ofícios, se ficaram diferentes do que estavam no missal romano, foi apenas para retomarem a direcção, aqui apontada, dos tempos em que a liturgia foi mais viva e mais vivida. Olhando um pouco para a origem e para as primeiras fases da estruturação do ofício da Semana Santa, como pretendemos fazer, estamos aptos a entender e a viver, no novo *Ordo,* o pensamento grande que a Santa Igreja vive e quer que vivamos com ela.

Mas o que mais há a notar no *Ordo* é o espírito que dele se evola. O decreto geral e a instrução da Sagrada Congregação dos Ritos que lhe servem de introdução são notáveis pela clareza dos conceitos. Talvez seja a primeira vez, ao menos em nossos dias, que em documentos similares aparecem afirmações explícitas deste teor:

1.º «que os ritos litúrgicos, a liturgia (sem distinguir entre os ritos em que se confecionam sacramentos no sentido estrito, e ritos em que eles se não confeccionam) encerra singular virtude e eficácia sacramental» (63).

2.º «que esta virtude e eficácia nunca poderão ser compensadas com aqueles piedosos exercícios de devoção comumente chamados extralitúrgicos, que neste sagrado tríduo é uso fazerem-se da parte da tarde» (64).

3.º «que o objectivo do novo *Ordo* da Semana Santa é proporcionar aos fiéis possibilidade de participarem mais fàcilmente, com maior devoção e maior fruto, na veneranda liturgia destes dias. Conseguir plenamente este objectivo é da máxima importância» (65).

Dá-nos ainda imensa luz:

4.º O título das diversas funções como no domingo de Ramos, «solene procissão em honra de Cristo-Rei»; na sexta-feira santa, «solene acção litúrgica na Paixão e Morte do Senhor» ou, na segunda parte desta mesma acção litúrgica, «orações solenes a que também se dá o nome de oração dos fiéis».

5.º O sentido de verdade dado aos ofícios que em certa hora substituem os que a outros títulos, estariam indicados para essa mesma hora, como por exemplo, a vigília pascal que substitui as matinas da Ressurreição e, mais ainda, a supressão de completas num dia em que se nos manda vigiar e não dormir.

---

(62) S. João 3, 8.
(63) Decreto.
(64) Ibidem.
(65) Instrução, no início.

6.º Ainda e finalmente a própria eloquência dos gestos, simples e espontânea, como o indescritível cortejo que introduz o Círio no templo mergulhado na escuridão absoluta e de quem as trevas fogem vencidas; aquele contágio da luz vinda do Círio e derramada nos pequenos círios de cada fiel, a inscrição no Círio do ano corrente, o que lhe dá o ar de troféu anual de Redenção eterna e que por isso em cada ano devia ser novo e não o antigo raspado para receber nova inscrição; e acima de tudo aquele momento autêntico da renovação das promessas do baptismo, momento que é de algum modo termo real de toda a ascese da Quaresma, porque a concretização em cada um dos fiéis do mistério pascal da Morte e da Ressurreição de Cristo, etc.

Dentro de 3 semanas, no próximo dia 25, domingo segundo da Paixão, vamos estrear o *Ordo* restaurado. É graça por que suspiraram muitas gerações antes de nós. Agora ela vem-nos, por assim dizer, ter a casa quase sem fazermos conta. No pensamento actual da Santa Sé não está normalmente impor reformas. Roma quer dá-las, mas como resposta a necessidade sentida. E, sem dúvida, que em matéria litúrgica, existem muitas necessidades; o que se não tem muitas vezes é consciência delas. Urge, portanto, criá-la. Diz o citado decreto que o Santo Padre anuiu aos votos de muita gente da Cristandade. Não sei quantos foram os votos de Portugal. Não sei; mas fossem quantos fossem, o certo é que hoje fomos beneficiados juntamente com os outros. Graças a Deus, a experiência dos anos, em que já se fez facultativamente a vigília pascal restaurada, veio provar que o nosso país, e em particular a nosso Diocese, apreciou e, ao que se ouve dizer, melhor que outras terras, donde nos vinham propagandas bem convincentes. No entanto, regresso ao pensamento por onde comecei: Se temos a glória de sermos honrados herdeiros dos Mestres que nos ensinaram, não podemos renunciar à glória de sermos honrados transmissores aos nossos vindoiros dum amor entranhado e operante ao movimento litúrgico, tanto mais quanto a atitude do Santo Padre é francamente de estímulo e aprovação.

Disse um dia S. Eminência que «o amor à liturgia foi flor desta Casa e coisa nova em Portugal». (63) Hoje no 25.º aniversário do Seminário faço os mais ardentes votos por que a flor cresça, desabroche o perfume com o seu aroma toda a nossa vida diocesana e, se a intempérie lhe fizer murchar a esplêndida corola, que não se lhe percam ao menos as sementes, que em tão boa hora o Senhor fecundou com a sua Bênção.

P. José Ferreira

---

(63) Conferência no Seminário em 2 - III - 1954.

COMUNISMO E CRISTIANISMO

P.e JOSÉ HONORATO G. ROSA
Professor de Filosofia

«Comunismo e Cristianismo» me foi o tema designado para este encontro.

E logo ocorre perguntar: O que há de comum entre ambos?

Terá, forçosamente, de responder-se: o homem! e o homem que urge «salvar» que importa redimir e tornar feliz.

O que, consequentemente, se põe em confronto é, de um lado, o «humanismo» (q. d. a concepção do homem, da sua existência e da sua ideal condição, das suas necessidades e do meio por que hajam de satisfazer-se) comunista, e, do outro lado o que impròpriamente se chamará o «humanismo» cristão.

Disse «impròpriamente» porque humanismo comunista e humanismo cristão não se situam no mesmo plano: o comunismo é pensamento e acção de ordem exclusivamente humana, de nível puramente terrestre, nascido da terra e para a terra ordenado; o cristianismo, pelo contrário, não é uma filosofia, é «religião», q. d. é a «religação» do homem com Deus, religação estabelecida por Jesus Cristo, Deus feito homem tornada permanentemente actual na Igreja Católica.

O fim da Igreja Católica, a razão da sua existência, é esta «religação» de cada um dos homens e da Comunidade humana com Deus, que implica a subida dos homens a um nível sobre-humano, a um estado sobrenatural — e para realizá-la dispõe a Igreja dos meios necessários, também de ordem sobrenatural, que lhe foram outorgados pelo seu divino Fundador, Jesus Cristo.

A missão da Igreja transcende, portanto, qualquer simples «humanismo». Existem no mundo inúmeras formas de humanismo: destas, algumas são de todo essencialmente incompatíveis com o cristianismo, e rejeitadas, consequentemente, pela Igreja e por todos os cristãos; outras são coadunáveis com o Cristianismo que, penetrando-as, as purifica e eleva, respeitando-lhes a inteira originalidade. Podem, assim existir, e existem, diversos e numerosos *humanismos cristãos*, isto é «humanismos» em que incarna o Cristianismo que os transcende, que se não deixa confundir com nenhum deles. O que não exclui, evidentemente, que se verifique entre todos os humanismos cristãos uma certa «unidade de inspiração»: eles concretizam, cada qual a seu modo peculiar, um mesmo corpo de «valores» universais, fundamentais, em obediência a um mesmo conjunto essencial de princípios.

Compreende-se que se não possa dizer de nenhuma «solução técnica», por exem

plo, do problema da retribuição do trabalho, que ela é «a solução cristã»; o que há é soluções anti-cristãs, não cristãs, consoante elas revelam incompatibilidade, indiferença ou penetração dos princípios e «valores» trazidos pelo Cristianismo.

Ao intervir na ordem terrestre, política, económica, social, cultural, artística, etc., nunca a Igreja o faz por motivos políticos, sociais, económicos, culturais ou artísticos, mas em nome, pela autoridade e pelas exigências da sua missão sobrenatural de «religar» o humano a Deus, isto é de santificar os homens.

Comunismo e Cristianismo não se situam, pois, na mesma linha como doutrinas que promovam soluções aos mesmos problemas.

A questão do confronto precisa-se, então, nos seguintes termos:

a) O «humanismo» comunista é tal que tenha forçosamente de rejeitá-lo a Igreja de Cristo, por impedir os homens de realizarem o seu autêntico fim, a suprema razão de ser da sua vida, a definitiva e felicitante união com Deus, a «salvação eterna»? Ou será um «humanismo» simplesmente não penetrado dos «valores» cristãos, estranho a qualquer ordenação, a uma finalidade ultra-terrestre, um «humanismo» a completar, a purificar talvez, mas não de rejeitar sem mais? Ou será até uma forma concreta de humanismo cristão?

b) No caso de a 1.ª hipótese posta vir a mostrar-se a verdadeira, que «valores», que princípios, que inspiração, que linha geral, há-de ter qualquer humanismo para considerar-se cristão?

De tão ampla vastidão se nos afigura o probema, que impossível será tratá-lo no escasso tempo em que me é dada a honra de contar com a benevolência de Vossas Excelências. Vou limitar-me a tentar as linhas mestras da resposta às interrogações feitas sem as dissociar e atendendo principalmente à primeira. Terei, naturalmente, de começar por expor, quanto possível exacta e brevemente, o que chamei o «humanismo comunista».

* * *

Há quem tenha contestado a exactidão do afirmar-se que o comunismo é pròpriamente um «humanismo», q. d. uma «concepção da vida e do mundo», uma «Weltanschauung», vendo nele apenas pura ciência positiva, como a Medicina, ou, quando muito, simples metodologia servindo de introdução à transformação da ordem social, sem estar enraizado em nenhum sistema filosófico, *de facto* extrinsecamente ligadas ao materialismo dialéctico, mas, *em princípio,* independentes dele.

Esta tese defendida sobretudo por autores marxistas fora da Rússia (secundados, porventura de forma ingénua por alguns não-marxistas), representa ou desvio do marxismo ortodoxo ou concessão oportunista de mão estendida, em ordem a qualquer importante fim a atingir.

Contra pretensões do género escreveu Lenine a sua principal obra filosófica «Materialismo e Empiriocriticismo» onde regista:

«Nenhum materialista poderá durar sem sólida base filosófica» e adiante: «Desta filosofia do marxismo, como de uma moldagem de aço, não é possível eliminar absolutamente nenhuma premissa fundamental, absolutamente nenhuma parte essencial».

Estaline confirmará depois: «O mais importante e mais precioso legado d toda a herança do nosso Partido é o seu tesoiro ideológico, é a sua linha fundamenta são as suas perspectivas revolucionárias».

Leonov acrescenta: «O Partido defende, como a menina dos seus olhos, o tesoi de ideias do bolchevismo. A base inabalável deste bem, que nos dá a concepção d mundo do nosso Partido, é o materialismo dialéctico».

Destes textos, como aliás do modo constante de proceder em matéria de edu cação e ensino, tanto na Rússia como nos chamados «países satélites», de que nos dã conta os jornais de todos os dias, apura-se que o comunismo, mais do que uma soci logia e uma economia, é uma concepção da vida, do homem e do mundo, e que est concepção é o «materialismo dialéctico».

* * *

Que vem a ser o «materialismo dialéctico»?

Chama-se «dialéctico» a um processo tal que um 1.º termo suscite necessàri mente o seu contrário e que a luta entre ambos faça aparecer um 3.º termo em qu se encontrem os dois primeiros mas em forma superior.

Designam-se ordinàriamente os 3 termos em questão respectivamente «tese «antítese» e «síntese». Na realidade Hegel e Marx chamaram-lhe, com maior felic dade, «afirmação», «negação» e «negação da negação».

Este processo triádico constitui, segundo Hegel, a lei da caminhada do pens mento para a plenitude do encontro consigo mesmo. O comunismo, porém, que d Hegel toma a dialéctica, é um Materialismo que se afirma em 3 principais plano plano do ser, plano do conhecimento, plano da história.

* * *

No plano ontológico, ou da realidade, o marxismo afirma-se «materialista» n sentido de que a matéria, q. d. a realidade espacio-temporal que se impõe aos noss sentidos, é, pelo menos, o fundamento último e o suporte necessário de quaisquer act vidades, de todas as manifestações da existência. O comunismo faz seu o dito d Feuerbach: «a matéria não pode derivar da inteligência nem ser explicada por el funda a personalidade, porém a matéria não é fundada».

Este seu materialismo contrapõem-no os comunistas ao materialismo clássic ou mecanicista, afirmando-o «dialéctico». Tal expressão pretendem que signifiqu por um lado, que a matéria, constituida essencialmente por «união de contrários», d afirmação e de negação, de tese e antítese, é, por isso mesmo, de dentro constrangid a evoluir, a mover-se, a transformar-se, é «auto-dinâmica» para servir-me do próp termo de Lenine; por outro lado neste seu evoluir ou transformar-se, a matéria obede ao processo triádico de afirmação, negação e negação da negação por um super mento. Isto nos diversíssimos domínios físico, químico, geológico, biológico, et Assim, exemplificam, a semente (afirmação) é negada na planta para se reencontr em plano superior no fruto (negação da negação).

As mudanças quantitativas, ao atingirem determinado grau, tornar-se-iam qualitativas. O marxismo pretende que as étapes decisivas percorridas pela matéria nesta sua auto-evolução teriam sido primeiro o aparecimento da vida e depois o do pensamento. Aceita-se, exagera-se, a teoria darwinista da evolução das espécies; por outro lado condena-se, em 1948, a teoria da hereditariedade de Mendel-Morgan, proclamando-se em sua substituição a teoria progressista de Miciurin e Lysenko (já hoje em desfavor na Rússia) que promete ao homem domínio completo sobre o evoluir da natureza viva.

* * *

Passemos ao plano do conhecimento ou plano epistemológico. Também nele o comunismo se afirma partidário de um materialismo dialéctico que segundo os marxistas é a doutrina a que se opõem todos os idealismos. A questão é de tal modo importante que Engels pôde escrever: «A grande tese básica de toda a filosofia, especialmente da moderna, é a que toca às relações do pensamento com o ser».

O marxismo define a sua posição afirmando que a consciência nasce da matéria e reproduz exactamente o mundo material, tomando como hipótese de investigação, no campo empírico como no científico, o processo triádico.

Antes de mais afirma-se com energia a existência real da matéria: «o princípio fundamental do materialismo é o reconhecimento do mundo externo, a existência das coisas fora da nossa mente, independentes dela» (Lenine).

Entende-se, e com razão, que o universo material se não reduz, como pensava Berkeley, ao seu «aparecer» à consciência humana, a impressões do sujeito cognoscente e às leis de sucessão ou de concomitância destas impressões.

O universo material tem uma existência «em si», q. d., explicam os marxistas: existiu antes que houvesse sujeitos humanos que o percepcionassem, existe onde não há sujeitos humanos que o percepcionem e continuaria a existir ainda que todos os sujeitos humanos desaparecessem; e as mudanças que se passam neles obedecem «em si mesmas» a leis que as ciências se esforçam por determinar de maneira cada vez mais aproximada.

A tal doutrina, em rigor, deveria chamar-se «realismo cósmico». As principais razões que Marx, Engels e Lenine aduzem em favor do «realismo cósmico» são: a consciência que no trabalho manual nós tomamos do nosso corpo e da resistência da matéria e a verificação que as leis enunciadas pelas ciências encontram cada dia nos êxitos da técnica.

Ora, uma vez admitida pelas razões expostas, a existência da matéria, Engels e sobretudo Lenine passam, sem mais, à afirmação de que a matéria é o fundo das coisas, que ela não tem princípio algum imaterial do seu existir e de que, ao contrário, ela, a matéria, é o suporte necessário de toda a vida mental. Q. d.: identificam «realismo cósmico» com «materialismo».

Como explicar tenham saltado tão simplesmente do realismo cósmico para o materialismo?

É que, convictos da importância, por demais desprezada, da matéria (alimentação, vestuário, casa...) para o bem-estar do homem, condição de todo o conjunto do

desenvolvimento humano («Marx descobriu o facto elementar simples, até agora velado na poeirada ideológica, de que os homens antes de se ocuparem de política, ciência, arte, religião, etc. devem, primeiro comer, beber, vestir-se, alojar-se...»); convictos também de encontrarem o essencial do desenvolvimento superior do homem no trabalho sobre a matéria (Técnica e Arte) — os filósofos comunistas, para segurança de atribuirem à matéria valor bastante, e de lho verem atribuido pelos outros, deixaram-se ir até afirmarem não só a existência real da matéria, mas a existência primeira, absoluta, incondicionada, da matéria, com a rejeição de qualquer Espírito que lhe seja anterior. O juizo de valor sobre a matéria leva não só a um juizo de existência em seu favor, mas ainda a um juizo de não-existência a respeito de tudo o que não é dela ou dela não dependa. Tomam assim a contrapartida de Berkeley, afirmando contra o exagerado espiritualismo deste autor, em que vêem o patrono de todos os espiritualistas, o extremo oposto, o materialismo.

A este motivo, segundo o Prof. Franz Grégoire no seu notabilíssimo curso sobre o Pensamento comunista que tenho seguido de perto, junta-se um outro, de que não está ausente uma certa má fé. É um motivo de táctica: Para favorecer a luta de classes, importa determinar duas concepções diametralmente opostas, exprimindo uma a classe burguesa e outra a classe proletária, e duas concepções das quais a primeira a dos burgueses, apareça ao proletário como radicalmente absurda.

Haverá, pois, a filosofia que admite a existência real da matéria, e aquela que não a admite; apresentar-se-ão o espiritualismo e o idealismo como variantes da 2.ª filosofia, jogando com o equívoco: a matéria é causada por um Espírito primeiro — a matéria não é mais que impressões do nosso espírito. Em frente do idealismo, assim confusamente apresentado, coloca-se o «materialismo» que reconhece que a matéria não se reduz a impressões do nosso espírito nem... portanto (!) a ser o efeito de um Espírito primeiro.

Rejeitam-se liminarmente todos os esforços de precisar ideias: «O mais desprezível de todos os partidos é o partido do justo meio» disse Lenine.

* * *

No plano da história, assume a doutrina comunista o nome de «materialismo histórico» que poderia definir-se: a concepção sociológica segundo a qual são os factores económicos que, em última análise, determinam a vida das sociedades sob todos os seus aspectos ideológicos (religião, arte, filosofia, política, etc.) e a evolução das civilizações. Cito o próprio Marx: «Os indivíduos são quais os faz o modo de decorrer da sua vida. O que eles são depende, pois, da sua produção, isto é, daquilo que produzem e do modo como o produzem. Portanto, aquilo que os indivíduos são, depende das condições materiais da produção».

Este materialismo históriooo é dialéctico, enquanto todos os domínios ideológicos estão submetidos ao processo triádico e ainda porque entre as ideologias (ou supra-estruturas) e os factos económicos se dá recíproca influência em ordem a um superamento e, portanto, uma relação dialéctica.

No materialismo histórico enraiza a chamada «lei da história» que é o verda

deiro centro de todo o pensamento marxista. Consiste a lei na afirmação, já feita no famoso *Manifesto,* da inevitável vinda da era comunista, substituindo-se a um capitalismo em progressiva decadência, culpado de ter feito «da dignidade humana simples moeda de troca » e de ter «substituido às numerosas liberdades tão caramente adquiridas a única e impiedosa liberdade de comércio».

Da passagem do capitalismo ao comunismo, afirmam os marxistas: — que ela é um processo económico-social absolutamente inevitável. As afirmações dos chefes actuais assumem até matiz surpreendente de tom profético e messiânico. Não há muito se pudera ler nos jornais as declarações de Kaganovich sobre o«triunfo» do comunismo no nosso século bem como o final do discurso de Kruschev ao XX Congresso do Partido, em nov. do ano passado. O chanceler Adenauer confidenciava o quanto o impressionara, na sua recente visita a Moscovo, o facto de o mesmo Nikita, com grande suficiência, o haver convidado a decidir-se pelo comunismo, juntando que era inútil andar contra o curso da história. Que há por detrás de tudo isto? Voz grossa para intimidar os adversários? Previsões grandiosas para diminuir descontentamentos e tensões internas? De certo, e para além de tudo, expressão de um messianismo e profetismo que têm na alma russa profundas raízes históricas e culturais. Entretanto nem Karl Marx nem os marxistas responsáveis, admitiram nunca que se tratasse de um processo automático que se realizasse por si mesmo sem o esforço humano; trata-se para eles de um processo infalível sem dúvida, mas que se realizará graças ao esforço, que também infalivelmente surgirá, por parte dos homens.

2.° Um tal processo apresentam-no-lo ainda os marxistas como, económica e socialmente, indispensável para que desapareça «o homem do homem», em feliz expressão de Rousseau.

3.° Deste juizo de valor resulta, sempre segundo os marxistas, uma regra de acção: o facto de o processo se nos revelar como bom traz-nos o imperativo categórico de contribuirmos para apressar a marcha da história tomando decididamente o «termo» do processo como «fim» de actividade.

Esta «lei da história» assenta numa vasta tríade dialéctica que respeita a todo o devir da propriedade, cujo esquema é em termos sumários:

Afirmação ou tese — o *comunismo primitivo* que se caracteriza por: técnica elementar e indivisão de trabalho; como ninguém está, por sua própria conta, na posse de um meio de produção, não se vê um homem forçar outro a tirar pelo seu trabalho, de um meio de produção, uma vantagem para o proprietário.

Negação ou antítese: a *economia de classes,* que tem por características: progresso da técnica e divisão de trabalho. Certos homens, proprietários dos meios de produção, obrigam outros, que os não têm, a trabalhar em proveito do proprietário.

Há, pois, nesta economia, duas classes: exploradores e explorados, que são ao mesmo tempo opressores e oprimidos, visto a exploração se fazer com apoio da força.

Negação da negação ou síntese: o *comunismo moderno.* Nele se marca retorno à tese sob a forma de ausência de classes; guarda-se da antítese, amplificando-o até, o progresso técnico com a consequente divisão de trabalho (mas remediando ao empobrecimento humano que acarreta).

A economia de classes assumiu no tempo 3 formas sucessivas: regime de escra-

vatura, regime feudal e regime capitalista. O regime feudal, o regime capitalista o comunismo formam, sempre segundo os marxistas cujo pensamento me estou esfor çando por expor fielmente, tríade dialéctica mais restrita que vou encarar:

Tese: regime feudal que tem por carcterísticas:

a) os proprietários da empresa trabalham

b) as empresas estão dispersas, não há largo trabalho em comum

c) a propriedade das empresas, que é particular, está amplamente espalhada todo o artífice se pode tornar proprietário.

Antítese: regime capitalista, cujas características são:

a) os proprietários de empresa não trabalham;

b) as empresas concentram-se: largo trabalho em comum;

c) a propriedade das empresas, particular, é reservada a pequeno núme Os proletários (q. d. os trabalhadores manuais que não têm outro meio de subsistênci senão oferecerem o seu trabalho aos proprietários de empresa) são proletários pc toda a vida.

Este regime apresenta, continuam os marxistas, duas grandes anomalias: - separação do trabalho e da propriedade: os que trabalham não são os proprietári (são os capitalistas, cada vez menos numerosos e mais ricos).

— Enquanto o trabalho se faz em comum, colectivamente, nas grandes fábrica a propriedade não é colectiva mas privada. Q. d., em termos marxistas: o «carácte social» que marca o «processo da produção» não se encontra na «propriedade das fo ças de produção».

Estas duas «alienações» («alienação» significa na linguagem de Marx, tomad de Hegel, a separação do que deveria estar unido, com luta entre os elementos separ dos), estas duas alienações, dizia, são as mais importantes de entre as «alienaçõe económicas e geram por sua vez as «alienações ideológicas» (religiosa, jurídica, mora metafísica) que, dialecticamente contribuem para a manutenção das alienaç económicas.

Destas diversas ideologias, a ciência, a arte, o direito, a moral e a filosofia nã têm que ser rejeitadas, pensa o marxismo, mas tão só libertas do vício que nelas deix a perversa ordem social capitalista, vício que o comunismo pode corrigir, e ele s Quanto à religião, a mais difícil das ideologias, «a mais afastada da base materi e a que se lhe parece menos» (Engels), é viciosa por sua própria essência e tem de s implacàvelmente combatida, pelos meios que a circunstância apontar como oportun e eficazes.

Aparece, dizem, como o efeito da apreensão dos homens ante as forças nat rais ou as fatalidades sociais e, em particular na época moderna, como o efeito do sen mento geral de insegurança económica, de incerteza sobre os meios de existência q resulta do regime capitalista para todas as classes, em especial para as classes tr balhadoras.

Escreve neste sentido Marx: «a religião é o suspiro da criatura acabrunha pela desgraça, é o coração de um mundo sem coração, é o espírito de uma época se espírito. É o ópio do povo».

Com a metáfora famosa da religião como «ópio do povo» quer Marx significar que por um lado a religião é buscada pelos homens míseros como um narcótico que lhes adoce a pena; por outro lado, que este narcótico tem como efeito, e efeito querido por aqueles que o fornecem ao povo, impedir o doente de se dar conta do mal e de tomar as medidas únicas que poderiam salvá-lo. A religião não seria só uma consequência do mal, mas contribuiria por natureza para mantê-lo. Daí que «a crítica da religião é a condição primeira de toda a crítica». E a perseguição, de que somos testemunhas, aos católicos da que tão justamente o Papa chama a «Igreja do silêncio» bem documentam a coerência marxista e a impossibilidade da coexistência.

Segundo os marxistas a religião constitui uma «alienação» porque o espírito religioso opera no homem uma dissociação, mediante a qual se projectam fora, num Ser fantasiado, Deus, as qualidades do homem, inteligência, energia, bondade, não deixando no homem senão deficiências, também só imaginárias: fraqueza de espírito, impotência de querer, egoísmo de coração.

Marx continua: «a religião é de si vazia, não é o céu mas a terra que a faz viver e com a dissolução da realidade absurda de que ela é a teoria, ruirá por si mesma».

*
* *

Examinámos, na imediata tríade que nos interessa, a tese que é o regime feudal, a antítese que é o capitalismo, com as suas alienações económicas e ideológicas. Vejamos a

Síntese: regime comunista, que tem a caracterizá-lo:

a) Todos, sem excepção, trabalham (embora Estaline tenha tido o cuidado de prevenir que condição igual não é igualitarismo...)

b) as empresas concentram-se; largo trabalho em comum;

c) todos são proprietários dos meios de produção como dos bens produzidos, cuja propriedade é comum, colectiva, como o trabalho.

Este regime põe termo às alienações tanto económicas como ideológicas fazendo a «reintegração» do humano no homem. Da tese subsistem a coincidência da propriedade e do trabalho como o grande número de proprietários; da antítese subsiste o trabalho em comum.

As razões por que, sempre segundo os comunistas, o capitalismo (antítese) conduz inevitàvelmente ao comunismo são as seguintes:

1.) Capitalistas e proletários são duas classes correlativas: não há capitalismo sem proletariado nem proletariado sem capitalismo. Por efeito da livre concorrência e, em particular, das crises económicas da livre concorrência resultantes, o regime capitalista inevitàvelmente gera para os trabalhadores manuais miséria e escravatura enquanto que, por si mesma, o progresso técnico deveria gerar a abundância e a liberdade.

2.) Os proletários acabarão necessàriamente (com a ajuda, também necessária, de alguns intelectuais) por tomar consciência da sua miséria e da sua escravidão ao mesmo tempo que da causa de tal estado, o regime capitalista, e por experimentar

contra este regime um sentimento de revolta cada vez mais vivo, sentimento que é primeira condição para que os proletários façam a Revolução extintora do capitalism

3.°) O regime capitalista multiplica inevitàvelmente os proletários e, ao mesm tempo, concentra-os em grandes aglomerados industriais. Este número incessant mente acrescido e esta concentração geográfica progressiva são para os proletári uma fonte considerável de força, força que é a segunda condição necessária para Revolução.

4.°) Desta sua força tomarão, inevitàvelmente ainda, consciência os proletário consciência que também é condição indispensável para a Revolução.

5.°) As condições necessárias enumeradas: sentimento de revolta, sent mento de força, formam conjuntamente o factor plenamente suficiente para que Revolução rebente e triunfe. E, pois, asseguram, inevitável que a Revolução sur e tenha êxito. «Os expropriadores serão expropriados».

Em lugar do regime capitalista os proletários instalarão fatalmente primeiro regime contrário: a «ditadura» do proletariado sobre os anteriormente burgueses, co a repressão de todos os resíduos do espírito burguês em matéria de economia (com também ideológica, em particular no que respeita a crenças religiosas). O proletári emancipado económica e ideològicamente, velará por não deixar retomar força aos aut res da sua antiga escravatura.

Quando, graças ao incessante progresso técnico e à planificação mundial d economia, a produção tiver atingido imensas proporções, a regra da repartição se «de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade». Haver do desaparecido os últimos traços do espírito burguês, graças precisamente à prosp ridade geral, a ditadura do proletariado sobre os membros das antigas classes des parecerá por si mesma; deixará de haver Estado, Polícia, tribunais, por inteiro despr vidos de razão de ser. O «governo dos homens cederá o lugar à administração d coisas», o trabalho terá deixado de ser um peso, uma luta pela existência, transfo mando-se em «alegria e exigência suprema da vida». O homem «reintegrou» as qu lidades que alheara de si para constituir Deus e terá compreendido que ele próprio ou melhor, que «a humanidade é que é deus para o homem». «A crítica da religiã chega à doutrina de que o homem é que é o Ser supremo para o homem» (Marx) « procura de um ser estranho, essencialmente acima da natureza e do homem (...) implic a confissão da não-valia essencialmente da natureza e do homem» (Id.) «a religiã dos trabalhadores é ateia porque procura restaurar a divindade do homem» (Id.

O comunismo julga tornar possível aos homens uma conduta espontâneament recta, delicada e generosa, sem nenhum constrangimento exterior nem imperativ interior; suscitar uma ciência inteiramente adequada ao seu objecto, a Natureza, comunicá-la a todos, fazer desabrochar uma arte adequada à sua inspiração e torná-l universalmente acessível. Estar-se-á então na era da humanidade, da sociedade se classes, da Natureza totalmente dominada, do homem afirmado em pujança, realizad inteiramente como «trabalhador livre, inteligente e social», que a si mesmo aparec como divino não só pela especulação como em Hegel, mas pelo pensamento e pel acção, porque em vez de simplesmente «interpretar o mundo, tê-lo-á transformado

Isto um dia, que nem para a Rússia, a ter em conta as condições que Estalin

enunciava como necessárias, se vê que esteja na linha do horizonte. Entretanto, segundo o marxismo, o critério de verdade há-de tomar-se da realização do homem. E a realização do homem é o comunismo. Portanto, toda a concepção contrária, de uma ou de outra maneira, à vinda do comunismo será falsa e a doutrina mais favorável a esse advento será a verdadeira. E como a Revolução que aí conduz e, ulteriormente, a construção da sociedade nova vão exigir na acção uma vontade de aço, derrubadora por todos os meios de quaisquer obstáculos, o critério precisa-se desta forma: a verdade ou o erro de uma doutrina julga-se segundo tal doutrina favorece, ou não, a acção post-revolucionária assim concebidas. No que diz respeito à acção revolucionária, q. d. na luta da classe operária contra a classe burguesa, toda a doutrina que de uma ou outra forma lhe é contrária, será considerada como uma emanação da classe burguesa, como «verdadeira» sòmente para essa classe e como «falsa» absolutamente falando; a doutrina mais propícia à luta do proletariado contra o capitalismo, será considerada como «verdadeira» para a classe proletária e, portanto, como «verdadeira» absolutamente falando, visto que a classe proletária é a que caminha no sentido da história.

De esta contrariedade ou acção revolucionária da harmonia com ela, por outras palavras da falsidade na «verdade» de uma doutrina julga o Partido Comunista, q. d. julgam os chefes do Partido ou o Chefe do Partido a partir da sua actividade vivida.

É o que explica que de um momento para o outro a «verdade» sobre Estaline, por exemplo, tenha sofrido a inversão de que a Imprensa dos últimos dias nos tem dado notícia. O «génio assombroso», o «salvador da humanidade», a «Providência do mundo» passou a ser «um louco sanguinário».

* *
*

Terminada a exposição, que não foi breve como a desejara mas me esforcei por que fosse exacta, creio ter deixado a ver-se claramente que o comunismo significa todo um desideratum de redenção dos homens, sem Deus e contra Deus, reduzidos a um simples produto da matéria que na matéria encontra a total satisfação das suas essenciais necessidades. Traços estes que opõem intrìnsecamente o Comunismo à Igreja, tornando impossível qualquer conciliação entre o comunismo e o cristianismo. O comunismo não se limita a ser um humanismo a-cristão, é um humanismo por essência anti-cristão.

Como tal o tem denunciado clara e frequentemente o Magistério da Igreja de que é documento particularmente vigoroso a Encíclica «Divini Redemptoris» Pio XI (1937).

Entretanto a denúncia do comunismo por parte da Igreja não significa desconhecimento nem aceitação das injustiças do nosso mundo— mas a rejeição de uma doutrina e de uma actividade que, longe de as remediar, inevitàvelmente as agrava. Bem incómoda posição é para as almas de sinceros cristãos encontrarem-se, frente ao comunismo, na indesejável companhia de tantos que, instalados num gozo egoísta dos bens da terra, só gritam com a Igreja desejosos de não serem incomodados. A Igreja denuncia e rejeita e condena o comunismo, mas não as aspirações à justiça, à frater-

nidade, ao respeito, ao amor dos homens uns pelos outros, que constituem «valores que o Cristianismo revelou como essenciais à pessoa humana e a Igreja defende sempre, muito antes que o comunismo os ligasse a falsa miragem doutrinal e prática Passo em longa citação a palavra ao Senhor Cardeal Pariarca que, numa notabilíssima Instrução Pastoral sobre Cristianismo e comunismo, lida ao microfone da Emissora Nacional, em Fev. de 1947, e publicada no III vol. das Obras Pastorais, escreve «É de justiça confessar que, além daçuele vinho novo de espírito revolucionário que dá ao comunismo a sua virulência, o alimenta rico manancial de sentimento idealista de amor pelo povo e de generosa indignação contra a sorte injusta, imposta ao proletariado pela sociedade actual.

Não se pode deixar de lhe reconhecer o humanismo latente, na agudeza com que é sentida a inferioridade humana do proletário e a dureza da sua luta pela existência E até se poderia dizer: o cristianismo inconsciente, não só nisto, mas ainda nesse sentido vivo, mesmo trágico, da fraternidade com os oprimidos.

Não será ousado avançar que no violento anti-cristianismo de muitos comunistas que não aprofundam as bases filosóficas do marxismo, se encontra a raiz de escândalo de um cristianismo, falso ou medíocre, seja de tantos católicos que não vivem cristãmente, seja de uma sociedade que se afirma ainda cristã quando sob muitos aspectos já deixou de o ser. Tal anticristianismo poderá ser, algumas vezes, apenas cristianismo desiludido».

Aliás o próprio esquema de salvação comunista é, inconsciente mas realmente decalcado sobre o esquema cristão. A traços largos esse esquema é o seguinte: A propriedade privada é o pecado original e fundamental da humanidade. Antes, a humanidade conheceu um primeiro estado de inocência, uma idade de oiro, ainda rudimentar: o comunismo primitivo. Depois veio o pecado da propriedade particular. Por causa dele, a quando da sua extrema realização, nasceu um ser (o proletário) que é ao mesmo tempo, inteiramente puro desse pecado (não tem nada) e vítima pura e total que, em virtude da lei dialéctica das coisas, porá fim de modo definitivo, ao pecado da humanidade, restaurando, em forma consumada, a idade de oiro, o paraíso inicial: comunismo plenamente realizado.

Como se vê, laicização de um esquema religioso, com uma carga afectiva poderosa exactamente porque corresponde ainda a anseios profundos do homem, de natureza religiosa. E, talvez por isto, não seja de admirar, que haja sido na Rússia, país em que Marx não acreditava mas país de profunda religiosidade sem formação doutrinal, que o marxismo conseguiu fazer-se Poder. Muitos dos caracteres com que hoje concretamente, se nos apresenta o marxismo, mais se explicam pelo temperamento russo, apesar do pretenso carácter de rigor lógico e científico, do que por exigência filosófica interna.

Assim acontece, v. g. com o sentido de cruzada universal que caracteriza o comunismo. Nascido com Marx, um judeu, em cujo fundo de alma se abrigava a ideia da redenção universal pelo Messias, o comunismo encontrou especialmente apta a recebê-lo a «intelligentsia» russa para quem messianismo e profetismo têm raizes profundas históricas e culturais. Refiro-me em especial à ideia difundida desde os séc. XV-XVI especialmente por obra do monge Filoteo, de que «Moscovo é a 3.ª Roma»: o tsar russo

teria herdado a dignidade e a missão dos imperadores de Roma e de Bisâncio, o povo russo seria o detentor da verdadeira fé, para vantagem da humanidade toda. Mas ante o arbítrio dos tsares, opressores do povo e da ortodoxia, surge a suspeita de que o reinado ortodoxo se haja corrompido. E todos se dão à procura de um reino ideal, fundado na verdade e na justiça, a famosa «pravda» russa, contraposto ao das trevas e do mal. Procura particularmente intensa no séc. XIX em que se nos afirma tanto na corrente dos eslavófilos religiosos (Chomjakov, Leontiev, Dostoievsky, Soloviev que entrevêem e profetizam o advento da «pravda» na vocação da Rússia à actuação dos ideais religiosos, como nos ocidentalistas ateus, em que entronca o marxismo, que a vêem na vocação social do povo russo.

Antes escrevera Pagodin: «Porventura não está nas nossas mãos a sorte política da Europa e até a sorte do mundo se, sòmente, nós a quisermos decidir? Ressalta o coração de alegria, ó Rússia minha, ó minha Pátria! a ti só cabe realizar o desenvolvimento da humanidade». E de facto a Rússia cria a «Internacional», mas que estranha internacional, em que se combate o cosmopolitismo, se revaloriza o feito dos csares, se exalta o génio russo a quem são devidas todas as notáveis descobertas...

O mesmo se poderia dizer da cruzada anti-religiosa: não é só a doutrina que a explica, é o temperamento russo que a torna compreensível. Já, salvo erro, nos Possessos, esse extraordinário e clarividente conhecedor da alma russa que foi Dostoievsky, escrevia: «Os nossos não só se tornam ateus, mas crêem no ateismo como numa religião».

Um último característico traço do comunismo russo é o *amor pela humanidade*, substituído ao *amor pelos homens*, amor pelo longínquo e não pelo que está próximo.

Petraschevskij, cujo círculo frequentou Dostoievsky, costumava dizer: «porque não encontro para mim nada que seja digno de amor, nem entre os homens nem entre mulheres, consagro-me ao serviço da humanidade». Frase muito característica de toda a «inteligentsia» revolucionária, comenta Berdiaev. E «para tornar feliz ao menos uma parte da humanidade, estou pronto a aniquilar a ferro e fogo toda a restante», palavras de Belinskij que os marxistas russos tão tragicamente têm comentado ante a apatia ou o descrente protesto do chamado mundo livre: os estragos da Revolução, a fome trazida pelas colectivizações, o terror da polícia soviética, etc. tudo isto tenderá a fazer feliz a humanidade... E a sorte trágica de todo o humanismo que põe de lado Deus; apaixona-se pela abstração e mata os homens.

Mas o vício radical do sistema está no materialismo, que o torna de extrema pobreza filosófica, apesar da sua grandiosa aparência, e de total inaceitabilidade.

No fundo Marx não era um filósofo. Pareceu-lhe que Hegel fazia caminhar a dialéctica «sobre a cabeça» e tratou simplesmente de a inverter fazendo-a caminhar «sobre os pés», preferindo fazer da consciência o reflexo do mundo a ver no mundo o puro reflexo das ideias.

Não há dúvida de que o idealismo é inaceitável, embora não seja altura de o mostrar. Tem que ser-se realista. Mas ser-se realista equivalerá a ser-se materialista? Dizer que a matéria existe, equivalerá a dizer que todo o existente ou é matéria ou da matéria deriva?

O homem reflecte e, pela reflexão, transcende o espaço e o tempo a que está

necessàriamente presa a matéria: encara o passado que não existe já, prevê, e provê ao futuro que não existe ainda. Interroga-se sobre o seu próprio existir, perguntando a si mesmo se vale, e porque vale a pena viver, reconhece valores que assume e promove, dando à vida rumos diversos. E também desta interrogação, como da conduta que ela ilumina, é incapaz a matéria. Há, pois, no homem algo que é novo em relação à matéria, a que chamamos «o espírito» pelo qual pensamos e exercemos a liberdade. É até o espírito que permite ao homem o domínio da matéria, e lhe assegura a superioridade sobre o universo. Foi o que lindamente exprimiu Pascal em página conhecida: «O homem não é mais do que um junco, o mais frágil da natureza, mas é um junco pensante... Ainda que o universo o esmagasse, o homem seria mais nobre do que aquilo que o mata, porque sabe que morre e conhece a vantagem que o universo tem sobre ele, ao passo que, de tudo isso, o universo nada sabe».

Sem dúvida que o homem não é só espírito — é evidente: há, pois, nele necessidades de ordem material que precisam de ser satisfeitas; mas também não é só matéria, e tem necessidades de ordem supra-material, necessidade de verdade, de justiça, de amor, de beleza, de compreensão que o pão não extingue. «Não é só de pão que o homem vive», disse Jesus.

Noutra linha de reflexão, quereria chamar o pensamento a ter em conta que o homem de ciência, em esforço porfiado e de há muito, não conseguiu em laboratório a mais insignificante célula viva. E quando a matéria, orientada pela inteligência humana de homens de ciência, de génios, não pode atingir a perfeição que é a vida, ao menos rudimentar, quer-se que eu admita, sem mais, que a matéria deixada a si mesma às cegas, tenha chegado a esta maravilhosa e inteligentíssima organização que é o mundo, e a esta outra maravilhosa «organização organizadora» que é o homem?

Decididamente o materialismo não é racional. Nem adianta fazer apelo à dialética. Esta implica consciência e finalidade, supõe inteligência: falar de materialismo dialético é unir arbitràriamente termos que se não toleram. Os raros exemplos da pretendida marcha dialética da matéria não passam de longínquas analogias com a marcha do espírito e estão, portanto, muito longe do alcance que se lhes atribui.

Por outro lado, na linha da história, por certo que têm as condições materiais e nomeadamente, as condições de produção dos bens materiais necessários à vida terrestre, importância muito grande. Daí a dizer-se que o factor económico é o único ou é pelo menos o fundamental, vai uma distância que não pode franquear senão quem de antemão for materialista. Aliás os próprios comunistas estão ligando importância sempre crescente aos factores ideológicos. Repare-se na constante exigência das famosas e forçadas «auto-críticas». Quanto à pretendida inevitabilidade do advento do comunismo, a que chamam «lei da história», assenta em bases muito frágeis.

Por mim estou convencido de que o que é inevitável — e bom — que se dê é a emancipação dos proletários, ou, como diz Pio XI, a «desproletarização» das massas operárias q. d. o acesso dos trabalhadores à propriedade, que os livre do «complexo de insegurança» em que vivem, que é manifestamente uma injustiça, um atentado ao direito primordial do homem a usar dos bens da terra para viver. Acesso, portanto dos proletários a mais bem-estar, a mais autoridade e a mais cultura.

A evolução histórica, neste sentido, de virem os homens a serem cada vez mais

homens, é que é, em si, boa e se impõe a cada um de nós como «mandamento da história» ou, com exactidão maior, como mandamento da consciência moral colocada ante a história.

Por conseguinte, se se apresenta para o proletariado, e para os intelectuais que os guiam, uma forma de emancipação distinta do comunismo, a vinda do regime em que tal forma se verifique é tão provável como a do comunismo. E tanto mais provável quanto os interessados se derem conta do carácter fictício que apresenta a «ditadura do proletariado».

Cabe aos cristãos, realizando na ordem social os princípios que luminosamente lhes têm sido apontados pelo Magistério da Igreja, mostrar a realidade da emancipação a que se aludiu num plano de compreensão e de amor e de justiça.

SONDAGEM À ASSISTÊNCIA À MISSA DOMINICAL NO PATRIARCADO DE LISBOA

P.e MANUEL FRANCO FALCÃO
Professor de Sociologia

A substância deste artigo foi apresentada, sob a forma de comunicação oral, na sessão de encerramento dos «Dias de Estudos Pastorais» realizados de 10 a 12 de Abril do corrente ano no Seminário dos Olivais, sessão a que se dignou presidir Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca. A expectativa dos resultados da sondagem, a importância desses resultados para o conhecimento sério da situação religiosa da diocese e ainda o ineditismo de outros dados apresentados, justificam o vivo interesse manifestado pela assistência durante e após a leitura dessa comunicação. Retomam-se aqui os números então revelados e muitas das observações a propósito feitas, e acrescentam-se outros elementos de informação que não cabiam numa comunicação oral mas ficam bem num artigo de revista. Praza a Deus que a inserção nestas páginas de todos estes dados estatísticos contribua para convencer todos quantos se interessam pelos problemas religiosos do Patriarcado de que os inquéritos e sondagem feitos e a fazer ainda, quando convenientemente elaborados, podem dar a conhecer melhor o estado religioso da diocese, fazer descobrir problemas graves que não foram sequer ainda equacionados, levar a rever hábitos, métodos e até instituições de apostolado e servir de estímulo poderoso a um zelo pastoral mais consciente, mais esclarecido, mais adaptado e mais eficaz.

A SONDAGEM DE NOVEMBRO - DEZEMBRO DE 1955

Por intermédio do «Secretariado dos Estudos Paroquiais», realizou-se nos domingos de 13 e 20 de Novembro e 4 de Dezembro de 1955 uma sondagem à assistência às Missas celebradas nas igrejas e capelas do Patriarcado. A contagem dos fiéis fez-se por um dos processos mais simples que têm sido empregados para o fim em vista: distribuindo pagelas à saída das Missas. Para se obter um mínimo de especificação, as crianças até aos 14 anos, os homens e as mulheres foram convidados, à estação da

Missa, a sair por portas diversas onde era feita a distribuição das estampas. Foram encarregados de orientar os trabalhos e recolher os dados os Párocos, quer nas respectivas igrejas paroquiais quer nas outras igrejas e capelas, mesmo semi-públicas, existentes na área da sua jurisdição.

Embora no lançamento desta sondagem houvesse uma certa precipitação e algumas deficiências, podemos dizer que, para primeira tentativa na vasta escala da diocese ela constituiu inegàvelmente um êxito animador.

Houve algumas falhas notáveis na cidade de Lisboa. Cerca de um quarto das paróquias (13 em 49) não enviaram os resultados, e nalgumas capelas não chegou a fazer-se contagem. Mas, mesmo assim, os números obtidos abrangem 80 % da população e já é lícito generalizar as observações que esses números sugerem.

As restantes paróquias do Patriarcado corresponderam duma forma que excederam todas as expectativas. Enviaram os resultados mais de 98 % e, na maioria dos casos, a contagem parece ter sido feita com aproximação suficiente para servir de base a um primeiro estudo da prática dominical no Patriarcado.

Nesta sondagem, como em qualquer outro inquérito, as técnicas a empregar na cidade e fora da cidade têm de ser necessàriamente diferentes. Assim, neste caso, em Lisboa, a sondagem deveria ter sido precedida dum inventário dos lugares de culto com Missa ao Domingo, e em cada um deles deveria haver um responsável em contacto directo, e não por intermédio dos Párocos, com a entidade encarregada do apuramento. Só assim se evitariam as falhas e atrasos verificados.

TRABALHO DE APURAMENTO DOS RESULTADOS

No envio dos resultados não houve aquela pontualidade que seria para desejar. Numa sondagem, mais completa que esta, feita há anos na diocese de Marselha, todos os resultados, incluindo os sacos com as fichas individuais preenchidas pelos fiéis, foram recolhidos até às 21 horas do próprio dia em que a sondagem se fez. Na nossa sondagem, os últimos resultados entrados no apuramento chegaram quatro meses depois do prazo determinado... Não é difícil imaginar como isso atrasou o apuramento dos resultados globais e os trabalhos da sua interpretação.

Para este apuramento, para a determinação de percentagens, para a comparação e estudo de certos dados e para a sua expressão gráfica, foi necessário proceder a um trabalho prévio providencialmente começado meses antes de ser lançada a sondagem (1). Este trabalho consistiu na elaboração da Carta Geográfica do Patriarcado (limites das Paróquias e Vigararias e sua correspondência com a divisão civil do País) e no cálculo da população de cada paróquia, especificando o número de homens e mulheres dos 15 anos em diante e o das crianças dos 7 aos 14 anos.

(1) O lançamento e o apuramento são os dois termos de qualquer sondagem ou inquérito. Não se podem separar. No caso presente, a sondagem foi lançada sem se pensar no apuramento. Dada a sua simplicidade, e em virtude dos referidos trabalhos terem sido iniciados antes mesmo que se pensasse na sondagem, isso não teve inconvenientes de maior. O mesmo se não poderá dizer de inquéritos mais complexos. Para a sua boa realização exige-se entendimento prévio entre quem faz o apuramento e quem lança o inquérito.

Este cálculo foi feito tomando por base os resultados dos censos de 1940 e 1950, obtendo-se os valores relativos a 1955 por extrapolação, admitindo a hipótese de se ter mantido na mesma linha e com a mesma intensidade a evolução demográfica de cada paróquia (2). Para a especificação por idades houve que tomar para cada freguesia a mesma percentagem de crianças (dos 7 os 14 anos) do respectivo concelho, visto o censo de 1950 não ter apurado a composição etária da população por freguesias (3).

Neste trabalho preparatório tivemos ocasião de entrar em contacto com alguns dados relativos à geografia e à demografia do Patriarcado, dados esses que são suficientemente interessantes para que se justifique a sua inclusão neste trabalho tanto mais que ajudam a explicar certos resultados da sondagem.

GEOGRAFIA DO PATRIARCADO

O Patriarcado é, em extensão, actualmente, (4) a quarta diocese do Continente. Évora, Beja e Portalegre são maiores. Tem 8.171 km² (5). Abrange, além da Capital, todo o distrito de Lisboa, 1/3 do de Leiria, 2/3 do de Santarém e metade do de Setúbal. Inclui 345 freguesias civis das quais 43 pertencem à cidade de Lisboa.

Religiosamente, o Patriarcado conta actualmente 332 paróquias, sendo 49 da cidade. As 283 paróquias de fora de Lisboa estão agrupadas em 23 vigararias. Além destas paróquias há 11 vicariatos ou núcleos populacionais com autonomia paroquial de facto.

Tanto na cidade como fora da cidade de Lisboa, o número de paróquias religiosas não coincide com o das freguesias civis (6). Mas, fora de Lisboa, salvo uma

---

(2) Tal suposição não se verifica em todas as freguesias. Nomeadamente nalgumas dos arredores de Lisboa, de uma e outra banda do Tejo, o ritmo do crescimento nos 5 anos de 1950 a 1955 foi sensivelmente superior ao de decénio 1940-1950. Isso vem alterar ligeiramente, agravando-as, as percentagens da prática dominical nessas freguesias e nas vigararias respectivas.

(3) Por brevidade nos dispensamos de pormenorizar e justificar o processo de elaboração dos valores estatísticos calculados. Acrescentamos que tomamos por base dos cálculos a «população residente».

(4) Pelo breve «Quo vehementius» de 17 de Janeiro de 1918 (A. A. S., vol. X, pág. 81) foi reconstituida a diocese de Leiria à custa de 25 paróquias desmembradas do Patriarcado de Lisboa e de outras tantas da diocese de Coimbra.

(5) Esta área foi obtida tomando como base a medição dos concelhos feita pelo Instituto Geográfico e Cadastral e apresentada no Censo de 1940, tendo nós medido as paróquias dos concelhos que não pertencem integralmente ao Patriarcado. Embora este valor esteja sujeito a ulterior correcção, é, para os estudos de sociologia religiosa, suficientemente exacto. A área de 15.000 Km² indicada no Anuário Pontifício precisa, evidentemente, de ser corrigida. As áreas das dioceses do Continente, segundo o mesmo anuário são, por ordem decrescente e arredondadas: Évora (13.660 Km²), Beja (12.320), Portalegre (9.710), Lisboa (8.171), Guarda (6.640), Bragança (6.550), Coimbra (5.300), Faro (5.070), Braga (5.000), Vila Real (4.280), Viseu (3.400), Lamego (2.750), Porto (2.130), Leiria (1.700) e Aveiro (1.540).

(6) Pela lei de 23 de Junho de 1916 foi introduzida na terminologia oficial da divisão administrativa do País a designação de «freguesia» e deixada a de paróquia civil. A seguir à implantação da República muitos dos nomes das paróquias civis foram alterados para as dife-

ou outra excepção, é fácil estabelecer a relação entre a divisão civil e religiosa, verificando-se mesmo coincidência na maioria dos casos. Na cidade tal não acontece, do que resulta a impossibilidade prática de determinar com suficente rigor a população das paróquias de Lisboa, sobretudo das recentemente criadas.

Últimamente têm sido criadas várias freguesias civis por desdobramento de outras, sem que a tal facto se tenha seguido a criação de novas paróquias religiosas. São cerca de 20 os casos destes. Isso é sinal de decadência ou estagnação da vida religiosa nas zonas humanamente mais progressivas. (7)

A criação de novas paróquias, a reforma da divisão religiosa do Patriarcado e o reajustamento entre divisão religiosa e civil, são problemas cuja importância salta à vista de quem se debruça sobre eles.

Para terminar estes breves apontamentos sobre a Geografia do Patriarcado, chamamos a atenção para os acidentes geográficos mais notáveis que o dividem em zonas bem delimitadas. São eles o rio Tejo e a linha montanhosa formada pelas serras dos Candeeiros, Montejunto e Montachique. Como limites naturais, a ocidente o Atlântico, e no canto de nordeste a serra de Aire e o rio Zêzere. Desta forma o Patriarcado encontra-se geogràficamente dividido em 5 zonas características até sob o ponto de vista religioso: a zona alta e cristã do nordeste, as duas zonas baixas e frias do Ribatejo (de um e outro lado do rio), a zona marítima e praticante do oeste e, finalmente, a península de Setúbal em franco progresso social mas em baixa religiosa. A cidade de Lisboa com os seus prolongamentos é caso à parte tanto sob o ponto de vista de geografia humana como pastoral.

A POPULAÇÃO DO PATRIARCADO

Se as dioceses alentejanas de Évora, Beja e Portalegre são, qualquer delas, mais extensas que o Patriarcado, no que respeita a população, as três reunidas não chegam a atingir a população do Patriarcado (8).

Segundo o censo de 1950, a «população residente», contando freguesia por freguesia e acrescentando a população embarcada, somava em Dezembro desse ano 1.904.186 almas. Actualmente já ultrapassou os 2 milhões, constituindo, em números redondos, uma quarta parte da população do Continente.

Para o apuramento da sondagem baseei-me na «população presente» que é ligeiramente inferior. Em 1950, e sem contar com a população embarcada, era de 1.853.611, cabendo à cidade de Lisboa 781.149, isto é, 42%.

---

rençar das paróquias religiosas. A não coincidência territorial da divisão civil e religiosa começa a verificar-se na segunda metade do Séc. XIX.

(7) Na península de Setúbal, por exemplo, foram criadas as freguesias de Cova da Piedade, Trafaria, Costa da Caparica, Pinhal Novo e Quinta do Anjo sem a criação das respectivas paróquias religiosas.

(8) Segundo o Anuário Pontifício, a população das dioceses do Continente é: por ordem decrescente: Lisboa (1.621.400), Porto (1.194.000), Braga (883.446), Coimbra (568.000), Guarda (425.000), Portalegre (375.910), Beja (352.936), Évora (348.159), Faro (325.971), Vila Real (319.883), Viseu (316.150), Lamego (231.323), Bragança (229.422), Aveiro (225.863) e Leiria (189 460).

Mas o Patriarcado está em constante progresso e evolução demográfica. Basta dizer que no decénio 1940-1950 o aumento da população presente foi de 230.303 almas. Por outras palavras, nesses dez anos, só o aumento da população no Patriarcado foi da ordem de grandeza da população da diocese de Lamego e superior à população de qualquer das dioceses de Bragança, Aveiro ou Leiria.

Este aumento não é, porém, uniforme em toda a extensão do Patriarcado. Se há muitas regiões onde a população cresce, e cresce mesmo assustadoramente, há outras também em que ela diminui tràgicamente. E quem olha para a carta da evolução demográfica e a compara com a da prática religiosa, pode verificar que são estas regiões precisamente as que se conservam mais cristãs (9).

Esta evolução demográfica é o resultado de persistentes movimentos migratórios. Como estes movimentos têm grande importância sob os pontos de vista social e religioso, importa examinar, embora brevemente, em que sentido se dão.

As estatísticas e os cartogramas dizem-no claramente. Tais movimentos dão-se dos campos para as cidades, ou melhor, das zonas rurais para as urbanas (10).

O êxodo dos campos é um fenómeno hoje verificado universalmente. Nos países mais evoluídos a mão de obra agrícola baixou em poucos decénios de perto de 50% (E. U. A.), sem que a produção sofresse com isso. A técnica agronómica permitiu compensar largamente a diminuição do número de braços com o aumento do rendimento das terras e do trabalho.

Entre nós o mesmo fenómeno se está a dar e dar-se-á no futuro — e futuro que não vem longe — num ritmo muito maior. Em conferência recente, o Professor Eng.º Agr.º Castro Caldas (11) afirmou que Portugal, para ter a mesma estrutura social dos Estados Unidos, precisava de dispensar 1.000.000 de homens activos dos trabalhos agrícolas... Com efeito, o rendimento unitário anual médio do português activo dado ao trabalho do campo é dos mais baixos do mundo civilizado: 8.400$00, cerca de metade do rendimento do trabalhador da indústria e um terço do do empregado de serviços. Os 8.400$00 anuais em média, reduzem-se a proporções de miséria se atendermos

---

(9) Não foi possível publicar agora a carta da evolução demográfica das paróquias do Patriarcado. É possível que em estudos mais completos dos aspectos populacionais do Patriarcado se venha a publicar. A maior mancha de paróquias de saldo demográfico negativo situa-se nas faldas da Serra de Aire entre Torres Novas e Tomar. As zonas de Torres Vedras e Óbidos são de população estacionária ou deficitária. As zonas de crescimento populacional são principalmente duas: a península de Setúbal e o quadrilátero que tem por vértices Lisboa, Cascais, Mafra e Alverca. Os arrebaldes de Lisboa e as freguesias ribeirinhas da outra banda do Tejo em frente da Capital apresentam crescimentos que ultrapassam, em muitas delas, os 50% no decénio 1940-1950.

(10) População urbana é a que vive em aglomerados populacionais de mais de 2.000 almas. A que vive em casais isolados ou pequenas povoações constitui a população rural. Esta não se identifica com população agrícola definida pelo amanho dos campos. A população urbana tende constantemente a aumentar. No Patriarcado constitui 62,5 % da população total (censo de 1950) distribuindo-se da seguinte forma: 108.338 almas em 35 povoações de 2 a 5.000 habitantes, 143.409 em 20 aglomerados de 5 a 10.000 hab., e 908.162 em 8 grandes centros de mais de 10.000 habitantes, incluindo Lisboa.

(11) Conferência integrada no I Curso de Sociologia Agronómica promovido pela J. U. C. e J. U. C. F. do I. S. A. e realizado em Março deste ano.

a que nessa média se incluem os rendimentos dos grandes lavradores e proprietários, e a que um enorme número de homens dos campos (a população agrícola portuguesa é 49% da população activa total) é de proletários. Portugal está entre os países da Europa com proletariado rural mais numeroso. A Itália, que se queixa de graves problemas sociais e enfrenta corajosas reformas agrárias, a que o Papa se tem referido várias vezes, tem 28% de proletários rurais. Portugal tem mais do dobro. Tem 60%.

Não admira, por isso, que das 302 freguesias do Patriarcado (excluindo Lisboa), 48 tenham apresentado diminuição efectiva da população no decénio 1940-1950, e 121 tenham tido um aumento inferior ao crescimento médio da população portuguesa do Continente (9,4%). Isto é, de mais de metade das freguesias do Patriarcado está constantemente a sair gente em busca de melhores condições de vida.

Este caudal humano, acrescido do que vem de outras partes do País, vai aumentar, por vezes em ritmo assustador, a população de outras freguesias sobretudo da parte nova de Lisboa, dos arredores da capital e da zona norte da península de Setúbal.

Neste progresso demográfico, é a vigararia do termo de Lisboa que vai à frente com um crescimento de 47,5%. Seguem-se-lhe as de Montijo (41,4%), Almada (41%) Cascais (36,9) Moita (27,1) e Sintra (24,6).

O aumento da população da cidade de Lisboa foi de 11,2%. A primeira vista este número não deixa de surpreender quem vê os enormes bairros que surgem de um momento para o outro na parte nova da cidade. É que, já de si, esta percentagem corresponde a número elevado de pessoas: 78.740. Isto é, em 10 anos passaram a residir em Lisboa um número de pessoas 6 vezes superior à população da cidade de Santarém.

Mas há mais. Em Lisboa verifica-se o mesmo fenómeno observado nas grandes cidades velhas do mundo: o abandono (ou expulsão) da população das zonas centrais invadidas pelo comércio e sacrificadas aos progressos da urbainzação. É assim que, das 43 freguesias de Lisboa, 26 (mais de metade!) acusaram no decénio 1940-1950 diminuição de população. Ao todo abandonaram, em 10 anos, as freguesias do centro da cidade 21.445 almas (o dobro da população de Santarém). Toda esta gente, somada com a que veio de fora, dá uma avalanche de 100.000 almas que tiveram de encontrar lugar nos novos bairros da cidade no curto espaço de 10 anos.

Este movimento não cessou em 1950. Tende mesmo a crescer.

A eloquência destes números dispensa comentários e não é preciso ser-se muito arguto para vislumbrar uma quantidade de problemas de ordem social e religiosa que eles levantam: desenraizamento e consequente desorientação social, moral e religiosa das populações emigradas, integração dos imigrantes nas novas condições de vida, seu alojamento condigno, urgência duma pastoral de acolhimento, necessidade duma religião pessoal nas zonas de Cristianismo, importância duma cristianização das estruturas das zonas em crescimento, etc, etc. Uma doutrinação social mais intensa e uma renovação da pastoral serão a resposta adequada a tais problemas.

A PRÁTICA DOMINICAL FORA DE LISBOA

É tempo de passarmos à apresentação dos resultados da sondagem.

Quantas pessoas vão à Missa no Patriarcado? Quantos homens? Quantas mulheres? Quantas crianças? Mais gente em Lisboa ou fora de Lisboa. Quais as zonas de maior prática religiosa?

Eis uma série de perguntas que todos quantos se interessam pela vida da Igreja no Patriarcado certamente têm feito muitas vezes. A elas a sondagem permite dar uma resposta lacónica mas eloquente: a dos números.

Vejamos assim, por ordem, primeiro o que se passa fora de Lisboa para em seguida vermos o que se passa nela.

No Patriarcado (excluindo Lisboa) celebram-se em cada domingo 671 Missas. A elas assistem em média 168.127 pessoas ou seja, em relação à população maior de 7 anos, uma percentagem de 16,7%. Uma pessoa em cada 6 cumpre o preceito eclesiástico de ouvir Missa ao Domingo ([12]).

Esta percentagem varia muito com a categoria de pessoas. A sondagem permitiu destrinçar entre homens, mulheres e crianças ([13]).

À Missa dominical vão em média:

40.028 homens o que dá uma percentagem de 9,5%
82.616 mulheres o que dá uma percentagem de 19,2%
45.483 crianças o que dá uma percentagem de 28,9%.

A percentagem dos homens praticantes é assim metade da percentagem das mulheres e um terço da percentagem das crianças. A religião católica em Portugal, pelo menos no Patriarcado, parece não interessar aos homens. Mais de 90% não cumpre o preceito dominical.

No que respeita às crianças, deve observar-se que, apesar do grande esforço ùltimamente feito no Patriarcado em matéria de catequese, não chegam a 1/3 as crianças que, em média, vão à Missa ao Domingo ([14]).

([12]) O número de pessoas maiores de 7 anos presentes no Patriarcado em fins de 1955 foi calculado em 1.008.029. Se a percentagem fosse calculada tomando como base a população total (incluindo as crianças de idade inferior a 7 anos), o seu valor desceria a 14,7 %. Não se entrou em considerações com a percentagem dos não católicos nem com a dos legìtimamente impedidos. Adiante se fará referência a isto.

([13]) Por criança entende-se a que tem idade inferior a 15 anos e, nas percentagens entrou-se com a população infantil dos 7 aos 14 anos inclusivé. Pena foi que se não fizesse a destrinça entre rapazes e meninas. Seria certamente eluciadtiva a muitos títulos, e permitiria também diluir o erro das percentagens de praticantes por sexos que só pôde ser estabelecida para os adultos (isto é com 15 ou mais anos de idade). Outro erro que se eliminava é o que provém de nalguns lugares se ter contado como crianças as de idade até aos 14 anos feitos e noutros lugares até aos 14 anos por fazer. Esta confusão tem como resultado que a percentagem real das crianças deve ser ligeiramente superior à indicada e a dos adultos inferior.

([14]) A sondagem foi feita entre Novembro e Dezembro, num período em que as catequeses começam a prender mais as crianças. Pela análise dos números das contagens relativas aos 3 domingos sucessivos se depreende que no conjunto do período lectivo o número de crianças praticantes deve ser sensìvelmente maior. Pelo contrário, nos períodos de férias deve descer muito. A ligação Missa-Catequese, se tem vantagens, não deixa de pôr problemas pastorais.

O exame das percentagens torna-se mais interessante se dos valores globais passarmos aos valores por cada região. Achamos os valores especificados de cada uma das paróquias do Patriarcado. É impossível apresentá-los aqui, nem isso tinha grande interesse sociólogo. Apenas faremos referência às vigararias ou mesmo zonas de maior extensão territorial. Nesta vista de conjunto os cartogramas, como os que acompanham este trabalho (15), são indispensáveis e dispensam com vantagem a leitura de fiadas de números.

A vigararia com maior percentagem de assistência à Missa dominical é a da Lourinhã com 46,0%. Vêm a seguir Torres Novas (38,6), Alcobaça, Tomar, Torres Vedras e Peniche. Ocupam os últimos lugares: Ribatejo (5,8%), Moita (6,9), Alenquer e Cartaxo. O exame dos cartogramas indica-nos que são três as zonas melhores:

1.ª, a zona marítima formada por uma estreita faixa de cerca de 10 km de largura que vai de Mafra a Peniche abrangendo sobretudo as vigararias de Lourinhã e Torres Vedras;

2.ª, a zona nordeste incluindo nomeadamente as freguesias encostadas à serra de Aire e algumas em volta de Torres Novas e Tomar, abrangendo mais ou menos as vigararias de Tomar e Torres Novas;

3.ª, a zona de Benedita e freguesias visinhas particularmente das vigararias de Alcobaça e Caldas da Rainha.

Destas três zonas, a da Lourinhã - Torres Vedras parece apresentar uma estrutura religiosa mais sólida porque a percentagem de homens praticantes é maior e porque a própria zona é mais extensa, de prática mais homogénia e socialmente mais estável. No entanto, a zona Torres Novas-Tomar não tem percentagens de prática muito inferiores e há outros factores religiosos a considerar (nomeadamente o das vocações religiosas e sacerdotais) que não permitem avançar demasiado no caminho das comparações. A zona de Alcobaça-Caldas está já mais distanciada das duas primeiras.

Fora destas regiões, o panorama torna-se desolador. Ao longo do Tejo, de uma e doutra banda, de Norte a Sul do Patriarcado, as percentagens de prática oscilam pelos 10% ou são inferiores. E o pior sintoma ainda é a percentagem terrìvelmente baixa dos homens praticantes. Não chegam a 2% nas vigararias de Cartaxo, Chamusca e Salvaterra e não atingem 5% nas de Alenquer, Almada, Moita, Montijo, Ribatejo, Setúbal e Termo de Lisboa.

No que respeita à prática das crianças, podemos dizer que é sensìvelmente proporcional à prática dos adultos, sinal evidente da importância do meio familiar e do ambiente social sobre a formação. Uma comparação atenta dos cartogramas leva-nos

---

(15) Além dos 4 cartogramas apresentados, que indicam as percentagens da prática dominical por categorias de pessoas (homens, mulheres, crianças e conjunto da população) e por vigararias, elaboramos um outro cartograma das percentagens da prática por paróquias. Entre outras vantagens, este cartograma permite avaliar da homogeneidade ou heterogenidade da prática em cada vigararia e fornecer dados para uma eventual revisão dos limites das vigararias. A sua interpretação, porém, é mais difícil.

a concluir que as vigararias de Montijo, Mafra e Golegã denotam um esforço catequístico particularmente eficiente em relação às dificuldades do meio.

A vigararia que apresenta maior percentagem de prática infantil é, também, a da Lourinhã (61,0%) seguida, igualmente, da de Torres Novas (52,1%). Depois vêm Peniche, Alcobaça, Torres Vedras e Tomar.

O exame em particular da prática de cada paróquia apresenta, por vezes ,dados curiosos que exigem uma interpretação adequada.

Assim, há algumas paróquias com percentagem de praticantes superior a 100%. Este valor paradoxal mas real tem a sua explicação. Está neste caso Vimeiro da Lourinhã. O pároco respectivo, que se mostrou exemplarmente interessado em deslindar o enigma, verificou que um pouco mais de metade dos frequentadores da igreja paroquial do Vimeiro pertencem à paróquia vizinha de A dos Cunhados. É assim patente a desconexão entre a divisão paroquial e a realidade social.

Outro caso é o da Benedita. A nova igreja paroquial, atraente a muitos títulos, vão igualmente numerosos fiéis de paróquias vizinhas. E a propósito se chama a atenção para o facto curioso de que as igrejas recentemente inauguradas atraem fiéis em percentagem nìtidamente superior à das igrejas vizinhas. No mapa da prática por paróquias, apresentam mancha mais carregada do que as vizinhas as paróquias de Benedita, Silveira, Bárrio, Riachos e Vilar...

Na prática por categoria de pessoas aparecem em certas paróquias percentagens anómalas. Assim, por exemplo, quanto à frequência de homens, Oeiras, Alcabideche, Praia do Ribatejo, Montelavar e Rio de Mouro têm muitos mais homens praticantes do que seria de esperar nessas regiões. A explicação não está numa vida paroquial mais intensa mas nisto: nas primeiras paróquias apontadas encontram-se respectivamente a Cadeia de Caxias e a Colónia Penal de Pisão; nas outras duas temos quartéis com assistência religiosa; na última, a Casa de Saúde do Telhal... (16).

Os hospitais, sanatórios e outros grandes estabelecimentos, nomeadamente de ensino, contribuem para elevar a percentagem da prática dominical de certas paróquias.

Estas anomalias explicam-se por factores independentes da vida paroquial e da índole da população. Mas há outras que parece radicarem na própria vida paroquial do passado ou do presente. As razões destas anomalias só poderão compreender-se depois dum estudo mais profundo da vitalidade religiosa e da descristianização do País nas suas diversas regiões.

A PRÁTICA DOMINICAL NA CIDADE DE LISBOA

Repetimos a pergunta há pouco formulada: Em Lisboa vai-se mais à Missa ou menos que no resto do Patriarcado?

(16) Num estudo mais cuidadoso da prática por paróquias será preciso destrinçar entre os frequentadores da igreja paroquial e capelas auxiliares e os das capelas de instituição do género das apontadas, sob pena das percentagens darem uma visão errada da vida religiosa. Outra conclusão que salta à vista é que, ao lado da pastoral paroquial, hoje em dia têm importância particular outras pastorais especializadas.

Dá-se já a resposta. Em Lisboa, a percentagem global da prática dominical é sensivelmente a mesma que no conjunto do Patriarcado. Talvez ligeiramente superior ([17]).

Como vimos, fora Lisboa a percentagem global de prática é de 16,7%. Em Lisboa, pelo menos nos 80% da população cujo apuramento foi possível fazer, a percentagem encontrada foi de 17,9%

Nisto, como em muitas outras coisas, Lisboa, cidade cosmopolita e o grande centro de atracção do País, sintetiza a mentalidade e hábitos da gente toda do Patriarcado e, podemos dizer, de Portugal inteiro. Nela, no meio duma multidão amorfa, há o muito bom e o muito mau.

Quem visita as igrejas de Lisboa ao domingo fica impressionado com a afluência de fiéis. Devem assistir à Missa em cada domingo cerca de 130.000 lisboetas. Em igrejas paroquiais e noutras grandes igrejas celebram-se cerca de 250 Missas, e mais uma 100 em pequenas capelas públicas e semi-públicas. A impressão de grande movimento religioso deriva desta triste realidade: Lisboa tem falta de igrejas nos populosos bairros novos. Tem falta de igrejas e tem falta de Padres como veremos melhor adiante.

Se a percentagem global de prática dominical é sensivelmente a mesma do Patriarcado, já a estrutura dessa prática difere um pouco. Em Lisboa, proporcionalmente, vão menos homens à Missa que no resto do Patriarcado: 9,3% contra 9,5. Vão mais mulheres: 21,6 contra 19,2%. Vão também mais crianças: 33,3 contra 28,9%.

Os homens de idade superior a 14 anos constituem apenas 1/5 dos fiéis que frequentam as igrejas da Capital ao domingo. É a mesma percentagem de Marselha, uma das cidades mais descristianizadas da França, reduto do comunismo francês e capital duma das zonas que os franceses designam com o nome expressivo de «pays de mission» ([18]).

E aqui permita-se-nos uma observação que a realidade destes números sugere.

Ouve-se dizer a cada passo que as crianças de hoje serão os homens de amanhã. Esse aforismo, no domínio da pastoral, conduz a um grande esforço por atingir as crianças e os jovens com a Catequese e com Obras. Cita-se frequentemente a afirmação pontifícia de que a Catequese é a primeira das Obras da Igreja. Não lhe nega-

---

([17]) Na comparação da prática dos grandes agregados populacionais com a das zonas circunvizinhas verifica-se que nas zonas ainda cristãs a cidade apresenta percentagens mais baixas (Alcobaça, Tomar, Torres Novas); pelo contrário, nas zonas descristianizadas, as percentagens da prática são mais elevadas (Lisboa, Santarém, Setúbal, Sezimbra). Tal verificação revela qual a via da descristianização e também a da cristianização do Patriarcado...

([18]) Lisboa tem muito mais mulheres que homens: para cima de 81.000. Esta diferença deve-se sobretudo ao grande número de criadas de servir, número superior, certamente, a 50.000. Este facto contribue para tornar ainda menor a minoria relativa dos homens presentes à Missa. Assim, em Marselha encontram-se 42 homens por cada 100 mulheres (maiores de 14 anos); em Lisboa encontram-se 33. Entre as crianças tal desproporção não é tão grande, mas os rapazes já são em número notàvelmente inferior às meninas. A sondagem não permitiu avaliar as percentagens. Só uma paróquia (Coração de Jesus) se lembrou de fazer a destrinça, contando 160 meninos e 615 meninas; isto é, vão 26 meninos por cada 100 meninas, percentagem ligeiramente superior aos adultos (23 homens por 100 mulheres). Estes números devem fazer reflectir.

mos a importância fundamental. Mas parece-nos de importância, pelo menos tão grande, olhar para os adultos: intensificar a sua catequização e meter ombros à obra da conquista dos afastados. Uma pastoral dos adultos, centrada na liturgia e na pregação não é menos importante do que a pastoral das crianças. Não carece tampouco de tradição na Igreja (durante muitos séculos não houve catequese das crianças); não lhe falta base canónica (todos os fiéis, sob pena de pecado mortal, têm que se sujeitar à acção litúrgica e querigmática que é a Missa com a respectiva homilia, e os pastores de almas não podem esquecer os cânones que tratam das missões e catequese de adultos); não deixa de ter mesmo um fundamento sociólogo (a experiência diz e a sociologia explica que não é bem verdade que as crianças de hoje sejam os homens de amanhã; os homens de amanhã pouco diferirão dos homens de hoje; não há catequese que vença plenamente as influências da família, da escola e sobretudo do ambiente do trabalho e da vida social; e quem faz o ambiente do trabalho e da vida social são os adultos, particularmente os homens).

Quanto a pastoral dos homens, entre nós pouco se tem feito. Sem olharmos menos para a catequese, devemos olhar mais para os adultos... ([19]).

FALTA DE IGREJAS E DE PADRES

Dissemos acima que Lisboa tem falta de igrejas. Tem falta de igrejas, de Padres, de paróquias ([20]).

As dificuldades a que já fizemos referência ([21]) tornaram impossível determinar com rigor a população das paróquias da capital. Terão cerca de 40.000 almas ou mais Santa Engrácia, Penhas de França, Santo Condestável, Fátima e São João de Deus. Terão população superior a 30.000 almas Ajuda, Alcântara, Anjos, S. Isabel e S. Sebastião. Mais umas 7 terão pelo menos 20.000. Ora a Pastoral moderna indica como população máxima para as paróquias 6.000 almas e condescende em ir até às 10.000 ou, excepcionalmente, nas grandes cidades, às 15.000 ([22]). Em Lisboa, metade

---

([19]) A fraca percentagem de homens praticantes tem várias explicações. Mas todas elas se podem resumir nisto: a religião católica, tal como ela se apresenta aos olhos do homem moderno — sobretudo do homem das cidades — é coisa que lhe não interessa muito. Quando se ouvem certas pregações, quando assistimos a certas devoções, quando escutamos certos cânticos de igreja, pomo-nos a pensar se as responsabilidades caberão todas ao homem dos nossos dias.

([20]) Marselha, a que há pouco nos referimos, tem 88 paróquias. Lisboa que é maior em área e em população tem 49 apenas.

([21]) Dificuldades resultantes da não coincidência entre a divisão paroquial e a divisão administrativa civil. Essas dificuldades não permitiram a elaboração de cartogramas da prática religiosa na cidade de Lisboa semelhantes aos que fizemos para o restante Patriarcado.

([22]) Jesus Iribarren na «Introducción a la Sociologia Religiosa» (Madrid, 1955), pág. 132, não admite valor superior a 10.000. Numa circular do Cardeal Costantini, presidente da «Pontificia Commissione Centrale per l'Arte Sacra in Italia», dirigida aos Bispos italianos com normas para a construção de novas igrejas paroquiais, diz-se que devem dividir-se as paróquias com mais de 12.000 habitantes (cf. «Fede e Arte», Abril de 1954).

das paróquias excedem e algumas chegam a triplicar este limite máximo excepcional. As consequências, conhecem-nas bem os respectivos párocos (23).

Mas os dados colhidos permitem adiantar um pouco mais.

O número de Padres adstritos a cada paróquia (Pároco e Coadjutores) deve estar em proporção com a população da paróquia, sobretudo com a população praticante e, sobretudo ainda, com a vitalidade religiosa desta população. Ora, em Lisboa, a Paróquia que, de longe, tem maior número de fiéis praticantes (em número absoluto) é a de S. João de Deus, por sinal a penúltima a ser criada. Ao domingo, frequentam em média a igreja paroquial nada menos que 11.580 pessoas! E isto além de mais 897 que vão a outras igrejas e capelas. A igreja de S. João de Deus tem assim um maior número de presenças às suas 7 Missas dominicais, e certamente uma vitalidade religioa muito maior do que têm as 49 paróquias reunidas das vigararias de Alenquer, Cartaxo, Chamusca e Salvaterra de Magos... E para todo este movimento conta apenas com o Pároco e um Coadjutor.

Fátima com 8.212 presenças, S. Domingos com 6.308, Belém com 6.265, S. Sebastião da Pedreira com 4.362, S. Condestável com 4.220, S. João de Brito com 4.211 e Beato com 4.189 vêm logo a seguir (24).

Em média, a cada Missa que se celebra em Lisboa ao Domingo assistem 362 pessoas. Este número eleva-se a 517 se considerarmos apenas as igrejas paroquiais Fora de Lisboa a média é muito mais baixa: é de 250, menos de metade. Estes números revelam que, admitindo que os labores pastorais sejam proporcionais ao número de praticantes, mesmo que todos os Padres de Lisboa se dessem apenas às lides paroquiais, mesmo assim teriam mais que fazer que os padres da Província. Ora em Lisboa, uma boa percentagem de sacerdotes têm outros encargos diferentes dos pastorais (administração diocesana, ensino em escolas, liceus e seminários, capelanias e assistência a hospitais, forças armadas e outras, direcção de obras e movimentos, etc.). Por isso o trabalho do clero paroquial da Cidade está hoje extremamente agravado. Parece assim justificada a afirmação feita acima de que, mesmo proporcionalmente ao resto do Patriarcado, Lisboa tem falta de Padres.

No entanto não devemos ser precipitados nas conclusões. O número dos fiéis praticantes e a população paroquial não são os únicos índices dos encargos paroquiais.

---

(23) O problema preocupa S. Eminência o Senhor Cardeal Patriarca. Basta ler a notável alocução sobre os problemas das igrejas no Patriarcado, nomeadamente em Lisboa, proferida quando da inauguração da igreja de S. João de Brito. Trabalha-se actualmente na revisão paroquial da cidade e na criação de novas paróquias nas zonas de crescimento da capital.

(24) Estes números referem-se só às presenças na igreja paroquial . As presenças noutras igrejas e capelas existentes na área da paróquia são em certas paróquias em número que se aproxima ou ultrapassa mesmo aqueles. No conjunto de 32 paróquias cujo apuramento se fez, dos 93.306 assistentes à Missa, 74.827 (81,2 %) cumpriram o preceito em igrejas paroquiais e 18.479 (18,8 %) fora delas. Mas nem todos os assistentes às missas paroquiais são paroquianos das paróquias que frequentam. As igrejas da Baixa, S. Domingos em particular, têm uma frequência constituída por uma forte maioria de não paroquianos (S. Domingos certamente em percentagem superior a 90%). As novas igrejas também atraem gente de fora, nomeadamente nas Missas vespertinas que apenas se celebram numas dezassete paróquias.

O factor extensão territorial é outro factor, por vezes decisivo. E este factor é quase sempre prejudicial à vida religiosa das populações. Uma paróquia muita extensa é geralmente fraca sob o ponto de vista religioso. A paróquia de maior área no Patriarcado é Vale de Cavalos. É também a de mais baixa percentagem de praticantes: dos seus 3.600 habitantes vão à Missa 26 (não chegam a 1%), e os 6 homens que praticam constituem menos de 0,5% e as 10 crianças não atingem os 2%.

Paróquias deste tipo — e há várias no Patriarcado, sobretudo ao Sul do Tejo — têm graves problemas pastorais a resolver. Entre eles avultam o do sustento do clero, o do contacto com a população extremamente dispersa e o dos transportes do sacerdote.

Nestas zonas de fraca densidade de população e pouco fervor religioso encontram-se várias paróquias que não têm Missa todos os domingos. São 21. Entre elas, 9 só têm de 15 em 15 dias; 5 uma só vez por mês; 7 nunca têm Missa... ([25]).

OS HORÁRIOS DAS MISSAS EM LISBOA

A especificação das presenças por horas de Missas permitia verificar se os horários em vigor na Cidade correspondem ou não às necessidades ou preferências da população praticante. Fizemos esse estudo, limitado porém a 14 paróquias ([23]).

Os números médios de presenças em cada Missa, especificados por categorias de pessoas e por horas das Missas encontram-se no seguinte quadro:

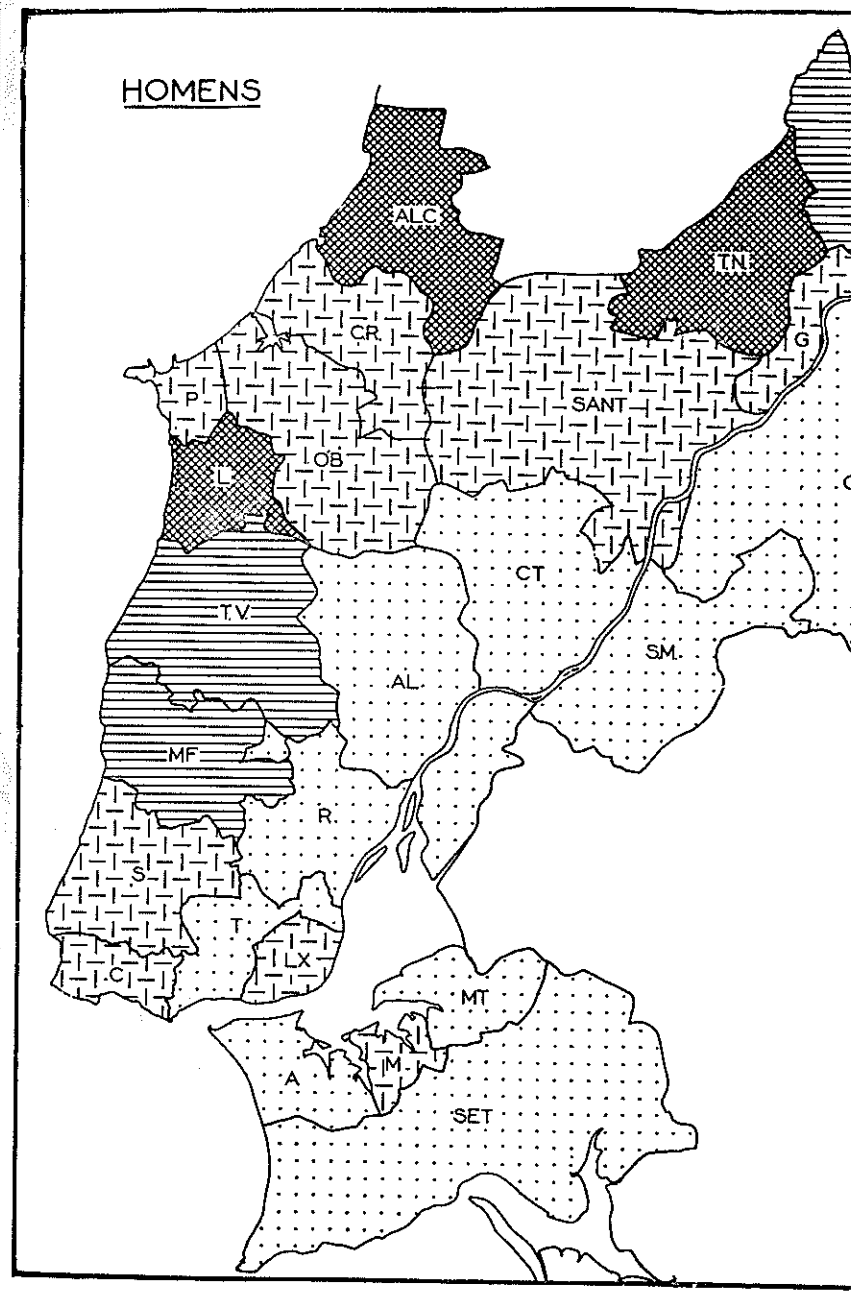
Número médio de presenças por Missa:

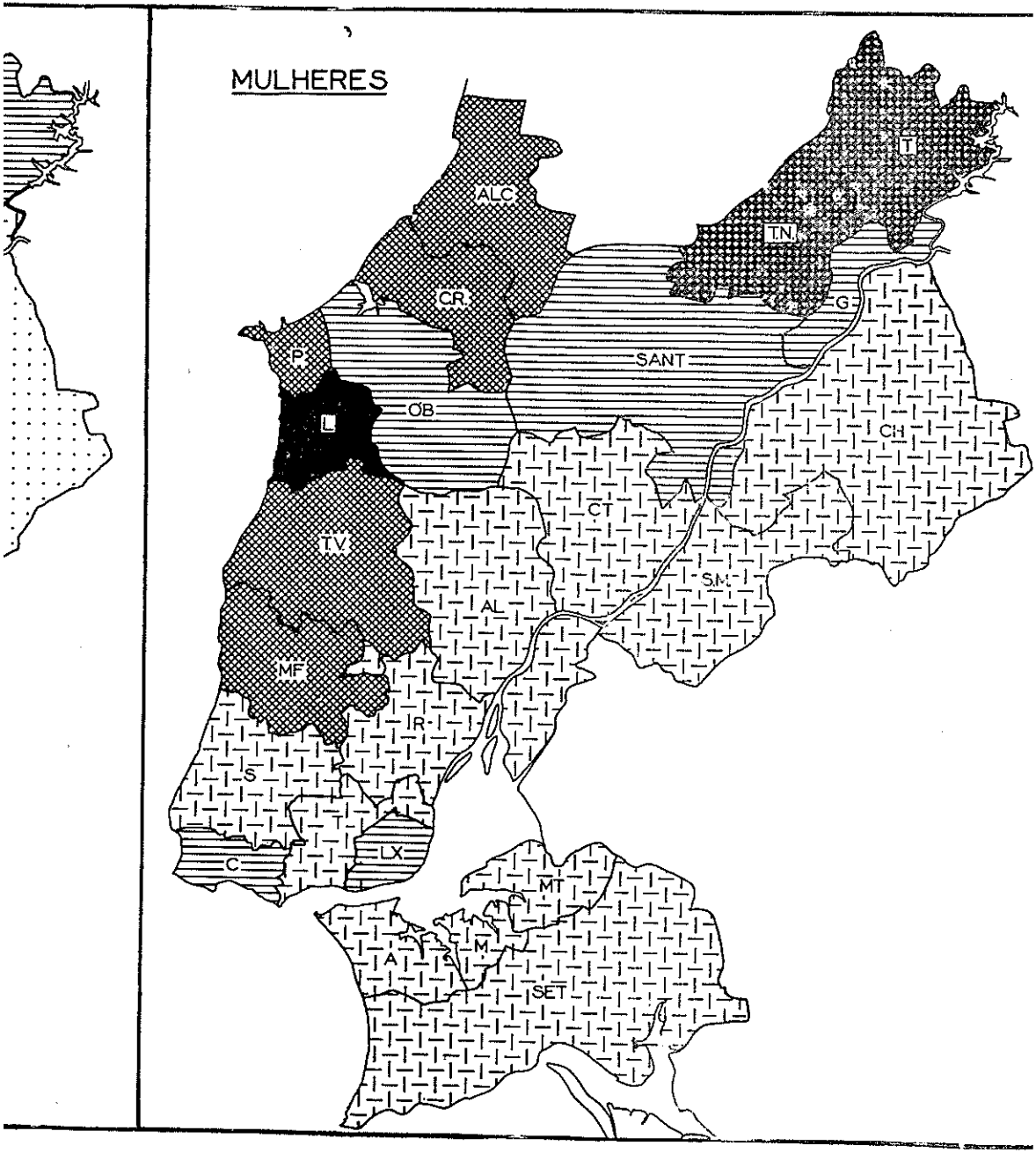
Horas das Missas	Número de Missas	Homens	Mulheres	Crianças	Total
até às 8	6	35	177	5	217
8 (*)	11	50	394	17	461
9	15	80	295	98	473
10	13	117	328	181	626
11	8	189	574	139	902
12	14	221	517	87	825
13	6	210	376	78	664
tarde	11	200	484	72	756

(*) isto é, Missas entre as 8 h. inclusivé e 9 h. exclusivé. O mesmo se diz das outras h.

([25]) Na raiz deste como na de todos os outros problemas da Igreja do Patriarcado, encontra-se o verdadeiro e grande problema: o de falta de clero. Merece um estudo profundo, semelhante ao que o Cónego Boulard fez para a França *(Essor ou déclin du Clergé français?* — Ed. du Cerf, 1950).

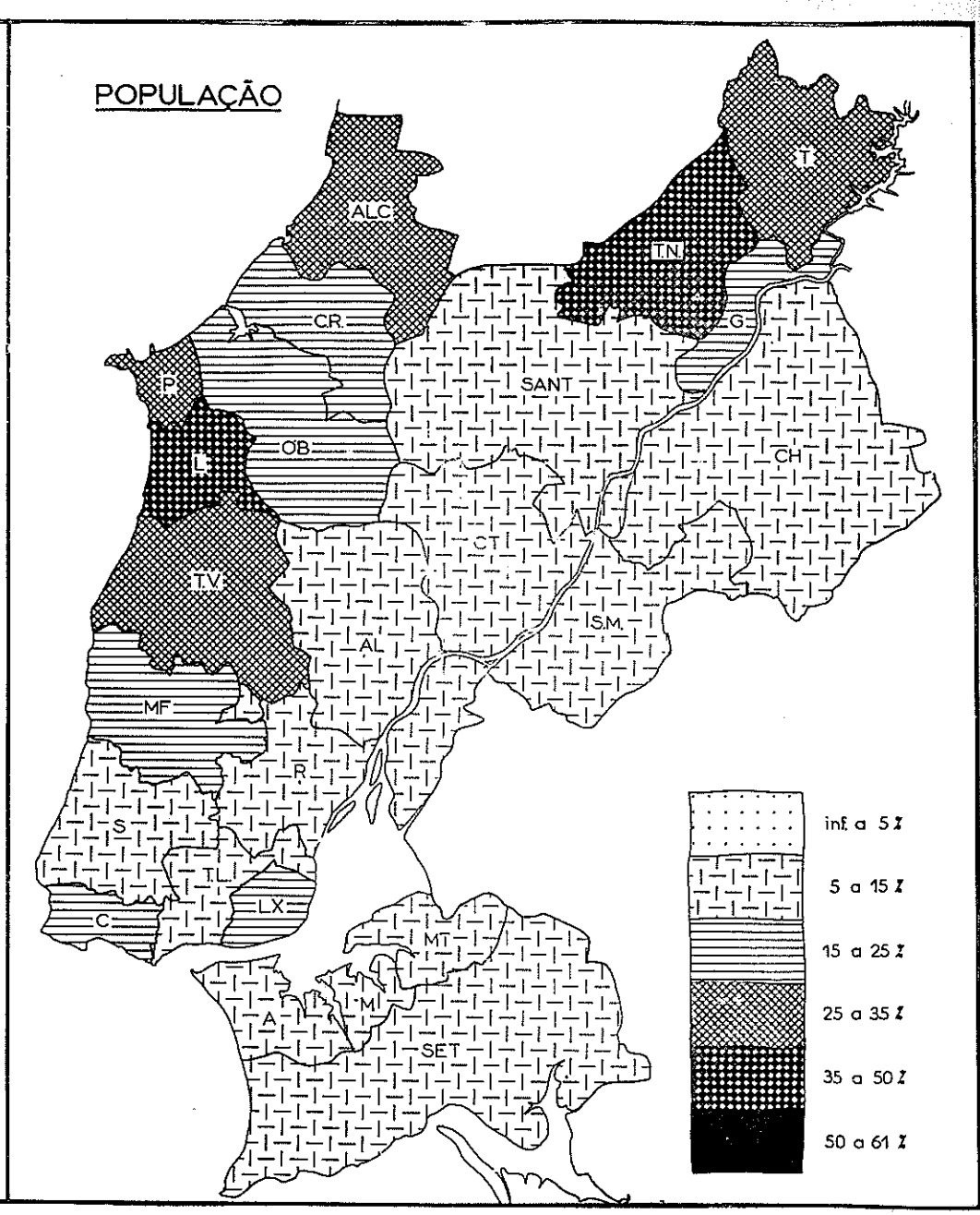
([23]) Essas paróquias são: Anjos, Beato, Encarnação, Estrela, Fátima, Graça, Lumiar,


HOMENS
ALC.
TN.
CR.
G
P
SANT
L.
OB
CT.
T.V.
SM.
AL.
MF
R.
S.
T.
LX
C.
MT.
A.
M.
SET


MULHERES
ALC
CR
P
L
OB
SANT
T
T.N.
G
CH
CT
S.M.
AL
TV
MF
R
S
T
LX
C
MT
M
A
SET

por Missa
318
600
204
272
292
157
152
150
239
515
253
170
212
204
193
122
232
204
214
121
360
320
359

tem (1).


POPULAÇÃO
ALC
T
TN
CR
G
P
SANT
OB
L
CH
CT
TV
S.M.
AL
MF
R
S
T
C
LX
MT
M
A
SET
inf. a 5 %
5 a 15 %
15 a 25 %
25 a 35 %
35 a 50 %
50 a 61 %

QUADRO ESTATÍSTICO

VIGARARIAS	POPULAÇÃO PRESENTE								Área (Km²)	N.º de freguesias	N.º de paróquias	N.º de Missas	Assistência por Missa
	1940		1950		Aumento nos 10 anos		1955						
	HM	H	HM	H	Número	%	HM	H					
Termo de Lx (*)	67.919	33.335	100.134	48.694	32.215	47,5	119.049	57.619	164	17	13	52	218
Alcobaça...	43.496	21.682	48.212	24.155	4.716	10,8	50.570	25.391	338	15	15	30	500
Alenquer	52.707	26.864	56.525	28.886	3.818	7,2	58.430	29.897	569	21	22	35	104
Almada	42.029	21.156	59.256	30.086	17.227	41,0	67.869	34.551	164	9	6	22	272
Caldas da Rainha	33.410	16.688	36.935	18.240	3.525	10.5	38.698	19.016	252	14	12	23	292
Cartaxo	36.404	18.116	39.751	19.878	3.347	9,2	41.424	20.759	431	14	12	17	157
Cascais	30.796	14.657	42.158	19.903	11.362	36,9	47.839	22.526	99	5	6	47	152
Chamusca	32.752	16.251	35.331	17.186	2.679	7,9	36.621	17.654	843	7	7	16	150
Golegã	20.801	10.541	21.104	10.686	303	1,5	21.256	10.769	147	8	8	16	239
Lourinhã	19.841	10.319	21.702	11 253	1.861	9.4	22.632	11.725	162	7	8	17	515
Mafra...	32.941	17.262	36.252	18 829	3.311	10.0	37.907	19.613	294	15	14	30	253
Moita	36.254	19.433	48.605	24.248	10.351	27,1	53.781	26.655	87	5	6	12	270
Montijo	21.036	10.626	29.737	14.723	8.701	41,4	34.088	16.771	179	5	5	11	212
Óbidos	40.958	21.439	43.955	22.747	2.997	7,3	45.454	23.401	407	21	19	35	204
Peniche	18.080	9.002	21.043	10 545	2.963	16,4	22.525	11.317	74	5	5	11	493
Ribatejo (**) ...	33.609	16.899	40.108	20 200	6.499	19,3	43.356	21.850	242	15	15	18	122
Salv. de Magos	18.004	8.876	20.628	10.115	2.624	14,6	21.940	10.735	457	5	4	8	232
Santarém	70.486	34.918	76.797	37.994	6.311	9.0	79.952	39.531	838	33	31	49	204
Setúbal	83.347	41.629	93.191	46.862	9.844	11,8	98.113	49.479	887	12	10	43	214
Sintra...	34.758	17.944	43.309	22.344	8.551	24.6	47.584	24.543	288	9	9	36	121
Tomar	43.928	21.098	45.795	21.711	1.867	4,2	46.729	22.018	365	16	15	39	360
Torres Novas ...	48.136	23.172	50.304	24.332	2.168	4,5	51.388	24.912	358	24	22	54	320
Torres Vedras ...	57.207	29.165	61.630	31.734	4.423	7,7	63.268	32.709	439	20	19	50	359
Vigararias	920.899	461.072	1.072.462	535 351	151.563	16,5	1.150.473	573.441	8.084	302	283	671	250
Cidade de Lisboa	702.409	324 646	781.149	354.708	78.740	11,2	820.519	369.739	87	43	49	370	362
Patriarcado	1.623.308	785.718	1.853.611	890.059	230.303	14,2	1.970.992	943.180	8.171	345	332	1.041	290

(*) Incluindo Moscavide. (**) Já se inclui Póvoa de Santa Iria. N.B.—No número de paróquias não se incluem os vicariatos que são 11, pertencentes a: Termo (5), Caldas (1), Chamusca (1), Setúbal (2), T. Vedras (1) e Lisboa-cidade (1).

RESULTADOS NUMÉRICOS DA SONDAGEM À ASSISTÊNCIA À MISSA — NOV. - DEZ. DE 1955

VIGARARIAS	Homens de 15 anos			Mulheres de 15 anos			Crianças de 7 - 14 anos			TOTAL		
	Número	Praticantes	%	Número	Praticantes	%	Número	Praticantes	%	Número	Praticantes	%
Termo de Lx (*)	43.824	2.199	5,0	47.499	5.690	12,0	13.803	3.435	24,9	105.126	11.324	10,8
Alcobaça...	17.825	4.738	26,6	17.952	6.601	36,8	7.642	3.642	47,6	43.419	14.981	34,5
Alenquer	22.044	598	2,7	21.083	1.818	8,6	8.193	1.217	14,9	51.320	3.633	7,1
Almada	26.056	881	3,4	24.866	1.810	7,3	8.804	1.722	19,6	59.726	4.413	7,4
Caldas da Rainha	13.748	1.702	12,4	14.537	3.402	30,3	5.450	1.617	29,6	33.735	6.721	19,9
Cartaxo	15.442	291	1,9	15.566	1.393	9,0	5.390	986	18,3	36.398	2.670	7,3
Cascais	16.879	1.378	8,2	22.483	4.056	18,0	5.704	1.696	29,8	45.066	7.130	15,8
Chamusca	12.765	245	1,9	14.118	1.231	8,8	5.092	922	18,2	31.975	2.398	7,5
Golegã	8.503	874	10,3	8.156	1.809	22,2	2.372	899	38,0	19.031	3.582	18,8
Lourinhã	8.108	2.771	34,2	7.400	3.826	51,7	3.551	2.164	61,0	19.059	8.761	46,0
Mafra...	14.078	2.178	15,5	12.922	3.224	24,9	5.713	2.176	38,0	32.713	7.578	23,2
Moita	19.553	471	2,4	20.319	1.370	6,7	7.136	1.396	19,6	47.008	3.237	6,9
Montijo	12.119	249	2,1	12.754	773	6,1	4.798	1.310	27,3	29.671	2.332	7,9
Óbidos	17.148	1.650	9,6	15.991	3.666	22,9	6.488	1.828	28,2	39.627	7.144	28,3
Peniche	7.764	1.106	14,2	7.715	2.542	33,0	3.672	1.770	48,2	19.151	5.418	18,0
Ribatejo (**) ...	16.229	344	2,1	16.057	938	5,8	5.775	908	15,7	38.061	2.190	5,8
Salv. de Magos	7.337	139	1,9	7.816	966	12,4	3.577	747	20,9	18.730	1.852	9,9
Santarém	29.181	2.247	7,7	30.619	5.405	17,7	10.769	2.335	21,7	70.569	9.987	14,1
Setúbal	35.905	1.317	3,7	35.797	5.357	15,0	13.716	2.498	18,2	85.418	9.172	10,7
Sintra...	18.924	1.212	6,4	17.558	2.177	12,4	5.591	959	17,2	42.073	4.348	10,3
Tomar	15.666	3.479	22,2	18.508	7.589	41,0	6.859	2.996	43,6	41.033	14.064	34,2
Torres Novas ...	17.828	4.422	24,8	19.395	9.002	46,5	7.356	3.837	52,1	44.579	17.261	38,6
Torres Vedras ...	23.259	5.537	23,8	21.385	7.971	37,3	9.897	4.423	44,7	54.541	17.931	32,9
Vigararias	420.185	40.028	9,5	430.496	82.616	19,2	157.348	45.483	28,9	1.008.029	168.127	16,7
Cidade de Lisboa	292.245	27.050	9,3	373.579	80.450	21,6	78.798	26.250	33,3	744.622	133.750	17,9
Patriarcado ...	712.430	67.078	9,4	804.075	163.066	20,3	236.146	71.733	30,4	1.752.651	301.877	17,2

(*) Incluindo Moscavide

Pela análise deste quadro se deduz:

Antes das 8 horas, o número de Missas celebradas nas igrejas paroquiais é pequeno, o que se justifica porque as igrejas estão pouco cheias. As Missas das 8 às 9 horas são frequentadas quase exclusivamente por mulheres; são em número suficiente.

Às 9 ou 9,30 nenhuma paróquia deixa de ter Missa. Uma até (Santo Condestável) tem duas, uma na igreja e outra na cripta para as crianças. Diminue a percentagem das mulheres, sobe ligeiramente a dos homens e bastante a das crianças. É a hora escolhida por muitas paróquias para a Missa das crianças.

10 horas, é a hora a que vai, de longe, maior número de crianças à Missa. É também a hora escolhida por muitas paróquias para a Missa da catequese. Sobe bastante a frequência dos homens e pouco a das mulheres.

A Missa das 11 é a que tem maior afluência de mulheres. O número de homens é grande e o das crianças também. É a hora a que as igrejas se enchem mais. Vai mais gente à Missa das 11 que à das 9, e, no entanto, inexplicàvelmente, pouco mais de metade das paróquias têm Missa a essa hora. Dá como resultado uma afluência média de 902 pessoas por Missa, número que sobe a 1.929 presenças em S. João de Deus.

Ao meio-dia atinge-se o cimo da frequência. Uma em cada cinco pessoas que cumprem o preceito, vai à Missa do meio-dia. Mas como quase todas as igrejas têm Missa a essa hora, os templos não se apresentam mais cheios que às 11 horas. É ao meio-dia que vão, de longe, mais homens à Missa ([27]). O número de crianças presentes baixa bastante.

A 1 hora os homens continuam a estar presentes em grande número. As mulheres são muito menos, e as crianças ligeiramente menos que às 12.

Nas Missas da tarde, a frequência e a composição da população praticante são sensìvelmente as mesmas das Missas do meio-dia.

As observações mais importantes que estes números permitem fazer são as seguintes: 1.ª, a composição da assistência difere bastante consoante a hora. Esta verificação, certamente feita por todos os párocos, tem importância fundamental na preparação da homília.

2.ª, as Missas com maior frequência em números absolutos são por ordem decrescente de n.º de assistentes, a do meio-dia (11.556), da tarde (8.311), 10 horas (8.140), 11 (7.213) e 9 (7.103). A frequência da Missa das 9 vem em 5.º lugar, e no entanto é a essa hora que há maior número de Missas em Lisboa ([28]).

S. Domingos, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Paulo, S. Sebastião da Pedreira, Santo Condestável e Socorro. São todas paróquias de grande movimento (no conjunto, 52.678 presenças) e elevado número de Missas ao Domingo (no conjunto, 84 — ou seja, média de 6). Com pena nossa não pudemos incluir neste estudo outras grandes paróquias, mas não dispúnhamos dos elementos de informação suficientes.

([27]) As igrejas a que os homens vão em maior percentagem relativamente às mulheres são S. Domingos e Beato (em média 66 homens por 100 mulheres); segue-se-lhe Encarnação (47 homens por 100 mulheres); todas as outras apresentam proporções abaixo de 1 para 4. Em S. Domingos à Missa das 11 há 388 homens no meio de 555 mulheres (70 %).

([28]) Os números indicados referem-se apenas às 14 paróquias. As conclusões não se podem generalizar. Por exemplo, quanto a Missas da tarde, celebram-se em Lisboa 17, das quais 11 em paróquias incluídas nas 14 estudadas. De um horário de Missas em Lisboa, aliás sujeito a

3.ª, as preferências da população exigem que haja um número muito maior de Missas às 11 horas: pelo menos 50% maior. Há também falta de Missas à tarde.

A última verificação diz respeito à hora preferível para a Missa das crianças.

Das 14 paróquias estudadas, 5 têm essa Missa às 9 horas (ou 9.30), outras cinco às 10 (ou 10,30) e 2 às 11 horas. Ora revelam os números que a hora preferida pelas crianças, ou melhor, pelas famílias para as crianças, deve andar entre as 10 horas e as 11. As 5 paróquias com Missa das crianças às 9 h. não chegam a juntar nessa Missa, em média, senão 45% das crianças que frequentam a igreja paroquial. Mais de metade preferem outras missas mais tardias. (²⁹). As 5 paróquias que têm Missa das crianças às 10, obtêm resultado mais favorável: a percentagem média das crianças que a ela vão sobe a 58%. As 2 paróquias com essa Missa às 11 h. obtêm o resultado melhor de todos: 66%.

Haverá outras considerações que possam aconselhar ou até impor uma Missa das crianças a hora matutina, mas o resultado destas observações indica nitidamente as horas mais tardias como as preferidas para as crianças pelas famílias.

CONCLUSÃO

Tudo se resume num número. No Patriarcado vão à Missa em cada domingo cerca de 300.000 pessoas, ou seja, 17,9% da população maior de 7 anos. Atendendo ao número dos não católicos e dos legìtimamente impedidos, a percentagem verdadeira não deve diferir muito dos 20%. É uma percentagem talvez superior ao que se esperava (³⁰). Mas, mesmo assim, muito baixa. 80 em 100 pessoas faltam habitualmente

---

correcção, tirámos os seguintes números de Missas celebradas nas igrejas paroquiais e outras grandes igrejas da Capital, especificadas pelas horas do dia: até às 8 horas: 19; das 8 às 8,45: 33; das 9 às 9,45: 47; das 10 às 10,45: 39; das 11 às 11,45: 33; das 12 às 12,45: 43; das 13 às 13,30: 9; missas vespertinas: 17.

(²⁹) Na Igreja de Fátima, onde a organização paroquial é exemplar, são apenas 1/4 as crianças que vão à Missa das crianças: das 1.014 crianças praticantes só 257 se encontram na Missa a elas destinadas. Só S. Condestável consegue uma percentagem elevada (75 %) de presenças na Missa da Catequese, para o que contribui certamente o facto de essa Missa se celebrar na cripta da Igreja ao mesmo tempo que outra está celebrando por cima, à qual podem assistir as famílias.

(³⁰) Poderemos legìtimamente concluir disso que a sondagem pecou fortemente por excesso do número de praticantes apurado? É absolutamente admissível, e até podemos dizer certo, que os números encontrados não correspondem com exactidão matemática às presenças que se pretendia contar. Se pecam por excesso ou por defeito não é possível dizê-lo. Numa sondagem deste tipo é fonte de erro por excesso a distribuição de mais que uma pagela a cada pessoa (por confusão na distribuição, por contagem repetida de pessoas presentes a mais que uma Missa ou por simples extravio de pagelas). É fonte de erro por defeito as falhas na distribuição (pessoas saindo apressadamente sem receber pagela) e a não contagem em certos lugares de culto (ambos os casos verificados realmente). Sabemos que nalgumas pequenas paróquias a contagem foi feita por outros processos ainda mais rudimentares. Aí provàvelmente o erro foi maior e, como a tendência é para arredondar por cima, erro por excesso. Mas não deve ter influência sensível no resultado final, tanto mais que no apuramento houve o cuidado de contrariar este erro. Deve acrescentar-se ainda que os resultados apresentados resultam duma média de 3 valores obtidos nas

ao cumprimento do preceito eclesiástico de ouvir Missa, apesar desse preceito ser urgido sob pena de pecado grave.

Porque serão tão poucos os fiéis que cumprem este preceito fundamental da vida cristã?

Certamente por ignorância da gravidade deste preceito; por ignorância do valor da Missa; por ignorância do sentido transcendente do Domingo cristão.

Em 1947 realizou-se em Lião um Congresso de Pastoral litúrgica que teve um êxito retumbante a ponto de ser repetido noutras dioceses da França. Tratou deste tema actualíssimo: «Le Jour du Seigneur». Entre nós, a «descoberta do Domingo» está por fazer...

Os 17,9% de prática dominical não dizem tudo. A sondagem teve, inegàvelmente o grande mérito de nos obter *um dado objectivo* àcerca da situação religiosa no Patriardo. Mas UM dado apenas, e um dado relativo apenas a UM dos muitos aspectos que a Sociologia Religiosa já sabe encarar, o da prática religiosa.

Quanto aos outros números da prática religiosa e da vida de piedade, quanto aos aspectos da vitalidade cristã das populações, instituições, obras e movimentos, quanto ao conhecimento das influências, quanto ao apuramento de tendências, quanto à investigação das causas, tudo está ainda por fazer ([31]).

Um conhecimento mais profundo do Patriarcado — e das outras dioceses de Portugal — é trabalho de fôlego que se não pode improvisar. Exige gente competente e uma instituição que faça as sondagens, lance os inquéritos, redija monografias, recolha estatísticas, elabore os resultados e apresente sugestões pastorais bem fundamentadas à Autoridade eclesiástica, a única competente para decidir e realizar. Tal trabalho só dará pleno rendimento na escala nacional. A fundação dum Secretariado Nacional de Estatística Religiosa parece, neste momento, indispensável. Outros países, como a vizinha Espanha, já o têm há anos. A Alemanha há meio século que trabalha sèriamente neste domínio. Terá chegado a nossa hora?

PADRE MANUEL FRANCO FALCÃO

---

três contagens feitas. Os erros num e noutro sentido encontram-se certamente muito diluídos. Mas admitindo mesmo um «vício de contagem» que levasse a um erro de 20%, sistemàticamente por excesso e simultâneamente em todas as paróquias (o que parece muito exagerado), isso viria baixar o valor real da percentagem global de praticantes para a casa dos 16 %. Seriam muito diferentes as conclusões pastorais? No que respeita à comparação de zonas de prática (cartogramas como os reproduzidos), tal «vício de contagem» teria ainda menores consequências. A configuração das diversas zona do Patriarcado, em matéria de prática dominical, não viria alterada (em virtude do princípio da relatividade),

([31]) A comunicação dos resultados da sondagem provocaram um compreensível entusiasmo por parte da assistência aos Dias Pastorais. Disso é testemunha a notícia inserida das Novidades. Esse entusiasmo, além do pouco valor próprio dos entusiasmos passageiros, pode ser perigoso se levar a acreditar no que a referida notícia dizia: que o trabalho apresentado analizava *exaustivamente* a situação religiosa do Patriarcaddo. Pareceria a quem a lesse, que nada mais há a fazer...

PROGRESSO DOGMÁTICO E REVELAÇÃO

DR. JOÃO A. DE SOUSA
Professor de Teologia Dogmática

Dentre os muitos problemas que nestes últimos cinquenta anos mais têm preocupado o espírito dos teólogos, sobressai pela sua importância o do progresso dogmático.

A questão começou a ser agitada com maior interesse a partir dos fins do século passado como consequência do rápido e prodigioso desenvolvimento da crítica histórica, que os protestantes vinham tendenciosamente aplicando à inegável evolução doutrinal da Igreja de Roma ao longo dos séculos.

Assiste-se, de facto, neste período a uma efervescente elaboração de grandes sínteses no campo não católico sobre a interpretacão a dar à história doutrinal do Cristianismo, todas elas de acordo em afirmar que o enriquecimento da tradição católica foi mero produto de uma evolução natural, minando assim pela base a posição católica àcerca da verdade imutável dos dogmas.

Infelizmente é preciso confessar que os teólogos não se encontravam preparados para fazer frente a todos os problemas levantados pela crítica histórica independente (1). Alguns chegaram mesmo a enveredar por caminhos errados. Preferindo sacrificar os dados da fé às exigências do pensamento, lançaram mão de um compromisso desastroso, — a distinção radical entre o objecto da fé e o campo da ciência —, que havia de constituir a espinha dorsal do Modernismo (2).

Outros, porém, encararam de frente a dificuldade, bem convencidos de que, se era inegável o facto do progresso dogmático, menos certo não era ser a Igreja guarda infalível de um «*depósito*» doutrinal, que uma vez recebido de Deus não pode sofrer qualquer mudança, seja ela por aumento ou por diminuição. Quem aceita a Igreja tal como ela é, não tem que se perturbar com a aparente contradição entre o progresso do objecto da fé e a imutabilidade por ela reivindicada para o depósito da revelação, pois sabe que a infalibilidade do Magistério é garantia segura da perene indefectibilidade da fé católica ao longo dos séculos.

Os trabalhos então elaborados por De La Barre, Bainvel, De Grandmaison, Gardeil e outros, embora não representem a última palavra sobre o assunto, hão-de ficar na história da teologia como esforços sérios do pensamento católico para determinar a natureza íntima da passagem *do implícito para o explícito*, conforme a terminologia já consagrada nos documentos do magistério para equacionar o problema que ora nos ocupa (3).

---

(1) Ver L. DA VEIGA COUTINHO, *Tradition et Histoire dans la controverse moderniste*, Romae, 1954, p. 5.

(2) Ver J. RIVIÈRE, Le Modernisme dans l'Sglise, Paris, 1939.

(3) Esta terminologia encontra-se já em Pio XI, enc. *Mortalium animos*, Acta Ap. Sedis, t. 20 (1928), p. 14, e é repetida por Pio XII na enc. *Humani generis*, ibid. t. 42 (1950), p. 568, 569.

Passada a crise modernista, puderam os teólogos dedicar-se com mais serenidade ao estudo das questões relacionadas com o progresso doutrinal da Igreja. Em 1911 começa Marin-Sola uma série de notáveis artigos sobre a *homogeneidade da doutrina católica*, que haviam de constituir a futura obra «*La evolución homogénea del dogma católico*» (Valencia, 1923). Entretanto, Gardeil abandonava parte das suas precedentes conclusões por crer que a famosa síntese de Marin-Sola resolvia todas as dificuldades suscitadas pela história da evolução dos dogmas (4).

Reacção contrária foi a de Schultez, que na sua «*Introdução à história dos Dogmas*» sujeitou a forte crítica o estudo de Marin-Sola (5).

Começam entretanto as discussões àcerca da definibilidade do dogma da Assunção, que uma vez mais haviam de trazer para primeiro plano o tema da amplitude da evolução dogmática. E não é difícil verificar que as posições tomadas na controvérsia pelos diversos autores, se reduzem a duas tendências, que já se vinham delineando nos trabalhos anteriores, — uma *intelectualista* e outra *não-intelectualista* (6).

A primeira tendência supõe que elemento formal da revelação foi a comunicação de uma doutrina, e defende, como consequência, que o desenvolvimento dogmático consiste num progresso do conhecimento desta doutrina sob o influxo do Espírito Santo. Vários factores podem contribuir para tal progresso, mas nunca se há-de chegar à formulacão de algum novo dogma que não tenha um nexo lógico com os primitivos dados da revelação. Dos defensores desta opinião, ensinam uns a definibilidade com valor de fé divino-católica das conclusões teológicas (Suarez, Lugo, Marin-Sola, Tuyarte, Gardeil, Beraza, Martinez), negam outros uma tal definibilidade, preconizando a chamada fé eclesiástica (Molina, Billot, Pesch, Franzelin, Schultez, Lennerz, Aldama, Salaverri, Hervé).

A tendência não intelectualista ou afectiva é seguida de preferência por aqueles teólogos que afirmam ser impossível determinar sempre um nome lógico entre os vários dogmas. Para eles, na análise da revelação há que ter em conta não apenas a manifestação dos enunciados conceptuais, senão também a comunicação de uma nova vida ao homem regenerado. O progresso dogmático estará intimamente dependente do crescer da vida divina na sociedade cristã, e nem sempre poderá reduzir-se aos limitados esquemas intelectuais do homem.

Não é temeridade atribuir esta orientação a Newman, Blondel, Bainvel, De Grandmaison e aos principais expoentes da chamada «*teologia nova*»: Charlier, Durand, De Lubac, Chenu (7).

---

(4) A. GARDEIL; *Introduction à la théologie (Bulletin)*, em *Revue des sc. phil. et théol.*, t. 13 (1924), p. 582 e seg.

(5) R. M. SCHULTEES, *Introductio in Historiam Dogmatum*, Parisiis, 1922.

(6) Ver M. FLICK, *Il problema dello sviluppo del dogma nella teologia contemporanea*, em *Gregorianum*, t. 33 (1952), p. 5 e sgs.

(7) Eis o elenco dos principais escritos destes últimos autores: L. CHARLIER, *Essai sur le problème théologique*, Thuillies, 1938; M. D. CHENU, *Position de la théologie*, em *Rev. des sc. phil. et théol.*, t, 24 (1935), p. 232-257; H. DE LUBAC, *Le problème du développement du dogme*, em *Recherches de sc. religieuse, t. 35 (1948)*, p. 130-160; A. DURAND, *Incarnation et christocentrisme*, em *Nouv. Rev. Théol.*, t. 69 (1947) p. p. 475-486, e *The Devolpment of Doctrine*, em *The Month*, nov. ser., t. 4 (1950), II, p. 300-308.

Seria erro supor que na mente dos autores existe uma oposição radical e inconciliável entre o processo intelectual, preconizado pela primeira tendência, e o processo vital, preferido pela segunda, como se não se pudesse defender um sem rejeitar o outro. Segundo a doutrina mais comum, ambos os métodos são necessários e ambos têm o seu lugar na história dos dogmas.

O que, porém, agora mais nos interessa pôr em relevo é que esta diversidade de orientações se vai enraizar na ideia que os vários autores fazem do constitutivo formal da revelação divina. Se o dogma é o objecto proposto pela revelação à nossa fé, torna-se evidente que a explicação do progresso dogmático depende intimamente do conceito que se tiver sobre as comunicações de Deus à humanidade.

Já fizemos notar que para uns autores o elemento primário da revelação é de ordem intelectual; para outros é um valor vital. Donde o problema seguinte: será fundamentalmente a revelação a comunicação de uma doutrina a respeito de Deus e do homem, ou não será ela antes a doação de uma inefável realidade que se vive mas não se pode reduzir adequadamente a fórmulas intelectuais? Por outras palavras, que é que constitui formalmente a revelação: a própria Pessoa de N. S. Jesus Cristo enquanto conhecida e «vivida» pelos seus fiéis, ou o complexo das doutrinas sobre o mistério de Cristo?

Uma vez assim equacionado o problema, impõe-se determinar à luz do Magistério eclesiástico qual o genuíno sentido do termo «*revelação*», de modo a podermos eliminar com segurança toda e qualquer explicação do progresso dogmático que se apoie sobre uma falsa ideia da divina revelação.

* * *

A primeira vez que o Magistério infalível da Igreja abordou o problema da revelação foi no Concílio do Vaticano, por necessidade de condenar o racionalismo naturalista e o semi-racionalismo de alguns teólogos alemães do séc. XIX que pretendiam transformar a fé em ciência (8). Contra o racionalismo puro, distingue o Concílio entre o conhecimento natural de Deus por meio das criaturas e o conhecimento sobrenatural do mistério divino por meio de uma intervenção gratuita do Criador; contra o semi-racionalismo, afirma a existência de mistérios pròpriamente ditos no objecto da revelação (9).

Se tal era a natureza dos erros a condenar, não admira que os Padres do Concílio insistissem de modo especial na *existência* e na *sobrenaturalidade* da revelação, sem abordarem directamente o problema do seu constitutivo formal. No entanto, insinuaram com suficiente clareza que o acto revelador consistiu numa acção manifestativa *por meio de locução,* conforme o sentido do versículo escriturístico aduzido para ilustrar o seu ensinamento: « *Multifariam multisque modis olim Deus* loquens *patribus in prophetis, novissime diebus istis* locutus est *nobis in Filio*» (10).

---

(8) Ver E. HOCEDEZ, *Histoire de la théologie au XIX siècle,* t. II, Bruxelles, 1952.

(9) D. 1785, 1786; cfr. 1795, 1800, 1807, 1816. Ver J. VACANT; *Etudes theologiques sur les constitutions du Concile du Vatican,* Paris, 1895, t. I, p. 281 e sgs.

(10) Hebr. I, 1. Cfr. D. 1785.

Que seja esta a mente do Concílio não é difícil prová-lo se atendermos bem ao contexto da constituição dogmática *Dei Filius,* a que pertence a doutrina sobre a revelação.

Notemos primeiramente que segundo o Concílio a revelação (no sentido objectivo de coisas reveladas) se encontra nos «livros santos e nas tradições não escritas, recebidas pelos Apóstolos da boca do próprio Cristo ou por eles comunicadas sob inspiração do Espírito Santo», conforme já definira o Concílio de Trento (11). Ora, nota um autor, as expressões «*livros santos*», «*tradições* recebidas da boca de Cristo ou comunicadas pelos Apóstolos sob influxo do Espírito Santo» evocam evidentemente a ideia de uma *doutrina religiosa,* de uma doutrina deixada em depósito à Igreja (12). E dizer *doutrina* é falar de um ensinamento por meio de enunciados intelectuais.

Advirta-se, também, que o Concílio identifica «objecto da fé» ou «depósito da fé» com «doutrina de fé». Ao abordar directamente a definição do objecto da fé divino-católica, afirma que deve prestar-se adesão de fé a tudo «o que está contido na *palavra de Deus* escrita ou transmitida» e é apresentado pela Igreja como «divinamente revelado» (13). Donde se deduz que Deus, pela Sua revelação, nos transmitiu o conteúdo de uma «palavra», dando a este termo o sentido de «testemunho». A mesma conclusão se impõe ao compararmos o modo como se exprime o Concílio ao expôr o genuíno sentido do progresso dogmático com a terminologia empregada a respeito da promessa da assistência do Espírito Santo aos sucessores de Pedro. Ali fala-se de «*fidei doctrina,* de *divinum depositum;* aqui, de *revelationem seu fidei depositum*» (14). É, portanto, evidente que para os Padres do Concílio a revelação no sentido objectivo, ou seja o objecto da revelação, é uma *doutrina,* a doutrina da fé confiada à Igreja para que a guarde à maneira de um «depósito».

Após esta breve análise nada custa a compreender que, segundo o Concílio do Vaticano, o acto da revelação divina realize o conceito formal de *locução*, porque o seu efeito específico é comunicar ao espírito novos conhecimentos por meio de uma «palavra» ou de um testemunho de Deus (15).

A partir de então, os teólogos limitam-se pràticamente a reproduzir esta doutrina nos manuais escolásticos. Tendo mais em vista defender a possibilidade e a sobrenaturalidade da revelação positiva contra o racionalismo, não se preocupam muito em aprofundar os problemas implicados na índole intelectual da noção que dela propõem à luz dos ensinamentos do Magistério: *locutio divina attestans* (16).

---

(11) D. 1787.

(12) E. DHANIS, *Révélation explicite et implicite,* em *Greg.,* t. 34 (1953), p. 190. Inspiramo-nos neste estudo para a análise que fizemos do Concílio do Vaticano.

(13) D. 1792. Noutro passo diz o Concílio que a Igreja é «Custos et magistra *verbi revelati*» (D. 1793). Ver também D. 1781, 2.145.

(14) D. 1800, 1836.

(15) Resumindo toda a doutrina do Concílio sobre a revelação, Vacant formula a seguinte definição: «L'affirmation que Dieu a faite au genre humain, par un moyen surnaturel, de vérités qui tendent à la fin surnaturelle». Op. cit., pág. 342.

(16) Ver por exemplo: TH. M. ZIGLIARA, *Propaedeutica ad sacram theologiam,* Romae, 1884, p. 117 e sgs.; C. MAZZELLA, *De Religione et Ecclesia,* ed. 3, Romae, 1885, p. 54 e sgs.; CH. PESCH, *Praelectiones dogmaticae,* t. I, Friburgi Br., 1894, p. 89 e sgs.; J. OTTIGER, *Theo-*

Mas eis que esta definição vai ser uma pedra de escândalo para os modernistas. A pretexto de que a teologia tradicional retinha uma idéia demasiado antropomórfica e grosseira da revelação, pensaram em formular um conceito mais consoante com a dignidade divina e com a psicologia humana. Loisy, Tyrrell e Le Roy deram-se as mãos para este movimento reformador (17). Ponto aceite por todos eles é que a revelação não é a manifestação intelectual de verdades *ab extrinseco*, mas uma experiência adogmática sentida no íntimo do homem pela excitação do senso religioso em contacto com o divino. O valor nacional da fé é determinado posteriormente, quando o homem começa a *pensar* a sua fé e a reduzi-la aos esquemas científicos que informam o espírito. Daqui a absoluta mutabilidade dos formulários religiosos: não sendo garantidos por Deus, estão sujeitos às leis da relatividade do conhecimento.

Contra esta tendência em apelar mais ou menos directamente para uma idéia imanentista e vital da revelação, reagiram tanto os teólogos da época como o próprio Magistério, que cortou cerce todos os subterfúgios dos modernistas no Decreto *Lamentabili* e na Encíclica *Pascendi*.

Uma das principais lições desta controvérsia foi sem dúvida a unanimidade com que os mestres da teologia insistiram no aspecto intelectual da revelação. Sem desconhecer o seu valor de vida como tesouro concedido por Deus aos homens, afirmam todos que o acto revelador consistiu essencialmente na comunicação de conhecimentos religiosos. Note-se, no entanto que, segundo Bainvel, este conceito realiza-se mesmo quando Deus, em vez de usar exclusivamente de ideias como meio de apreensão do objecto, *apresenta* a própria realidade ao espírito do profeta por uma espécie de intuição directa (18).

Mas se o acto revelador é de índole intelectual, também o *datum* da revelação tem de ser necessàriamente de ordem nocional. Não se trata, porém, de um bloco inerte de noções abstractas, mas de um conjunto de verdades que vivem no pensamento e na prática dos fiéis, conforme fizeram realçar De La Barre, Bainvel, Blondel e De Grandmaison. Esta precisão permite-nos compreender como seja possível que verdades já contidas no depósito primitivo e, portanto, já implicitamente vividas na Igreja, só mais tarde recebam formulação expressa e oficial (19). Donde uma consequência metodológica no estudo da evolução dogmática: a simples história crítica não pode controlar eficaz-

---

logia fundamentalis, t. I, Friburgi Br., 1897, p. 41 e sgs.; G. WILMERS, *De religione revelata*, Ratisbonnae, 197. p. 46 e sgs.

(17) A. LOISY, *L'idée de révélation*, em *Rev. du Clergé Français*, t. 21 (1899-1900), p. 250--271, e *Autour d'un petit livre*, Paris, 1903, p. e sgs. G. TYRRELL, *Through Scylla and Charybdis*, London, 1907, passim. E. LE ROY, *Dogme et critique*, Paris, 1997, passim.

(18) Cfr. *L'Histoire d'un dogme*, em *Etudes*, t. 101 (1904), p. 631. Assim Deus, explica o autor, em vez de declarar que a Virgem é toda Santa, tê-la-ia mostrado aos Apóstolos na sua realidade íntima, na sua alma, no lugar que Ela ocupa nos planos divinos. A Igreja guardaria no fundo da consciência a recordação desta visão que a pouco e pouco se foi reduzindo a conhecimento reflexo (ibid.).

(19) Diz Blondel que «La Tradition... fait passer quelque chose de l'implicité vécu à l'explicite connu». *Histoire et dogme*, em *La Quinzaine*, t. 56(1904), p. 437.

mente a transmissão da doutrina cristã através das idades, porque esta anda envolvida numa realidade transcendente que é a vida da Igreja.

Estas refutações opostas pelos teólogos no curso da controvérsia a todos os sistemas que impugnavam a noção tradicional de revelação adquiriram um certo valor de autenticidade pela subsequente condenação que das teorias modernistas fez a autoridade eclesiástica. Vejamos brevemente qual foi a posição assumida pelo magistério nesta crise do pensamento teológico.

No decreto *Lamentabili*, publicado em Julho de 1907, condenam-se três proposições que merecem especial referência. A primeira delas é a proposição XX, pela qual se exclui que a revelação tenha sido apenas a consciência adquirida pelo homem da sua relação com Deus (20). Não se pretende negar, escusado seria dizê-lo, que a revelação revestisse a forma de conhecimento consciente, mas tão sòmente se afirma que este conhecimento não foi adquirido pelo simples esforço do homem. Ensina-se portanto que o complexo de conceitos com que tomamos consciência das nossas relações com o mundo sobrenatural foram determinados de algum modo por uma acção divina com termo no espírito do profeta. Esta mesma doutrina está suposta na proposição XXII, em que se proscreve a teoria modernista de que os dogmas propostos como revelados não são verdades recebidas do alto mas simples resultado de um esforço humano de interpretação dos fenómenos da multisecular experiência religiosa da humanidade (21). Conclui-se pois que os enunciados dogmáticos derivam de uma intervenção divina na história do homem, ou, por outras palavras, que supõem o facto de uma iluminação divina, formulada à maneira de locução em conceitos doutrinais de ordem religiosa. Assistida pelo Espírito Santo e ajudada por uma reflexão sempre mais ardente e profunda, vai a Igreja traduzindo a inesaurível riqueza do dado inicial em afirmações mais claras que constituem o seu dogma.

E finalmente convém atender ao alcance da condenação da proposição XXI, cuja contraditória será: «A revelação, que constitui o objecto da fé católica, ficou completa com os Apóstolos» (22) O inciso *objectum fidei catholicae constituens* determina o sentido em que a revelação foi encerrada com a era apostólica. Suposto que o conteúdo da revelação é objecto da fé, afirma-se que este objecto atingiu o seu termo com os Apóstolos. Quer dizer, ficou *constituída* na sua perfeição desde aquela data. Ora, segundo o Concílio do Vaticano, o objecto da fé identifica-se com a *doutrina da fé*, conforme já vimos. Donde se conclui não só que a revelação teve por objecto as doutrinas da fé, como também que estas doutrinas ficaram definitivamente determinadas desde os tempos apostólicos. Todos os dogmas que a Igreja propõe como objecto de fé divino-católica estavam portanto contidos de algum modo no *depósito doutrinal* confiado por Cristo à Igreja por intermédio dos Apóstolos.

Na encíclica, *Pascendi* publicada dois meses depois do decreto *Lamentabili*, Pio X

---

(20) D. 2020. O erro condenado encontra-se literalmente em LOISY, *Autour d'un petit livre*, p. 195.

(21) D. 2022. Esta proposição é também extraída de uma das obras de Loisy: *L'Evangile et l'Eglise*, p. 158-159.

(22) D. 2021.

limita-se a recordar o ensino do Concílio do Vaticano sobre a revelação para fazer frente às teorias modernistas ([23]). Deve todavia notar-se que o Papa insiste muito especialmente no carácter exterior da revelação, em oposição às tendências imanentistas que mais ou menos se denunciavam nas novas concepções de revelação, reforçando assim a ideia de que Deus interveio objectivamente na vida da humanidade para lhe comunicar uma *palavra* que a instruisse sobre os mistérios divinos.

É pois necessário reter desta atitude do magistério perante o modernismo que a revelação constituiu formalmente um *corpo de doutrinas*, consoante já ensinara o Concílio do Vaticano ([24]).

Mas será este corpo de doutrinas o conteúdo primário da revelação? Poder-se-á supor que o seu elemento fundamental foi a comunicação do mistério da vida divina, que de facto mas secundàriamente se traduziria em termos do conhecimento especulativo? Admitir tal hipótese equivale o destruir a própria ideia de revelação positiva. Os documentos do Magistério insinuam claramente que o vocábulo «revelação» está aplicado a uma manifestação divina estrictamente intelectual. Respeite-se, pois, a terminologia eclesiástica oficial, reservando esta palavra para significar a comunicação oficial de verdades nocionais ao espírito humano.

É tempo de concluir esta breve análise dos dados do Magistério acerca da natureza da revelação, que tão bem ilustrados foram pelos teólogos no tempo da crise modernista. E a conclusão não pode ser outra senão a de que a manifestação de doutrinas respeitantes a Deus e ao homem é elemento integrante do facto tão complexo da comunicação dos dons divinos à humanidade. Deste modo, a vida sobrenatural cristã supõe um processo intelectual verdadeiramente originário e não simplesmente adventício ([25]). Pela revelação Deus pretende que recebamos uma «iniciação consciente» nesta nova vida, conforme a feliz expressão do P. de Grandmaison ([26]).

* * *

Para completar o objectivo do presente trabalho, resta-nos apenas examinar se qualquer das soluções apresentadas para o problema da evolução dogmática assenta numa ideia inexacta de revelação. A questão não é ociosa. Basta efectivamente estar em contacto com certa literatura teológica recente para nos apercebermos de que há uma tendência moderna para exagerar o aspecto vital da revelação com manifesto prejuízo do seu valor intelectual que, como vimos, constitui o elemento primário e específico da manifestação divina do homem.

([23]) Cfr. 2072, 2075.

([24]) O juramento anti-modernista volta a insistir no carácter intelectual do depósito da fé: «Certissime teneo ac sincero profiteor, fidem (...) esse (...) verum assensum intellectus veritati extrinsecus acceptae ex auditu, quo nempe, quae a Deo (...) *dicta, testata* et *revelata* sunt, vera esse credimus» (D. 2145).

([25]) Ver as oportunas considerações de B. X. XIBERTA, *Introductio in sacram theologiam*, Matriti, 1949.

([26]) Le *développement du dogme chrétien*, em *Rev. pratique d'Apologétique*, t. 6(1908), p. 406.

Sem pretender generalizar ideias de um ou outro autor, certo é que uma tal tendência tem sido quase exclusiva dos cultores da chamada «teologia nova» (27). Por amor à verdade deve dizer-se que, por detrás deste nome, não está tanto uma posição teológica no sentido estricto de sentenças doutrinais sustentadas por determinada escola, como sobretudo uma *atitude de espírito* assumida por alguns teólogos frente aos problemas do pensamento moderno (28). A pretexto de que a teologia escolástica seguiria uma linha demasiado especulativa e dialéctica, pretende-se nada menos do que uma renovação do método teológico pelo regresso à teologia realista e positiva dos Padres da Igreja.

Mas lendo os escritos dos autores que preconizam esta reforma dos estudos teológicos, adivinha-se fàcilmente que as suas tendências anti-intelectuais estão em relação com um novo conceito de revelação. Segundo estes autores, há que distinguir na revelação dois aspectos que, embora conexos, não coincidem plenamente, a saber: a manifestação de uma *doutrina* e a comunicação de uma *vida*. A revelação considerada como doutrina da fé ficou encerrada com os Apóstolos, mas a revelação considerada como dom da vida divina continua-se na Igreja. Por outras palavras, o conteúdo da revelação, isto é, a realidade sobrenatural enunciada nas fórmulas da revelação, vai-se comunicando incessantemente à Igreja.

Daqui, uma distinção entre a *formulação nocional* da revelação e a sua *percepção vital*. Esta percepção vital ou experimental constitui a forma essencial originária da revelação. A enunciação do seu objecto em proposições especulativas é apenas ocasional por depender das condições limitadas do homem, que não pode apreender de modo intelectual imediato o dom divino de que lhe é dado participar e viver (29).

Estas ideias encontram-se mais ou menos insinuadas na literatura do movimento da «teologia nova», conforme já advirtimos. Não ocultamos, porém, quanto seja difícil reduzir a síntese doutrinal todos os elementos esparsos nos diversos expoentes do referido movimento teológico, até porque esses autores não primam em usar uma linguagem clara e precisa (30). Como quer que seja, existe uma tendência anti-intelectualista no estudo da revelação. Não é difícil comprovar o bem fundado desta asserção. Basta-nos para tanto proceder a um breve exame das posições doutrinais de alguns nomes comprometidos em correntes modernas de renovação teológica.

Data de 1935 um célebre artigo de D. Chenu, O. P., acerca da *posição da teologia* (31). Propõe-se o autor estabelecer qual seja a missão da teologia, a partir da natureza do «dado» revelado. Ora, este «dado» revelado é constituído essencialmente pela comunicação de uma *realidade* divina: Cristo e tudo o que a Ele está anexo. A esta

---

(27) Sobre este movimento ver G. M. ELDAROV, *Prezenza della Teologia*, Padova, 1954.

(28) G. M. ELDAROV, op. cit., p. 19.

(29) Cfr. E. SAURAS, *El actual problema teológico y «la evolución homogénea del dogma católico»*, na introdução à obra deste título de Marin-Sola, Madrid, 1952, p. 56-62.

(30) A encíclica *Humani Generis* (*Acta Ap. Sedis*, t. 42 (1950), p. 561-578, não abordou directamente a inovação da ideia de revelação ao denunciar algumas teorias relacionadas com a «teologia nova».

(31) *Position de la Théologie*, em *Rev. des sc. phil. et theol.*, t. 24 (1935), p. 232-257.

comunicação mística e supra-conceptual segue-se (pelo menos em posterioridade de natureza) uma fase de «fermentação», de «exploração» intelectual, de percepção da coisa divina pela inteligência. Consequentemente, o que constitui o elemento primário e essencial da revelação é uma comunicação vital de Deus à criatura; a manifestação de proposições doutrinais será um dos aspectos, mas apenas secundário e adventício, do fenómeno da revelação (32).

Neste contexto, o testemunho de Deus na fé não é mais do que o veículo de um conhecimento *real*, vital, no sentido de que nos transmite uma realidade, a realidade divina, objecto de percepção e de amor. Mas então o objecto do testemunho divino não será uma certa matéria inteligível, um conceito, um conjunto de proposições ou um sistema de pensamento, mas a própria realidade de Deus. Apesar de tudo, a fé continua a ser assentimento a proposições, devido ao presente condicionalismo do espírito que não pode conhecer a verdade, seja ela divina, a não ser por meio de enunciados (33).

Se bem aprendemos o pensamento do autor, parece-nos haver de concluir que na ordem sobrenatural a função intelectual é algo de *extrínseco ao objecto revelado* (embora meio necessário no presente estado do homem), e portanto incapaz de apreender adequadamente a realidade revelada. Haverá pois uma continua heterogeneidade entre a revelação-comunicação vital e a revelação-manifestação intelectual, constituindo aquela o aspecto verdadeiramente originário da revelação sobrenatural.

Três anos mais tarde via a luz da publicidade um ensaio de L. Charlier sobre o «problema teológico» (34). Era própria da teologia tradicional, diz Charlier no capítulo quarto do seu estudo, a ideia de um depósito revelado que tivesse sido constituido definitivamente com a morte dos Apóstolos. Depósito encerrado há vinte séculos, num pensamento que deixou de viver (35).

Mas uma tal concepção do depósito perde o sentido da Tradição viva da Igreja. O depósito revelado deve identificar-se com a prègação do magistério actual, com um dado revelado presente na Igreja e interpretado à luz sobrenatural do seu ensinamento infalível (36).

Efectivamente o objecto revelado é antes de mais uma *realidade comunicada*. A nossa fé não é simples adesão a um testemunho divino exterior, a uma palavra garantida por Deus, mas uma assimilação à Verdade primeira, uma adesão a Deus na sua vida íntima. Esta realidade-comunicada não é mais do que a participação da própria vida divina por meio da graça santificante, de que promana a fé como sua propriedade infundida na inteligência. Não se pense porém que a fé atinge apenas a fórmula e o

---

(32) Art. cit., p. 232-233.

(33) Ibid., p. 233-234.

(34) *Essais sur le problème théologique*, Thuillies, 1938. A obra foi posta no Indice em 1942 (cfr. *Acta Ap. Sedis*, t. 34, p. 37). O P. Zapelena, professor da Universidade Gregoriana, sujeitou o estudo de Charlier a severíssima crítica em quatro longos artigos. Ver *Gregorianum*, t. 24 (1943), p. 23-47; 287-326; t. 25 (1944), p. 38-73; 247-282.

(35) Op. cit., p. 62.

conceito; por ela atingimos a própria realidade sobrenatural, que sem dúvida é notificada pela fórmula e pelo conceito mas de modo inadequado (37).

Deve dizer-se em resumo que o dado revelado inclui um duplo elemento: 1) uma realidade comunicada: Deus que se dá a nós pela graça; 2) uma adesão da inteligência a esta realidade enquanto ela se apresenta à nossa fé com valor de verdade através das fórmulas da revelação exterior (38). Daí a distinção estabelecida pelo autor entre revelação-realidade e revelação-verdade, ou seja, para usar de palavras suas, entre «dado revelado-realidade» e «dado revelado-conhecimento», un. e outro a crescerem continuamente no seio da Igreja à maneira de um germe vital (39).

Se pois a revelação no seu aspecto total está presente na Igreja, vive na Igreja, deve-se concluir que a Igreja atinge o dado revelado *em si mesma*, em cada momento da sua própria existência. Por outras palavras o dado revelado é a própria realidade ontológica da Igreja Corpo Místico de Cristo, e então de modo algum é necessário que todas e cada uma das verdades reveladas estejam encerradas em enunciados doutrinais bastando que promanem vitalmente daquela realidade ontológica que é a Igreja enquanto prolongadora de Cristo.

Semelhantes tendências anti-intelectualistas, embora em grau menos acentuado se denunciam na posição do P. De Lubac (40). Segundo este ilustre teólogo, a revelação não se deve considerar primàriamente na linha da doutrina como tal, mas num certo género de conhecimento transcendente, qual é o conhecimento da fé (41). Trata-se de verdadeiro conhecimento, sem dúvida, mas de um conhecimento de ordem superior de forma que podemos falar de uma certa *experiência transcendente* do mundo sobrenatural, transmitida pelos Apóstolos à Igreja (42). A «novidade cristã» não é redutível nem a «princípios» nem a um «germe». O que é princípio na economia sobrenatural é tanto a Acção redentora, o dom que Deus nos faz de si mesmo em seu Filho, como a revelação de todo este dom em Cristo. E tudo isto forma o «Objecto global», o «Todo do Dogma». Esta «Coisa» única e total, considerada no seu duplo aspecto de acção e de revelação, de realidade e de objecto de fé, constitui o que a Escritura e a Tradição denominam o *mistério*. Donde se deduz que é pura abstracção distinguir entre o dom e a revelação do dom, entre a acção redentora e o conhecimento da redenção, entre o

---

(37) Ibid., p. 66-68.

(38) «En gros et pour résumer, nous disons que le donné révélé inclut un double élément; 1) une réalite donnée. Dieu qui se donne à nous dans et par la grâce (...); 2) une adhésion de l'intelligence à cette réalité donnée, en tant que celle-ci donne prise, comme vérité, au contact de la foi, à travers la formule de la révélation extérieure qui nous vient de Dieu avec le donné». Ibid., p. 68.

(39) «A ce développement du «donné révélé-realité» dans l'Eglise fait suite par voie de conséquence le développement du «donné révélé-connaissance». Il s'agit avant tout du progrès de la foi vivante, de ce discernement sur et profond que donne le contact avec lá réalité vécue, et qui assure à l'Eglise le sensum Christi, le sensum Dei, la pénétration toujours plus parfaite du donné révélé». Ibid., p. 70.

(40) *Le problème du développement du dogme (Bulletin de Théol. Fondamentale)*, em Recherches de sc. religieuse, t. 35 (1948), p. 130-160.

(41) Art. cit., p. 145-147.

(42) Ibid., p. 155.

mistério como acto e o mistério como objecto de fé. Outra abstracção é separar desta revelação global, deste «Todo do dogma», certas verdades particulares (43).

Cremos não atraiçoar o pensamento do autor se concluirmos que a revelação teve como objecto total o próprio mistério de Cristo-Redentor, continuado na vida da Igreja, e que não é justo considerar separadamente a percepção intelectual e a participação vital neste mistério.

* * *

Torna-se bem claro que as doutrinas acabadas de expor, assim o esperamos, com a máxima objectividade, se orientam no sentido da notória tendência anti-intelectualista a que nos temos referido ao longo deste estudo Diga-se antes de mais que nem tudo nelas é de rejeitar. Certas vistas penetrantes sobre a natureza íntima do dado revelado, que alguns autores da corrente intelectualista se obstinam em considerar como bloco de verdades mortas, muito hão de ajudar o pensamento teológico a encontrar o justo caminho para a solução do problema do progresso dogmático.

Mas há também reservas a fazer, porque não é lícito aos teólogos afastar-se do que procurámos demonstrar ser o genuíno conceito católico de revelação sobrenatural uma *afirmação divina* ao espírito do profeta pela comunicação clara e distinta de dados nocionais. Este elemento de clareza e distinção que acompanha a manifestação do pensamento divino ao profeta faz com que a luz ordinária da fé não realize o conceito que propusemos de revelação. Nesta há apresentação consciente de novas verdades mas na fé há simples iluminação acerca de verdades já reveladas, e de um modo que habitualmente escapa ao campo da consciência.

Uma tal concepção da revelação não implica que todas as verdades da fé tenham entrado desde o primeiro momento na vida intelectual da Igreja. As riquezas de vida nova contidas no tesouro que lhe fora entregue não podiam ser traduzidas imediatamente em conceitos definidos. Eis por que Gardeil não hesita em falar do «estado indeterminado e de confusão relativa» em que o depósito foi entregue à Igreja, de tal modo que o seu primeiro contacto com a riqueza do tesouro revelado tomaria a forma de intuição global da fé, não da fé individual mas da fé viva e social da comunidade cristã (44).

De Grandmaison, por sua vez, evoca o imenso afluxo das realidades divinas que de repente apareceram no mundo por meio da vida, das lições e da graça do Verbo Incarnado para serem vividas pela própria humanidade. Ora era impossível definir e realizar intelectualmente todas estas inefáveis riquezas num breve espaço de tempo (45).

---

(43) «Cette nouveauté n'est réductible ni à des «principes» ni à un «germe». En réalité, concrètement, ce qui est premier (...) c'est l'Action rédemptrice; c'est le don que Dieu nous fait de lui-même en son Fils (...). Et c'est en même temps la révélation de tout cela. Car c'est tout cela qui, en Jésus-Christ, nous est révélé. C'est tout cela qui, d'abord indivis, forme l'Object global, l'Object incroyablement riche de la révélation. Nous pouvons l'appeler, pour employer une expression équivalente, 'le Tout du Dogme' (...). Sous sa forme d'action et sous sa forme de révélation, comme réalité et comme objet de foi, cette Chose unique et totale porte dans l'Ecriture et dans la Tradition chrétienne un même nom: elle est *le mystère!*» *Ibid.*, p. 156. Sublinhado do autor. Ver toda esta página e a seguinte.

(44) *Le donné révélé et la théologie*, 2.e éd., p. 164, 175.

(45) *Le développement du dogme chrétien* em *Rev. prat. d'Apolog.*, t. 6 (1908), p. 895.

Com razão explica porém o mesmo autor que o encerramento do depósito a partir da era apostólica exige que todas as verdades da fé tenham sido objecto de uma luz extraordinária que esclarecesse os Apóstolos quanto ao seu valor divino. Mas nada custa a compreender que os discípulos de Jesus, sob a acção íntima do Espírito Santo por Ele prometido, começassem a reviver e a realizar numa nova luz, luz infalível porque divina, todos os ensinamentos e todos os actos do seu Mestre, cujo *sensus* possuíam, conforme atesta S. Paulo. Estas intuições da fé transmitiram-nas eles à Igreja tanto por meio de palavras escritas ou orais, como por meio de instituições, actos e ritos litúrgicos (46).

Mas imediatamente ocorre perguntar como é que os Apóstolos apreenderam *profèticamente* todo o objecto da fé para poderem transmiti-lo à Igreja na sua constituição definitiva. Se todas as verdades da fé tiveram de ser reveladas, é necessário supor que os Apóstolos as conheceram numa luz tal que realizasse o conceito de revelação. Como explicar porém esta apreensão clara e distinta das riquezas do depósito revelado? Eis um difícil problema implicado no facto de se conceber o acto revelador como locução mental. A sua solução não poderá consistir em iludir a dificuldade, rejeitando pura e simplesmente um conceito de revelação garantido pela Igreja. Urge aceitar em toda a lealdade as orientações do magistério. Suposto portanto que se respeitam estes dados, talvez se venha a encontrar a chave do problema no estudo da *extensão de significado do testemunho divino* no acto revelador, ou seja, por outros termos, no aprofundamento da noção de *conteúdo implícito* da palavra de Deus, para assim se compreender o que pretendem exprimir os documentos oficiais ao falarem do progresso dogmático como sendo uma passagem do estado implícito para o estado explícito da fé (47).

P. JOÃO A. DE SOUSA

---

(46) Ibid., p. 413.

(47) Representa notável esforço neste sentido o estudo do P. Dhanis, *Révélation explicite et implicite*, em *Gregorianum*, t. 34 (1953), p. 187-237.

A RESERVAÇÃO DOS PECADOS

O APARECIMENTO DO INSTITUTO JURÍDICO DA RESERVAÇÃO PAPAL DOS PECADOS E A SUA EVOLUÇÃO ATÉ AO CÂNONE «Si quis suadente» DO II.º CONCÍLIO DE LATRÃO (a. 1139).

DR. MANUEL ALVES LOURENÇO
Professor de Direito Canónico

Artigo I — A elaboração de um novo instituto jurídico. § 1.º — A consulta mútua entre os bispos ou o papa, sobre a Penitência. § 2.º — As peregrinações penitenciais. § 3.º — O desaparecimento de facto da disciplina penitencial antiga e a condenação dos penitenciais pelos concílios reformadores do século IX. § 4.º — A caminho de uma solução.

Artigo II — Os primeiros vestígios do novo instituto jurídico da reservação papal dos pecados. § 1.º — Um primeiro documento. § 2.º — Um instituto jurídico em plena evolução. § 3.º — A novidade da primeira reservação por lei geral.

Ao estudarmos a origem de um instituto jurídico não podemos ter a pretensão de irmos encontrar logo de início todas as notas contidas na definição desse instituto já evoluido e perfeito. Devemos contentar-nos, de começo, com verificar a existência deste ou daquele elemento constitutivo do instituto jurídico que nos indiquem já, com maior ou menor clareza, o sentido da evolução subsequente. Neste instituto jurídico dos pecados reservados tem muito maior interesse e é fundamental o aparecimento e evolução da reserva de um pecado ao papa por tal estar fora da linha inicial da administração do sacramento da penitência, ao invés do que sucede com a reservação episcopal

Até ao século V o Bispo é, na sua diocese, o ministro ordinário e, normalmente mesmo único do ministério penitencial. Introduzido o uso de os simples padres também imporem a penitência, ainda mesmo quando desenvolvida e propagada a penitência privada, continua a manter-se a regra de que a penitência canónica pública fosse da jurisdição única do Bispo. Assim, os pecados que exigiam a submissão à disciplina penitencial antiga poder-se-ão considerar como reservados ao Bispo. Mesmo quando a disciplina penitencial antiga já não era usada na prática, esses e outros pecados, quando notórios ou escandalosos, continuaram a requerer que quem os cometia

(*) N. B. As citações são feitas segundo a indicação bibliográfica que se encontra no fim deste estudo. Vd. *ib.* a indcação das siglas usadas.

pedisse ao Bispo a sua absolvição. Rábano Mauro (856), por exemplo, diz-nos que os pecadores públicos devem fazer penitência pública e serem reconciliados pelo Bispo ou por um padre devidamente encarregado de tal, enquanto os pecadores ocultos se confessam aos padres, ou também ao Bispo e estes lhes determinam a satisfação a cumprir ocultamente (1).

Nos fins do século X, Rathero (†947), bispo de Verona, escreve assim aos seus sacerdotes: *De occultis peccatis poenitentiam vos dare posse scitote, de publicis ad nos deferendum agnoscite (2).* E já no século XI, o concílio de Selingenstadt (a. 1023) prescreve: *ut nullus presbyterorum quemquam, nisi jussu episcopi, in ecclesia introducere praesumat, cui pro aliquo delicto illam ingredi non liceat (3).* Anos depois, vemos o concílio de Limoges de 1031 estatuir: *Presbyteri de ignotis causis, Episcopi de notis excommunicare est, ne Episcopi vilescat potestate (4).*

As reservações episcopais em matéria de penitência aparecem-nos, pois, não como uma diminuição do poder sacramental atinente ao simples padre, mas como o perseverar de uma parte da antiga disciplina. Nas reservações papais, dos pecados o caso é muito diverso.

Até esta data, nunca na história da penitência nos aparece um exemplo de que algum bispo duvidasse do seu poder absoluto e universal, para a sua diocese, sobre todos os pecados e pecadores. Comparando as antigas consultas sobre matéria penitencial com as feitas, por exemplo no século XI ao papa Alexandre II, encontrar-se-á, como veremos, uma diferença fundamental entre os dois modos de considerar o problema. O estudo dos pecados reservados referir-se-á, por isso, aqui, quase exclusivamente à reservação papal, pois é em relação a esta que se poderá falar de um instituto jurídico completamente novo e quase, aparentemente, sem relação com o passado.

Estudemos este assunto em dois artigos. No primeiro consideraremos os elementos fornecidos pela história da penitência nos séculos anteriores e que nos explicarão, quanto possível, os pontos de contacto e a ligação que existe entre o novo instituto jurídico e a disciplina precedente. No outro artigo, examinaremos os primeiros vestígios da reservação papal e os motivos que contribuiram para o seu desenvolvimento, premitindo que o cânon «*Si quis suadente*» do II concílio de Latrão fosse considerado como absolutamente normal. Será com algumas considerações acerca deste cânon — a primeira reservação em matéria de penitência estatuida por lei geral — que terminaremos este estudo.

Art. 1 — A elaboração de um novo Instituto Jurídico

Entre os muitos elementos da anterior disciplina eclesiástica acerca do sacramento da penitência encontramos três que, a nosso juízo, influiram mais poderosamente, embora em grau e modo diversos, na evolução da penitência em vista da re-

---

(1) Rábano Mauro, De institutione clericorum, l. II, c. CXXX (PL 107, 343).
(2) *Epist. synod.* (PL 136, 567).
(3) C. 20 (Hard. 6-I, 830; Msi XIX, 399).
(4) HL 4-II, p. 958.

servação papal dos pecados e permitiram ou facilitaram o seu aparecimento. Foram eles a consulta mútua entre os Bispos ou ao Papa acerca das dificuldades surgidas na administração da penitência, as peregrinações penitenciais e, o desaparecimento de facto da penitência canónica pública junto à condenação dos penitenciais pelos concílios reformadores do século IX. A cada um destes temas dedicaremos um parágrafo para, depois, numa vista de conjunto, explicarmos as razões da mudança da disciplina e a racionalidade de tal evolução.

§ 1.º — A CONSULTA MÚTUA ENTRE OS BISPOS, OU AO PAPA, SOBRE A PENITÊNCIA

A consulta de outros bispos ou do próprio papa sobre casos difíceis da disciplina penitencial já vem de longe. Foi devido a tais perguntas que surgiram no Oriente as «epístolas canónicas» — cartas escritas a título de respostas a perguntas feitas, redigidas por tal ou tal bispo de nomeada e que ulteriormente foram consideradas como normas canónicas da disciplina penitencial antiga. Vieram assim até nós as de S. Gregório Taumaturgo († 270) (5), de S. Dionísio de Alexandria († 264-5) (6), de S. Pedro I de Alexandria († 311) (7), de S. Basílio († 379) (8) e de S. Gregório de Nissa († 394) (9).

No Ocidente, as «decretais» pontifícias desenvolveram, um pouco mais tarde mas na mesma linha, as funções das epístolas canónicas orientais (10). Vemos assim, por exemplo, o papa Siríaco (384-399) escrever a Himério de Tarragona elucidando-o sobre diversos assuntos entre os quais também os havia referentes à penitência. E embora tivesse sido aquele bispo a solicitar tais respostas, o papa roga-lhe que faça conhecer o conteúdo da carta por todas as Igrejas vizinhas (11). Inocêncio I (401-407) responde a Victrício bispo de Rouen sobre o modo de proceder para com certas viagens veladas (12). Celestino I (422-432) em carta aos bispos da região narbonense (Narbonne), insurge-se contra o uso, ainda não completamente desaparecido, de negar a penitência a certos moribundos (13).

Em todos estes casos, o problema agitado gira à roda da dúvida sobre o modo prático de proceder em determinadas situações. É este ou aquele bispo que procura esclarecer o seu modo de pensar a fim de poder agir convenientemente. Em todos os casos, no Oriente como no Ocidente, é sempre o bispo quem tem o poder de agir. É por sua própria autoridade que impõe a penitência ou reconcilia os penitentes quaisquer que eles sejam. É ele que, em última análise, impõe a penitência, que no fim reconcilia o penitente, embora procure que o seu agir seja seguro e acertado. Daí o consultar, por vezes, outro bispo, que julga mais apto e com maior autoridade ou ciência

(5) PG 10, 1019-1048.
(6) PG 10,1271-1290.
(7) PG 18,467-508.
(8) Ep. 188, 199, 217 (PG 32, 663-684, 715 732, 793-810)
(9) PG 45, 221-234.
(10) Cf. Amann, *La penit. primit.*, DTC 12-I, 790-792.
(11) PL 13, 1131-1147
(12) PL 20, 479-480, 498.
(13) PL 50, 421-432.

para indicar o modo justo de proceder. Na segunda metade do século XI a correspondência entre os bispos e o papa nesta matéria, já não é, como veremos, redigida neste mesmo sentido mas tem, ao contrário, um significado bastante diverso.. Só há de comum, além de se tratar de disciplinas respeitante à penitência, que, desde sempre, as cartas dirigidas a Roma o eram em razão da dignidade da Sé Apstólica e não apenas dos dotes pessoais do papa reinante. Por isso vemos os papas reponderem mesmo às perguntas feitas aos seus antecessores e tais respostas serem acatadas com a mesma benevolência. Para qualquer outra sé, as consultas eram feitas em atenção à pessoa do Bispo que na altura as governava.

Estas consultas, mesmo entre os bispos, continuam em uso durante bastante tempo. Da correspondência de Santo Avito de Viena (+518) citaremos dois exemplos. Ao bispo Victúrio que o havia interrogado [14] responde indicando qual o modo de proceder para com um certo que se juntou com a irmã da sua defunta esposa [15]. Noutra carta expõe o modo de agir para com um certo réu de pecado de incestos e indica com grande espírito pastoral quais os remédios que julga mais aptos [16]. Em ambas as cartas se nota claramente não se tratar de uma imposição feita pelo metropolita, mas sim duma simples indicação, da parte de Santo Avito, do modo por ele julgado mais conveniente para resolver a dificuldade proposta. Ainda do século VI, é a resposta de Vigílio (540-55[4]) a S. Cesário de Arles (+542) escrita quando aquele era pseudo-papa. Nela se responde acerca da penitência conveniente a impor ao rei. Teodeberto devido a ter contraido umas núpcias incestuosas [17].

Temos assim exposto sucintamente um dos elementos para que desejaríamos chamar a atenção. Fruto do esforço natural para acertar, este costume nasceu e prosperou. Mudadas as circunstâncias, quando as necessidades obrigarem a outras maneiras de proceder, este costume antigo ajudará a solucionar os problemas que surgirem.

§ 2.° — AS PEREGRINAÇÕES PENITENCIAIS

Um outro elemento que desejaremos considerar será o das peregrinações feitas com uma finalidade penitencial.

A peregrinação, como penitência — satisfação, foi um transformar-se da pena de exílio, com que anteriormente eram punidos certos penitentes, em geral, os homicidas. É uma penitência privada, isto é, feita fora da disciplina penitencial antiga. Os livros penitencias têm como ponto de partida para a imposição de tal penitência o texto da Sagrada Escritura relativo ao castigo de Cain [18]. Foram, com efeito, os

---

(14) *Victurius epicopus Avito episcopo;* ep. 14 (PL 59, 232s).
(15) *Avitus Viennensis episcopus Victurio episcopo;* ep. 15 (PL 59, 233 s).
(16) *Avitus Viennen. episcopus Victorio episcopo;* ep. 16 (PL 59,234 s).
(17) *ep. (olim III) Vigilii adhuc pseudo Papae ad Caesarium Arelaten.* (PL 69,21).
(18) *Cf. Gen.* IV, 11-14.

monges missionários insulares que espalharam a partir do século VIII o costume de a impor em desconto de certos pecados (19).

Confessados os próprios crimes, os grandes pecadores, normalmente os homicidas, eram mandados peregrinar em satisfação dos próprios pecados, pelos santuários onde se veneravam relíquias de santos insignes. Era uma penitência deveras dura se atendermos a que, além das enormíssimas dificuldades em fazer naqueles tempos tão longas viagens sem outros meios de sustentação de defesa fora da caridade dos fiéis que pelo caminho se fossem encontrando, aos homicidas eram apertadas em redor dum braço ou duma perna, do pescoço ou dos rins, uma cadeia de ferro, fundida com a arma com que haviam cometido o crime, ou feita de propósito. E assim percorriam os caminhos, não se podendo fixar em parte alguma, visitando e orando nos lugares que lhes houvessem sido indicados ou noutros de sua devoção particular. A duração desta penitência variava com os casos e poderia ir desde toda a vida, até um tempo predeterminado, se acaso não se viesse a morrer entretanto devido aos ferimentos provocados pelas cadeias, ou terminar do modo a que vamos aludir. Estes peregrinos penitentes, implorando a misericórdia de Deus, oravam para que, por intermédio dos santos cujos túmulos ou santuários visitavam, fossem miraculosamente libertos de suas cadeias como mostra e penhor de que a sua falta estava suficientemente expiada. Ficavam depois descansados com as suas consciências porque a satisfação havia sido condigna e aceite por Deus.

A ilustrar tal costume e quanto a este respeito havemos dito aqui, transcrevemos o que nos narra Mabillon no prefácio do II volume das Actas dos Santos. «*Qui homicidium perpetraverant,* escreve, *ferreis vinculis constricti, per loca sancta peregrinari jubebantur. Neque enim quovis tempore poena capitis plexa est hominis coedes*». Seguidamente narram-se vários factos referentes a homicidas que, segundo o costume, receberam como penitência obrigação de peregrinar por vários lugares santos, chorando os seus pecados (20).

---

(19) Cf. Berlière, *art. cit.*, p. 521. Vd. alguns exemplos, entre outros nos penitenciais: para incestos gravíssimos: *in altera sinod. Lucis Victoriae,* § 6; para homicídio qualificado: *in Poenit. ps. Egberti,* lib. IV, c. VI; para homício in *Poenit. Mediolan.* (Poen. XXXV. Capp. I, 1, Ans. XI. 34.); textos in Wasserschleben, o. c., pp. 104, 333, 718.

(20) Mabillon, o. c., t. II, in praef. n. 41 (p. XXX). Damos aqui o texto aduzido por o julgarmos muito elucidativo. — *In lib. 3. Mirac. S. Bavonis.* Duo nepotes inter se rixantes, correptis armis alter alterum opressit. In se itaque reversus fratricidium expavit, Episcopum adiit, ac more Christianae remissionis peregrinando poenitentiam accepit. *Post varia loca perlustata, in quadam S. Bavonis Oratorio, virtute divina, quibus era strictus ferreis crepuerunt vinculis* (Vd. Mabillon, o. c., t. II, p. 414). *Et in lib. de Marc. S. Galli cap. 34.* pauperculus quidam propter homicidium reatus circulis ferreis tam in collo quam in utroque constrictus brachio, *in Basilica S. Galli,* nexus quibus stringebatur amittere meruit. (Vd. Mabillon, o c., t. II. p. 264). *Omittere non possum quod in cod. Ms. de Mirac. SS. Floriani et Florentii legitur, huic rei illustranda aptissimum.* Consuetudine antiqua partibus interioris Franciae usque hodie mos inovelit ut quisquis propinquiorem sibi parentem gladio pergulaverit, et postea poenitentia ductus, ad Pontifi-cem crimen admissi facinoris detulerit, ipso decernente Pontifice, ex ipso gladio ferrei nexus componantur, et collum peccatoris, venter atque brachia strictum innectantur ex ipsis ferreis vinculis: sicque de propria patria et solo patrio pellatur. Interim quousque Divina pietas eadem vincula solvere praecipiat, primum Romae, dehinc per diversa Sanctorum loca veniam criminis

Devido aos imensos inconvenientes a que conduzia tal prática, as Capitulares de Carlos Magno tentaram abrogar tal costume mandando que se fizesse penitência em lugar certo em vez de se andar a vagabundear ([21]). Todavia, embora já sem a imposição das cadeias, estas peregrinações penitenciais mantêm-se e são impostas a certos pecados, como vemos, por exemplo, no concílio de Clermont de 1130 para os incendiários (e a que adiante faremos referência). As peregrinações penitenciais mantêm-se, até mais tarde, para os herejes. Sendo ainda frequentes no século XV, desaparecem devido às circunstâncias políticas e à mudança de ambiente, no século seguinte ([22]).

§ 3.° — O DESAPARECIMENTO DE FACTO DA DISCIPLINA PENITENCIAL ANTIGA E A CONDENAÇÃO DOS PENITENCIAIS PELOS CONCÍLIOS REFORMADORES DO SÉCULO IX

Consideramos em último lugar aquele elemento que, a nosso ver, foi o determinante imediato do aparecimento da reserva ao Papa da absolvição de certos crimes. Este elemento foi, quanto pudemos avaliar, o sentido de incerteza a respeito da satisfação condigna de certos pecados, incerteza em que se ficou com a actuação dos concílios reformadores do século IX. Essa incerteza, que era já antiga pois nunca se havia chegado a conclusão segura de que a disciplina penitencial antiga pudesse ser substi-

---

efflagitando peregre proficisci cogitur. *Posthaec subjicitur miraculum in Monasterio S. Florentii patratum erga quemdam clericum Amelium nomine, qui avunculum occiderat:* ob idque ab ARTEARIO Trajectentium urbis episcopo damnatus, *praedictam sententiam exceperat. Solutus meritis S. Florentii* quia Abbas tunc praesens non aderat, obnixe deprecatus est Fratres, ut ex nomine Abbatis ipsorum deprecatoriam epistolam jam praefacto Episcopo, a quo in poenitentiam missus fuerat, transcriberente, quatinus eum in propria parochia misericorditer reciperet: utpote quem Divina benignitas ac meritum S. Florentii specialiter absolutum in solutione visibilium vincolorum monstraverat, ipse quoque sua Pontificali auctoritate omnimodis absolutum esse decerneret. *Lege adnotationes in Mirac. S. Johannis Abbatis Reomensis Saeculo I».* (vid. Mabillon, o. c., t. I, p. 641,). Poderemos encontrar outras qualidades documentadas em Mabillon, o. c. Assim, as peregrinações feitas por causa de um voto perdoam os pecados: cf. *ib.* IV-1, p. 677n, 748. Peregrinar é como que tornar-se monge: cf. *ib.*, IV-1, p. 738; por isso os peregrinos devem desfazer-se dos próprios bens: cf. *ib.*, IV-1, p. 762.

([21]) «*Aliquid sacerdotibus, aliquid omnibus*», estatui-se. «*Item ut isti mangones* (em nota: *Fallaces, deceptores, etiam proxenectarum quoddam genus) et cotiones* (em nota: *Francogali* «coquins»; *vagi homines) qui sine omni lege vagabundi vadunt per istam terram, non sinantur vagare et deceptiones hominibus agere, nec isti nudi cum ferro, qui dicunt se data sibi poenitentia ire vagantes: melius videtur, ut si aliquid inconsuetum et capitale crimen commiserint, ut in loco permaneant laborantes et servientes et poenitentiam agentes secundum quod sibi canonice impositum sit».* *Capitularia,* lib. I, c. 79, (MGH Leges, sec. II, t. I, (22), p. 60-61), a. 780?; cf. Rábano Mauro, *Poenitent.,* cap. VII *de parricidiis* (PL 110, 475s), c. PL 112, 1410; cf. Schimtz, p. 193. Muito interessante vd. *ep. XV Hidelberti Cenomanen. episc.* (c. a. 1123) (PL 171, 181-183).

([22]) Cf. Berlière, 1. c., p. 526. A título de ilustração citamos um exemplo já quase do fim do século XIII. Para certo género de pecadores encontramos a seguinte penitência: «Rectores, qui proprias parochianas corrumpere non verentur. Qui, secundum rigorem canonum, ab omni officio deponendi, peregrinandi debent XV annis poenitere: et postmodum ad monasterium divertere, ac ibidem toto vitae suae tempore comorairi», sic c. IV Synod. Cicestren. (a. 1289) (Misi XXIV, 1057).

tuida para certa qualidade de faltas, essa incerteza ficara latente com a actuação dos monges irlandeses e escoceses. Mas a supressão dos penitenciais e a vã tentativa de restaurar uma disciplina de há muito em desuso, veio tornar o problema de novo actual e, mais vivo do que antes. Problema que se levantava também para as regiões fora da imediata influência dos penitenciais mas onde a penitência canónica pública tinha já caído de igual modo e irremediàvelmente.

Antes de ulteriores considerações será de utilidade delinear muito ao de leve o o panorama dos tempos que se estendem desde o século V até aos inícios do século XII, época em que, na penitência, se passa da disciplina penitencial antiga em pleno vigor para o aparecimento do novo instituto jurídico da reserva papel de certos pecados.

As sucessivas infiltrações e invasões de povos bárbaros lançaram o Império romano numa situação e desorganização deploráveis. Recordemos o que sucedeu com a disciplina penitencial antiga e com a penitência privada, com a acção reformadora dos monges e com o influxo ao mesmo tempo benéfico e deletério dos penitenciais. No meio de tudo isto e da desorganização e instabilidade civil a disciplina cristã e a ciência eclesiástica eram, uma sem normas que fossem cumpridas e outras pràticamente inexistente. No início do século IX, mercê especialmente dos concílios reformadores de 813, instaura-se uma tentativa de reforma geral que deu frutos sobretudo na Igreja das Gálias. Mas a seguir à queda do império carolíngeo, com a deposição em Tribur (887) de Carlos o Gordo, sente-se, em especial em Roma e por toda a Itália, uma grande perturbação. Tal estado de coisas produziu prejuízos em tudo, quer seja ainda na disciplina eclesiástica quer seja na cultura. Só a começar nos meados do século X se inicia a restauração que se vem a desenvolver e a culminar com a reforma gregoriana, continuada depois pelos grandes Papas do século XII ([23]).

A partir dos meados do século XI tinha já a Santa Sé tomado lugar à cabeça do movimento reformador iniciando a preponderância, mesmo sob o aspecto político, dos pontífices romanos, que mais tarde virá a ser imensa.

Desde a época de Leão IX (1048 - 1054) os canonistas devotados à Santa Sé começam as investigações sistemáticas e a compilação de textos favoráveis à reforma. Enorme contributo para a ciência canónica foi prestado por Ivo de Chartres (+1116). Ainda se mostra um tanto hesitante entre os dados pròpriamente canónicos e aqueles que provêm dos penitenciais. A sua obra, massiça e desordenada, é um testemunho patente da confusão que reinava nos espíritos sobre o tratamento a dar a certos pecadores. A ciência teológica, só nos fins do século XI começa a renascer.

* * *

A reforma carolíngea banindo os penitenciais e tentando restaurar a antiga disciplina penitencial contribuiu, embora involuntàriamente, para aumentar a confusão no campo do sacramento da penitência e veio despertar problemas um tanto adormecidos.

A incerteza do fruto seguro e total da penitência privada para certos pecados

---

([23]) Cf. Amann, *Penitence*, DTC 12-I, 894-895.

vinha já de longe e havia sido um problema bastante generalizado. Para os SS. Padres, para o sentir cristão, a disciplina penitencial antiga era caminho certo para alcançar o total perdão de Deus. Alguns Bispos poderiam, como já fizemos referência, duvidar, neste ou naquele caso particular, acerca da satisfação conveniente a impor, mas, uma vez solucionada essa dúvida, ficava-lhes a certeza da absoluta eficácia da penitência. Isto na disciplina penitencial antiga, a única que era considerada oficialmente, durante os primeiros séculos, como «a penitência». Para os que devendo-se a ela submeter o não faziam, ficava sempre a dúvida acerca do próprio futuro na outra vida. O desejo sempre vivo de assegurar a salvação eterna e plena satisfação de todas as faltas cometidas é que levava as almas piedosas a pedir e a receber à hora da morte, a penitência *in cinere et cilicio* sem a tal estarem obrigadas. Mas ao tempo da chegada dos monges insulares quase ninguém aproveitava o sacramento da penitência. Estes restauram e espalham a penitência privada enquanto a disciplina penitencial antiga vai caindo cada vez mais em desuso e quase no esquecimento, ao menos no sentir dos fiéis. Os concílios reformadores do século IX verificam o facto e insurgem-se contra o laxismo introduzido na administração da penitência devido aos penitenciais (24). Procuram por isso aboli-los substituindo-os por cânones autênticos e tentam restaurar a disciplina penitencial antiga. Mas o fruto, nesta matéria, não foi grande, pois se se não tinha conseguido manter uma disciplina devido às suas dificuldades intrínsecas e à relutância própria dos povos bárbaros por tal prática, também não se alcançou o restaurar essa mesma disciplina, ao menos nos lugares onde já estava totalmente abandonada (25).

Assim, os Bispos dessas regiões, que antes impunham simplesmente aos homicidas (veremos que, de início, os pecados reservados ao Papa são quase só estes) impunham, dizíamos, aos homicidas e a poucos outros a peregrinação penitencial segundo o determinado pelos penitenciais, viram-se sem saber qual o modo de agir já que as indicações de tais livros eram consideradas como laxas e tais penitências muito inconvenientes, como afirmavam as Capitulares, devendo portanto ser abolidas. Mas ao mesmo tempo e mais ou menos por toda a parte e para a quase totalidade da Igreja latina, restaurar a disciplina penitencial antiga e impô-la de novo a tais pecadores não parecia de modo algum viável, na prática, como norma pastoral. Tentá-lo seria arriscar-se a obter como resultado o afastar os pecadores do sacramento da penitência como havia sucedido antes. Impunha-se todavia uma solução no meio da incerteza a que as normas conciliares, que terão o mérito de restabelecer um maior rigor na administração da penitência, tinham afinal produzido. Essa solução de carácter prático virá todavia introduzir na penitência algo de novo no campo dos princípios.

---

(24) Cf. p. ex. o. c. 38 do concílio de Chalon (819), vd. cc. 34-37 do mesmo concílio (Msi XIV, 101, 100s.).

(25) Este desejo de se vir a restaurar a disciplina penitencial antiga permanecerá ainda por muito tempo. Lê-se, por exemplo, no c. XXXVIII do concílio de Colónia de 1536: *«In publicis vero criminibus, quemadmodum necesse est, ita jubemus ad canones antiquos publicae penitentiae regredi, atque adeo ad Christi et sui discipuli Pauli institutum reverti: qui ad Corinthios exemplum ortendis, quomodo oporteat ecclesiam, in publice pecantem animadvertere, donec ipsi publice peracta poenitentia satisfecerit,...» (Hard. 9,2010).*

§ 4.º — A CAMINHO DE UMA SOLUÇÃO

A realidade era confrangedora e no meio de tal desorganização em que se vivia, qual a maneira de conseguir assegurar a certeza da reconciliação a esses grandes pecadores? Se de facto a disciplina penitencial antiga caira em desuso e já não era viável o restaurá-la, se os penitenciais eram incompetentes e ademais laxos e se as peregrinações penitenciais já se não deviam impor, como proceder para com tal classe de faltas? Teria então surgido no pensamento de espíritos mais esclarecidos ou desejosos de acertar, de bispos e de alguns monges cujo exemplo adiante citaremos, terá surgido a ideia de enviar tais pecadores ao Papa para este, em virtude a sua suprema dignidade, julgar da satisfação condigna de tais pecados.

Nenhum dos elementos que importava tal modo de proceder se podia considerar como novidade. Havia o exemplo das consultas ao Papa, como acima referimos; a peregrinação a Roma, junto do túmulo dos Apóstolos, fazia parte de muitos dos itinenários dos peregrinos penitentes. Além disso aproveitava-se este uso que estava no sentir dos fiéis e evitando-se todavia as inconveniências pois o penitente viria depois cumprir a satisfação imposta num lugar certo e determinado e não já vagueando sem destino.

O enviar os penitentes ao Papa terá sido assim um derivativo pastoral de alguns bispos, destinado a tranquilizar a própria consciência acerca da remissão total e condigna de tão grandes pecados a que antes a disciplina penitencial antiga dava remédio adequado mas para os quais não aparecia agora, de facto, modo eficiente e seguro de remissão total. E o meio utilizado por alguns passa com o tempo a ser empregado por todos.

* * *

O enviar dos pecadores até Roma a pedir ao Papa a imposição da penitência conveniente ao próprio delito, ordenado pelos Bispos por se não considerarem seguros em julgarem um tal caso, faz surgir na história da penitência um elemento novo e insuspeitado dos próprios que o usaram — a reservação papal dos pecados.

Com o julgar ser o Papa o único que poderá com segurança impor a penitência condigna a tais pecadores, vemos aparecer subconscientemente a noção da incompetência episcopal para absolver certos pecados. A primeira asserção ressalta dos documentos que adiante apontaremos; A segunda, deduz-se do modo de até então se conceber o sacramento da penitência, concepção totalitária, sem destrinça dos seus vários elementos. No poder de impor a penitência estavam radicalmente incluídos o de marcar uma satisfação e de reconciliar ou absolver. Estes estavam intimamente relacionados com o primeiro acto — o impor a penitência — e dele dependiam.

O sentido de incompetência na imposição da penitência é, no significado que nos aparece a partir dos últimos decénios do século IX, absolutamente desconhecido da antiguidade. Como vimos, antes qualquer pecado podia ser sempre seguramente remido através da disciplina penitencial antiga, embora esta só fosse concedida uma vez. O juízo da satisfação condigna pertencia ao Bispo que a aplicava normalmente segundo

o estatuido nos cânones. Nos casos não previstos ou duvidosos pedia uma informação, a um Bispo vizinho, a quem considerava mais experimentado na matéria, ou ao Papa. Este pedido não passava todavia de uma simples consulta, de um conselho. Era sempre, em última análise, o Bispo quem impunha a penitência, que reconciliava o penitente. Era ele, pois, quem o absolvia. Mas agora os documentos passam a apresentar-nos uma outra perspectiva. Não é já o Bispo a impor a penitência, mas sim o Papa a quem para tal fim o Bispo enviou o pecador. Não é uma consulta por escrito, é o próprio pecador que é enviado a pedir a solução do seu problema. Mesmo para o caso mais normal em que já haja sido imposta uma penitência ao pecador, esta é sempre destinada à posterior e definitiva actuação do Papa. O Bispo passa a ser, numa palavra, para estes pecados, apenas um verificador do cumprimento pelo penitente da satisfação imposta, a fim da sã disciplina eclesiástica não vir a ser iludida ou perturbada.

Do facto dos Bispos, até então perfeitamente seguros dos seus poderes absolutos a respeito do sacramento da penitência, começarem a duvidar da sua competência na satisfação a impor, poderemos concluir, induzidos pela sua maneira de proceder, que, de facto, embora talvez só subconscientemente, se julgarem sem jurisdição para absolver tal pecado, para nos exprimirmos em termos do direito actual. Nestes séculos, com efeito, o poder de impor a penitência englobava radicalmente os vários actos do ministro deste sacramento, concebido então de uma forma unitária. O julgar-se incompetente para impor a tais pecadores a penitência por se duvidar da satisfação condigna, incluia portanto de algum modo, a incompetência da absolvição pois esta estava radical e potencialmente incluida naquele acto inicial. Nasce assim implicitamente a noção da reserva papal dos pecados. Noutras palavras, e em expressões mais actuais, os Bispos começaram a agir como quem de algum modo se julga sem jurisdição para absolver tais pecados e a pensar que a absolvição destes era de sua natureza, devido às circunstâncias do momento, reservada ao Papa.

Parece-nos ser esta a explicação do aparecimento das reservações papais, depois do estudo das fontes relativas ao envio dos penitentes ao Papa, e da consideração da disciplina anterior, do estado da ciência coeva sobre e sacramento da penitência, das circunstâncias históricas e da sua posterior evolução deste instituto jurídico. Os elementos acima apresentados em conjunto e numa sucessão lógica não aparecem logo assim nos primeiros documentos e, muito menos, são sempre e todos explìcitamente invocados no mesmo caso, como veremos no artigo seguinte.

Art. 2 — Os Primeiros Vestígios Do Novo Instituto Jurídico Da Reservação Papal Dos Pecados.

Vimos como principalmente os réus de homicídio qualificado eram mandados peregrinar em desconto do crime cometido e como, devido a várias circunstâncias, reinava, nos meados do século IX e posteriormente, a respeito desta classe de pecados, um ambiente de incerteza no campo do sacramento da penitência, incerteza e desorganização que se estendia também a toda a vida política e social no último quartel do século. Fizemos algumas breves considerações sobre o instituto jurídico da reserva

papal dos pecados que por esta altura se começa a deliniar. Neste artigo passaremo à análise e consideração dos documentos que nos levaram a tais conclusões.

Este artigo será também dividido em parágrafos. No primeiro analisar-se-á un documento respeitante ao assunto; depois, passaremos à consideração do desenvolvi mento deste instituto jurídico, para finalmente estudarmos a importância e novidade nesta matéria, do cânon «*Si quis suadente*» do II concílio de Latrão (1139). Termina remos por um breve resumo e conclusão das investigações feitas.

§ 1.º — UM PRIMEIRO DOCUMENTO

O caso que citamos é, tanto quanto pudemos investigar, um primeiro exemplo ou melhor, indício de uma possível evolução para uma reserva papal dos pecados, no sentido acima explicado. O documento é particularmente elucidativo por nos mostrar o sentir de uma época e a sensação de incerteza que então reinava nos espíritos. Encon trava-se narrado no livro III *De gestis Conwoionis* e ocorre no ano 868.

Conta o cronista como dois irmãos se amavam num só amor como de uma mesma mãe haviam nascido e por isso eram muito invejados do diabo, que não pode ver ninguém amar-se com puro amor. Eram ambos monges e habitavam no mesmo mosteiro, sendo um diácono e o outro escritor. Ora um dia em que se encontravam juntos numa mesma sala, tendo o escritor pedido ao irmão diácono um escalpelo para reparar a pena, este lho mandou com tão pouca cautela e tanta infelicidade, que o feriu de tal maneira que logo ali caiu morto. Ao dar-se conta do mal praticado, lançou--se por terra, chorando amargamente sobre o corpo do irmão. Correram os outros mon ges a ver o sucedido e todos se entristeceram muito com o que acontecera. Para conso larem aquele pobre irmão lembraram-lhe a ida a Roma, a pedir ao Papa o perdão da sua falta. Partiu o aflito irmão para Roma. Aí, o Papa, condoido por aquela tentação do demónio, mandou que fosse ligado com cadeias no pescoço e nos braços, conforme era da lei, enviando-o a peregrinar por lugares santos a pedir incessantemente a Deus o seu perdão.([25]) Narra-se depois, como uma aparição o aconselhou a deixar Roma e

---

([25]) «Quod cernens germanus ejus, et ipse similiter solo corruit et flens et ejulans super exanimatum fratris corpus diutissime flevit. Ilico cuncti Fratres, qui in eodem Monasterio *(em nota:* Ergo hi duo germani degebant in Spoletanae provinciae Monasterio, Clericorum ac Monachorum) erant, adfuerunt dolentes, et multum gementes super id quod factum fuerat, tandem consolati sunt illum fratrem, admonueruntque eum, ut statim pergeret ad Papam urbis Romae, et a tanto Pontifice susciperet poenitentiam. Tunc ille frater afflictus et mente lugubri profectus est ad Romanum Pontificem, et prostratus coram eo indicavit ei, quomodo instigante diabolo germanum fratrem incaute peremisset. Tunc sanctus Praesul multum dolens super id quod diabolus perpetraverat, jussit illum Diaconem ferro ligari per collum et brachia sicut in lege *(em nota:* Hanc legem non reperio in codice veterum legum: at hujusmodi poenae exempla complura occurunt in singulis horum Actorum tomis, quorum indicem adi in verbo *homicidium*, et lege Praefationem saiculi 2 num. 4. Insigne item exemplum habes in sequenti cap. 8, [vd. Mabillon, o. c., t. IV-2, p. 219s.] et apud Gregorum Turonensem de fratricida in lib. de Gloria Confessorum capite 27) parricidarum censetur: imperavitque ei, ut loca sancta circuiret et indesinenter Deum omnipotentem pro reatu suo postularet». Cap. I. in Mapillon, o. c., t. IV-2, p. 214-215.

ir até junto do túmulo de S. Marcelino, num mosteiro da Britânia, onde seria por intercessão deste santo, desligado imediatamente das cadeias, como de facto veio a suceder. Chegando ao mosteiro não se deu a conhecer, mas, estando os monges em matinas e ele orando a Deus por intrecessão de S. Marcelino, ouviu-se o ruído da queda das cadeias. Contou então o sucedido, com o que todos ficaram muito edificados. E o cronista termina assim a sua narrativa: «*Is autem clericus post absolutionem suam moratus est in eodem Monasterio per paucos dies, postea Romam perrexit, laudans et benedicens Deum omnibus diebus vitae suae*». ([27])

Trata-se aqui de um homicídio qualificado — um homicídio cometido por um diácono e cuja vítima era um monge seu irmão. Tal crime, todavia, foi cometido involuntàriamente, no entanto, o sentir da época não tinha quase em nenhuma consideração a gravidade subjectiva do reato, sendo mais do que suficiente, como neste caso, a imprudência. Atendia-se quase ùnicamente à gravidade objectiva da falta. Vê-se também como o diácono fratricida ficou inconsolável e perplexo, sem atinar com o modo de conseguir remediar diante de Deus o seu pecado, não se lhe apresentando qualquer solução viável e segura de alcançar o perdão. E o cronista, sem aduzir razões, narra-nos como em tal adjunto veio à ideia dos monges o lembrar-lhe que o caminho a seguir seria a ida até Roma e aí, rogar ao Papa, pela sua suprema dignidade, a penitência adequada. O posterior modo de proceder do Papa e do pecador estão dentro do espírito e do costume vigentes. A miraculosa libertação das cadeias tinha o significado que nós hoje poderemos exprimir como uma manifestação clara da parte de Deus, por intercessão do seu santo, de que estava satisfeito com o modo de proceder do penitente e considerava suficiente a expiação já feita. Depois disto o penitente era de novo recebido no seio da Igreja pela reconciliação.

Não poderemos pensar que tal modo de proceder como o aqui preconizado se irá encontrar simultâneamente em toda a parte. Ainda no mesmo ano lemos nas mesmas *Gestis Conwoionis* o exemplo de um certo Frotmundo que, depois do seu pecado, arrependido, pede conselho aos Bispos e ao Rei sobre o que havia de fazer. Foi ligado com cadeias, segundo o costume e iniciou o seu peregrinar dirigindo-se primeiro a Roma e seguindo dali para outros lugares santos. Este peregrino penitente, mesmo depois de liberto das cadeias, continuou sempre a peregrinar até que Deus o levou desta vida.([28]) Parecidos com este apresentaremos adiante mais alguns exemplos datados porém de 867.

A solução sugerida por aqueles monges e acima referida, será a que prevalecerá. Com o rodar do tempo será cada vez mais empregada até se vir a transformar em costume obrigatório e chegar a ser promulgada como lei.

§ 2.° — UM INSTITUTO JURÍDICO EM PLENA EVOLUÇÃO

Como dizíamos, esta solução de enviar ao papa os réus de homicídio ou de outros gravíssimos crimes estava destinada a deitar raizes e a prosperar. Vinha, com efeito, resolver plenamente, ao menos de momento, e naquelas circunstâncias históricas, as

---

([27]) Mabillon. *ib.*, p. 216.

([28]) Lib. III, cap. VIII; in Mabillon, o. c., t. IV-2, p. 219-221.

graves dificuldades pastorais sentidas pelos Bispos no solucionar o problema de absolver tais pecadores.

Vemos esta mesma solução preconizada por volta do ano 1130 por Hildeberto, antigo bispo de Le Mans e então bispo de Tours, em carta a um outro Bispo que o interrogara sobre o modo de resolver por via da penitência certo caso de homicídio. «*Si simile aliquid in comissa mihi Parochia contigisset*, escreve, *reum ad Apostolicam misissem audientiam, quatenus ex consilio illius, et ego instruerer, et peccator de reformatione sententiam susciperet certiorem*». (29)

O texto é bastante claro e elucidativo. Nota-se assim que as consultas mútuas entre os Bispos acerca de casos difíceis da penitência ainda continuavam no século XII. Vê-se como este Bispo adoptou a solução do envio do pecador ao Romano Pontífice e a recomenda. Tal modo de proceder que o bispo não apresenta todavia como absolutamente obrigatório, tinha, segundo afirma, o duplo benefício de tanto o pecador como o Bispo poderem ficar descansados com a sua consciência; o primeiro por receber uma sentença mais certa e segura para a expiação e perdão do seu crime, o bispo por assim aproveitar uma oportunidade de se instruir sobre o modo de proceder de futuro para com os casos semelhantes.

Já na segunda metade do século IX, em data anterior ao documento que consideramos no primeiro parágrafo, há exemplos de pecadores que vão até Roma pedir ao Papa ou a diminuição da penitência que lhes fora imposta ou o pedido da mesma (30). Citamos da correspondência do papa Nicolau I (858-867) três exemplos mais significativos, todos datados de 867 e aos quais faremos um pequeno comentário.

A primeira carta trata do caso de um certo Hugo, que fora pedir ao Papa a diminuição da penitência que o Bispo lhe impusera em virtude de um crime praticado. O Papa concede-lhe, então, o uso das suas propriedades, bem como o poder a continuar a viver normalmente com a esposa. Mantém, todavia as restantes determinações do Bispo.

> «Nicolaus Donno episcopo et Carolo regi. Quidam vestrae dioeceseos vir Hugo nomine venit, qui lacrimoso affatu nostro pontificio retulit qualiter sub poenitentiae jugo pro tanto facinore a vestra fuerat constitutos beatitudine... Tamen... sancimus,

---

(29) Ep. 60 (PL 171, 628; ep. XLIII). Transcrevemos seguidamente a parte principal desta carta. «*HIDELBERTUS humilis Turonorum episcopus, A. venerabili Dei gratia Claramontensis Ecclesiae episcopo suo carissimo amico, salutem.*

Sicut parvitatem meam vestra docuit pagina, cum latro quidam portitorem praesentium sacerdotem invaderet, et pannis ejus lancea perforatis, cum vellet occideret; sacerdos latronem lapidem percussit, et ictus occasione latro mortuus a quibusdam putatur. Pro quo scilicet delicto, jam per septennium ab officio Dominicae mensae providentia vestra eundem suspendit sacerdotem. Sane super hoc dignatus estis meum quaerere consilium, ni fallor, id ad vestram rescribi desiderantes inquisitionem; si sacerdoti liceat ad sacrum redire officium, quod ei medicinaliter abstulistis. Consideranti ergo... (e depois de citar a propósito a doutrina de Santo Ambrósio termina:) *De reformatione igitur sacerdotis mihi cum intuenti nihil aliud quam quod supra dictum est videtur. Quod si etiam liceat, non tamen expedit, quoniam et exemplo offendit, et ulciscendi securitatem adducit. Si autem simile...* » (PL 171, 267-268).

(30) Cf. Morinus, o. c., I, cap. XVI, n. IV (p. 478).

ut proprias possessiones quas ab eo pro hoc facto ablatae sunt, incunctanter recipiat, ne paupertatis inopia constrictus ad pejora deducatur. Nam et propria legitimaque uxor illius a qua separatus est, vestra sanctitas illut statim reddatur satagat, ne in fornicationis voraginem, quod noluimus, incidere videatur. In reliquis vero secundum poenitentae modum quam illi instruxistis peragere manea». (31)

O segundo exemplo que aduzimos é uma manifestação do cuidado pastoral do Papa que, por causa de um caso de penitência que lhe foi apresentado, escreve a Hincmaro de Reims, deixando-lhe a cuidado o verificar o cumprimento da penitência que o próprio Papa havia imposto, com a alternativa de a poder modificar no caso de julgar tal mais proveitoso para a alma do pecador.

Escreve assim o mesmo papa: «...volumus nosse, quod iste Eriarth ad Apostolorum limina confugerit, indulgentiam postulando super ea quam incurrit homicidii noxam. Ferebat se utique quemdam presbyterum atque monachum nihil eum morte dignum occidisse. Unde et humiliter ostendebat se poenitentiae velle colla submittere. Ideoque nos ei injunximus... (segue a penitência imposta) ...Usque ad mortem denique poenitentiae ejus quantitas extendi debuerat: sed devotionem ejus fidei considerantes, sive quia ad suffragia Apostolorum festinaverit, humanius cum illo peregimus. ...Hos itaque apostolatus nostri apices suscipientes, ita spiritali oculo vitam futuram poenitentiae ipsius discutite et catholica pietate manu discretionis quae oportuerit perpendentes, et ovis Dominica raptoris vulnere sauciata nullo neglectu perdatur, sed examine divini judicii ad dexteram Christi remuneranda inveniatur». (32).

Finalmente, citamos ainda uma carta endereçada ao Bispo Rivoladro. Nicolau I dá nela conta da penitência que impusera a um diocesano daquele Bispo, que viera a Roma pedir o perdão dos seus crimes implorando todavia algum alívio da penitência já imposta. Embora acedendo a tal pedido, a penitência é bastante dura, apesar da benovolência que o Papa diz ter usado e que transparece no que determina acerca do uso do matrimónio, do calçado e do vestido, etc. Diz assim a carta:

«Nicolaus episcopus, servus servorum Dei, reverendissimo et sanctissimo Rivoladro episcopo. Domini gregis curam coelesti dogmate plenam ita convenit episcopis observare, quatenus pro suscepti ovilis neglectu aliquod periculum non incurrant. Undique etenim venientes admodum plurimi suorum facinorum proditores, quantum dolorem inferant pectori nostro, plus singultu reminiscimur quam calamo scribi quaet. Inter quos Cumarum ad Apostolorum limina festinasse cognoscite, et poenitentiae modum pro perpetrato trium filio-

(31) MGH VI, epistolae Carol. Aevi 4, p. 652 (n. 131); PL 119, 1119.
(32) MGH VI, Epist. Carol. Aevi 4, p. 654 (n. 133); PL 119, 1122-1123.

rum homicidio sibi impostum manifestasse. Quorum quaedam temperavimus, eo quod suffragia Apostolorum principis nutrioris nostri postulare devote festinavit. Nam eumdem ad beati archangeli oraculum ire volentem instancia temporis revocavit: atque constitutionis sibi impositae modum continentem epistolam vestrae sanctitati deferendam apostolica solicitudo transmisit. In ea igitur, hoc est in ista, ita statutum est, ut trienio ante fores ecclesiae pro peccatis suis oraturus consistat, et deinde inter auditores permaneat quadrienio: ut septem annorum curricula absque communione Dominici corporis et sanguinis ducat, ita quidem ut omnibus diebus vitae suae carnem non manducet; et in isto septenio vinum non sumat, nisi diebus Dominicis et festivitatum: abinde quinquenio, tribus diebus per setimanam a vino abstineat, ut duodecim annis quantitas poenitentiae extendatur. Liceat itaque illi uxorem propriam non deserere, ne forte incidat in adulterium, et pro occasione unius delicti praecipitetur fragilitate carnis in pejus. Concessimus enim ei calciatum ad vos pervenire, ac deinde triennio discalciatum ire debere, et vestimentis secundum qualitatem temporis et aeris temperiem indui, atque lacte perfrui. Caeterum vero ita actus ipsius discernentes, per omnia considerate, atque disponite, quatenus et evangelica misericordia in illo cognoscatur et canonica auctoritas conservetur. Attamen permittimus eum caseum sumere, atque possessionem suam habere, et post septimum annum usque ad diem mortis perseveret in jam dicta poenitentia, atque arma, nisi contra paganos, non ferat. Optamus sanctitatem vestram in Christo bene valere». ([33])

Em nenhum destes três casos apresentados é o Bispo quem envia ao Papa o pecador, mas é este mesmo quem toma a iniciativa de se dirigir a Roma. Na primeira e na última carta citadas os pecadores já haviam recebido a penitência do próprio Bispo, enquanto que no da outra, o pecador foi directamente a Roma pedir ao Papa a sua absolvição. Como se verifica, sempre o Papa envia o penitente ao Bispo e o informa por carta de como tinha procedido para com tal pecador pois era ao Bispo próprio que competia vigiar e presidir a todo o ministério penitencial relativamente a casos desta gravidade. Na última carta citada, onde se pode ver o género de penitência imposta e uma reminiscência clara da antiga ordem dos penitentes, o Papa atesta a existência de um número bastante elevado, já então, dos que iam a Roma pedir ao Papa a penitência, não se trata ainda aqui de pecadores enviados pelos próprios Bispos, mas da resolução pessoal dos penitentes que contavam com a benignidade do Papa para que lhes fosse diminuida a penitência imposta ou não fosse tão dura a satisfação a cumprir.

Conforme consta deste e doutros documentos, alguns dos quais citaremos, aos pecadores que iam a Roma, por norma geral, já lhes tinha sido imposta uma penitência que, com a ida a Roma, estava sujeita a uma ulterior determinação do Papa, em geral, atendendo às disposições do penitente e à peregrinação já feita e, mais tarde, como

---

([33]) MGH VI, epist. Carol. Aevi 4, p. 650 (n. 129); PL 119, 1130-1131.

veremos, às indicações do Bispo, usava de misericórdia para com os pecadores, diminuindo o rigor da satisfação imposta ou a impor.

Como dissemos, não havia neste tempo a respeito da absolvição desta classe de pecados uma disciplina geral em toda a Igreja. A situação mostra-se até muito confusa. Nota-se todavia que antes desta época os pecadores que vão a Roma não o fazem para pedir a penitência ao papa. Vão a Roma como a um dos lugares mais insignes de peregrinação. Tentámos já no artigo 1.º explicar qual a razão, a nosso ver, de tal mudança. A incerteza e situação nascida depois dos concílios reformadores do início do século IX terá produzido efeito não só nos Bispos mas também nos fiéis, embora por intermédio daqueles.

Alguns Bispos continuavam a impor a penitência mesmo aos crimes gravíssimos, sem qualquer dificuldade e cumpriam o que havia sido determinado quanto ao restaurar o rigor das satisfações impostas. Outros, a maioria talvez, embora geralmente impusessem a penitência, no entanto duvidavam da eficiência do seu modo de agir para com certos crimes e por isso consultavam outros bispos ou enviavam tais pecadores ao papa. Sem ter surgido logo que se começou a agitar o estado de incerteza que se generalizou, foi todavia este último costume que se espalhou e se foi transformando mais ou menos em regra universal. Além disso, espalhando-se a notícia de que o Papa concedia a penitência a tais faltas e era em geral benigno, aumentou o número dos que iam a Roma por tal motivo. Tal, porém, foi-se transformando em abuso pois muitos desses penitentes iam até Roma pedir a penitência ao Papa sem primeiro ter consultado o próprio Bispo. Contra tal maneira de proceder se insurge já no início do século XI o concílio de Selinguenstadt (a. 1023) decretando que, nesta matéria de penitência, ninguém vá a Roma sem licença do Bispo próprio ou do seu Vigário. E, porque muitos são tão estultos que não querem receber a penitência conveniente confiados na ida a Roma a pedir o perdão do Papa, dali para o futuro, fica determinado que primeiro terão de receber a penitência e só depois poderão se acaso lá quiserem ir. Mesmo assim, só o poderão fazer com licença e cartas do Bispo, indicando de que se trata ([31]).

O concílio é bastante claro. Não se põe aqui o problema da incerteza da penitência recebida do Bispo, talvez porque já suficientemente informado, talvez por nunca ali se ter posto o problema havendo-se adoptado o sistema de impor penitências muito rigorosas a tais pecados. Mas em todo o caso o penitente é sempre livre de, se quiser, pedir cartas de recomendação ao Bispo e partir para Roma a rogar ao Papa uma revisão do seu caso. É que o Bispo continua a ser a única pessoa competente para impor a penitência aos pecados gravíssimos e públicos dos seus diocesanos. Mesmo nos casos de dúvida da penitência a impor é ùnicamente ao Bispo que compete avaliar a situação. Agir nesta matéria penitencial à margem do Bispo seria perturbar

---

([31]) «Decrevit Synodus, ut nullus Romam eat, nisi cum licentia sui Episcopi, vel ejus Vicarii...» e mais adiante: «Quia multi tanta falluntur stultitia, ut poenitentiam a sacerdotibus accipere nollint, in hoc maxime confisi, ut Romam euntibus, Apostolicus omnia sibi dimittat peccata. Sancto visum est Concilio, ut talis indulgentia illis non prosit, sed prius juxta modum delicti poenitentiam sibi datam a suis sacerdotibus adimpleant, et tunc Romam adire si velint, ab Episcopo licentiam et litteras accpiant». Cc. 16, 18 (Hard. 6-I, 830; MISI XIX, 398-399).

toda a ordem eclesiástica vigente. Esta disciplina mantém-se ainda no século XI e co a aprovação explícita do Papa como consta das actas do II concílio de Limog (a. 1031).

Alguns Padres deste concílio lastimaram-se de que alguns excomungados ho vessem obtido o perdão do Papa sem o conhecimento dos próprios Bispos e que, agin desta maneira, o Papa absolvia injustamente e arruinava assim os decretos conciliare Então Engelric, cónego de Puy, expôs o seguinte caso acontecido havia poucos anc Estiene, bispo de Clermont, havia excomungado Pôncio, conde d'Auvergne, por t deixado a sua mulher legítima e casado com outra. Como este não se corrigisse, n conseguia obter do Bispo a absolvição e por isso foi pedi-la ao Papa que ignorava que se tinha passado. O Bispo ao ter conhecimento do sucedido escreveu logo ao Pa a lastimar tal absolvição e recebeu, então, do Papa, a seguinte resposta. Que que tinha culpa era o próprio Bispo por não ter avisado o Papa pois este, se de tal so besse, não só não teria absolvido o culpado mas lhe haveria confirmado a excom nhão. Porque, acrescentava, eu declaro a todos os meus irmãos no episcopado qu longe de os contradizer, eu pretendo ajudá-los e consolá-los. Deus me livre de provoc um cisma com eles. E assim, fica revogada absolutamente essa absolvição por mi concedida, mas que foi obtida de má fé. O culpado, se não expiar a sua falta e vi a obter legitimamente a absolvição, nada mais espere do que a maldição ([35]). «*Apo tolicus absque culpa est*» — assim se exprime o concílio — «*et potius nos culpabiles s mus, nisi litteris nostris ei notum faciamus, de quibus volumus ut absolvantur. Cu ergo tales deceperint Apostolicum, ut fraudulenter absolvantur ab eo, irrita est i absolutio, ideoque nec ab eo nec a nobis confirmanda*». E, mais adiante, prosseg declarando que tal doutrina sempre foi acautelada por todos, isto é, que o Bispo imp a penitência e envia depois o pecador ao Papa para que este julgue o caso, conf mando ou modificando o disposto pelo Bispo, já que o Papa julga toda a Igreja. Concílio recorda que, tal maneira de proceder é usada muitas vezes para aqueles gr víssimos crimes «*in quibus Episcopi ad dignam haesitant poenitentiam imponenda* mas não deixa de afirmar que, sem conhecimento do Bispo a ninguém é lícito re ber a penitência do Papa ([36]). Depois é narrado para edificação de todos o exemplo um caso de homicídio em que o bispo próprio, após ter improperado ao pecador ar pendido o seu crime, termina dizendo-lhe que, devido a ter cometido pecado tão gra e inaudito, nem sabe o Bispo que penitência lhe há-de impor. Em vista de tal, envia

---

([35]) Cf. Hard. 6-1, 890s; cf. FLEURY Histoire ecclesiastique, ed. Auboin, Paris 1706, 12, c. 59, § XXVI (an. 1031) (p. 503-504).

([36]) «Hoc ab ipsis Apostolicis Romanis et coeteris Patribus cautum tenemus, ut Pa chiano suo Episcopus si Poenitentiam imponit, eumque Papam dirigit, ut judicet utrum sit non poenitentia pro tali reatu, potest eam confirmare auctoritas Papae, aut levigare, aut supe judicere. Iudicium enim totius Ecclesiae maxime in Apostolica Romana Sede constat. Item si Ep copus parochiano suum cum testibus vel litteris Apostolico ad poenitentiam accipiendam direxe ut multoties pro gravissimis fieri solet reatibus, in quibus Episcopi ad dignam hasitant poe tentiam imponendam; hic talis licenter a Papa remedium sumere potest. Nam inconsulto Ep copo suo ab Apostolico poenitentiam et absolutionem nemini accipere licet». Hard. 1. c.: M XIX, 547-548.

ao Papa, conformando-se desde já com o que por ele for disposto. Termina dizendo que o pecador lá partiu para Roma com testemunhas e levando consigo cartas do seu Bispo ([37]). E o texto continua narrando a sua ida a Roma e a forma deveras interessante como pediu e lhe foi concedida a penitência.

O documento que acabamos de citar é deveras elucidativo pois expõe com suficiente clareza as razões referentes ao envio, pelos Bispos, de certos penitentes a Roma. Expressa-se uma praxe que certamente não se pode ainda considerar como absolutamente universal mas que caminhava com rapidez para se generalizar. Ali, vemos que o pecador deve confessar o seu crime diante do Bispo próprio o qual impor-lhe-á ou não a penitência e julgará se o deve enviar ao Papa. O Romano Pontífice, devido ao seu supremo poder válido para toda a Igreja, verá se deve confirmar, diminuir ou aumentar a penitência imposta. Como já referimos e ainda veremos também nas cartas de Alexandre II, os papas inclinar-se-ão de ordinário, senão sempre, para a benignidade, mas em qualquer caso, se o Bispo envia o pecador a Roma acompanhado de testemunhas ou com cartas, tal penitente pode com toda a segurança aceitar o que lhe for determinado pelo Papa. Mas só neste caso pois, como decreta o concílio, «*inconsulto Episcopo suo, ab Apostolico poenitentiam et absolutionem nemini accipere licet*». Ao que fraudulentamente obtivesse a absolvição, esta nada aproveitaria pois não seria confirmada nem pelo Papa nem pelos Bispos. O concílio não nos exemplifica o género das faltas para os quais é costume proceder deste modo, mas diz-nos que são «aqueles gravíssimos reatos» acerca dos quais os Bispos «hesitam sobre qual seja a penitência que deverão impor».

Já acenámos quais as consequências da dúvida da «imposição da penitência» devido ao significado real, muito amplo, de tal expressão. Encontramo-nos, com este concílio, na primeira metade do século XI e, como vemos, já se terá assentado, mais ou menos, numa solução prática que, embora sem considerações especulativas imediatas, acabará por levar à reservação papal dos pecados.

Na segunda metade do século XI a correspondência epistolar do papa Alexandre II (1061-1073) mostra já com bastante clareza a direcção que a nova disciplina ia tomando. Surgida sem intervenção directa dos papas, transformar-se-á em costume que os textos conciliares e epistolares atestam e a que os mesmos concílios darão força de lei, ao mesmo tempo que determinam mais pormenorizadamente e com maior precisão os casos em que se deve aplicar o recurso ao Papa. Veremos no capítulo seguinte o amplo incremento que estava destinado a este novo instituto jurídico. Impreciso ao nascer, deu origem à reservação papal cujo primeiro estádio culmina com o cânon *si quis suadente* do II concílio de Latrão. Será depois influenciado pelas considerações

---

([37]) «Sed gravissimum reatum egisti, et nobis inauditum. Nescio tibi consilium ferre poenitentiam, sed vade quantocitius ad Papam Romanum. Si tibi ille poenitentiam concedit, et ego gaudeo et confirmo: si te ille abjecerit, numquam nec a me nec ab aliquo invenies poenitentiam. Quod ille concitus implevit et cum testibus detulit secum litteras episcopi sui». Hard. 6-I, 892; Msi, I. c.

que se farão acerca deste mesmo decreto, até que se venha a estabelecer a unifor midade de legislação.

Indicamos a seguir os diversos textos das cartas de Alexandre II relativos a est assunto, transcrevendo as partes mais importantes ou de maior interesse. (38) Nã pretendemos de modo algum citar aqui todos os documentos respeitantes à reservaçã dos pecados, mas apenas os necessários ao fim que nos propusemos. Transcrevemc -los directamente em latim para nada lhes roubar do seu vigor original. Começamo por uma carta ao Bispo de Coutances (França). Trata-se do caso de uma mãe que pa rece ter abafado enquanto dormia, um filho pequeno ainda não baptizado. Eis o texto

> (a) — «Alexander Goifrido Constantie episcopo. Presentium portitor litte ras fraternitatis vestre ad nos deferens, manum misericordie lacrimabiliter nobis petiit, dicens, se filium suum sine baptismate in lectu suo noctu juxt se mortuum reperisse, et ob hoc a vobis quinquennam poenitentiam accepis se. Circa quem intuitu pietatis et rogatu vestre devotonis viscere misericordia exhibentes, duos annos poenitentie super negligentia defuncti filii a vobi (nobis c.) injuncte apostolica autoritate remisimus». (39).

A segunda decretal que citamos é também dirigida a um Bispo, Oldorico. caso que refere é verdadeiramente grave não só pelo pecado em si, mas por se trata de uma que pela própria função estava em evidência na Igreja. Recomenda-s por isso ao Bispo que a penitência seja feita de molde a reparar o escândalo dad

> (b) — «Oldorico episcopo. Rogabas, ut presbytero Albizoni presentiu latori misericordiam impendentes officium misse concederemus. Signif casti enim, eum cum matre sua fornicatum fuisse et, ob hoc penitentia quir decim annorum accepta, septem jam annos explevisse, octo quidem adhu superesse. Ex quibus unum sibi causa misericordie tueque dilectionis prec bus indulsimus. Ceterum licet juxta canorum rigorem a sacerdotio debe omnino deponi vel, si qua ei misericordia sit impendenda pro merito rel gionis conversationis, post peractam debeat poenitentiam consequi, hoc tua discretionis arbitrio, solo respectu misericordiae, apostolica auctoritate relir quimus; presertim cum per te valeat clarius inquiri (sic jam in ms. correctu ex inquirere), quales penitentie exhibeat fructus quantumque utilitati eccl sie sit necessarius». (40).

O exemplo que apresentamos em seguida, é um dos mais elucidativos quanto descriminação da penitência imposta.

---

(38) No início de cada texto colocaremos uma letra que servirá de referência ao comen tá-lo.

(39) a. 1062; Loewenfeld, p. 39, n. 70.

(40) a. 1064-1067; Loewenfeld, p. 54, n. 114.

(c) — «Praesentium portitor litterarum, ad nos perveniens, lacrymabiliter confessus est se fratricidi crimen incurrisse. Qui, licet tanti facinoris causa fuerit, tamen minime sua voluntate peractum intimavit. Cum enim fratrem suum inimicantem sibi paratis insidiis cepisset, et ipsum ut secum iret percussione capuli ensis coegisset, consobrinus quidem suus secum perveniens, sine consilio et praemeditatione, sine voluntate etiam ipsius, ut astruit, eum interfecit. Cui licet condignam religio vestra injunxerit et laudabilem poenitentiam, tamen circa eum misericordiae viscera exhibentes, praecipimus ut, cum domum redierit, medietatem totius patrimonii sui, pro fratris animaeque suae remedio pauperibus tribuat, alterius (f. altteram) quoque haereditatem suae portionem nihilominus pro eadem causa distribuens, usumfructum suae necessitati reservet. Et sic ordinatis omnibus suis, liber in monasterium ingrediatur et ibi per unum annum hujusmodi poenitentia maceretur, scilicet ut a Pentecoste usque ad Sancti Michaelis festivitatem bis in unaquaque hebdomada jejunet in pane et aqua. Dehinc autem usque ad Quadragesimam tribus diebus jejunet similiter in pane et aqua, et ut a corpore et sanguini Domini usque ad tres annos expletos abstineat,(nisi periculum mortis immineat. Quadragesimam totam praeter dies Dominicos, similiter jejunet; arma nullo modo in vita sua induat; conjugia usque ad peractam septem annorum poenitentiam non utatur; sexta feria, donec vixerit, jejunet. Haec omnia ita illi conjunximus ut, si infirmitatem ejus haec minime ferre posset providentia vestra praesenserit, licentiam habeat miserendi, prout placuerit». (41).

O documento que passamos a transcrever encontra-se na mesma linha do anterior. Como porém o caso julgado é mais grave, também a penitência imposta é mais longa.

(d) — «Fratri huic, quem perpretati homicidii reatu ad judicium canonicam poenitentiam suscipiendum ad Apostolicam Sedem misisti, noveris nos hujus ordinis poenitentiam misericordiae respectu injunxisse. Nam, quia presbyter presbyterum occidit, quadrupliciter, viginti octo videlicet annis, eum poenitere oportet; quattuordecim annos sibi misericorditer indiximus, irrecuperabiliter deicientes eum presbyteratu et omni administratione altaris. Quos quattuordecim annos hoc ordine observavit Tribus prioribus annis extra ecclesiam, nisi ad extrema mortis, absque communione, et mensae participatione, et pace sit. Sed a Coena Domini solummodo reconcilietur usque ad octavas Pentecostes. Hac praesenti Quadragesima quotidie jejunet in pane et aqua diebus tribus hebdomadae, usque in Pascha. Ab octavis Pentecostes usque in festum Sancti Michaelis, duobus diebus, deinde tribus. Post tres annos, reddita sibi communione ecclesiae et mensae; inter idiotas sit usque

(41) *ep. ad Guillelmum Petracorien. et Durandum Tolosanum episcopos et Hugonem abbatem;* a. 1061-1073 (PL 146, 1386).

ad expletos septem annos, eodem modo totum poenitentiae tempus servans Et quia convenit eum esse sub regiminis abbatis, mandamus tibi ut mitta eum in aliquo monasterio, ut ibi condigne poenitens salvetur, et si tibi ve abbati videtur, sibi remittere, si hunc observasse poenitentiam videris, pos tres annos licet». (42)

Damos finalmente 5 excerptos de outras tantas decretais do mesmo Papa limi tando-nos a apontar umas breves frases. Pelos documentos acabados de citar fáci se torna supor o género de penitências impostas.

(e) — «Poenitens praesentium portitor ad nos veniens, retulit se instinc tu diaboli quaedam presbyterum armatum super se irruentem ictumque feren tem, occidisse. Unde, quia in canonibus habetur pro interfectione armati pres byteri simplicem poenitentiam esse dandam, injunximus...» (43).

(f) — «Diligentia vestra noscat huic Theodorico pro parricidio, videlice morte filii sui, non sponte comisso... Si quis autem episcopus vel religiosu presbyter, causa pietatis aliquid sibi relaxare voluerit, hoc ei apostolica auto ritate concedimus». (44).

(g) — «Iste poenitens venit ad nos confessusque est se filiam patru sui corrupisse. Cui...» (45).

(h) — «Dicebant... homicidio... non interfuisse. Quod si ita est, quando quidem nec in causa homicidi nec in culpa fuerint, misericordia super eo moti, exilium eis apostolica auctoritate remisimus».(46)

(i) — «Litteris tuis susceptis...; quod a te cautum provisum sapienterqu dispositum est,... ut in hac poenitentia eum omnibus diebus vitae suae fa cias permanere, nobis scias per omnia complacere». (47)

Depois de termos apresentado os documentos mais importantes do Papa Alc xandre II (1061-1073) referentes à nossa matéria, importa agora apresentar, embora façamos só esquemàticamente, os pontos mais interessantes coligidos destas carta: de modo a podermos fazer uma ideia de conjunto do ponto a que se havia chegad na evolução deste instituto jurídico.

Começamos por notar que o pecador, às vezes já no meio do tempo da satis fação, (b), era enviado ao papa com cartas de apresentação da parte do Bispo, (a (b), (d), (i), enquanto outras vezes terá vindo por sua resolução. Depois do seu cas ter sido considerado e resolvido pelo Papa, regressa sempre à presença do Bispo pró prio levando consigo as cartas do papa, que permitirão ao Bispo ajuizar se o pen

(42) *ep. ad Amalgerium Civitatem. episcopum;* a. 1061-1073 (PL 146, 1404).
(43) *ep. ad clerum Vultudnen.;* a. 1061-1073 (PL 146, 1404).
(44) *ep. ad Wltinen. Ecclesiae clericos;* a. 1061-1073 (PL 146, 1405).
(45) *Berengario Basileen. episcopo;* a. 1061-1073 (PL 146, 1048).
(46) *Wifredo Constantiae episcopo;* a. 1061-1073 (PL 146, 1048).
(47) *ep. ad Udonem archiepiscopum Treviren., de penitentia sacerdotis incestuosi perp tua;* a. 1066-1073 (PL 146, 1414).

tente não usou de qualquer fraude no apresentar-se ao Papa, (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i). Dessas cartas papais consta muitas vezes uma licença de o Bispo poder usar de misericórdia para com o penitente depois de passado um certo tempo, pois ao Bispo é mais fácil julgar, para a sua diocese, qual o fruto necessário à utilidade da Igreja, (b). Tal concessão é deixada à sua discreção, (b), e benevolência, (f), chegando mesmo a ir até a uma mais ampla permissão desde que as pessoas indicadas na carta o julguem poder fazer, (d), (f). Pode ainda depender de o Bispo chegar à conclusão de que o penitente não conseguirá cumprir, por uma causa justa supõe-se a penitência imposta, (c). Prevê-se também o caso de, depois de algum tempo, por bem se ter observado a satisfação prescrita, o Bispo poder dispensar desta o penitente, (d).

As penitências impostas são duras, (c), e diuturnas, (a), (c), (d), (i), embora se afirme usar-se de grande benevolência, (a), (b), (c), (d), (h). De facto o papa em geral diminui a penitência, (a), (c), (d), já imposta ou pelo Bispo, a quem louva por tal, (a), (c), (i), ou prescrita pela lei canónica, (d), (e). Ao proceder desta maneira o Papa confessa ser levado pela sua bondade pessoal e misericórdia, (c), (d), (h), ou ainda também por pedido do Bispo, (a), (b). Às vezes o perdão é completo, (h), outras vezes o Papa nada modifica aprovando plenamente a satisfação imposta pelo Bispo, (i).

Os pecados que aqui vemos indicados são sempre gravíssimos ainda que nem sempre totalmente voluntários, (a), (c), (h). Trata-se de faltas qualificadas quer de homicídio, (a), (c), (d), (e), (f), (h), quer contra o sexto mandamento, (b), (g). Durante o tempo da penitência poderá ser obrigatória a reclusão num mosteiro, (c), (d), providenciando-se deste modo a uma vigilância mais segura, que pode permitir todavia a diminuição ou a remissão da penitência se, após certo tempo determinado, o bispo ou o abade o julgarem conveniente, (d). Nos casos de crimes de presbíteros que devam ser totalmente depostos do sacerdócio, (b), (d), é contudo concedido ao bispo o discernir se tal condenação possa ser abrandada, atendendo ao posterior comportamento de tal penitente e principalmente à utilidade da Igreja, (b).

Também nestes documentos se verifica que já não dizem respeito à disciplina penitencial antiga. A privação do uso do matrimónio é temporária, (c), e a comunhão é concedida durante o tempo da satisfação imposta, embora por períodos restritos e prèviamente determinados, (d), (e). As obras de penitência básicas parecem ser o jejum e a abstinência, (c), (d), mas a estas juntam-se outras, acomodadas ao género da falta cometida, (b), (c), (d).

* * *

Um outro facto que influiu no instituto jurídico dos pecados reservados foi o crescimento da influência do poder papal.

A consideração mais ou menos teórica, demonstrada pela prática, da supremacia do Romano Pontífice, é dos inícios da Igreja, mas uma maior consideração da sua real proeminência cresce com o tempo e com este também aumenta a sua jurisdição, na prática. As consultas sobre os mais variados assuntos multiplicam-se assim como as

intervenções do papa no regime das dioceses, mesmo sem ser solicitado. Os exemplos são muitos mesmos que nos restrinjamos ao campo penitencial (48).

As intervenções do papa na absolvição deste ou daquele caso mais grave têm-se vindo multiplicando nos últimos séculos. Como vimos, a partir da segunda metade do século IX, por todo o século seguinte e principalmente no século XI sucedem-se com frequência e num sentido desconhecido da disciplina eclesiástica mais antiga. Durante ao menos sete séculos, o papa nunca age directamente na administração da penitência em outras dioceses diferentes da sua e apenas trata de assuntos referentes ao ministério penitencial de outros bispos, a pedido destes e sòmente para prestar esclarecimentos sobre as questões apresentadas. Depois de Alexandre II pontificou Gregório VII (1073-1085) e no seu tempo proeminência mesmo civil da Santa Sé é já muito grande. Vemos que também este papa não descurou o atender ao ministério penitencial fora dos limites da diocese romana. Citamos apenas três exemplos.

O primeiro consiste numa carta endereçada a um Bispo estranhando vivamente a sua atitude perante as disposições emanadas da Santa Sé. A atitude do Papa é clara, demonstrando não titubear acerca das suas prerrogativas mesmo em matéria penitencial, enquanto a atitude do Bispo parece denotar um apego à disciplina anterior. Assim o texto:

> «Gregorius episcupus servus servorum Dei Henrico Leodiensi episcopo salutem et apostolicam benedictionem, si contemptoribus Romanae synodi habitae in praeterita quadragesima non communicat. Lectis fraternitatis tuae litteris, non parum mirati sumus, non ea te qua decuit apostolicam sedem pro reverentia sibi scripsisse, sed nos de absolutione illius parochiani tui, qui olim ad nos venit, mordaci invectione reprehendisse, tamquam apostolicae sedis non esse auctoritas quoscumque et ubicumque vult ligare et absolvere. Unde scias nos adversus temeritatem tuam graviter commotus fuisse, nisi apostolicae sedis mansuetudo nos detineret, et nisi mens nostra de litteris olim super hoc negotio tibi transmissis quodammodo dubitaret. Soliciti etenim sumus, ne litterae illae alicujus aut falsitate immutarentur. Et ideo exemplar earum ad congnoscendam voluntatem nostram tibi ostendendum esse putavimus,... ...Vir iste, Weremboldus nomine, conquestus est se injuste a te excommunicatum cum uxore sua esse; unde sibi vix fidem adhibere possumus. Tamen monemus prudentiam tuam, ut ad notitiam religiosorum confratrum nostrorum, Treverensis scilicet archiepiscopi et Metensis episcopi, hujus rei causam deffere facias, eorumque consilio et judicio diffinire procures.
>
> ...Praeterea scire vos volumus nos horum portitorum absolvisse ab excommunicatione, timore mortis, facta ab eo promissione in nostra manu se omnia facturum secundum vestram jussionem consilio praedictorum episcoporum factam». (49).

---

(48) Cf. p. ex.: — de Nicolau I (858-867) vd. ep. 133, (PL 119, 1129); de Estêvão V (885-891) vd. ep. VI (a. 889), ep. XXIV (a. 891) (PL 129, 797, 807); de Leão IX (1048-1054), vd. ep. 89 (PL 143, 736); de Alexandre II vd. ainda ep. 64, 93, 94, 137 (PL 146, 1319, 1383, 1413).

(49) a. 1078 (Msi XX, 259-260).

Interessante é também uma carta a um bispo inglês em que se expressa assim:

> «Latorem praesentium, quem fraternitatis tuae litteris homicidium maculatum nobis denuntiaverunt, nulla sanctorum patrum auctoritas concedit ulterius sacris altaribus ministrare, nec nos decet constitutione illius, quod absit, assensum praebendum canonum statutis contraire. Tua tamen religio, si eum pro comisso crimine perspexerit dignum Deo exhibere fructum poenitentiae, hoc sibi misericorditer provideat ne stipendiis ecclesiasticis careat, atque paupertatis pusilanimis factus, divina postponat praecepta: licet namque sacerdotium nullo pacto unquam mereatur, dignum tamen est consequi eum aliquod beneficium ab apostolica sede» ([50]).

Uma outra carta do mesmo papa ao bispo de Die (França) é muito significativa para nos elucidar sobre a extensa actividade que já então o papa dispendia em matéria penitencial. Ela far-nos-á compreender melhor e com muito mais facilidade como a disposição do II concílio de Latrão com o cânon *si quis suadente* não espantou ninguém, nem a nenhum bispo pareceu que o papa exorbitasse do seu habitual poder, isto é, dum poder que mais ou menos já exercia na prática. Reza assim:

> «Gregorius episcupus servus servorum Dei Hugoni Diensi episcopo, salutem et apostolicam benedictionem. Quia ex pastorali officii susceptione oportet nos magnam solicitudinem habere de salute omnium filiorum ecclesiae, debemus quantocius emendare, si quid noverimus aliquid gestum esse quam convenit rectitudine ecclesiasticae. Proinde notificamus dilectioni tuae, nobis per aliquos, et maxime per Ingelrannum Flandrensem clericum, innotuisse, Robertum Flandrensem comitem ab Huberto legato nostro, et Hugone Lingonensi episcopo, per machinationes inimicorum suorum excommunicatum esse. Quod quia non debemus, si verum est, ferre, rogando mandamus fraternitati tuae, ut, si tibi molestum non est, ad illas partes festines accedere: et si inveneris eum non canonice excommunicatum, absolvas eum ex beati Petri Apostolorum principis et nostra parte: sin autem, quod non optamus, canonice, et tamen voluerit satisfacere, iterum ne differas eum ovili dominico reconciliare: quia ipse summus pastor ovem perditam propriis humeris voluit ad gregem reportare. Si autem tibi possibile non est id per temetipsum agere, mitte personas religiosas pro te, quae praeordinata praedicto modo valeant finire» ([51]).

O último texto citado embora não se refira pròpriamente à reservação dos pecados, serve-nos todavia muito para compreendermos o ambiente da época. Seremos assim introduzidos mais fàcilmente no estudo do primeiro caso de reservação papal de um pecado, a que estava inerente uma excomunhão e do qual poderemos deduzir

---

([50]) a. 1071 (Msi XX, 88-89).
([51]) a. 1078 (Msi XX, 262).

uma aprovação implícita da falta de jurisdição nos bispos para absolverem certos pecados — falta de jurisdição subjacente ao costume iniciado pelos bispos de enviarem a Roma certos pecadores a fim de receberem do papa a penitência condigna.

A actuação papal do II concílio de Latrão não foi considerada como uma intromissão indevida ou uma diminuição do poder episcopal, nem sequer como uma dimificação da disciplina que se tinha vindo introduzindo. Como se verá no capítulo seguinte, ainda por muito tempo serão os concílios particulares que continuarão a reservar ao papa a absolvição de certos pecados. Entretanto aparecerá um novo elemento, que S. Tomás já considerará claramente ([52]), mas que nesta altura ainda continua latente: a separação do pecado da censura quanto à absolvição.

* * *

A intervenção do bispo próprio na absolvição dos pecadores réus de faltas gravíssimas continua a ser necessária. A exposição autenticada pelo bispo das faltas de que o penitente vai pedir perdão ao papa, é requerida para que tudo se passe legìtimamente. Transcrevemos duas cartas de Ivo (1040-1116), bispo de Chartres de 1091 a 1116, que são altamente significativas para o nosso assunto. Ivo de Chartres gozou no seu tempo de enorme autoridade e exerceu grande influência nos que se lhe seguiram. A primeira carta é uma censura dirigida ao cardeal Rogério por este se afastar do caminho até então seguido pelos papas. Diz assim:

> «Ivo, Dei gratia, humilis Carnotensium episcopus, Rogerio, sanctae «Romanae Eclesiae cardinali, non deviare a vestigiis Petri. Quod Simonem de Melfa adhuc in adulterio suo perdurantem, sub velamine apostolicae auctoritatis ab anathematis vinculo relaxare disponitis, quantum in vobis est majestatem apostolicam multum minuistis, et famae vestrae non bene consulistis: si enim justo anathematis vinculo est ligatus, cum justa vincula non dissolvat nisi vera cordis conversio (confessio, v. c.) e o adhuc permanente in crimine, ad persuasionem quemlibet splendidae personae quid est hoc anathemate destruere nisi seipsum praevaricatorem constituere? Si vero acceptis excusatoriis ejus sacramentis de abstentione vestri concilii, praeproram (cod. put. perperam) in eo me dedisse sententiam cognoscitis (ut interim taceam quod confessione culpae vestrae crimen ejus tegistis), huic rationi respondeo, quia nequaquam ex sententiam concilii vestri cui non interfui, cujus scita nec probari nec audivi, aliquid in eo judicavi. Sed eo saepe vocato et monito, et bis aut ter indutis spatiis que voluit, causam ejus multa lima discussiet eo ad ultimam omnem subterfugiente justitiam, judiciali sententia in eum data ex lege, anathematis eum vinculis alligavi, quandiu poenitentiae remedio non deleverit maculam adulterii sui. Post aliquantum vero temporis, defuncta conjuge, cui istam quam nunc habet superinduxerat,

([52]) vd. III Supl. q. XXI, a. IV; q. XXIV, a. II e a. II, etc.

pulsatus precibus ejus et quorumdorum amicorum suorum, cum ei ostium misericordiae quam flagitabat, rationabiliter operire (aperire v. c.) non valerem, dedi ei litteras seriem ejus causam continentes ad domnum (quidam cod. dominum) papam, ut, cognita veritate, quod inde vellet ordinaret, et mihire mandaret. Hoc responsum excepto, nec aliter mutabo sententiam, nisi aut ex ore ejus audiam, aut ex litteris inteligam. Quod si hoc pertinaciter et non rationabiliter vobis videor facere, paratus sum in capitulo Carnutensi, vel in praesentia domni papae coram positis calumniantibus, legibus in medium datis, justitiae satisfacere. Valete» (53).

A outra carta é endereçada ao papa Pascoal II (1099-1118). Nela se evidencia um elemento a considerar na reservação dos pecados e elemento que, cada vez mais, se acentuará: a razão disciplinar — para que não aumente o número de pecados. Note-se também o pedido feito ao papa de que tenha em conta as dificuldades da peregrinação do penitente considerando-as como um modo de satisfazer pelos pecados e modo, portanto, a ser considerado na satisfação a impor.

«Paschali summo Pontifici, Ivo humilis Carnotensis minister, debitam cum devotionem obedientiam. Miles iste praesentium portitor, nomine Raimbaldus, in obsidione Hierosolymitana strenue militavit. Unde reversus ad propria, diabolico instinctu et impetu irae subversus, quemdam monachum et presbyterum Bonaevallensis monasterii, quia quosdam ejus servientes herbam furantes, verberari fecerat, castrari fecit. Quod quia inauditum apud nos fuerat, coacto rigore ecclesiastico, arma ejus abstulimus, et quattuordecim annorum poenitentiam indiximus, ut diebus sibi praescriptis a cibis lautioribus abstinerat, et tam immane facinus ellemosynis et jejuniis expiaret. Quod obedienter quidem suscepit, sed postea, adhibitis sibi multis et magnis intercessoribus, multa nos precum instantia fatigavit quatenus, propter infestationes inimicorum suorum, armis ei uti concederemus. Sed hujusmodi preces assensum dare noluimus, ne et ipsum et multos alios tam facili indulgentia in discrimen adduceremus. Reservantes itaque hanc indulgentiam apostolicae moderationi, ad apostolorum eum limina direximus, quatenus et fatigatione itineris hujus peccatum suum diluat, et ad pietatis vestrae viscera misericordiam, quam Deus vobis inspiraverit, inveniat. Valete» (54).

Uma vez mais os pecados em vista nestas cartas se podem referir aos já citados embora o segundo seja absolutamente fora do vulgar, *inauditum apud nos fuerat*. Neste segundo caso, o bispo não se atreve, principalmente por razões disciplinares, a diminuir a penitência imposta e por isso dirige ao papa o penitente.

---

(53) a. 1091-1116, ep. 18 (PL 162, 31).
(54) a. 1091-1116, ep. 135 (PL 162, 144-145).

* *

Muitíssimo importantes quanto à posição dos bispos no nascente instituto jurídico da reservação papel dos pceados, são as considerações que passamos a fazer.

O Bispo continua, apesar de tudo, a ser na sua diocese, mesmo para estes casos, o supremo juiz. Mais como teoria concebida do que como praxe exercitada, a disciplina da reservação dos pecados ao papa encontra-se ainda muito atrazada. Depende muito, senão totalmente, da maneira de pensar do bispo acerca de tal ou tal pecado o julgar-se ou não competente para lhe impor uma penitência côngrua, para o absolver, em última análise. Assim, a disciplina, regida ademais ùnicamente pelo costume, não poderá ser absolutamente idêntica em toda a parte nem mesmo em épocas diferentes. Em cada diocese é ao bispo que compete julgar sempre em última instância da forma de proceder. Do modo como ele disposer assim deverão proceder os penitentes e mesmo os sacerdotes. O próprio Papa quer que no uso dos privilégios que concede se atenda ao que o bispo tenha ordenado. Escreve, por exemplo, o Papa Alexandre II:

> «Rodulfo et Thebaldo presbyteris. Super quibus nos voluistis consulere, paucis devotioni vestre necessarium duximus scibere. Penitentiam confitentibus vobis causa religonis injungere, quandoquidem vos igne divini amoris fervere non dubitamos, nisi episcopi, in quorum parroechiis estis, prohibuerint, licentam damus» ([55]).

Enquanto a reservação papal vai evoluindo, continua a manter-se reservada ao bispo a absolvição dos pecados que tenham sido excomungados pelo bispo. Assim decreta, por exemplo, o I concílio de Latrão (a. 1123): «A suis episcopis excommunicatos ab aliis episcopis, abbatibus et clericis in communionem procul dubio prohibemus ([56]).

§ 3. — A NOVIDADE DA PRIMEIRA RESERVAÇÃO POR LEI GERAL

Quase 60 anos depois do II concílio de Latrão ter promulgado o cânon *Si quis suadente,* em carta ao Arcebispo de Monreale, na Sicília, expressa-se assim o Papa Inocêncio III (1198-1216):

> «Licet percutienti nos in una maxilla praebere alteram teneamur et pro persequentibus et calumniantibus exorare, ne tamen malignantium effrenata licentia, si quidlibet impune praesumeret, incentivum pareret delinquendi, sic provida praedecessorum nostrum auctoritas cohibere voluit a clericis violentia

---

([55]) *Permittit ut, episcopo non prohibente, confitentibus poenitentiam imponant,* a. 1065, Loewenfeld, p. 54, n. 110.

([56]) c. 2, HL 5-1, p. 632; c. 9, Hard. 6-II, 1112. Cf. c. 11 conc. de Londres (a. 1125), HL 5-1, p. 659; Hard. 6-II, 1126; Msi XXI, 332.

laicorum ut eorum excessum plus corrigeret quam puniret, dum non eis temporalem poenam infligeret, sed ad correctionem a communione fidelium violentos manuum injectores decerneret separatos. Propter quod etiam, ad majorem cautelam reverentiam potiorem, absolutionem talium sibi sola sedes apostolica reservabit: ut quos nec timor Domini nec religio clericalis a sua praesumptione compesceret, labor saltem et dificultas itineris a violentia refrenaret» ([57]).

Quisemos iniciar este parágrafo com esta carta para termos já diante de nós um documento que muito nos ajudará a compreender a evolução da disciplina que passaremos a expor. Temos aqui magnífica e complexivamente expostas as razões tanto da excomunhão em que incurriam os que cometiam o pecado de bater num clérigo — «coibir a violência dos leigos sobre os clérigos para que o excesso daqueles mais fosse corrigido do que punido, enquanto se não lhes infligia uma pena temporal para correcção os declarou separados da comunhão dos fiéis»; como também da reserva à Santa Sé da absolvição de tais pecadores — « a fim de que aqueles que nem o temor de Deus nem o estado clerical reprimisse da sua presunção, ao menos o trabalho e a dificuldade do caminho refreasse da violência».

Examinemos agora o aparecimento desta nova legislação.

* *

Inocêncio II (1130-1143) no concílio de Clemont (a. 1130) ([58]) promulgou dois cânones sobre que nos deteremos brevemente. Um, em que anatematizava os que batem nos clérigos; outro, contra os incendiários e que nos proporciona algumas indicações interessantes sobre a disciplina eclesiástica da época.

O cânone X decreta o seguinte: «Igualmente pareceu bem que se alguém por instigação do demónio incorrer neste reato de pôr violentamente as mãos nos clérigos ou monges fique submetido ao anátema. E se tal fizer, seja excomungado» ([59]).

O cânon XIII é uma vigorosa condenação dos incendiários cuja criminosa actividade o Papa interdita por autoridade de Deus e dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo. Estatui o seguinte: «Se alguém pois, após o promulgar-se a nossa proibição, por má vontade, quer por ódio quer por vingança, deitar fogo ou fizer deitar, ou cientemente der conselho ou auxílio aos que o deitem, seja excomungado. E se o incendiário morrer neste estado, careça de sepultura cristã, nem seja absolvido se não tiver primeiro reparado segundo as suas posses o dano a quem o causou e jure que não mais há-de deitar fogo. Dê-se-lhe como penitência que permaneça por um ano inteiro em Jerusalém ou na Espanha ao serviço de Deus. Se porém algum arcebispo ou bispo relaxar isto, restitua o prejuízo e abstenha-se por um ano do ofício episcopal. Não negamos,

---

([57]) PL 214, 269.
([58]) HL 5-I, p. 687s.
([59]) Msi XXI, 439; cf. infra texto ref. nota (66) referente ao texto latino.

é claro, aos reis e príncipes que, consultados os arcebispos e bispos, façam justiça» ([60]).

Neste último texto, que já não é o bispo a ordenar a disciplina penitencial da sua diocese para este ponto, mas é o Papa, invocando o seu supremo poder, a indicar taxativamente aos Bispos e com graves sanções o modo de proceder para com tais penitentes. Não se trata aqui de uma reserva ao Papa da absolvição de tais pecadores mas sim de uma proibição emanada do Papa de que tal crime seja absolvido fora das condições por ele mesmo indicadas. Como sucedia com outras faltas de muita gravidade também os que cometem este crime, ou para tal dêem ordem, conselho, ajuda ou favor, são excomungados.

O Papa indica que as condições da absolvição: — reparação dos danos feitos, conforme as próprias posses, quer a penitência a impor-se-lhes: um ano inteiro de cruzada ou em Jerusalém ou em Espanha ([61]). As prescrições papais deverão ser escrupulosamente executadas sob graves penas. Por fim, o Papa esclarece que não pretende com tais normas privar a autoridade civil de fazer justiça em tais casos, uma vez que o poder eclesiástico seja prèviamente consultado. Claramente se nota já a preponderância que então o papa gozava.

Estes dois cânones, especialmente o X, serão retomados por concílios posteriores e acolhidos assim na legislação particular das dioceses ou províncias eclesiásticas ([62]) e, finalmente, pelo concílio de Latrão de que passamos a ocupar-nos.

* * *

A 4 de Abril de 1139 o Papa Inocêncio II convocava para Latrão o 10.º concílio ecuménico. Tinha o Papa em vista extirpar os últimos vestígios do cisma de Anacleto II e condenar os erros de Pedro de Bruys e Arnaldo de Luca. Além disso, intentava reformar os costumes dos clérigos e dos leigos procurando não tanto promulgar novas leis quanto restaurar as antigas ([63]).

([60]) «Pessimam siquidem, depopulatricem, et horrendam incendiorum malitiam auctoritate Dei et beatorum Petri et Pauli omnino detestamur et interdicimus». «Si quis igitur, post hujus nostrae prohibitionis promulgationem malo studio, sive pro odio, sive pro vindicta, ignes apposuerit vel apponi fecerat, aut appositoribus consilium vel auxilium scienter tribuerit excommunicetur. Et si in hoc mortuus fuerit incendiarius, christianorum careat sepultura, nec absolvatur, nisi prius damno cui intulit secundum facultatem suam resarcito, juret se ulterius ignem non appositurus. Poenitentia autem ei detur ut in Hierosolimis aut in Hispania in servitio Dei per integrum annum permaneat. Si quis autem Archiepiscopus aut Episcopus hoc relaxaverit, damnum restituat, et per unum annum ab officio episcopali abstineat. Sane Regibus et Principibus faciendae justitiae facultate, consultis Archiepiscopis et Episcopis, non negamus». (Msi XXI, 440; HL 5-I, p. 688).

([61]) Já o concílio de Clermont de 1095 fizera cientes os pecadores de que a ida a Jerusalém para livrar o túmulo de Cristo lhes aproveitaria como expiação de todas as faltas cometidas. *«Qui cumque pro sola devotione, non pro honoris vel pecuniae adeptione, ad liberandam ecclesiam Dei Jerusalém profectus fuerit, iter illud pro omni poenitentia deputetur».* Conc. Clarmont. (a. 1095), c. 2 (Hard. 6-II, 1717; Msi XX, 816; HL 5-I, p. 401).

([62]) Cf. conc. Reims a. 1130 (Msi XXI, 461; HL 5-I, p. 697-699); conc. de Pisa a. 1135 (Msi XXI, 490; HL 5-I, p. 713); conc. de Londres a. 1138 (Msi XXI, 512; HL 5-I, p. 720s).

([63]) Cf. HL 5-I, p. 721s.

Qualquer dos dois temas do concílio de Clermont de 1130 acima referidos, são retomados pelo II concílio de Latrão, mas enquanto o cânone 13 de Clermont é simplesmente repetido pelos cc. 18, 19 e 20 de Latrão, ([64]), o c. 15 de Latrão acrescenta algo de não pequena importância ao c. 10 de Clermont. Cotejemos pois estes dois textos.

C. X do conc. de Clermont:

> «Item placuit ut si quis suadente diabolo hujus sacrilegii reatum incurrerit quod in clericos vel monachos manus iniecerit, anathemati subjaceat. Quod si fecerit, excommunicetur» ([65]).

C. XV do conc. II de Latrão:

> «Item placuit, ut si quis suadente diabolo hujus sacrilegii reatus incurrit, quod in clericum vel monachum violentas manus injecerit, anathematis vinculo subjaceat: et nullus Episcoporum illum praesumat absolvere, nisi morte urgenti periculo: donec apostolico conspectui praesentetur, et ejus mandatum suscipiat» ([66]).

Como se verifica a primeira parte do texto coincide nos dois cânones, mas a segunda parte do concílio de Latrão introduz pela primeira vez num decreto de carácter universal, uma reserva ao papa em matéria penitencial. Com efeito, o concílio decreta para toda a Igreja, que «nenhum Bispo, a menos que surja o perigo de morte, presuma absolver o réu de tal crime, até que este se apresente na presença do Papa e se sujeite ao que ele lhe ordenar».

Como já atrás notámos, com esta reservação dá-se algo de novo na disciplina da penitência. Pela primeira vez um pecador é totalmente subtraído ao ministério penitencial do bispo. Pela primeira vez a legislação dispõe que um pecador, réu de pecado tão grave, será absolvido sem qualquer participação do juizo prévio do bispo próprio ou da sua fiscalização posterior. Como adiante mais longamente verificaremos, o papa reserva a si, directa e concretamente a penitência de tal pecador e, assim, ao mesmo tempo e unitàriamente fica a si reservada, fora do perigo de morte, a absolvição tanto do pecado como da excomunhão incurrida. Estas distinções só mais tarde serão feitas.

Este cânon reproduzido pelo decreto de Graciano ([67]) dará oportunidade a largo estudo das condições em que nele se incorre e se poderá ser absolvido, contribuindo muitíssimo para o desenvolvimento da ciência canónica neste ponto. Será, também este o único caso de reservação papal, no sentido acima exposto, até ao aparecimento

---

([64]) Hard, 6-II, 1211; Msi XXI, 513; HL 5-I, p. 730s.
([65]) Msi XXI, 439; HL 5-I, p. 688.
([66]) Msi XXI, 530; Hard. 6-II, 1210-1211; HL 5-I, p. 729s.
([67]) C. 29, C. XVII, q. 4.

muitissimo mais tarde, das excomunhões reservadas ao papa nas Bulas *in coena Domini* e em outras constituições pontifícias.

* * *

Resta-nos ainda considerar um outro aspecto, não menos interessante e até certo ponto ainda hoje não completamente esclarecido, nesta matéria de reservação da penitência. Quando terá exactamente aparecido, na praxe, a distinção entre reserva do pecado e reserva da censura e consequente possibilidade de absolvição de uma delas separadamente? Não pretendemos nem nos compete estudar aqui todo este problema, contentando-nos com apontar os elementos certos e as possibilidades de compreensão do evoluir deste instituto jurídico. Podemos no entanto esclarecer desde já, que o primeiro exemplo da reservação de um pecado em razão de si mesmo e sem qualquer censura anexa, data já dos fins do século XVI. Aparece na constituição *Sanctum et salutare* de Sixto V de 6 de Janeiro de 1589 (68).

Limitar-nos-emos, pois, a expor aqui as conclusões a que chegámos depois da consideração das fontes até esta data e, que atrás deixámos indicadas na sua maioria e parte principal.

* * *

De um modo geral, os pecados que vieram a ser reservados ao papa foram sempre objecto de uma disciplina especial e peculiar da Igreja. Pecados gravíssimos contra a fé, homicídios qualificados ou não, faltas muito graves contra a castidade, eram remidos nos séculos mais antigos ùnicamente através da penitência canónica pública. Deles se ocupava a disciplina penitencial primitiva, deles se ocupou sempre de um modo particular através dos séculos a disciplina eclesiástica penitencial, embora atendendo mais a uns ou a outros conforme as necessidades da época. Porque faltas gravíssimas contra Deus, ou perturbadoras das boas relações entre os homens e ofensas graves à vida cristã, sempre os pecadores que as cometiam eram privados da comunhão até que dignamente satisfizessem os seus crimes. Desta maneira consideravam-se sempre de algum modo como separados da comunidade cristã, numa palavra, os réus de tais pecados, todos os penitentes portanto, eram excomungados, no sentido mais originário da expressão.

Uma vez imposta a um pecador a penitência (no sentido que então importava esta expressão) esse pecador só era reconciliado, normalmente, no fim do total cumprimento da satisfação imposta. Essa reconciliação implicava a absolvição total do pecado como de todas as suas consequências. O penitente era de novo admitido à comunhão e cessava qualquer espécie de excomunhão em que houvesse incorrido. Está ainda absolutamente fora das categorias mentais destes séculos o pensar-se doutra maneira.

---

(68) C. I. C. Fontes, I, n. 166, p. 31ss. Reserva da absolvição do pecado de simonia cometido na promoção às ordens.

Absolver um pecador do seu pecado sem o reconciliar da excomunhão, ou vice-versa, era inconcebível nas épocas que temos vindo analisando. Todavia evoluir-se-á cada vez mais e a excomunhão toma o significado de uma censura que a consideração teórica poderá perfeitamente separar do pecado.

Quando Inocêncio II reserva aos papas a penitência dos que batem nos clérigos ou nos monges, não intende de modo algum, a nosso ver, reservar a si sòmente a absolvição seja do pecado seja da excomunhão, mas considera globalmente o estado do pecador que tenha cometido tal falta. O que o papa reserva a si é a absolvição, sem mais considerações, de tais pecadores. Leva-o a isso o desejo de coibir a perpetração de tais crimes que, devido à sua gravidade, sujeitavam também à excomunhão quem os cometia. Esta excomunhão, em que incorria o pecador ao bater num clérigo, era já da legislação anterior e mostra a gravidade de tal reato. Mas apesar das suas consequências mesmo na vida social, tal pena não foi julgada suficiente para afastar os homens de tal sacrilégio. Então o papa decidiu reservar a si o caso penitencial destes pecadores concretamente considerados. É o que nos parece transparecer tanto do texto do cânon — *nullus Episcoporum illum* (o pecador, portanto) *praesumat absolvere* — e das razões aduzidas por Inocêncio VII na carta ao Arcebispo de Monreal com que iniciámos este parágrafo ([69]).

Ao mesmo tempo que se desenvolve o estudo do sacramento da penitência, a disciplina penitencial vai sempre evoluindo. Veremos mais tarde o papa reservar a si a absolvição da excomunhão incorrida por se ter cometido tal ou tal pecado. Enquanto até aqui esteve em primeiro plano o estado do pecador devido ao seu pecado, quando, por motivos de incompetência ou disciplinares, se reserva ao Papa a absolvição de uma falta, é ainda considerando-a concretamente, em tal pecador. Depois, uma vez tomada toda a preponderância pela censura, será esta que directamente cairá sobre a reservação papal, passando para primeiro plano a consideração do estudo jurídico do penitente. Hoje nós temos pecados reservados em razão de si mesmos, ou em razão da censura, ou pelos dois motivos ([70]). Na época que acabamos de estudar o pecado quando reservado ao papa era-o juntamente com a excomunhão se o pecador houvesse sido excomungado pelo seu pecado, mas não era reservado pròpriamente nem em razão do pecado ou da excomunhão. Era reservado simplesmente porque só o papa podia absolver tão grande pecador.

Ainda uma ulterior consideração. Porque ninguém imaginava então, absolver um penitente do pecado sem o absolver da excomunhão e vice-versa, o último caso que temos vindo considerando é, deste ponto de vista, um pecado reservado ao Papa e ao mesmo tempo uma excomunhão reservada. É assim o exemplo único de um instituto jurídico que chegava de uma longa evolução e partia imediatamente para outra.

([69]) Note-se como Inocêncio III diz expressa e explicitamente que o Papa reservou a si a absolvição de tais pecadores, *absolutionem talium sibi sola Sedes apostolica reservabit,* enquanto do texto do concílio não aparece imediatamente tal distinção. No espaço de pouco mais de meio século que separa os dois documentos já se havia progredido na consideração especulativa dos vários elementos da penitência e portanto as expressões são mais precisas e circunscritas.

([70]) Cf. C. I. C. cc. 894; 2260 § 1; 2275, 2.°; 2363.

Hoje, a codificação, se nos proporciona imensos benefícios, poderá ter todavia o inconveniente de quase fazer estacionar a evolução jurídica de alguns institutos; de facto este perigo não é absoluto por a Igreja admitir a força de costume. Nestes tempos, porém, principalmente até ao concílio de Trento, este, como outros institutos jurídicos encontram-se em plena evolução, coexistindo simultâneamente elementos mais antigos com outros mais evoluidos e aperfeiçoados. É por isso que não podemos nós, senão com dificuldade, fixar uma norma jurídica homogénea pois é considerar estàticamente o que na realidade era dinâmico, fruto da união de muitos elementos e do choque e desagregação de muitos outros, em tentativa de aperfeiçoamento e de adaptação, às vezes desorientada, ao momento que se vivia.

FONTES

Acta Sanctorum Ordinis S. Benedicti in saeculorum classes distributa (J. MABILLON ed.), Lutetiae Parisiorum 1668 ss.

Corpus Iuris Canonici (FRIEDBERG ed.), 2. ed., Leipzig 1881.

Epistolae RR. PP. ineditae (ab a. 493-1198) (S. LOEWENFELD ed.), Lipsiae 1885.

Quinque Compilationes antiquae (E. FRIEDBERG ed.), Lipsiae 1882.

SCHMITZ, *Die Bussbuecher und Bussdisciplin der Kirche*, Mayence 1883.

WASSERSCHLEBEN, *Die Bussordnungen der abendlaendischen Kirche*, Halle 1851.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M, *De censuris ecclesiasticis nempe de excommunicatione, suspensione et interdicto cum explicatione Bullae Coena Domini.* Romae 1616.

BENEDICTI XIV (Prosp. Lambertini), *De synodo diocesana*, Romae 1806.

BRIDE, *Reservés, cas réservés*, in DTC 13-II, 2441-2461.

BERLIÈRE, U., *Les pelèrinages judiciaire au Moyen Age*, in Revue benedictine, 7 (1890), p. 520-526.

CAVALLERA, F., Les cas réservés, in *Bulletin de litterature ecclésiastique de Toulouse* 1934, p. 125-137.

CHOUVET, P., *La Sacrée Pénitenciarie Apostolique.* Lyon 1908.

Pénitenciarie Apostolique, in DTC 12-I, 1138-1160.

CLAEYS-BOUÜAERT, *Bulle in Coena Domini*, in DDC 2, 1132-1136.

FERRARIS, *Prompta Biblioteca canonica* (Vv. *Excommunicatio; Reservatio).* Romae 1890.

GOELLER, E., *Die Paepstliche Poenitentiarie von ihrem Ursprung bis zu ihrer Umgestaltung unter Pius IV.* I. er Band. *Die Poenitentiarie bis Eugen IV.* Romae 1097. *Die Paepstlichen Reservationen und ihre Bedeutung fuer die kirchliche Rechtsentwicklung des Ausgehenden Mittel alters.* Berlin 1910.

HAUSMANN, M., *Geschichte der paeplichen Reservatsfaelle*, Regensburg 1868.

LECLERQ, E., *Pèlerinage à Rome*, in DACL 14-I, 61-64.

Pénitencier, in DACL 14-I, 202-215.

MONIN, *De Curia Romana, ejus historia ac hodierna disciplina juxta reformationem a Pio X inductam.* Lovanii 1912.

MORINUS, J., *Commentarius historicus de disciplina in administratione Poenitentiae usque ad s. XIV.* Parisiis 1651ss.

THOMASSINUS, *Vetus et nova Ecclesiae disciplina,* etc, 2 ed. latina post 2 gallicas, Lugduni 1706.

SIGLAS

DACL — CABROL — LECLERQ, *Dictionaire d'archeologie chrétienne et de liturgie.*
DDC — NAZ, *Dictionaire de Droit canonique.*
DTC — VACANT — MANGENOT — AMANN, *Dictionaire de theologie catholique.*
MGH — *Monumenta Germaniae historica.*
Msi — MANSI, *Sacrorum Conciliorum amplissima colletio.*
PG — MIGNE, *Patrologia,* series greca.
PL — MIGNE, *Patrologia,* series latina.
HL — HEFELE — LECLERQ, *Histoire des Concils.*
Hard — HARDUINI, *Acta conciliorum.*

OS INSTITUTOS SECULARES NA ESPIRITUALIDADE DO CLERO DIOCESANO

Novas perspectivas abertas pelos Institutos seculares à esiritualidade do Clero Diocesano.

FILIPE ROCHA
3.º Ano Teológico

No dia 2 de Fevereiro de 1947, sancionava Pio XII a Constituição apostólica «*Provida Mater Ecclesia*» que versa acerca dos Institutos seculares e dos estados canónicos de perfeição cristã. Nesta Constituição qualificada de «documento histórico na vida interna da Igreja», reconhece o Sumo Pontífice, de maneira oficial e definitiva, uma nova forma jurídica de vida de perfeição nos Institutos seculares. No ano seguinte, promulga o Santo Padre, para louvor e confirmação destes Institutos, o motu próprio «*Primo feliciter*». Pouco depois, aparece a Instrução «*Cum Sanctissimus*» emanada da Sagrada Congregação dos Religiosos. Vale a pena citar ainda o Discurso do S. Padre aos Religiosos pronunciado em 8 de Dezembro de 1950. A estes documentos faremos várias alusões.

Para maior facilidade na exposição e talvez melhor compreensão, dividimos este trabalho em 3 partes: na primeira, diremos algumas palavras acerca da espiritualidade do clero diocesano; na segunda, estudaremos os Institutos seculares; na última, apontaremos as novas perspectivas abertas por estes Institutos àquela espiritualidade.

I — Espiritualidade do clero diocesano

Certos autores negaram que o clero diocesano pudesse ter uma espiritualidade própria pois, pela sua identificação com a hierarquia da Igreja, ele escapa a estes particularismos que por definição distinguem uma espiritualidade da outra. Seriam prisioneiros da sua própria grandeza, servos da sua gloriosa escravidão.

A perfeição não pode consistir senão na imitação de Cristo; e a espiritualidade consiste na imitação de Cristo copiado à maneira de tal ou tal santo fundador. De que se trata então? Trata-se de determinar a originalidade primitiva do estado do clero diocesano a fim de fundar, sobre a própria natureza da sua vocação particular na Igreja, uma maneira de promover a sua santidade e de o ajudar a cumprir melhor, na grande vida da Igreja, a missão que lhe está especificamente reservada. Se falamos de uma espiritualidade do clero diocesano não pode ser senão na perspectiva da unidade da Igreja, na síntese única da grande espiritualidade da Igreja. Trata-se de saber se existem para o clero diocesano meios peculiares de participar no mistério total da Igreja, ou para tomar uma expressão do P. Féret, trata-se «de pôr em relevo

os aspectos do património comum» que convêm ao estado particular do clero diocesano.

Segundo muitos autores, seguindo aliás Mgr. Guérry, esta espiritualidade têm de ter em conta 3 dados fundamentais: estreita união com o bispo, comunidade diocesana, missão apostólica.

A) Estreita união com o bispo: O bispo é o pai dos padres. «*Episcopus imago Patris*» — dizia S. Inácio de Antioquia. 1) É pai principalmente pela ordenação que confere. É difícil exprimir esta sublime realidade da paternidade espiritual do bispo. É preciso vivê-la! sim! É uma realidade inefável experimentada em alegrias incomparáveis — os seus olhos o mostram — nas emocionantes cerimónias das ordenações quando, depois de ter comunicado aos jovens diáconos uma participação dos seus poderes sobre a Eucaristia e o Corpo místico de Cristo, ele lhes chama: «Meus queridos filhos». Eles são na realidade seus filhos. Existe, doravante, entre a alma do bispo e a dos seus padres, um berço vital — de paternidade e filiação — que funda todas as relações de comunhão chamadas a desenvolver-se entre eles. 2) O bispo é também na vida espiritual e apostólica dos seus padres um pai, o «perfector» no dizer de S. Tomás, que tem essencialmente por missão conduzir à perfeição, arrastar à santidade, à plenitude da vida, as almas que lhe são confiadas e principalmente as dos seus padres. 3) O bispo é o chefe da comunidade presbiteral da diocese. É o chefe porque é o pai. Na verdade o sacerdócio dos padres consiste principalmente na participação subordinada das funções religiosas e apostólicas do seu bispo.

B) Comunidade diocesana: A paternidade do bispo é o fundamento de uma comunidade real: a Igreja diocesana. Esta Igreja não é apenas um quadro administrativo ou uma circunscrição territorial: É uma unidade real na qual — no seu bispo unido ao Sumo Pontífice — se encontra essencialmente todo o mistério da Igreja Universal; ela é a manifestação da graça episcopal do seu pastor, o fruto da fecundidade divina que ele extrai do sacerdócio único de Cristo. O bispo é o esposo da sua diocese ao menos no sentido em que, da plenitude do seu sacerdócio ele gera nela e para ela cada dia novos filhos. Com eles, divididos pelas paixões da natureza e pelo pecado, vai o bispo, por meio de seus padres, constituir uma verdadeira comunidade familiar, juntando-os todos na unidade da vida de Cristo e da Caridade.

Esta comunidade diocesana abrange 3 graus: comunidade do bispo e de seus padres; comunidade dos padres unidos entre si; comunidade dos padres com os fiéis na paróquia unidos ao seu bispo. A espiritualidade do clero diocesano não terá senão de estudar na sua essência e nas realidades que elas contêm estas formas diversas de comunidade diocesana para se tornar ela mesma, fonte de luz e de vida para as almas.

C) Missão pastoral: eis a missão própria do clero diocesano: o serviço espiritual do seu povo. Ser sacerdote diocesano implica uma caridade não só de fraternidade mas também de paternidade. Como Cristo o padre é o religioso do Pai celeste não só para a comunidade como o simples monge, mas em nome da comunidade de que é chefe, pastor e pai. Ele tem a missão de levar a todas as almas as fontes integrais da Redenção de Cristo. A sua espiritualidade será natural e essencialmente litúrgica sob uma tríplice forma: 1) é a ele que compete a administração dos Sacra-

mentos; 2) A ele está confiada em especial a missão, de constituir a comunidade paroquial em torno da Eucaristia e pela Eucaristia. É ele que deve no grande dia do Senhor reunir para o grande acto litúrgico a assembleia dos filhos de Deus; fazê-la participar na Acção Redentora de Cristo; ajudá-la a apropriar-se do seu sacrifício afim de dar a Deus toda a honra e glória e fazer passar para a existência de todos os homens a vida de caridade de que o sacrifício eucarístico é fonte inesgotável e sinal eficaz 3) É ele que fará viver, ao longo do ano litúrgico, aos seus fiéis, os principais mistérios da vida de Cristo; dar-lhes-á a inteligência e o amor das festas litúrgicas; abrirá as almas às graças particulares que a Igreja produz naqueles que participam activamente nos mistérios da sagrada litúrgia.

Mas não se compreende, nem aqui queremos falar de espiritualidade senão em ordem à perfeição. É doutrina comum que a perfeição consiste essencialmente na caridade. Escreve S. Tomás: «Um ser diz-se perfeito na medida em que atinge o próprio fim que é a perfeição. Ora é a caridade que nos une a Deus que é o fim último do homem, pois quem permanece na caridade permanece em Deus e Deus nele» (I Jo 4-16). Todavia os conselhos evangélicos são de enorme vantagem para a perfeição. Falando a este propósito, observa Suarez: «Deve considerar-se uma dupla perfeição da caridade: uma essencial, outra acrescentada à essencial e por isso acidental. A primeira é absolutamente necessária para a vida espiritual da alma, a ela se refere Cristo quando diz: *Estote perfecti* (Mt. 5-48); a última, é útil «*seu ad melius esse*» dela fala Cristo ao convidar: «*si vis perfectus esse...*» (Mt. 19-21). É útil notar que não afirmamos que a realização prática dos conselhos seja essencial à consecução da perfeição; para tanto, em absoluto, basta um «espírito» cujas traduções na vida podem variar muito e adaptar-se aos mais diversos estados. Deus «fez uns apóstolos, outros profetas, outros evangelistas, outros pastores e doutores» (Ef. 4-11). Em consequência não se deve identificar perfeição e estado jurídico de perfeição. Perfeição é a realização concreta da santidade; um estado interior por comparação com o juízo de Deus. Estado de perfeição é um estado exterior por comparação com o juizo da Igreja, no foro externo, sob o ponto de vista do concurso que pode trazer (na expressão do Doutor Angélico) «resplendor visível à Igreja».

II — Os Institutos seculares

É precisamente aqui que se inserem os Institutos seculares, como estados jurídicos de perfeição. Que são pois os Institutos seculares? «São — diz a «Provida Mater — sociedades clericais ou laicais cujos membros, afim de adquirirem a perfeição cristã e exercerem plenamente o apostolado, professam no mundo os conselhos evangélicos» (Art. I). Por outras palavras: «São associações que, perante a Igreja, no foro externo, se preocupam e se esforçam com levar como pela mão os próprios membros a uma vida de perfeição sólida;... que na sua constituição interna, na disposição hierárquica do seu governo, na submissão plena que exigem aos membros pròpriamente ditos, na profissão dos conselhos evangélicos e finalmente no motivo de exercer o ministério e o apostolado, se aproximam (quanto à substância) dos estados canónicos

perfeição e especialmente das sociedades sem votos públicos embora não usem vida comum religiosa» (ibid.). Os membros destas sociedades podem ser sacerdotes ou leigos. Nós apenas trataremos de sociedades clericais.

A «*Provida Mater*» deu um passo de gigante e tornou possível a união não só da vida regular com o estado sacerdotal, mas sobretudo — e aqui é que está a novidade — tornou possível a união da vida ministerial e própria do sacerdote secular com a vida de perfeição completa reconhecida pela Igreja. Para melhor compreendermos esta inovação vamos fazer uma breve análise ao Canon 107. Este canon traça a divisão fundamental das pessoas canónicas: «Por instituição divina, existem na Igreja clérigos distintos dos leigos, embora nem todos os clérigos sejam de intituição divina; uns e outros podem ser religiosos». Assim, por direito divino, há na Igreja duas classes de pessoas: clérigos e leigos.

Porém, na ordem jurídica sancionada pelo Código, a pessoa pode adoptar 3 posições fundamentais cuja razão formal consiste na «positio hominis» ou em relação à perfeição cristã, cuja fonte é a Igreja ou em relação à Hierarquia, à qual compete o cuidado e a vigilância para que a perfeição se obtenha mais fácil e plenamente. O código por razões profundas que respeitam intimamente à santidade e acção santificante da Igreja e também ao seu apostolado católico e multiforme, sancionou uma figura de pessoa canónica — a do religioso — figura que se apresenta como classe jurìdicamente diversa caracterizada pelo facto de abraçar de forma oficial e corporativa a vida de perfeição completa mediante a prática dos conselhos evangélicos (c. 487). Esta vida de perfeição é tal que abraça a vida completa do indivíduo e faz com que aqueles que a professam, embora permanecendo clérigos ou leigos sob aspecto hierárquico, formem todavia uma categoria jurídica diversa mui distinta dos puros clérigos e dos simples leigos; categoria que pode considerar-se ponto de união entre estes e aqueles. (Cf. *Revista Espanola de Derecho Canonico, 1947 (III)*.

O estado religioso é certamente uma instituição de direito eclesiástico, mas que se baseia na doutrina e exemplo de Cristo. Pode dizer-se — pensa Suarez — de direito divino «non praecipiente sed consulente». Este estado, privado na sua origem (viúvas, eremitas, etc.) e jurìdicamente indeterminado e titubeante, transforma-se lentamente em condição social e termina em estado jurídico.

Na primitiva cristandade o ofício sacerdotal tem o seu lugar na cidade; e a vida de perfeição relaciona-se com o deserto: quem deseja a perfeição foge do mundo. Nesta fase, sacerdote e monge eram estados completamente separados e quase antitéticos. É célebre a frase de Cassiano: «É opinião dos Santos Padres desde há muito... que o monge deve evitar, de todas as maneiras, as mulheres e os bispos» *(Inst. 11, 18)*.

S. Bento teve a audácia de delinear a figura do monge sacerdote. Trata-se de uma mera união «*in personna*», pois o Santo Patriarca aconselha os seus filhos a que a vida sacerdotal em nada influa na vida monástica. No séc. XII aparecem, em chama de génio, os Cónegos Regulares — Premonstratenses. Têm como ideal serem monges-párocos. Foi rija a polémica levantada. Dela há muitos vestígios na literatura coeva.

Até ao século XX verifica-se uma evolução lenta, mas segura, neste estado de coisas. Discutiu-se muito a posição jurídica a tomar pelo Código perante certas sociedades religiosas modernas. Visto o assunto não estar suficientemente amadurecido,

deixou-se essa legislação para tempo mais oportuno. Este chegou e pela Constituição «*Provida Mater*» reconhece a Igreja o novo estado jurídico de perfeição (Institutos seculares), isto é, admite-o no foro externo, público e social da Igreja, ordena-o por meio de leis e outorga-lhes efeitos canónicos.

Quem quer que examine com atenção o complexo e intenso fenómeno destes Institutos, notará que a próvida e segura legislação de Pio XII vai muito além daquilo que poderia aparecer como resultado de um exame sumário ou fruto de considerações ligeiras e improvisadas. De facto, notava-se uma lacuna no direito do Código. Ao contrário do que acontece para os religiosos e leigos, faltam no Código regras e normas que possam dar vida a associações clericais que nãc sejam de governo ou de carácter beneficial e litúrgico (cabidos de Catedrais, Colegiadas, etc.). E enquanto os leigos podem constituir Pias Uniões, confrarias e outras associações, aos clérigos seculares não oferece o Código nenhum tipo de associação adequada à peculiar natureza da sua vocação e correspondente estado jurídico e que corresponda às exigências da vida sacerdotal (Cf. *Monitor Ecclesiasticus,* II, 1955, pág. 303). A separação parcial existente entre o estado clerical diocesano e o estado religioso havia tornado pràticamente impossível a vida de perfeição juridicamente organizada dentro das fileiras do clero secular. A incorporação na Religião trazia necessàriamente consigo a desvinculação do poder do bispo e, por conseguinte, a perda da incardinação à diocese com a dissolução da promessa de obediência pela qual o sacerdote não religioso se consagrou indefinidamente ao serviço da diocese (c. 585). Ante esta perspectiva, a vida dos conselhos evangélicos, para o sacerdote diocesano, fica relegada para a categoria de assuntos puramente pessoais ou à de relações amigáveis entre companheiros movidos pelo mesmo desejo de perfeição.

Por outro lado, é facto muitas vezes verificado que em certo número de seminaristas, depois de um tempo de seminário sério e mesmo fervoroso, chegados ao sacerdócio, deixam de progredir na vida espiritual não só com decepção para os seus directores espirituais, mas muitas vezes com decepção deles próprios e sempre em detrimento do seu rendimento sacerdotal. Além disso, é pelo menos de estranhar que alguns padres, entrando no ministério (portanto na organização hierárquica oficial da Igreja), se sintam às vezes com o direito de lamentar que não recebem dele alimento espiritual. E isto a tal ponto que muitos (e com certeza não os piores) se preocupam, desde o termo do Seminário ou após uma primeira experiência demasiado concludente, com os meios que podem usar para perseverar na santidade exigida pelo seu estado.

A esta lacuna jurídica e a esta inquietação de perfeição, vêm responder os Institutos seculares.

No citado discurso aos Religiosos, ensina Pio XII: «O Instituto secular como razão da sua própria existência abraça certamente a prática dos conselhos evangélicos própria do estado religioso; todavia professa-os de um modo tal que não incluiria necessàriamente e «per se» a perfeição indicada».

Nestas densas e breves linhas estão compendiados todos os elementos essenciais dos Intitutos: 1.° a sua natureza jurídica (estado completo de perfeição); 2.° a sua condição secular que lhes imprime um carácter próprio e especialíssimo; 3.° a sua inclusão nos estados de perfeição reconhecidos pela Igreja; 4.° a sua distinção do estado

religioso (estado jurídico completo de perfeição mas não canónico); 5. e sobretudo o facto canónico fundamental: (esta vida de consagração completa a Deus não muda a categoria canónica da pessoa: os que se consagram deste modo a Deus permanecem clérigos seculares ou leigos como eram antes da sua consagração). Foi este facto canónico que tornou possível que os sacerdotes seculares (continuando a ser tais de direito e de facto) possam alcançar um estado completo de perfeição não como particulares mas enquadrados juridicamente nestes Institutos sem bolir em nada com o ordenamento canónico do estado sacerdotal como existe no Código «*Monitor Ecclesiasticus*, ibid. pág. 311).

Nos Institutos seculares não se exige necessàriamente a emissão de quaisquer votos, pois pode-se ficar ligado ao Instituto por juramento ou promessas (art. 363). Todavia os membros em sentido estrito devem emitir votos: contudo estes votos não podem ser públicos.

Deve, porém, entender-se a expressão «votos privados». Na verdade há votos que pertencem exclusivamente ao foro interno; pelo contrário, — e é o caso dos Institutos seculares — há votos privados no seu sentido estrito (isto é, não formalmente recebidos pela Igreja) mas que respeitam ao foro externo por muitos títulos: 1.º são ordenados e aprovados pela Igreja nas constituições; 2.º embora não sejam recebidos pela Igreja (como em sentido estrito não é recebido pela Igreja o consentimento matrimonial), todavia a Igreja pode assistir a eles e sanciona-os pois finalmente; 3.º estes votos produzem efeitos jurídicos quer em relação à Igreja (quem os emite adquire um estado de perfeição), quer no que respeita ao Instituto (incorporação, sujeição aos superiores, direitos, etc.).

Estes Institutos fogem de quanto exteriormente possa ter sabor de vida religiosa. Em relação à autoridade civil, vivem plenamente o direito comum e levam a vida de perfeição a todas as profissões. A sua ideia fundamental é a vida de perfeição completa no mundo; apostolado integral não de fora mas de dentro por meio do contacto íntimo e completo, proporcionado pela comunhão quotidiana de vida.

Os Institutos seculares representam o ponto no qual podem fundir-se com toda a delicadeza estas duas correntes (secular e religiosa), conservando cada uma o seu património de vida própria, a sua fisionomia peculiar e a sua actividade específica. Desta forma se pôs termo à antipática controvérsia entre seculares e regulares, na qual se chegou a 2 extremos: do campo secular afirmou-se: «o clero diocesano como tal é de origem divina; o clero regular é secundário e auxiliar daquele»; ao que os religiosos retorquiam: «A Igreja deve tolerar como um mal menor o clero secular; mas o ideal seria que todos os sacerdotes fossem religiosos». Cada um dos cleros corresponde a necessidades diferentes da Igreja; trabalham na mesma obra de conjunto: o Reino de Cristo. Eis por que o clero diocesano não pode opor-se a «romano». Todos os padres são romanos».

A constituição apostólica a que nos vimos referindo e sobretudo o «Motu próprio» admitem a possibilidade de que os Institutos se organizem em forma de associações federadas de tipo regional diocesano ou nacional e outra em que constituam um organismo universal, hierárquico, interdiocesano.

A razão de ser desta organização hierárquica universal não está apenas numa

maior vitalidade que parece poder esperar-se dos organismos universais; mas na consagração a apostolados que por sua natureza transcendem os limites da diocese. Não há dúvida de que assim como a vida social humana transcendeu as comunidades intermédias, assim os interesses apostólicos, paralelos às realidades humanas, hão-de seguir o mesmo caminho. Para a consagração a tais obras apostólicas oferece este género de Institutos magníficas possibilidades. Mas é natural que se ponha imediatamente o problema entre o superior de tal Instituto e o bispo: a quem estaria juridicamente sujeito um sacerdote membro deste Instituto e que continua a ser diocesano? Se para resolver esta dificuldade se recorresse à excardinação e incorporação no Instituto, teríamos uma nova figura jurídica do sacerdote que, sendo secular, não está incardinado na diocese. É claro que este género de Institutos não soluciona o problema da perfeição do clero diocesano enquanto tal. Mas há dois tipos de Institutos seculares que se adaptam a um diocesanismo completo: 1.º — Instituto com faculdade de federação: neles é o bispo da diocese quem, como superior do Instituto, recebe os votos e as promessas de obediência e pobreza; o outro elemento constitutivo dos Institutos, o apostolado, actualiza-se precisamente através do próprio bispo, o qual recebeu na ordenação outra promessa de obediência canónica.

Desta forma se unem os dois elementos constitutivos dos Institutos (perfeição e apostolado) em torno do elemento central da vida do clero diocesano: o ministério apostólico da diocese. Todavia o «*Motu próprio*» permite esta forma jurídica apenas «quando o seu carácter local é recto e informado pelo sentido da catolicidade da Igreja». Qual a razão desta cláusula? Deixemos que o tempo nos dê uma resposta. A tendência para uma Igreja nacional é também dos nossos dias...

2.º Instituto secular hierárquico: seria o caso de Institutos que, respeitando os compromissos apostólicos do clero diocesano para com seu bispo, se ocupam exclusivamente com a ordenação da vida de perfeição dos seus membros. Têm superior próprio que em nome do bispo recebe os votos. Possuem certa autonomia embora sempre e em tudo sujeita ao bispo. A exigência de apostolado constitutiva dos Institutos actualiza-se por meio da promessa de obediência feita na ordenação sacerdotal.

Pode perguntar-se: qual será a modalidade preferível? A resposta é difícil. O P.e Canals, oficial Superior da Sagrada Congregação dos Religiosos, inclina-se para a segunda; pois nela «enquanto categoria especial, os seus membros podem participar de todas as vantagens de perfeição e possibilidades de apostolado derivadas desta modalidade jurídica diocesana; e, tendo regras e normas próprias, podem organizar-se, adequando-se perfeitamente a todas as exigências diocesanas. Estreitam a sua dependência e os seus vínculos canónicos com o ordinário e recebem do Instituto, além de uma formação adequada, auxílio intelectual e espiritual para cumprir melhor a sua missão sacerdotal diocesana». *(Monitor Ecoleciasticus, ibid, pág. 313, nota 39).*

III — Quais são pois as novas perspectivas abertas pelos Institutos seculares à espiritualidade do clero diocesano?

Deve advertir-se, antes de mais, que os Institutos seculares, como não vieram suprimir o estado religioso, não vêm destruir ou substituir a espiritualidade do clero

diocesano; mas apoiá-la e dar-lhe juntamente com um estado jurídico, meios mais eficazes de concretização no apostolado e elevação sobrenatural.

Passo a enunciar ràpidamente as principais:

1.º Possibilidade de aquisição de um estado jurídico de perfeição, emitindo votos oficialmente reconhecidos pela Igreja.

O estado clerical não é um estado jurídico de perfeição porque nem por sua natureza nem por seus postulados exige a profissão dos conselhos evangélicos. O clérigo regular professa o estado e a condição de perfeição não enquanto clérigo mas como religioso. Contudo — na expressão de Pio XII — «os sacerdotes, pela própria natureza da sua missão, têm o dever de procurar a santidade sempre, em toda a parte e com todas as suas forças».

É certo que se pode alcançar a perfeição sem emitir votos; mas não é menos certo que o estado de perfeição oferece meios mais eficazes e radica por um novo título o dever de tender a ela.

Ocorre perguntar: Porque será que existem — a partir dos primeiros séculos — mais santos canonizados entre os religiosos do que entre os não religiosos mesmo sacerdotes? É sabido que nem todos os santos estão canonizados e que, para julgar deste problema (1), se deve atender às circunstâncias em que desenrolam a vida do religioso e a do não religioso. Porém o Santo Padre, no citado discurso aos Religiosos, afirma: «Os que professam o estado de perfeição completo dirigem-se para a santidade por um caminho próprio e servem-se de meios de natureza mais elevada (celsioris naturae)». Não estará aqui a exposição fundamental deste enigma?

Este estado radica um novo dever de tender à perfeição que obriga não apenas em consciência mas também jurìdicamente.

Quanto aos votos...

A vida de perfeição do clero diocesano está polarizada pela ideia do apostolado; por isso, a prática dos conselhos deve estar também matizada pela sua ordenação ao Apostolado.

a) Castidade: Não falamos dela pois é exigida a todo o ordenado «in sacris».

b) Pobreza: Graças a Deus, vai crescendo o número de sacerdotes que fazem voto de pobreza nas mãos do seu Prelado. Por que não fazê-lo no seio de um Instituto secular? Nestes, embora não esteja interdita a propriedade ou a aquisição de bens temporais, senão só determinado e não livre o seu uso, todavia a natureza do vínculo nascido entre o Instituto e o seu membro, dispensa este de amealhar um pecúlio para a velhice ou qualquer precalço na vida; exime-o da quase necessidade de receber estipêndio (tornando assim o ministério mais livre e o apostolado mais fecundo); não terá preocupações consigo pois os Institutos devem ter casas para onde se retirem os membros que, por sua delicada saúde ou outras circunstâncias não possam atender as suas necessidades. (Art. III, § 4, n.º 3). Pobreza não é miséria; e o desejo de ser pobre não exclue o horror de ser miserável. Ser santo na miséria só um herói; e nem todos o podem ser... Não é isto um alívio da solicitude, aliás justa dos bens temporais?

c) Obediência: Dissemos há pouco que a dependência do sacerdote diocesano

(1) Tanto quanto é dado ao homem fazê-lo.

em relação ao seu bispo é absolutamente fundamental para a sua espiritualidade e para a sua perfeição. Por isso insistimos neste voto. A obediência que é fundamentalmente para o noviço e mesmo para o professo um exercício de ascese pessoal, constitue para o clérigo submetido ao seu bispo uma indispensável condição de unidade e progresso da diocese. É um serviço mais que um acto de ascese pessoal. Os sacerdotes diocesanos que entram a fazer parte de um Instituto secular não se subtraem à autoridade ou à influência santificadora do bispo. Pelo contrário, a obediência passa a ser serviço e ascese. A sua nova vocação levá-los-á necessàriamente a uma obediência mais delicada e reverencial aos desejos e ordens daquele que a seus olhos incarna a Igreja e a sua divina autoridade.

O «nihil sine episcopo» não é apenas uma norma espiritual; apresenta-se diante deles — escreve Canals a respeito da Opus Dei — : *na vocação:* pois se exige licença do ordinário para a incorporação no Instituto; *na consagração:* pois fazem promessa de obediência ao próprio Ordinário nas mãos do Superior; *na vida de apostolado:* pois se obrigam a não exercer nenhum apostolado sem licença do bispo; e a renunciar ou aceitar dignidades se assim dispõe o Ordinário; *na vida sacerdotal:* pois confirmam e reforçam, com o voto, o vínculo de obediência nascido na ordenação (cf. *Monitor Ecclesiasticus,* ibid., pág. 315-316).

2.ª perspectiva nova: Valorização do Apostolado: Apontámos acima que a espiritualidade do clero diocesano deve ter necessàriamente em conta a «sua missão pastoral». O padre é um consagrado; o consagrado não se busca a si mas ao objecto a que se consagrou; e o sacerdote diocesano consagrou-se a Deus e às almas...

Os Institutos não são apenas escolas de perfeição cristã mas também falanges de almas consagradas ao apostolado. Não instauram nos seus membros uma espécie de dualismo; não esquartejam o interior do padre; mas são destinados a valorizar o próprio apostolado para que seja exercido sobrenaturalmente e assim os santifique também. Celebrar muitas vezes a Missa não leva necessàriamente a celebrá-la santamente; prègar com frequência não conduz mecânicamente a prègar com espírito de caridade. A razão é que as actividades apostólicas, por sua natureza, tendem para Deus ou para o próximo e não directamente para santificação do ministro que as exerce.

Ora a caridade não dispensa da ascese a fim de que mais e mais se busque a caridade. Esta ascese será constituida antes de mais pelo exercício perfeito do ministério. Assim, examinando mais a fundo a natureza dos Institutos seculares, deparamos com uma profissão dos conselhos que não vai encaminhada de preferência, nem para a vida activa, nem para a contemplativa, nem — como agora se diz — para a vida mista; pois em si mesma, na sua razão íntima se encontra uma plena e total consagração ao apostolado.

Não é oportuno e pode ser perigoso baixar a estas distinções demasiado particulares. Esta nova concepção dos conselhos está magistralmente expressa no «Motu próprio»: «Toda a vida de perfeição deve reflectir-se no Apostolado que se há-de exercer sempre santamente, com pureza de intenção, união interior com Deus, generoso esquecimento e abnegação de si mesmo, amor das almas, de modo que aproveite à vida interior que o informa, a alimente e renove sem cessar». Desta forma temos um apos-

tolado que não é apenas o transbordar de uma alma repleta do espírito de Deus alcançado na vida interior; mas um apostolado que alimenta sem cessar e dá consistência ao próprio espírito interior.

3.ª perspectiva: **Auxílio mútuo:** Finalmente os Institutos exigem o reconhecimento das vantagens da associação. O homem é essencialmente um animal ritmado em dois tempos: acção e repouso. Precisa de estímulo e auxílio . Que dramas não vive um Padre entregue a si mesmo, perdido num lugar sertanejo!...

A antiguidade deixou-nos o exemplo de uma comunidade sacerdotal, estreita, original, apostólica. Consiste na «despersonalização» do ministério sacerdotal em proveito de um grupo inteiro. Não é necessário que os fiéis possam dizer: «Eu sou de Paulo», «eu sou de Apolo»; mas simplesmente: «eu sou de Cristo», «eu sou da Igreja».

Não quero dizer que o sacerdote ao buscar apoio noutros sacerdotes renuncie a solucionar o seu problema vital na soledade divina da sua virgindade; mas inculcar as exigências da sociabilidade que o levam a buscar apoio no elemento social.

CONCLUSÃO

Feliz aquele que realiza perfeitamente a sua vocação, a missão que Deus lhe confiou, de que Deus tem necessidade (pois Deus quer ter necessidade do homem para a realização da Sua obra). A perfeição, que reside na caridade, consiste para cada um em se colocar na situação que lhe permitirá corresponder melhor aos desígnios de Deus, isto é, realizar, com o seu temperamento, hereditariedade, formação, gostos legítimos, o maior número de actos de caridade de que seja pessoalmente capaz.

Não há dúvida que os Institutos seculares, contendo um estado jurídico de perfeição, oferecem ao clero diocesano os meios mais aptos para alcançar a santidade.

O golpe do Espírito é estonteante. Poderá o clero diocesano não se mostrar tão asceta como os leigos fervorosos, tão heróico como os monges, tão admirável como os religiosos, tão intrépido como os missionários?

A resposta está ao nosso alcance.

A RESTAURAÇÃO LITÚRGICA DA SEMANA SANTA

Desde que em 1951 foi restaurada a Vigília Pascal, todos desejávamos pode celebrar a Semana Santa, retemperada na juventude tradicional da liturgia, segund as necessidades pastorais do nosso tempo. Por decreto de 16 de Novembro de 1955, que vem apensa uma instrução pastoral, foi promulgado um novo Ordo de celebrações saído a lume em Janeiro, segundo os votos de todo o orbe católico.

O acontecimento é notável sob vários aspectos. Primeiro por incidir no centr de todo o ano litúrgico e consequentemente de toda a vida cristã. Depois a própri expectativa e o desenvolvimento dos estudos feitos dão-lhe uma característica de boa -nova, destas novidades inesgotáveis que sempre apetece mais e mais aprofundar par delas extrair toda a riqueza. É que podem ser encaradas sob tantos aspectos, que pastorais, quer místicos ou históricos que ficamos com pena de nos limitarmos neces sàriamente a alguns deles. No caso, até, possui a restauração o valor de como qu solucionar uma adivinha, uma vez que tantas opiniões foram emitidas sobre o mod como havia de ser feita. Finalmente, e isto é o fundamental, os critérios que presi diram à sua elaboração vêm claramente formulados, e apesar de serem tão velho e manifestos como a Igreja revestem-se de flagrante actualidade e importância.

Tem-se, nestes últimos anos, dito e repetido que a História da liturgia não dev ser causa das actuais reformas litúrgicas, até mesmo porque Roma não costuma ater der de muito bom grado tal argumento. No entanto, ainda ninguém demonstrou qu as lições da História sejam para desprezar. Vejamos em esquema rápido, que nã atraiçoe muito a realidade, qual a evolução da liturgia no que diz respeito ao trídu sagrado e, afinal, a todo o ano litúrgico. Podemos, talvez, considerar três períod principais. Até ao século VIII, época de intensa elaboração litúrgica, a Igreja d Roma vai englobando progressivamente os ritos feitos por toda a parte, e dela irradia as cerimónias, já de carácter mais universalizado, para toda a Cristandade. Entre século VIII e o século XIII vem a grande idade da interpretação mística dos textos existentes, por vezes encontrando imagens fulgurantes e, nas horas infelizes, desvi tuando lamentàvelmente todo o sentido. É o tempo de um Amalário, de um Pseud -Alcuino de tantos outros. Contudo, já a partir do século XII com Inocêncio III tinham começado a fixar definitivamente as cerimónias, medida de segurança oport nissima para que em poucos anos se não perdesse toda a tradição litúrgica. Assi ainda hoje celebrávamos a Semana Santa como os nossos nem sempre muito esclar cidos antepassados do séculos XIII a viveram. Três épocas de característica diferent com seu mérito próprio, deixaram-nos um «saber de experiência feito» que foi be aproveitado.

Da primeira nos ficou a certeza de que a liturgia é por definição algo de ada

tado ao povo, ao seu jeito. A segunda mostrou-nos o valor e as desvantagens das interpretações místicas dos ofícios litúrgicos, como base da vida cristã dos fiéis. A terceira, talvez porque a mais recente, ensina-nos tanta coisa que a dificuldade só está em escolher. Desde as vantagens de uma unificação litúrgica até à imperiosa necessidade que o povo tem de viver os mistérios de Jesus; desde os ofícios ditos de trevas com seus solos de polifonias barrocas até à noite de cortinados do sábado de Aleluia, há abundante material para meditarem todos os que têm a responsabilidade da vida cristã. — As duas primeiras características apontadas, — que a liturgia é para o povo, e deve ser-lhe explicada, — são os critérios principais, seguidos pelos reformadores. Vejamos qual a sua razão de ser, o que nos ajudará a sermos-lhes fiéis ao pensamento.

1) A LITURGIA É PARA SER VIVIDA

A liturgia é por excelência um sinal; um sinal, porém, que não só nos transmite uma ideia ou sentimento, mas uma pessoa concreta, Nosso Senhor Jesus Cristo. Porque símbolo, usa objectos materiais, coisas da natureza, gestos de cada dia que têm de ser inteligíveis e, mais ainda, compreendidos. Não podemos, porém, ficar só no efeito natural do símbolo, no espectaculoso, na beleza por ser bela, mas temos de ir mais além. Um acto litúrgico é diferente duma peça de teatro ou de uma arenga em campanha, porque em si encerra uma realidade que o transcende. Por isso, embora use do exterior, nunca a liturgia é *escrava das leis psicológicas* como se procurasse, acima do mais, agradar.

Erro não menor seria, porém, cairmos no outro extremo de menosprezar a inteligibilidade do símbolo que, apesar de obscuro, pode ser eficaz no campo sentimental... É que se torna pelo menos de grande perigo, construir a vida de piedade dos fiéis sobre o *misterioso* que os impede de viverem os *mistérios* de Cristo.

Reveste-se esta doutrina — a da acessibilidade da liturgia — de peculiar importância, uma vez que toda a vida cristã assenta em factos históricos muito palpáveis: a vida do Verbo Incarnado. Ora a missão da liturgia é precisamente tornar esses mistérios de Cristo presentes no meio de nós. Os mistérios, embora contidos no facto histórico e na celebração litúrgica, estão para além da materialidade de ambos os conjuntos de acções; são a sua forma, forma esta que só é contida na liturgia e não nas cerimónias que se realizam fora dela. Daí o afirmar-se bem claramente que: «os ritos litúrgicos da Semana Santa, não só possuem especial dignidade, mas encerram também singular virtude e eficácia sacramental para alimentar a vida cristã.» (1)

Fala-se ainda numa força vivificante para o cristão. Podemos dizer que ela advém aos ritos da presença de Jesus na Sua Igreja, é veiculada pelas cerimónias externas, condicionada pela percepção dos fiéis, *mas causada pela graça de Cristo.* E que admira se já Jesus dissera ser o Caminho, a Verdade, a Vida? Na liturgia, é-nos dada a Verdade do Mistério para contemplarmos; por ela somos colocados no Cami-

(1) Introdução do Decreto «*Maxima Redemptionis nostrae Misteria*» de 16 de Novembro de 1955. Vd. excelente tradução na revista *Ora et Labora* de Dezembro do mesmo ano, p. p. 277 s. s.

nho para o Pai, jornada a percorrer com Cristo, nela recebemos a Vida que por se entregou, «mistério supremo da nossa redenção».

Esta eficácia sacramental actua em cada um de nós, não só como indivíduos, r antes como membros que somos, de uma comunidade. A própria liturgia é, só por uma comunhão de coisas santas e de santos. Temos uma vida que nos transcende p que sobrenatural, porque divina, e nos é dada na Igreja. Como filhos de Deus viven uma vida que é mistério do Amor Incriado. Ora o Tríduo Santo, marca preci mente a comemoração do acto que é fonte eterna e infinita desta vida em todos nós Páscoa de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim se justifica como era uma dor de al verificar que tão poucos viviam estes mistérios com a Igreja, participavam na red ção presente ao século XX pelas celebrações litúrgicas, realidade em nossa carne nosso espírito como sarmentos da única Videira.

É bem verdade, que muitos dos fiéis mais piedosos acorriam à Via Sacra, ao Enterro Senhor, ouviam longos e emocionantes sermões. Muitos católicos meditavam piedosamente seu coração. Até mais, todo o português que se preza — mesmo nas cidades — se veste de luto não dispensa uma visita de bom tom aos «sepulcros» tão lindos com luzes e flores, aproveitan a ocasião para comprar à porta da igreja o seu ramo de alecrim a exalar um odor de recol mento. A todos as amêndoas pascais sabiam como prémio doce de um vitória dolorosa. Tod tinham merecido a seu modo as boas-festas. Porém, por maior que fosse o peso de uma tradiçã tal modo de celebrar os Mistérios Pascais era nitidamente insuficiente. Mas a verdade é que maioria das pessoas, com seus afazeres, estavam privadas de ir mais longe. À tarde, podiar quando muito assistir aos longos ofícios de que nada percebiam, ou então escutar a Palavra d Deus, ou tomar parte nalguma procissão. De qualquer modo, actos muito edificantes mas em qu cada um ficava passivo, assistia, ouvia e pouco mais.

Bem diferentes eram a vontade da Igreja e os meios de que Ela dispunha para nos fazer viver. E por isso que nenhum destes actos pode ser posto ao lado da liturgia cuja «virtude e eficácia nunca poderão ser compensadas com aqueles piedosos exercí cios extra-litúrgicos, que neste sagrado tríduo é uso fazerem-se da parte da tarde». (2)

Não quer isto dizer que se releguem para segundo plano os bons frutos que todos aqueles actos produziam na alma dos fiéis. Não, o que se afirma é que esse resultado é superabundantemente obtido com a liturgia, embora talvez cada um de nós possa não sentir tão grande recolhimento ou não seja tão ferida a própria sensibilidade. Não pode substituir-se uma presença real de Cristo por uma presença imaginada, como era a de tantos actos piedosos. Pelo menos, nessas devoções não estava empenhada a Igreja enquanto tal. E é preciso não esquecer que a vida cristã não é, de modo algum, sentimento, ou compreensão, ou recordação histórica. A dor dos pecados, a lembrança dos factos da vida de Jesus, os bons propósitos, fazem parte da vida cristã, são mesmo indispensáveis para nós, não são essenciais. Agora, sem identificação com Nosso Senhor, sem vivermos com Ele na Igreja, sem nos esforçarmos na medida do possível por participarmos na Sua Vida, é que não podemos viver cristãmente.

Levar-nos-ia longe demais continuarmos a desenvolver este critério que já fica suficientemnte indicado: a liturgia deve estar adaptada ao povo, porque é o alimento da sua vida cristã. Vejamos agora o segundo.

---

(2) ibidem

2) A LITURGIA DEVE SER PREGADA

Qualquer alimento, só tomado produz os seus efeitos. E assim acontece com a liturgia; não basta que os fiéis possam participar nela — porque realizada a horas convenientes — é preciso que participem como homens que são, tais como existem. Para isso é necessário antes de mais que saibam o que estão a fazer. Quando assisto a uma procissão qualquer, por exemplo, em honra de S. António, não é muito difícil perceber o sentido do acto que realizo. O mesmo se diga no caso de ouvir um sermão. Desde que o pregador seja suficientemente claro, posso tirar proveito sem mais delongas em explicações. Inclusivamente, nada impede que a minha visita ao Santíssimo tome um rumo diametralmente oposto à de alguém que se ajoelha a meu lado. O mesmo já não acontece com os actos litúrgicos. Têm um sentido fundamental e, se cada um pode viver melhor esta ou aquela faceta do Mistério, não deve contudo afastar-se do Mistério celebrado, sob pena de não fazer o que a Igreja quer. Ora, nem sempre é fácil à maioria dos cristãos o saber exactamente qual o sentido dado pela Igreja a determinada função litúrgica, e, no entanto, isso é fundamental para a sua vida cristã se a função pertence, por exemplo, à Semana Santa. A dificuldade aumenta uma vez que o simbolismo, de que a liturgia se reveste, está por vezes um pouco afastado da nossa mentalidade do dia a dia. Há, mesmo, quem diga que a vida contemporânea ignora o simbolismo, — o que talvez não seja muito exacto — mas de qualquer maneira, são outras as formas simbólicas a que nos habituámos.

Torna-se, assim, muito necessária, a explicação e preparação das cerimónias sagradas, até porque a História nos diz que o desenvolvimento, por assim dizer, místico dessas funções é muito útil uma vez que ficamos muito aquém de penetrarmos no sentido pleno de cada uma delas. A todas estas razões, acresce o facto de haver agora uma mudança litúrgica, o que certamente trará o seu quê de desorientação a muitos católicos.

Por tudo isto nos diz a Instrução «*Cum Propositum*», «que os sacerdotes, particularmente aqueles a quem está confiada a cura de almas, sejam devidamente instruídos não só acerca das normas rituais do novo Ordo da Semana Santa, mas também acerca do seu significado litúrgico e objectivo pastoral». Como, porém, esta expressão «pastoral» podia dar azo a mal entendidos muito prejudiciais, definira já, um pouco atrás, o que a Igreja entende ser o objectivo pastoral da Semana Santa: «proporcionar aos fiéis a possibilidade de participar mais fàcilmente, com maior devoção e maior fruto, na veneranda liturgia destes dias, agora restituída às suas próprias e mais convenientes». Isto, em português de lei, quer dizer: A Igreja manda aos seus padres que preguem aos fiéis a liturgia da Semana Santa. Façam as suas pregações explicando o significado das cerimónias e tendo em vista não a erudição histórica dos católicos, mas uma participação mais frutuosa, não mais espectacular, nos ritos sagrados. Não se trata de uma sugestão oportuna, mas da manifestação expressa da vontade da Igreja. Não fica ao critério particular fazer ou não, conforme as indicações apontadas. Fazer o contrário é falta de critério. Não é pregar um aspecto qualquer da paixão de Jesus, mas o modo como a Igreja a vai celebrar no ano em que estamos. Pois se

nem sequer basta pregar o significado das cerimónias, se nos é dito que os cristãos devem ser instruídos acerca das normas rituais! Verdade é que não só mas... também.

A insistência é com tal intensidade que não podem ficar os pastores de almas descansados se fizeram várias homilias sobre o tema. «Conseguir *plenamente* este objectivo, é da máxima importância» (3). Tem de olhar-se aos resultados; a reforma é para os fiéis, tem de ser posta ao seu alcance. Poderia alguém discutir sobre se, uma vez que a liturgia é linguagem, seria oportuno explicar o que de si deve ser acessível. A esta objecção, responde-se que nunca pode ser posta de lado a necessidade de iniciar as pessoas num mundo simbólico, e depois, a explicação de hoje será certamente caminho para novos rumos que têm de ser estudados com toda a prudência. Em qualquer caso a Igreja previu, até, a maneira como esta explicação há-de realizar-se: «Curem com solicitude os Ordinários dos lugares por que os sacerdotes, particularmente aqueles a quem está confiada a cura de almas, sejam devidamente instruídos... que os fiéis durante o santo tempo da Quaresma sejam convenientemente instruídos» (4). O que traduzido em linguagem corrente quer dizer que todos aprendamos a vida da Igreja para a podermos pregar em nossa vida.

Escusado será insistir como faz o P.e Low, Vice-Reitor da Secção Histórica da Sagrada Congregação dos Ritos, que diz ficar naturalmente indicado o tema das pregações quaresmais (5). Guia base de pregação, será, como é bom de ver, o documento agora publicado. Seguindo-o e desenvolvendo-o evitar-se-ão desvios a todos os títulos inoportunos.

Da terceira época apontada, dissemos poder tirar várias lições. Uma das principais é a de que o povo se não contenta com cerimónias longínquas e misteriosas, pois, como se vê, cria coisas ao seu jeito, devoções particulares que lhe encham a alma. Por isso, se não aproveitamos a oportunidade para explicar a liturgia, dentro em breve assistiremos ao fenómeno de termos liturgia à tarde e devoções de manhã, porque a fé pouco esclarecida ainda é capaz de vencer certos afazeres... Outro fruto desta terceira época é ter-se criado um modo especial de viver a Semana Santa, que não pode arrancar-se, antes é preciso saber contar com ele, eliminando apenas o que tiver de menos próprio. A Instrução destina-se a ser um guia a orientar os párocos nesta difícil tarefa (6). Nela se recomenda que todos se esforcem «por harmonizar prudentemente com o novo Ordo da Semana Santa aqueles usos que forem capazes de favorecer a sólida piedade». Assim, dois requisitos: primeiro, critério quanto aos usos escolhidos; depois, prudência, muita prudência, no modo de realizar a passagem. E, mesmo assim, grandes dificuldades certamente se levantarão. Por isso logo a seguir se insiste:

---

(3) Instrução «*Cum propositum*».

(4) Instrução «*Cum propositum*».

(5) Vd. *Worship* — Janeiro de 1956 — «A PASTORAL OPPORTUNITY», p. 94. O Autor é um dos artífices da nova restauração.

(6) Vd. Artigo do P. Antonelli, Relator Geral da S. C. dos Ritos in «*Osservatore Romano*» 27-11-1955 — Tradução na revista «*Ora et Labora*» n.º 6, 1955, p. 289.

«expliquem aos fiéis o sumo valor da sagrada Liturgia». É que «fabricando fit faber» e todos sabemos como custam a arrancar certos jeitos de antanho.

Toda esta restauração, que aos párocos vai por vezes exigir grande sacrifício, tem de ser encarada como forma de piedade filial para com a Igreja. É a melhor maneira que temos de exercer a devoção celestial, amor de um filho para com sua Mãe.

Uma vez discernidos os critérios fundamentais que presidiram à reforma, passamos a brevemente comentar cada um dos documentos. Certamente que não se dirá tudo o que eles contêm, mas só procurará pôr-se em relevo um ou outro aspecto mais importante, juntando aqui e além algumas das sugestões que apareceram.

O Decreto

Na sua Introdução, expõe o legislador os principais motivos que levaram à promulgação deste documento. É acentuada a parte histórica do problema para nos dizer que os costumes de tempos antigos eram mais conformes às necessidades contemporâneas, que os ritos e rubricas chegados aos nossos dias. Na presença deste facto interessante, e verificando o óptimo resultado da Constituição «*Christus Dominus*» que tanto veio facilitar a frequência das igrejas, é a todos os títulos recomendável a revisão do horário das cerimónias. Este facto parece de somenos importância.

Antes de chamar a atenção para o seu valor, não resisto a transcrever do citado artigo do P.e Low (1) algumas indicações curiosas:

«Desde que a famosa restauração da Vigília Pascal foi em 1951 promulgada como experiência, muitas centenas de relatórios oficiais foram nestes últimos anos enviados às competentes autoridades romanas. Verificando o peso e extensão da reforma, viu-se que ela era não só possível mas necessária segundo os interesses dos cuidados pastorais das almas... É preciso não esquecer que de toda a parte, de padres com cura de almas, de autoridades na liturgia pastoral e especialmente de Bispos, se elevaram urgentes pedidos não só para a permanência da Vigília, como ainda para uma similar restauração de toda a liturgia da Semana Santa.

Foi, por isso, a Comissão Papal para a Reforma da Liturgia, encarregada de coordenar as boas sugestões... A reforma de Quinta e Sexta-feira Santa estava pronta desde 1953 mas por motivos extrínsecos não foi possível publicá-la nessa altura. Como aumentavam os pedidos, e se estendiam ao Domingo de Ramos, foi posta no programa a restauração de toda a Semana Santa.

Na sessão extraordinária que em 19 de Julho de 1955 reuniu os Cardeais da Sagrada Congregação dos Ritos foi apresentada uma documentadíssima POSITIO que encarava os problemas de todos os ângulos possíveis e previa a críticos desfavoráveis. O Santo Padre que pessoalmente durante anos acompanhara o desenvolvimento dos trabalhos, tomou por fim a decisão».

O problema, que aliás não envolvia simples questão de horas, era de facto delicado. Além de se tratar de uma questão de princípios, havia a ter em vista o choque com o tradicionalismo popular. Depois, a restauração tomaria o aspecto de definitiva e obrigatória, o que aumentava a responsabilidade, sabido, como é, serem tão diversas as opiniões sobre alguns dos problemas que envolve, e ter a reforma de sábado santo levantado críticas tão díspares. Isto não quer dizer que seja impossível em absoluto uma nova reforma daqui por uns anos, quando estiverem melhor definidas as necessidades actuais.

---

(1) Vol. *Worship*. Janeiro 1956

Só agora passa a existir uma Semana, litùrgicamente chamada Santa, pois até aqui a designação oficial era Semana Maior. Por outro lado, é dividida em dois blocos, uma vez que o Tríduo Sagrado é posto mais em foco como um todo único, e o Domingo dito de Ramos passou a ser o segundo da Paixão. De modo algum porém, o seu sentido se opõe ao do Tríduo Sagrado, antes, como adiante terei ocasião de dizer, lhe serve como de introdução geral.

O ofício divino fica substancialmente na mesma, excepto quanto ao horário. É notável a supressão de Vésperas em quinta e sexta-feira, e de Completas no sábado. É que a essas horas o louvor divino é tributado através das próprias funções sagradas. Aliás, é mesmo esta a antiga tradição romana.

Porque a liturgia é para o povo cristão, evitou-se marcar uma hora certa para o início das cerimónias, fixando-se apenas um prazo que vai das cinco às oito em quinta-feira santa, e das três às seis em sexta-feira. Nas paróquias onde a afluência dos fiéis justificar em quinta-feira mais de uma missa «in coena Domini», o seu início tem de ser dentro do intervalo fixado.

O jejum quaresmal terminava até aqui ao meio-dia de Sábado-Santo. Mesmo depois da nova Vigília, dado o seu carácter provisório, manteve-se o estabelecido. Uma vez que a reforma actual é definitiva, o jejum e abstinência são prolongados até à noite. Não deixa de ser oportuno aproveitar a ocasião para afervorar os fiéis no cumprimento destas prescrições da Igreja, citando-lhes o exemplo de nossos antepassados que ficavam em jejum natural desde quinta-feira à tarde até Domingo de Páscoa.

A Instrução «Cum Propositum»

É, como dissemos, um guia destinado a orientar todos aqueles a quem incumbe o encargo de executar a restauração das cerimónias. É a prova mais cabal de que a reforma não é espanejar de preciosa peça de museu, mas qualquer coisa de vivo que encontrará dificuldades no seu caminho. «Impõe-se a todos aqueles a quem diz respeito, o conhecimento e obsevância desta instrução» ([8]), «para ajudar a conseguir dos fiéis que tirem da viva participação nas cerimónias sagradas, mais abundantes frutos».

Para tanto é necessário que a Quaresma passe a ser de novo, tempo de preparação para a Páscoa. É preciso que os fiéis se habituem a não ver na Quaresma sòmente um tempo em que se vai comungar, como o Natal é a época de dar roupas e géneros aos pobres, e o verão a altura de ir para férias. Certamente que a preparação dos católicos mediante o sacramento da Penitência é excelente, mas pode apesar disso nada lhes revelar da vida pascal que exige esta mesma purificação. É óptimo que durante a Quaresma se intensifiquem os cursos de religião, mas está longe de ser suficiente, se esses cursos não contribuirem para uma maior vida com a Igreja, para um exercício da virtude de religião com Nosso Senhor Jesus Cristo, Sumo Sacerdote. A própria devoção da Via-Sacra e outras similares que se realizam na Quaresma têm valor enquanto preparam os fiéis para os Mistérios Pascais. É urgente necessidade da vida comuni-

---

([8]) Documento citado.

tária e mesmo particular dos nossos cristãos, poderem preparar-se convenientemente para a Páscoa, pela pregação, ouvindo a palavra de Deus, pela penitência, pela esmola, pela oração. Não basta que realizem estes actos por serem bons em si mesmos, mas porque eles os ajudam a identificar-se com Jesus, aceitando plenamente a Vontade de Deus. Toda a comunidade paroquial, diocesana e católica se purifica para viver com Cristo o drama da Redenção.

O documento toma separadamente, no seu primeiro capítulo de preparação ritual e pastoral, cada dia da Semana Santa.

Para o Segundo Domingo da Paixão, recomenda que se «convidem os fiéis a tomar parte, no maior número possível, na solene procissão de ramos, dando assim público testemunho de amor e gratidão a Cristo-Rei». (°) Esta procissão é distinta completamente da missa da festa, embora com ela venha ligada. Não cumpre só aos fiéis, que participem na missa paroquial, tomar parte no cortejo, mas a todos os paroquianos. É uma proclamação pública, solene, que vincula todos os participantes no Reino de Deus, exigindo um notável aparato externo. Seria errado relegar para segundo plano o espectacular, para restringir as cerimónias a uns ritos feitos à pressa, mal saindo a porta da igreja. Só é de louvar todo o esforço que venha a ser feito por que se implante o costume no povo, e para isso não se deixe que esta procissão fique atrás de qualquer outra promovida pela confraria do orago. É certo que faltam os andores, estímulo eficaz da devoção, mas mesmo assim há imensos recursos. Podem preparar-se os caminhos por onde ela passará — conforme o jeito da terra — ensaiar-se anteriormente cantores que dêm brilho à cerimónia, pôr um cuidado especial no arranjo dos ramos — e não folhas secas e mirradas. Onde houver mais de uma igreja, pode a procissão dirigir-se de uma delas para a principal. Em qualquer caso, seria de recomendar que o cortejo passasse pelas ruas mais importantes da terra.

Depois, como as rubricas permitem, no fim dos textos oficiais, todo o povo cantará hinos em honra de Cristo-Rei, como o «Christus Vincit».

Esta procissão tem de realizar-se da parte da manhã, o que certamente não impedirá que se revista de grande imponência. O objectivo fundamental, além do testemunho público, é vincular cada um dos fiéis a Cristo-Rei. A realeza é qualquer coisa de comunitário que, não obstante, diz muito respeito a cada um dos membros da comunidade, pois se exerce sobre cada um deles. Que não se fique no exterior, na festa, no barulho, mas que se vá mais além, à consagração pessoal ao Rei que vem salvar-nos, ao Anunciado pelos profetas, Desejado por todos nós. Afinal, que se viva completamente o sentido do facto histórico da entrada de Jesus em Jerusalém, sem dúvida a melhor explicação das cerimónias actuais. Tenha-se mesmo o cuidado de vigiar o modo como os fiéis levam seus ramos, faça-se com que os empunhem triunfalmente e não em atitude dulcificada. Podemos ter a certeza de que de todos estes pormenores externos e insignificantes depende a possibilidade de transmitir aos fiéis o sentido verdadeiro das cerimónias. Embora o ritual externo não seja a única coisa necessária, não obstante é bem útil a sua observância escrupulosa porque dificilmente o ridículo será fonte de edificação. Criar um espírito não é sinónimo de desprezar o exterior.

Seria ainda oportuno, para vincar melhor o sentido triunfal, ensinar os fiéis a guardarem os ramos em suas casas de maneira solene durante a Semana Santa. É um troféu da vitória cele-

(°) Ibidem.

brada durante estes dias, troféu particular, nosso, que levámos, que é um símbolo da nossa união a Cristo-Rei.

A administração do sacramento da Penitência deve ser mais intensa na primeira parte da Quaresma. São duas as razões que levam a isso. Primeiro a necessidade de não deixar que nos últimos dias tão sobrecarregados de trabalhar, se acumulem grandes filas de penitentes esperando ser atendidos. Depois, importa levar os fiéis a comungarem no Tríduo Sagrado, para se unirem a esse Corpo bendito que realizou a nossa redenção. Talvez ajude a convencer a confessarem-se nos primeiros dias da semana, contar como antigamente em quinta-feira santa se realizava a reconciliação dos penitentes durante a segunda missa, pelo meio-dia. É que a Igreja queria que mesmo estes seus filhos pecadores públicos, vivessem com Ela o Tríduo Sagrado.

A instrução a propósito de *Quinta feira Santa,* deve incidir sobre a instituição da Santíssima Eucaristia, tema dominante e fonte de todos os outros sentidos. São postos em relevo alguns aspectos que é oportuno pormenorizar com maior cuidado. (10) Em primeiro lugar chame-se a atenção para o facto de a Santíssima Eucaristia ter sido instituída «na véspera da Sua Paixão», de que é memorial perpétuo. Da união das devoções ao Santíssimo Sacramento e à «Paixão do Redentor», conseguir-se-á com o rejuvenescimento de ambas, um tonificante alimento espiritual a fazer penetrar mais os cristãos no sentido profundo dos Mistérios de Jesus. Mas não deve por outro lado separar-se a Santíssima Eucaristia da Missa, o que seria nota de pouca nitidez de conceitos, e por isso se recomendam os aspectos de *sacramento* e *sacrifício*. Só da sua síntese harmoniosa conseguiremos uma ideia tanto quanto possível esclarecida sobre a Missa, Eucaristia (11). É ainda notado mais um ponto para a pregação: a Eucaristia «é celebrada perenemente pelo ministério dos sacerdotes».

A adoração ao Santíssimo que é de tão portuguesa e latina tradição, fica adiada para o fim da missa «in Coena Domini». Note-se que não passou para segundo plano, nem é indiferente que se faça ou não: «Convidem-se também os fiéis a fazer, a seguir à Missa «in coena Domini», a devida adoração ao Santíssimo Sacramento» (12). Deve prolongar-se até à meia-noite *pelo menos*. Convém dar à ornamentação do trono um ar de majestade e imponência, pois é esse o sentido da hora vivida. A grande profusão de luzes e flores nem sempre é sinónimo de imponência. Deve escolher-se um lugar espaçoso na medida do possível, procurando que à simplicidade se alie o bom gosto. Não será tempo perdido o que se gasta para revestir de maior dignidade esta adoração.

Introduziu-se, depois do Evangelho da missa vespertina, a cerimónia do lava-pés. Não é obrigatória. Só deve realizar-se «ubi ratio pastoralis id suadeat» (11). No entanto, não será difícil explicar mesmo aos fiéis «que menos estejam habituados», o profundo significado deste sagrado rito e a oportunidade que neste dia se lhes oferece de se entranharem em obras de caridade cristã» (12). Só por uma razão grave se devia omitir este eloquentíssimo exemplo «no intuito de inculcar o mandamento do Senhor sobre o amor fraterno» (13). É que hoje é acima de tudo o começo da celebração do amor que Deus teve por nós. Todo o dia está cheio da doação que Jesus nos fez e da nossa entrega. Ora é bem sabido como o segundo mandamento anda junto

(10) Ibidem.
(11) Ordo.
(12) Instrução cit.
(13) Cf. Primeira antífona do «Mandatum».

com o primeiro. O mandamento que nos leva a amarmo-nos uns aos outros como Jesus nos amou, é mesmo o Mandamento Novo (13). Todos num só corpo e numa só fé congregados à volta do mesmo altar. Por isso, foi restaurada «a antiquíssima tradição da Igreja romana, que proíbe a celebração das Missas privadas, devendo todos os sacerdotes e demais clérigos assistir à Missa in Coena Domini e nela receber a sagrada comunhão (cfr. Cân. 862)» (14).

Ia-se espalhando o costume de neste dia enviar alguém que trouxesse solenemente os Santos Óleos da Sé Catedral. Seria a todos os títulos de aconselhar que o próprio Pároco, sempre que possível, assistisse à missa da manhã na Sé Catedral levando no fim para a sua paróquia os Santos óleos. Como veremos, a missa da manhã é por excelência a glorificação e celebração dos poderes sacerdotais.

Os ritos de *sexta-feira* são dos que pela singularidade e riqueza mais precisam de ser explicados no seu pormenor, não bastando tocar de leve o sentido geral do dia. Um dos objectivos a ter em vista é conseguir que bastantes fiéis comunguem.

Já desde o século sétimo que em Roma nas Igrejas Titulares se distribuia a Sagrada Comunhão. As ordenações do século nono, urgiam mesmo esta prática que veio a cair em desuso a quando do arrefecimento geral da devoção ao Santíssimo Sacramento na baixa Idade Média. Durante este lapso de tempo, foi a comunhão introduzida na liturgia papal, pelo que ficou sendo privilégio do celebrante (15). Contudo numa aldeia da Westfália ainda em nossos dias todos comungavam. Escusado será dizer que as hóstias comungadas devem ser da Missa do dia anterior. Sobretudo a partir deste momento, a Igreja está de luto.

O sentido de luto pesado vinca-o a Instrução em *Sábado Santo,* mandando reparar para como o altar está despido, se não celebra sacrifício, sinal certo de alegria, e todos meditamos na Paixão e Morte de Jesus. É necessário ensinar o valor do silêncio e sobriedade, da expectativa nas trevas, da grande Luz que brilhará, triunfalmente avançando pela igreja acima, e repartindo a chama imperecível, pelas mãos de toda a comunidade presente. Onde a afluência de catecúmenos o justificar podem antecipar-se para a manhã de Sábado Santo, as cerimónias que precedem a administração do baptismo.

---

(14) Inst. cit.

(15) Sobre a ausência de sacrifício neste dia convém notar que, na Igreja de Roma, sempre a celebração da Missa foi tida como sinal de alegria. Levantou-se o problema da oportunidade da comunhão uma vez que não há Sacrifício. Seria a comunhão, causa ou consequência da Reserva? Certamente causa.

Sobre o problema é conhecida a controvérsia que agitou no ano transacto os meios litúrgicos. D. Capelle chefiava o grupo dos que eram pelo mantimento da comunhão. Jungman ia por uma lógica inflexível suprimindo a comunhão uma vez que não havia sacrifício.

O problema ficou em suspenso, até que os documentos, agora publicados, estendem a todos os fiéis a possibilidade de se aproximarem «da Sagrada Comunhão, o que deverão fazer com este fim particular: comungarem devotamente o Corpo do Senhor, entregue neste dia por amor de todos os homens, para desta forma receberem mais abundantes frutos de redenção». E este o sentido que a Igreja hoje dá ao acto, isto sem desprimor para o eminente Jungman que encarava o problema sob um ponto de vista histórico. A questão mudou de pé, uma vez que a Igreja dá um sentido determinado ao acto.

Aconselha-se a ornamentação de recipientes para a bênção da água. Um arranjo sóbrio e de bom gosto, quer entretecendo uma grinalda de flores ou de qualquer outra forma, mas sem

Tudo afinal se resume em fazer o possível por revestir da seriedade devida tudo o que é realizado na igreja, procurando mostrar a todos os que nos estão confiados a grande Fonte de águas bem vivas que eles desconhecem. «Por isso, ponha-se todo o cuidado em preparar e dispor as coisas necessárias para a devota e digna celebração litúrgica desta santíssima semana. Os ministros sagrados e todos os mais que houverem de exercer alguma função, clérigos ou leigos, mormente se forem meninos, *devem ser diligentemente instruídos no ofício a desempenhar*». (15).

REX CHRISTE REDEMPTOR

Estas três palavras do hino «Gloria Laus» definem o sentido das inovações do Ordo actual da *realeza* universal de Jesus, *Messias* esperado, que, *reunindo-nos*, instaura a nova ordem. Uma só realidade celebrada, Nosso Senhor Jesus Cristo que vive desde a Sua entrada em Jerusalém até ao dia de hoje. E a realidade deste facto histórico, facto de vinte séculos que se comemora. Assim se explicam as diversas facetas, os diversos mistérios que se interpretam maravilhosamente. Celebramos algo de histórico com toda a riqueza de que sempre a vida se reveste.

AVE REX NOSTER

Procissão em honra de Cristo, Rei Messiânico. O Messianismo é constante que nos vem desde o Antigo Testamento, promessa feita às gerações do povo eleito, bênção prometida à posteridade de Abraão. O que há-de vir reinará na justiça, na paz, comerá manteiga e mel, será Rei Pacífico, Homem de dores, Chefe do Povo, Filho de David,

---

tomar complicado aspecto teatral com muitas jarras e panos, o que só serviria para estorvar, impedindo os fiéis de assistirem convenientemente às cerimónias. O ideal será dispor uma nota de graça e bom gosto discreto, que lembre o valor dos símbolos com que lidamos, mas respeitando uma certa austeridade necessária. Também se afirma expressamente poderem pintar-se no círio pascal os sinais que o celebrante gravará com o estilete. Convém não encher de figuras todo o círio, mas ornamentá-lo de modo a pôr em relevo o alfa e omega bem como os números do ano. Pode pintar-se ainda o brasão da paróquia para vincar como o círio é nosso, deste ano, vitória de Cristo nesta comunidade determinada. É costume dalgumas terras substituir os grãos de incenso por inestéticas pinhas sem o mínimo sentido. Ora os grãos de incenso são facílimos de fazer, basta rodar uma bola de cera aquecida sobre o incenso, tendo o cuidado prévio de lhe colocar no meio um prego ou parafuso que a ligará ao círio. Pode dar-se uma forma alongada, oval a estes grãos, de modo a não encobrirem a cruz do círio.

É de recomendar que o círio seja outra vela diferente da do ano passado, pois a vitória também é nova, e além disso a própria cera tem o número do ano gravado, para vincular o círio como testemunho de triunfo. Só uma extrema pobreza justificaria a raspagem da cera, pois a Igreja não é um palco de teatro onde o que se apresenta é a fingir. Seria bom que todos os fiéis, que podessem, gravassem nas suas velas os mesmos sinais do círio paroquial. Era mais um símbolo de unidade e de consagração de cada um deles à grande Luz. Com os círios dos vários anos pode mesmo ir-se organizando um museu paroquial, que englobaria ainda outros elementos e seria magnífico testemunho da vida cristã de uma paróquia.

(16) Instrução. Há vários pormenores contidos tanto no Decreto como na Instrução pastoral, a que se não faz referência, pela impossibilidade de tudo comentar na íntegra. É necessário, portanto, ler esses documentos tais como foram publicados.

o Ungido. Centro social das esperanças, mesmo dos mais afastados da ortodoxia judaica, reinava em todos os corações como Aurora contemplada na expectativa do Sol, como a haste promessa da flor. Nascido em Belém, cidade do pastor que foi Rei, o Bom Pastor desde logo a si vincula todo o rebanho, para o ensinar, governar, alimentando-o com a nova água sempre viva e duradoura, realizando maravilhas na herança de Iaveh. Água transformada em vinho, vinho mudado em sangue, pão que ora é corpo, testemunho da Nova Aliança, penhor da glória futura. O Messias, o Rei que é Arauto e Sacerdote, continua a ser o centro do Reino de Deus, o Esposo da Igreja. O Messias está intimamente ligado, com toda a profundidade de sentido, à vida celestial, vida de comunidade. Mostrou-no-l'O a liturgia adorado pelos Magos, apresentando-se no Templo, vivendo no deserto depois do baptismo de S. João, sendo Luz em combate com as Trevas, o Mestre, o Amigo, o Senhor. E sempre Ele foi o Esposo, o Sacerdote Único, o Rei. Através do triunfo de hoje nos sentimos vinculados a esse duelo mortal que vai travar-se entre o Príncipe da Paz e Satan, entre o Rei da Vida e os poderes da morte que fatalmente será mordida quando se levantarem as portas eternas para a entrada do Rei da Glória. Nós somos do Seu reino, e por isso hoje fazemos esta introdução geral a toda a Semana Santa.

É uma síntese, uma justificação prévia, uma consequência do que vai celebrar-se A cor dos paramentos é vermelha, cor do triunfo pelo sangue.

Até agora a liturgia compunha-se de duas partes, a bênção dos ramos e a procissão, cada uma com seu longo cerimonial. Hoje a primeira, reduz-se a uma simples fórmula de bênção, tendo-se desenvolvido a segunda parte. Durante a distribuição dos ramos, cantam-se versículos do salmo 23 e 46 com as antigas antífonas da distribuição. Como os habitantes de Jerusalém, também nós precorremos as nossas ruas aclamando o Rei de Israel. O hino «Glória Laus» passa a ser cantado durante o cortejo, bem como quatro novas antífonas e o salmo 147. Não cai na índole do artigo, fazer um comentário dos textos. ([17]) Eles mesmos são contudo bastante eloquentes, deixando ressaltar o sentido à maravilha.

No fim da procissão, mudados os paramentos para a cor roxa, começa-se a missa imediatamente pela incensação. A Paixão principia em Getsémani como na Sexta-feira santa, e durante o seu canto, não se empunham já os ramos. A parte final, cantada como o Evangelho, é suprimida, rezando-se o «Munda cor meum» logo no início como é mais lógico. O celebrante não acompanha a leitura pelo missal como fazia até aqui.

Muito se tem já escrito sobre a orientação do novo Ordo, e mesmo antes de ele ter sido publicado, já alguns discordavam em grande parte. ([18]) Certamente são lícitos muitos critérios que poderiam ter presidido à reforma. De facto, parece não ser muito oportuno discuti-los quando há aspectos muito mais importantes a serem focados

---

([17]) Sobre toda a Semana Santa podem consultar-se:
«Le Mystére Pascal» — Colecção «LEX ORANDI».
L'Année du Seigneur — D. Aemiliana LOEHR.
E qualquer dos comentários clássicos do ano litúrgico.
([18]) Vd. Paroisse et Liturgie — Jan. 1956.

anteriormente. Depois, as divergências de critério e a crítica aos erros apontados, *àparte um ou outro caso,* são geralmente difíceis de justificar, ou pelo menos não têm base mais firme que o que reprovam. Há quem se não esforce por compreender a possibilidade de uma tentativa não sair perfeita em todos os pormenores, sobretudo quando o tema é nalguns pontos tão discutido. Ninguém afirmou ainda a impossibilidade de com o tempo se rever esta reforma que apesar de obrigatória toma bastantes aspectos de experiência (19).

Uma vez que é impossível, pela falta de espaço, comentar o Ordo com pormenor, fiquem pelo menos algumas notas principais.

Apesar do que saltaria à primiera vista, pode afirmar-se que o Tríduo Sagrado, tal como agora o temos, é uma celebração com sentido único: sacramental — histórico. Não vem para o caso discutir a historicidade da Última Ceia em quarta ou quinta-feira. É um problema em que o peso da tradição tem uma importância decisiva. Desde a mais alta antiguidade que vem sendo comemorada em quinta-feira santa, e a liturgia, tal como a temos, supõe as coisas deste modo. Seria necessária uma reforma profundíssima, para alterar a tal ponto o que tem sido feito.

Quinta-feira, de manhã, há de novo nas catedrais a missa crismal. As orações e prefácio, vieram-nos dos antigos sacramentários. Os cânticos e leituras são novas. A Epístola, é de S. Tiago falando sobre as doenças do corpo e da alma, todas curadas pela oração e pelo óleo administrado pelos presbíteros. No Evangelho, Jesus comunica aos discípulos o poder sobre os espíritos imundos e sobre as doenças, enviando-os a pregar a penitência, com regras determinadas quanto ao modo de agir. São dois os elementos que centram toda a missa. Por um lado a glorificação do óleo santo e dos poderes sacerdotais, da graça que pela unção é comunicada às almas, dádiva magnífica feita pelo Senhor à Sua Esposa, óleo perfumado do Seu Amor, com que ela continuamente se unge para se apresentar bela e digna do Esposo. E consequentemente por outro lado, o reconhecimento, a alegria, outro óleo espiritual que inunda a alma da Esposa.

O azeite e bálsamo, correndo continuamente desde o peito dos catecúmenos às mãos dos sacerdotes e pés dos moribundos, é testemunho perene da fidelidade do Senhor, eternamente celebrada pela Igreja. É a fidelidade do Senhor que nos permite sermos fiéis. É pela sua graça que a Igreja cresce em número e méritos indentificando-se cada vez mais intimamente com Jesus, o Sacerdote Supremo que, amando-a, se consagra continuamente ao Pai. O sacerdócio dos seus ministros realiza nas almas a maravilha de amor, graça contínua de Jesus na Sua Igreja. A Esposa confiou, entregou-se plenamente a Quem por Ela se entregou, encontrando a força, a alegria, a exultação que só pode ser expressa cantando o louvor perene duma entrega cada vez maior, mais perfeita, mais total e entusiasta. Também, enquanto Ela se unge, acontece como outrora a Suzana: é traída pelos muitos que armam ciladas à sua formosura. Mas

(19) O P. Low, depois de citar um conjunto de opiniões emitidas sobre a reforma da Vigília Pascal, das mais variadas espécies e critérios, comenta judiciosamente: «é isto certamente bastante para demonstrar que infelizmente ainda existe um muito espalhado sujectivismo litúrgico pelo qual é força se não guie uma reforma que pretenda ser sólida e séria». Vd. QUARTALSCHRIFT. LINZ — 1956.

o Senhor é fiel e sempre sabe tornar em glória da purzea o opróbrio da maldade do homem velho. Daniel, o leão na cova dos leões, Aquele que tem outra comida vinda do Céu, o que destruiu todos os ídolos aparece como o Justo, o Juiz enviado de Iahveh. O Senhor é muralha e barbacã da nova Jerusalém, da Esposa ungida, força e destreza do seu povo. Bendito Ele seja. Na cidade fundada pelo Homem Novo, marcada pela cruz, corre o óleo da alegria, o amor da justiça enche todos os corações renovada a purificação do baptismo pela unção contínua da vida, da santificação do Senhor. Templo novo de Deus cheio do bom odor de Cristo, virgem incorrupta vestida com o manto da inocência, redimida da maldade dos seus filhos, homens novos com o Homem Novo, contìnuamente ressuscitado para a sempre nova novidade, a Igreja celebra a glória com que Deus a aureolou, a magnificência da entrega divina por amor. Amor é a dádiva de Deus, amor a alegria da Igreja, amor a ressurreição, amor o baptismo, amor a palavra única não pronunciada mas vivida, fogo quente e forte a purificar o coração dilatando-o para mais poder amar. É por isso que na missa da tarde nos gloriamos na Cruz de Jesus Cristo, troféu supremo do amor, expressão máxima da entrega. É verdade que hoje mesmo nós entregamos, traímos «tradidimus» o Esposo, mas na Sua ressurreição morrerá nossa maldade. Ele mesmo nos dá o penhor, Seu Corpo e Sangue perenes na Igreja como testemunho da redenção. A maldade do homem insere-se no amor de Deus que a redime, a crucifica, a mata para nos restituir a inocência do sol invencível, da Cruz mergulhada nas águas onde fomos sepultados, fronte brotada da rocha que foi erguida para a nossa salvação. No mistério da obediência de Cristo até à cruz, nasce a redenção do homem desobediente, a sua inserção no Corpo Místico glorificado pelo Pai.

Amor que nos enche o coração tem de vir a transbordar, inundando a comunidade que recebe o mandamento do amor, que purifica os seus pés com as águas brotadas do seu coração ungido pela graça, feito um só com o de Cristo para que eles, esses pés doridos pelas jornadas da Vida, sem mancha, puros e renovados, caminhem na Lei do Senhor, marchando a receber a herança preparada. Cristo nos deu o exemplo; amemo-nos uns aos outros, unidos, cheios de alegria, sem discórdia, esquecendo as lutas para que, estando Deus onde a caridade, desde já contemplemos o rosto bendito do Esposo, alegria imensa que pelos séculos nos encherá a alma.

Foi o poder de Deus que realizou estas maravilhas. Podemos doravante contemplar a nossa obra maldita porque sabemos que o direito do Senhor está presente e nos salvará. A bênção de Iavéh, o Seu Verbo, desceu até nós, flor erguida na haste da cruz, implantada no cardo que nós somos. Na paixão de Cristo morreu a nossa obra para ficar bem viva a redenção operada por Deus. Por isso, durante a noite adoramos o Senhor que nos foi confiado, o Corpo bendito que sofre pela nossa salvação, o Rei que veio ao meio dos seus, e os seus não O receberam.

SEXTA-FEIRA SANTA

CRUX FIDELIS

Lede o salmo XLI no versículo 12: «que a tua graça, Senhor, e a tua fidelidade, sempre me conservem». É o sentido máximo da cruz, prova final de como o Senhor é

fiel, fidelidade divina, sustentáculo único da firmeza humana. Cristo é Sacerdote, crucificado na mais nobre árvore da floresta. Os frutos da obediência do Filho de Deus contrapõem-se aos daquela outra árvore plantada outrora no Paraíso. Deus, amando, criou o homem, que pecou desobedecendo. Resposta infiel ao amor perdido. Mas Deus continua a amar; Ele é fiel no amor, e entrega-Se fazendo-Se igual a nós, entrega-Se dando-nos a Sua vida, entrega-se dando-Se à morte, obediente até ao fim, sempre igual menos no desamor. E, finalmente, pela doação divina se realiza o grande sonho, construir uma torre tão alta que atinja o próprio céu. Jesus é o Pontífice que, obedecendo, nos consagrou ao Pai. A torre, construida pelos homens, foi ocasião de cada um falar sua língua; a ponte lançada por Deus é motivo de todos se unirem num mesmo verbo, numa Palavra única porque dimanada da boca de Deus — Jesus.

Como o óleo da viúva de Sarepta correu sem cessar, salvando da morte o Profeta e a viúva com seu filho, assim também corre hoje o óleo da unção santificado pela graça do Calvário. Deus de novo unge com o amor o homem feito à Sua imagem e semelhança. Amor do Esposo pela Igreja amada revelando o amor do Pai que envia o Espírito de Amor.

Em cada homem Jesus semeia o trigo pela mão da Igreja. Cabe à terra guardar a semente, pondo-a a render dentro de si pela força do Pai, que é o Agricultor. O trigo será de cem por um apesar do joio.

A adoração da cruz é o ponto máximo da liturgia de sexta-feira. Conduzida processionalmente pelo diácono, é adorada por toda a assembleia. Não está deitada, mas erguida, e todos vão, um por um, beijar os pés benditos, primeiros a percorrer a jornada do amor e obediência. Todos unem seus lábios à ponte que foi lançada, ponte de perdão a redimir o crime, ponte de glória para o Pai. Todos fazem sua a vitória sobre a morte, aprendendo como é pela morte do grão de trigo que nasce o muito fruto.

A comunidade, a Igreja adora a Cristo e repete as palavras de Nossa Senhora: «eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra». Mas a palavra de Jesus é Vida, e por isso, na aceitação da Palavra de Deus encontra a Igreja a razão de existir, a Vida que por Ela ao Pai se entrega. A Igreja é como Maria ao pé da Cruz, aceita a morte, une-se a Jesus no oferecimento ao Pai. Cada um dos cristãos, como o Discípulo amado, está presente, com a dor de não ter sido sempre fiel, com a alegria de poder amar ainda, e recebe a Mãe d'Ele como sua.

Adoração ao Pontífice e ao Esposo, olhar trocado com o Amigo pessoal, sabendo que mesmo para além da morte, Jesus é Cristo, Filho de Deus vivo. Esta adoração centra o Tríduo Sagrado, é o eixo entre o mistério da Graça perene na Igreja e o da Ressurreição das trevas nas águas da vida.

Depois, vem a comunhão reduzida a um rito simples em que se recebe o corpo do Senhor. Domina o silêncio, calado já o cântico das maravilhas do amor de Deus e da ingratidão do Povo. É o luto que invade a Igreja, a meditação comunitária no silêncio quebrado só pelas orações do celebrante. Durante a comunhão dos fiéis, pode cantar-se o salmo 11. E, rezadas as orações, começa a fermentar-se no silêncio a vida que se adivinha.

SÁBADO SANTO

REDAMANDO VIGILAT

Vigília no amor. O homem reaprendeu a amar porque finalmente comeu também o fruto da árvore da vida. A Esposa prepara-se para a fecundidade magnífica das águas que jorrarão quando a rocha selada for ferida não pela vara escandalizada de Moisés, mas pelo escândalo da morte de Jesus levantado em troféu de ressurreição. Depois da morte do Cordeiro sem mancha, mortos os primogénitos dos homens, trazendo como sinal o pão ázimo, a pé enxuto atravessa o Povo de Deus as águas salvadoras que afogam o homem velho com toda a sua astúcia, dando à luz o homem novo revestido da santidade do Senhor. O homem é dado à luz, oferecido à Luz que brilhou nas trevas dissipando a escuridão que lhe ia na alma, mergulhando por três vezes nas águas que purificam o corpo. Da vigília sai a Igreja no triunfo da fecundidade esperada, revendo-se nas maravilhas por Deus realizadas em seus filhos.

No dia seguinte, Cristo com a Esposa estão junto do Pai; é o mistério da glorificação divina no Amor Incriado. Só quando a Esposa for toda transportada à Glória, se dissiparão por completo as trevas que ainda obscurecem parte dos seus olhos. Entretanto continua uma vigília de Amor, esperando a Aurora da Glória. ([20]).

Que a restauração seja mais um facho a dissipar as trevas que nos impedem de ver com nossos olhos a luz Incriada na sua Igreja e em nossa vida. Em vez de colocarmos este facho, sob o alqueire das nossas discordâncias e opiniões, coloquemo-lo sobre o candelabro da obediência e da compreensão, alegrando-nos com as possibilidades que já são postas ao alcance de todos nesta difícil tentativa, pedindo ao Espírito Santo, ilumine os responsáveis, de modo a saberem como levar até às últimas consequências os magníficos princípios tão clara e oportunamente expostos.

FERNANDO MICAEL

([20]) Como o Sábado Santo ficou substancialmente na mesma, não se faz referência especial à sua liturgia.

POEMAS

CÂNTICO DA MANHÃ

Senhor excelso!
Luz de toda a luz, do Sol que vai nascer!
Melodia de todas as canções que os pássaros lá fora
Cantam!
(Os pássaros lá fora tecem as canções da aurora
Como doiradas filigranas sobre o azul do amanhecer...)

Senhor excelso!
Mar de todo o orvalho que sacia a terra!
Senhor cuja presença é qual manhã sem antes nem depois,
Cuja presença acorda as matinais canções
Que os pássaros lá fora cantam!...

Das vossas mãos, eternamente abertas, vem um novo dia:
Uma eclosão de luz alarga os horizontes indecisos,
E os pássaros lá foram cantam, e as árvores são risos,
Gargalhadas suspensas num festival de cor e euforia!

... Em que país distante vai a noite?

É tudo à minha volta orquestras em abrir de sinfonia.
E não apenas fora do que eu sou a noite chega ao fim:
Há pássaros cantando, orvalhos que cintilam, horizontes
Que buscam o infinito! Há, de certeza, o mar surgindo ao longe!

E há um caminho branco,
E há um caminho que me leva à beira-mar,
Caminho que serpeia pelos montes!

E não apenas fora do que eu sou a noite chega ao fim.

Senhor excelso,
Cá dentro há um caminho que serpeia pelos montes,
Cá dentro há um caminho que me leva à beira-mar!

Ó mar que eu procuro,
Após as minhas horas de silêncio
Há brisa matinal, há sol a despontar dentro de mim!

FERNANDO MELRO

UM POEMA QUE NÃO FORA ESCRITO

(Eis um poema que eu sonhava, era criança,
Escondido nas trevas
E olhando o céu cheio de estrelas:)

O céu, de noite, é um farrapo negro
E as estrelas são muitos buraquinhos
Por onde se entrevê o Paraíso.

Por isso é que eu, de noite, me procuro
Esconder num lugar escuro
Olhando os buraquinhos
Por onde se entrevê o Paraíso.
... E, às vezes, aparecem-me os anjinhos
Espreitando pelas estrelas
Que são janelas
Do Paraíso.

Por isso é que eu, à noite, fico-me esperando
Que me venham falar
Pelas estrelas
— Janelas
Do Paraíso —
As santas almas
Dos meus paizinhos
Que lá me esperam
No Paraíso!...

(Tão grande a minha pena quando a professora
Um dia me desconvenceu
De que, de noite, o céu fosse um farrapo negro,
De que as estrelas fossem buraquinhos
Por onde se espreitasse o Paraíso...)

FERNANDO MELRO

À SENHORA DA INOCÊNCIA

Por cima dos charcos, brincam em adejos avezinhas.
De brejo em brejo, há florinhas a despontar
como estrelas no céu
ou como velas no mar.
Andam criancinhas atrás de borboletas
com o desejo de terem asas
e de serem florinhas onde poisem borboletas.
E, como as crianças atrás das borboletas,
andam poetas atrás de esperanças.

Nossa Senhora da inocência,
Pomba imaculada no dilúvio sobre a terra imensa,
Flor desabrochando entre o lodaçal da nossa terra imersa,

Menina dos sonhos que não se diluiem,
Nossa Senhora da Poesia!

Senhora de alma em que harpejam melodias que só o Infinito pode compreender,
Senhora dos lábios modulando cânticos que os nossos lábios nem balbuciam,

Nossa Senhora da inocência!

Guardai as avezinhas de cairem nos charcos
E as florinhas de murcharem nos brejos
E as criancinhas de saberem que a vida é não ter asas
e não esperar que poisem borboletas
E os poetas de afirmarem que as esperanças
tombam como as aves,
murcham como as flores,
esvaiem-se como os sonhos das crianças!

FERNANDO MELRO

CLAMOR DE SANGUE

Marinheiros, que partistes em caravelas bizarras
Em pós a noite e a tormenta
— Sonhos a enervar poemas no adeus à praia luarenta
Onde a vida tem amarras:

Atrás de vós, promontórios sem rocha, amores em brasa,
Laranjais amenos, loiros...
À vossa frente, contornos de morte, espectros e agoiros
Tecidos por névoa rasa...

Imprudentes que gozais na aventura a fome de sal:
Aqui, um sol de cristal,
Beijocando as cores novas dos edifícios burgueses,
Espalha sombras a esmo profunda como revezes.

Que meigo embalo trauteia no ferro da vossa quilha
O velho rugir das vagas?
Ou que românticas pragas
Arrombam no vosso rosto rugas — roxas como chagas —
Onde a incerteza rebrilha?

Marinheiros de canções negras que ides no mar:
Se a vossa dor não engana,
Se, embora à custa de sangue, os sonhos rebentam em chama,
Marinheiros, por quem sois, vinde à minha praia serrana,
Que eu também quero embarcar!

A. LEITÃO

IDEAL

Às vezes,
Quando a noite paira sobre o parque
E os peixinhos dormem na lagoa verde,
Sonhando com auroras irreais;

E quando
A insondável harmonia do silêncio
Não gera uma doce melodia;

Nos braços do arvoredo,
Não brinca o mistério de uma brisa;

E tudo, sem luz nem horizontes,
Emudece na saudade de uma estrela;

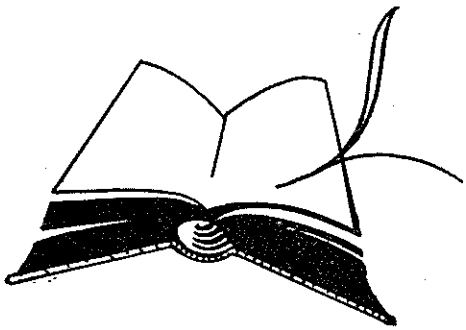
E os pirilampos se esvaiem no negrume
Como quimeras no «requiem» da ilusão;

E a noite se avilta cruelmente
Tingindo de luto a paz das alamedas;

E a nostalgia, galopando pela treva,
Vai abraçar loucamente o indefinível
Para me prender a um novo anseio...

A distância morre num ponto de vida,
E se alarga num arranco de infinito,
E não abarca um voo de ideal!...

A. LEITÃO



Livros novos

«ESPÉRANCE ET SENS CHRÉTIEN DE L'HISTOIRE»

GUSTAVO THILS

Publicou a «LUMEN VITAE» em separata do seu número terceiro de 1954 um artigo do conhecido Professor de Lovaina subordinado ao tema em epígrafe. Gentilmente no-lo enviou o A. com palavras amigas. Ainda bem que o fez, pois assim nos foi dada ocasião de globalmente encararmos o seu ponto de vista sobre a Teologia da História, que outro não é o conteúdo do citado artigo.

Situado o problema dentro das disciplinas que se debruçam sobre o alcance da História, pergunta o A. se: «A revelação de Nosso Senhor nos fornece algumas indicações que nos permitam dar um sentido ao desenvolvimento histórico, admirável e vertiginoso que as ciências humanas nos revelam».

Por História entende-se «a expressão admirável de um mundo de valores criados». Temos assim um factor que se reveste das notas de: valor criado por Deus, que se nos impõe como sendo fluente, admirável e vertiginoso, ou seja, toda a criação facetada pelo homem e o próprio homem. Pergunta-se qual o sentido desta história. A que luz? À luz da revelação. Dar-nos-á ela algumas indicações? Deixando o problema de remissa lança os olhos sobre a posição dos católicos que se baliza entre dois polos extremos. Primeiro o dos que atendendo aos tempos escatológicos diminuiram a realidade presente, tais como o Padre Daniélou. O outro é o dos teólogos chamados de «incarnação», para os quais, na palavra do Padre Malevez, «as realidades humanas completam a Cristo, e completando-O, O glorificam». Do facto de ambas as posições serem católicas, deduz o A. a complexidade do problema e a pouca clareza da Revelação a este propósito.

A dificuldade radical, está em que o valor do preparatório — como a História — se julga em vista do definitivo e nós não conhecemos o Céu. Apesar disso conhecemos a Jesus que vivendo realmente a vida intratrinária, esta de modo algum nele suprimiu o exercício das suas actividades terrestres. Porque não imaginar assim o Céu? Deste modo, o homem todo inteiro é chamado à felicidade na glória eterna. A criação, participação no grande plano único e total de glorificação que há-de realizar-se

pela força do espírito mas através do homem e por ele próprio. É que sob o ponto de vista da revelação, duas forças dominam o conjunto da História: o Espírito Santo e a Carne — no sentido pauliniano da palavra. Todos os bens do Espírito são uma participação na própria vida divina, mas necessàriamente exigem uma «tradução terrestre» que torna cristão o mundo profano.

Pergunta por isso se a «obra cristã» realizada na História será um prelúdio ou uma prefiguração da vida futura. Conclui dizendo que a vida cristã sob uns aspectos prefigura, mas sob outros, como o da caridade, é já um prelúdio. Daí a necessidade de cada um cooperar com Cristo e o Espírito na actividade sobre o mundo profano enquanto tal.

Em boa hora resumiu o A. a sua posição no problema depois de o ter desenvolvido no bem conhecido livro «Théologie des Réalités Terrestres». Gratos lhe ficamos pelo trabalho e pela oferta.

F. MICAEL

MYSTÈRE CHRÉTIENS

ET ACTION JOCISTE (1)

Não será utopia pretender criar um elo entre a vida litúrgica da Igreja e a acção operária dos militantes da J. O. C. Aliás, a Pastoral litúrgica de nossos dias, ao levar os fiéis a uma participação integral nos sagrados mistérios, não visa senão influenciar a própria vida da «cidade». Não basta empenhar corações, inteligências e vontades, é necessário fazer participar dessa vivência a própria vida de relação, a mesma actividade humana e o condicionalismo de privações, injustiças, pressões e mentalidades em que ela mantém o seu curso. Só esta interferência contagiosa do sobrenatural no temporal possibilitará a restauração de todas as coisas em Cristo.

A tanto vem a presente obra, produção equilibrada de «Editions Ouvrières». Fala de jocistas para jocistas e para todos quantos comungam os seus ideiais. O Advento e a Epifania são os dois polos magnéticos, sob cuja responsabilidade cai toda uma série de testemunhos pessoais dados de Cristo na fábrica ou no bairro, no descanso ou na vida de militantes. Há páginas de verdadeiro heroísmo jocista em que o dinamismo da graça fulgura como nova epifania do Senhor a contrastar com «quietudes» de almas que vivem estàticamente a expectativa do Adonai.

«Cada cristão que interpela o Senhor nas orações, nos seus desejos e na sua acção apostólica permanece em estado de Advento». (Cf. p. 7).

O livro fecha com a promessa de um outro volume sobre a Páscoa e o Pentecostes.

J. SALVADO

---

(1) Les Editions Ouvrières, Paris 1956. (Depositário exclusivo: — Edições JOC — Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa).

CERIMONIAL DOS ACÓLITOS (1)

ALBERTO ZWAENEPOEL

Ainda que lentamente, vão surgindo em Portugal alguns grupos de Meninos de Coro e de Pequenos Cantores. Sente-se contudo a falta de publicações relativas a este movimento, e talvez essa falta seja causa, em parte, do atraso em que nos encontramos.

O «Cerimonial dos Acólitos» que se encontra à venda desde Fevereiro último, traz-nos neste ponto um auxílio precioso. É obra de Alberto Zwaenepoel, traduzida pelo P.e Fernando Ferraz. Ensina, de uma maneira bem compreensível para os meninos do coro, todas as cerimónias em que eles poderão tomar parte, e alguns gráficos muito claros ajudam a comprender e fixar as posições nos ofícios litúrgicos. Vários desenhos ao longo do livro mostram como se executam as rubricas; sendo de fácil compreensão, melhor seria que se apresentassem um pouco mais atraentes e adaptados ao gosto dos pequenos.

O livro teve boa aceitação na Bélgica, e entre nós parece tê-la igualmente: encontra-se já na mão de muitos párocos não só da cidade mas até da província.

J. SUZANO

«ELE NÃO VOLTOU» (1)

— LUÍS HÉMON

As Edições Paulistas oferecem-nos agora nova colecção, esta para a juventude, de que o presente livro é o número primeiro.

Trata-se de uma pequena novela de Luís Hémon, trecho de vida rústica e sã do Canadá setentrional: o despertar e a escolha prudente na alma de uma rapariga campesina. O elemento religioso, a par de outros pontos educativos, aparece-nos naturalmente enquadrado nestas páginas de enredo muito simples. Toda a novela, regularmente traduzida, mostra servir a ideia da fixação à terra, sacrificando sonhos e quimeras atraentes ao dever e à sinceridade da vida despretenciosa.

Destinando-se a uma ocupação formativa para a fantasia da mocidade, é de esperar que a série começada tenha óptimo acolhimento. Quando será que muitas das nossas bibliotecas paroquiais deixarão de ter apenas alguns livros de formação, esquecendo a literatura recreativa?

A. CLETO

---

(1) Tradução e edição do P. Fernando Ferraz. Depositário: Manuel de Oliveira — Rua das Pretas, 23 - 2.º — Lisboa.

(1) *Edições Paulistas* — Lisboa — 1956.

«O HOMEM QUE SE VINGOU DE DEUS» (1)

— M. RAYMOND

De novo aparece este interessante livro com impressão cuidada e capa sugestiva. Volume manuseável e acessível a todos, a sua leitura torna-se deveras curiosa para qualquer classe de pessoas.

É — diríamos — um daqueles livros que, na sua simplicidade, deixam forte impressão, onde a acção da graça de Deus na formação do santo aparece com nitidez em toda a sua grandeza.

De sabor novelesco, porventura próximo do tema de aventuras, podem estas páginas, que, de novo apresentamos, bem servir a uma meditação espiritual profundamente humana e divina ao mesmo tempo.

A. LEITÃO

O MEU PEQUENO TROTT (1)

ANDRÉ LICHDENBERGER

Não me consta que existam por aí no nosso País muitas edições de mentalidade católica, para crianças. E é necessário a todo o custo que apareça, para não nos vermos na contingência de pôr nas mãos dos miúdos, livros pouco adaptados à sua idade ou não concernentes com a formação cristã que vão recebendo, e tenham como fim enfraquecê-la, em vez de a completar.

Para obstar a esta falta que bastante se fazia sentir entre nós, lançaram ùltimamente as Edições Paulistas uma nova colecção para crianças, a Colecção «*Em Marcha*». O primeiro volume, que nos chegou e acabámos agora de ler com muito agrado, chama-se «*O Meu Pequeno Trott*».

É constituído por uma série de pequenos contos, à volta dum menino da escola; narra as suas diabruras e a sua perspicácia, a sua missão junto da mãe, e o seu pequeno mundo.

Livro muito interessante, encantador mesmo, escrito com graça e fluência — talvez alguns nomes pudessem ter sido vertidos também, para serem mais familiares ao miúdo — poderá ser dado como presente ou como prémio, com intenções educativas e moralizadoras por vezes, sem descer à pieguice. Pensamos que um desenho ou outro no fim dos capítulos, o comporia ainda mais.

Só nos resta esperar pela apresentação de novos livros, já que a colecção está em marcha, é útil, bela e digna de ser acolhida.

AVELINO MANUEL

---

(1) Edição da Pia Sociedade de S. Paulo — Lisboa.

«PASCAL ET LA SOUFFRANCE» (1)

LUCIEN JERPHAGNON

Penosa tarefa se torna pronunciar um juízo de valor sobre a genial figura de Blaise Pascal, pois que, desde o século XVII até nossos dias tem sido disputado por críticas demasiado heterogéneas. Partilhamos a opinião segura de Julien-Eymard d'Angers que, no prefácio, situa a presente obra no conjunto dos estudos pascalianos: foi preciso o nosso século «para ver surgir trabalhos onde Pascal fosse estudado *pour lui-même et en lui-même*», deixando de lado toda uma «política de anexação aos seus próprios ideais» (2). A obra de Lucien Jerphagnon enfileira naquela categoria. O A. capta Pascal na sua maneira de pensar e sentir, na sua peculiar maneira de ser, na sua fisionomia psicológica. Não teme o constante recurso às modernas técnicas da psicologia para reconhecer o próprio psiquismo de Pascal (demora-se na sua análise sistemática um ou dois capítulos); tem o cuidado de acentuar a importância do momento histórico bem como do ambiente social que rodeava a personalidade de Blaise. Apesar de o autor não se propor directa e explicitamente tal objectivo, não é difícil descortinar como que subjacente às 182 páginas do livro, a tentativa de livrar Pascal dos preconceitos subjectivistas de certos críticos, repondo a sua obra no verdadeiro lugar. Se por um lado o processo poderá parecer antipático, temos de reconhecer quanto é justo e necessário.

No entanto, a finalidade primàriamente querida é bem outra: insere-se o presente livro na continuidade de «*Le Mal et l'Existence* (3), onde o problema do mal o encara Lucien Jerphagnon no aspecto filosófico-especulativo. Em «Pascal et la Souffrance» é o estudo concreto duma pessoa viva cuja existência e, consequentemente, a obra —já que o homem espelha o que é no que realiza — são fruto duma vitória constante sobre a dor» (4), na expressão de Mesnard. A primeira parte do livro põe-nos diante da «privilegiada» experiência que Pascal teve do sofrimento para daí colher a magnífica lição do comportamento pascaliano. Não hesita o A. em fixar a nossa atenção na singularidade de uma vida extraordinàriamente fecunda ao mesmo tempo que torturada por uma saúde nunca conhecida, por traumatismos de ordem afectiva que, pesando-lhe no psíquico, o hão-de conduzir a exageros de ascetismo, enfim, por um temperamento *apaixonado:* «dotado de uma emotividade vibrante até ao excesso, sobrecarregada por uma secundariedade notável, sensível e ávido, estava marcado para sofrer (5). A atitude de Pascal surge na transparência de uma energia fulgurante, sem ressaibos de complacência pessimista no realismo cru da existência, animada por alto sentido cristão, (texto capital é «*La priére pour demander à Dieu le bon usage des Maladies*», cuja análise do A. é incisiva e primorosa). O Mal na visão pascalina do mundo — eis a outra parte do livro. É toda a temática do filósofo exposta com extraordinária clareza e em íntima relação com a própria expressão de «*Pensées*», de que são prova as constantes

(1) «Les Éditions Ouvrières» — Paris, 1956.
(2) Págs. 9 e 10.
(3) Éditions Ouvrières.
(4) J. Mesnard em *Pascal, l'homme* et l'oeuvre, pág. 70
(5) Pág. 177 de «*Pascal et la Souffrance*».

citações. É, no fundo a própria vivência pascalina transfundida na sua obra; o drama do homem de sempre — «monstro incompreensível» — pintado a cores negras (processo para desorientar os libertinos que pareciam querer «*ignorar-se para serem felizes*». E do paradoxo humano salta a uma outra ordem de valores: é a «obscura claridade» do mistério de Cristo-Redentor que, sem explicar por demonstração geométrica o problema humano (seria destruir o mistério), vem a iluminar a nossa condição. A ideia bem vincada que nos fica, tradu-la assim o A.: «Pascal arrasta-nos muito acima do problemático», conduz-nos a descobrir «a coincidência estranha e *misteriosa* de duas séries de factos da experiência»: a primeira leva à «verificação de uma ruptura no homem e no mundo», a outra, mostrando-nos «um Deus que sofreu pelos pecados de todos e que pela virtude desse sacrifício restitui aos homens de todos os tempos o acesso à vida em Deus, que haviam perdido»... (*) Não causam, pois, admiração as palavras de Pascal: «*é preciso juntar as minhas chagas às Suas, unir-me a Ele, e Ele me salvará, salvando-se*».

Por esta mensagem de Pascal, que Lucien Jerphagnon tão fiel e admiràvelmente nos transmite, pode ser que a ideia cristã penetre em muitas consciências perturbadas pelo sofrimento, já que para os homens de hoje Pascal é ainda um dos únicos veículos de Cristo.

A. CARRILHO

ÉGLISE D'HIER ET D'AUJOURD'HUI
IGNACE D'ANTIOCHE (¹)

JEAN — LOUIS VIAL

A quando da publicação de «Basile le Grand», a primeira obra desta nova colecção das «Editions Ouvrières», escreveu-se em «La Croix de Paris»: «Os cristãos só têm a ganhar com o familiarizar-se mais e mais com as melhores páginas da patrologia. Dela auferirão riquezas espirituais entre o que deve contar-se esse aprofundamento do sentido da Igreja dado pelo contacto directo e vivo com as grandes testemunhas da Tradição».

Grande testemunha da Tradição, Inácio de Antioquia é-o de algum modo imediatamente após S. Paulo. O livro, que apresentamos, traduz para os cristãos de hoje a fé dos primeiros cristãos; hoje alimentam a nossa.

Ajudados pela apresentação de J.-L. Vial, melhor descobrimos o lugar essencial que o Bispo ocupa no «Plano» de Deus. A fé com que Inácio afronta a morte — e que e ele exprime com inolvidável ardor na Carta aos Romanos — não pode deixar indiferentes os nossos próprios sentimentos perante esta prova decisiva.

As cartas de Inácio de Antioquia, como as Epístolas de S. Paulo, têm o seu lugar em casa de todo o cristão que se preocupe alguma coisa com que alimentar e desenvolver a sua fé.

(¹) Condensado das págs. 146 e 180.

PRIÈRES MARIALES (1)

JOSEPH SPICHT

Trata-se duma colectânea de orações à Mãe do Salvador. Poderão encontrar nestas páginas um auxílio na sua devoção a Nossa Senhora quaisquer almas por diversas que sejam.

De facto, as orações que o autor nos propõe constituem um acto magnífico de oferta das nossas esperanças, alegrias e penas, um acto de louvor a Deus pela criação, pela Sua criatura. Os títulos das diversas orações indicam nitidamente a orientação da obra: *Bonjour, Maman — Notre Dame des piétons — Cinquante ans de sacerdoce — Au coin de la rue — La soupe à l'oseille — Ils n'iront pas à l'usine — Prière pour mon médecin — Congé de maternité*, etc.

«DES PRETRES POUR LA JEUNESSE OUVRIERE» (1)

RENÉ GUERRE ET MAURICE ZINTY

Ninguém se pode contentar em saber que a juventude operária vive ainda em nossos dias numa grande decadência moral e religiosa. Ninguém se pode contentar em desejar que a mesma juventude se ponha a caminho da verdade e conheça um dia o Libertador. É necessário fazer tudo para lhe levar a salvação. A juventude operária espera-nos; espera sobretudo padres que a compreendam e a ajudem. Muitos padres que se preocupam com a evangelização dos mais pobres têm aqui a melhor maneira de a exercer.

Perante os rapazes e as raparigas do meio popular duma paróquia, surge o problema de como tomar contacto com eles, de os fazer cristãos e apóstolos.

Não havendo, neste campo, receitas formadas, há no entanto um espírito, um modo, experiências, meios adoptados e provados. São estas experiências e estes meios que muito simplesmente são postos ao nosso serviço pelo presente livro.

«DES PRETRES POUR LA JEUNESSE OUVRIERE»: um livro escrito por padres — assistentes da J. O. C. — para sacerdotes, educadores e educadoras sociais empenhados em dar à juventude uma formação humana e cristã autêntica.

É um livro simples, um livro prático, um guia de pastoral.

MYSTÈRES CHRÉTIENS ET ACTION JOCISTE (1)

TOMO II — PAQUES — PENTECOTE

Mereceu os maiores elogios e inteira aceitação de todos o primeiro tomo de «Mystères Chrétiens et Action Jociste» publicado há tempos pelas «Éditions Ouvrières».

---

(1) «Les Éditions Ouvrières» — Paris, 1956.
(1) «Les Éditions Ouvrières» — Paris, 1956.
(1) «Les Éditions Ouvrières» — Paris, 1956.

Eis que nos aparece agora o segundo tomo compreendendo os tempos litúrgicos da Páscoa ao Pentecostes. Pretende ser ele uma concretização do Evangelho traduzido no viver cotidiano e humilde de simples operários que, quais apóstolos no seu meio de trabalho, desejam viver e espalhar à sua volta a mensagem cristã levada até eles pela vida litúrgica da Igreja.

O novo nascimento de Renée — É em condições materiais, por vezes bem duras, que esta operária ouve o chamamento de Deus convidando-a a uma autêntica conversão de vida. Através das diferentes fases da sua vida de trabalho, Renée prossegue o seu caminho para uma *vida nova* por meio de purificações sucessivas.

O que para ela constituia antes dura humilhação torna-se aos poucos verdadeira humildade. Aqueles mesmos que considerava como insuportáveis companheiros de trabalho, passa a ver neles irmãos em Cristo, membros da grande família de Deus.

O fermento na massa — Dédé manifesta a sua fé em Cristo e na Igreja, na fábrica onde trabalha. A fé não é para ele uma simples boia que o sustenta à superfície das difíceis condições de vida, indiferente aos pecados dos companheiros de trabalho ou ao ambiente malsão que o envolve. Pelo contrário, a fé dá-lhe coragem para anunciar a Boa-Nova de uma maneira audaz e extraordinária. Deus tornar-se-á conhecido e amado dos trabalhadores graças à benéfica influência e ao destemido apostolado de Dédé.

Este livro, verdadeira colecção de testemunhos vividos, atesta de uma maneira bem eloquente o modo como os jovens operários vivem o mistério pascal. Por coincidência, aparece ele no momento em que a reforma litúrgica das celebrações pascais nos faz entrar de uma maneira mais compreensível no mistério de Cristo ressuscitado.

«Mystères Chrétiens et Action Jociste» desenrola diante de nós o mistério da morte e ressurreição de Cristo através da conversão dos jovens trabalhadores operada por meio dos seus irmãos de trabalho. É a realização do apostolado no próprio meio tão recomendada pelos Papas da Acção Católica. É a vocação missionária da Igreja a exercer-se pelos seus próprios filhos no mundo que os rodeia e no ambiente de trabalho em que a Providência os colocou — os operários apóstolos dos operários. Para que tal apostolado se torne mais eficiente e ao mesmo tempo mais aliciante nada melhor do que ir buscar o seu incremento e vitalidade à própria vida da Igreja. Esta a finalidade do presente livro.

«VIDA DE CRISTO» (1)

PEREZ DE URBEL

Uma Vida de Cristo é sempre algo de inexgotável, precisamente porque pretende transmitir-nos o perfil mais sublime da história humana — o perfil do HOMEM-DEUS. E porque esse perfil anda intimamente unido com uma mensagem que permanece, para todos os tempos e indivíduos única ponte de salvação eterna, uma Vida de Cristo não pode refugiar-se em mero desfiar de factos de molde a deixar indiferentes os leitores.

(1) «Les Éditions Ouvrières» — Paris, 1956.

Requer, primeiro que tudo, um contacto vivencial com as realidades sobrenaturais e uma riqueza de conhecimentos apreciável a permitirem a integração num plano transcendente onde os valores humanos sumamente se conjugam com o divino.

Devido a tais exigências os escritores ficam sempre em aspectos da Vida de Cristo. A menos que pretendam um frio sistema de apologética, eles dão-nos de ordinário a mensagem divina por um prisma pessoal, que, às vezes e felizmente, mal consegue libertar-se do poético, mas que dificulta em regra a missão do crítico.

Todavia, para o caso presente, não hesitamos em afirmar que Perez de Urbel conseguiu dar-nos, ao jeito dos nossos dias, uma Vida de Cristo acessível a todas as classes intelectuais, sempre sugestiva, que sem se embrenhar em discussões teológicas ou esplanamentos exegéticos, procura ser exacta fundando-se numa cronologia estudada e numa topografia provável.

Trata-se pois duma obra proveitosa ao intelectual e ao asceta, em boa hora apresentada pela colecção Éfeso.

A. L. e J. M.

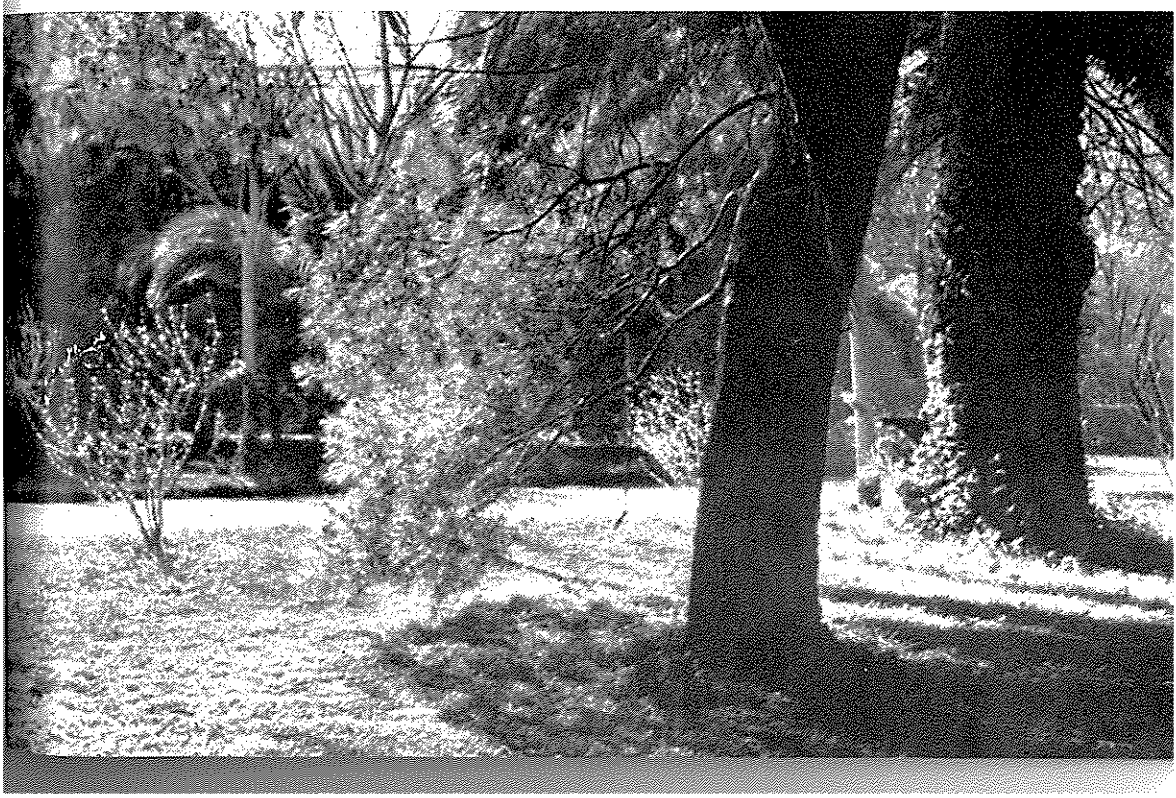
CENTELAS — 1.200 pensamentos reunidos e classificados (1)

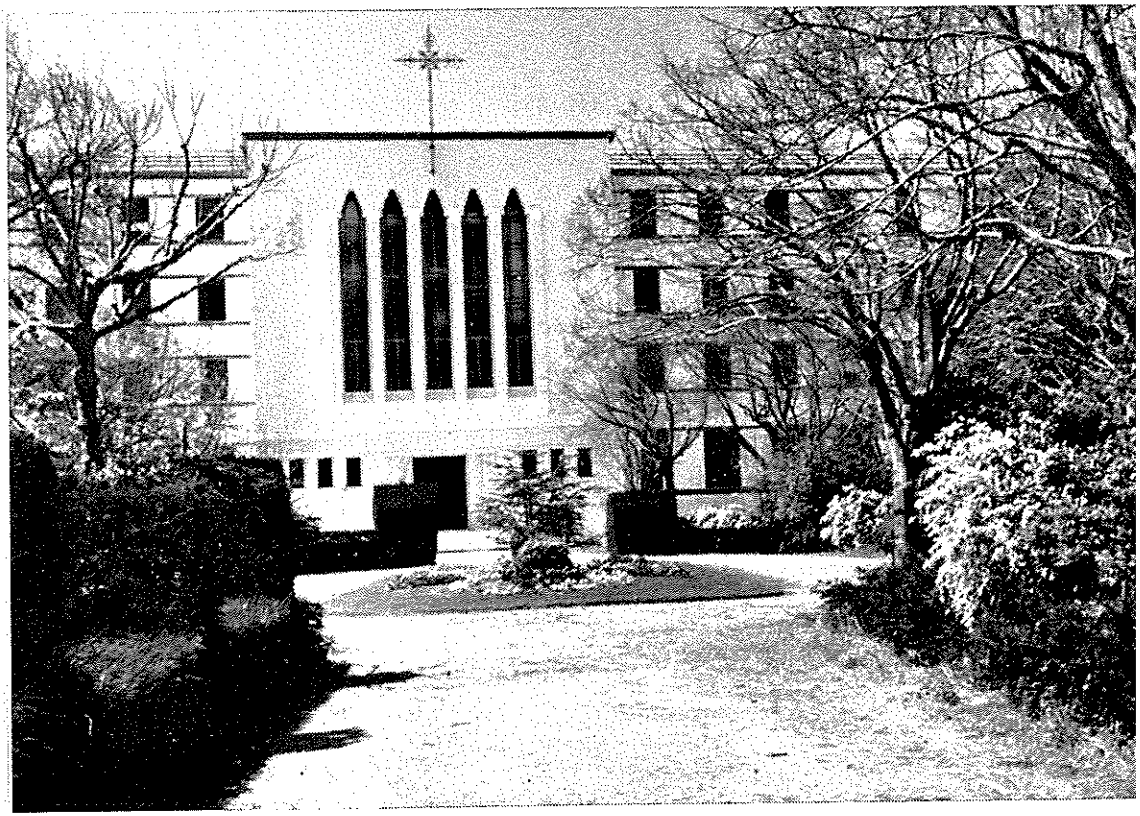
por F. LELOTTE, S. J.

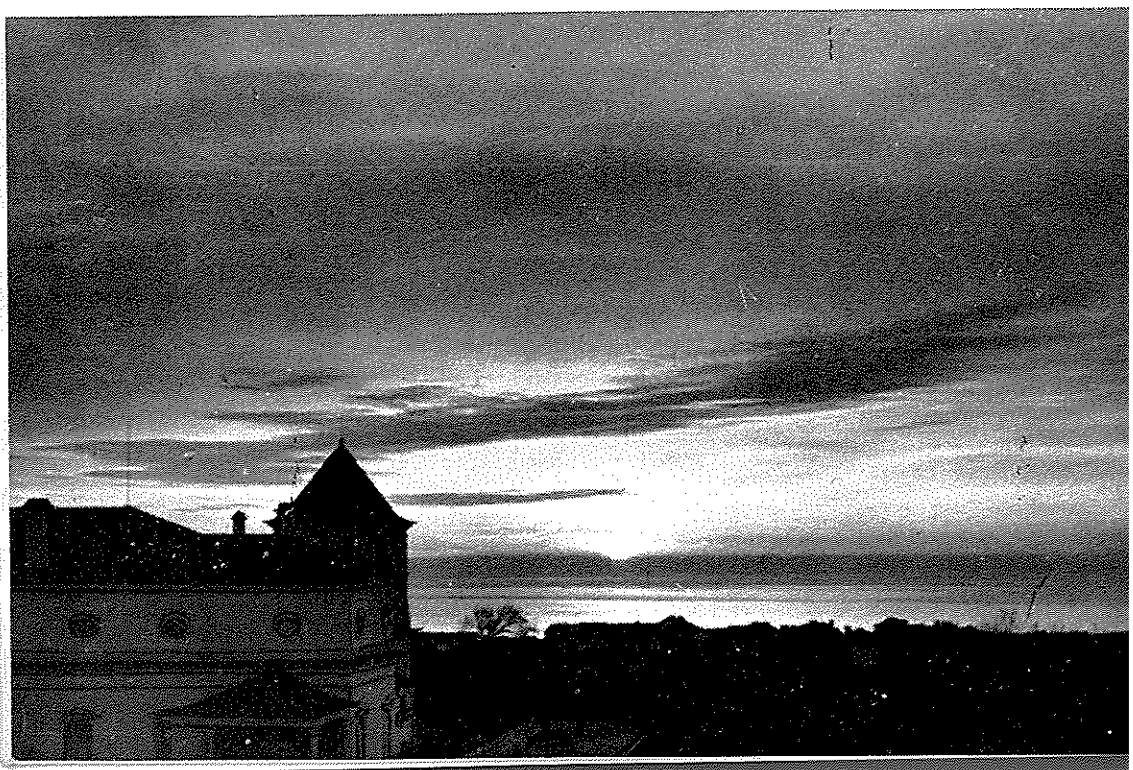
Colectânea de pensamentos colhidos das obras dos mais variados escritores e homens históricos que será de muita utilidade já para suscitar a linha de ideias em qualquer trabalho que se haja de escrever, já para enriquecer os nossos boletins paroquiais, já mesmo para nos levar à reflexão. Para quase duzentos temas o Padre Lelotte soube encontrar, com a sua erudição e senso criterioso, frases densas decerto muito meditadas por quem as escreveu.

(1) 2 vol. — «Colecção Éfeso» — Editorial Aster — Lisboa.

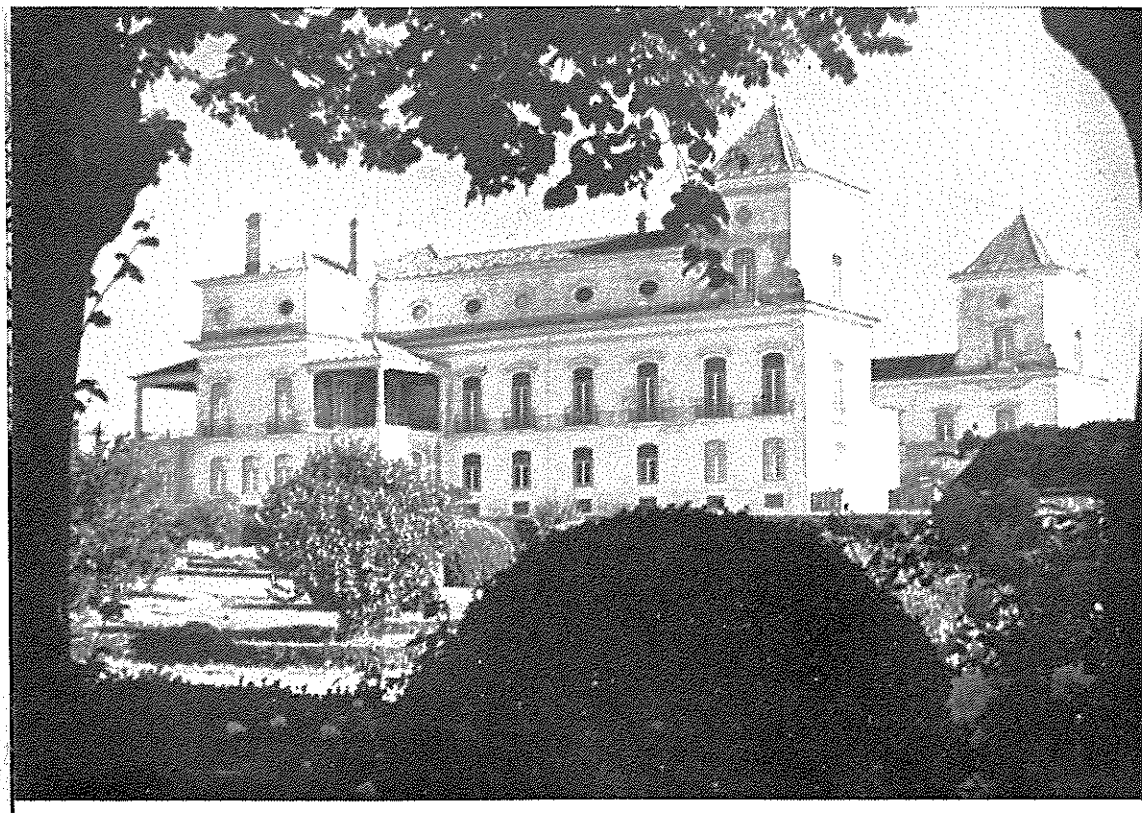
















O NOVO
TESTAMENTO

TRADUÇÃO DO TEXTO GREGO,
INTRODUÇÕES E NOTAS
pelo

Cónego José Falcão

(do Seminário dos Olivais)

I

EVANGELHOS E
ACTOS DOS APÓSTOLOS

Obra há muito desejada para o enriquecimento dos estudos bíblicos em Portugal.

*

Cuidada versão já pela fiel subordinação ao Texto original, já pelo esmerado respeito à vernaculidade da língua portuguesa.

DEPOSITÁRIA:

CASA NUN'ALVARES **GOUVEIA**

Ao serviço do automobilista

SACOR

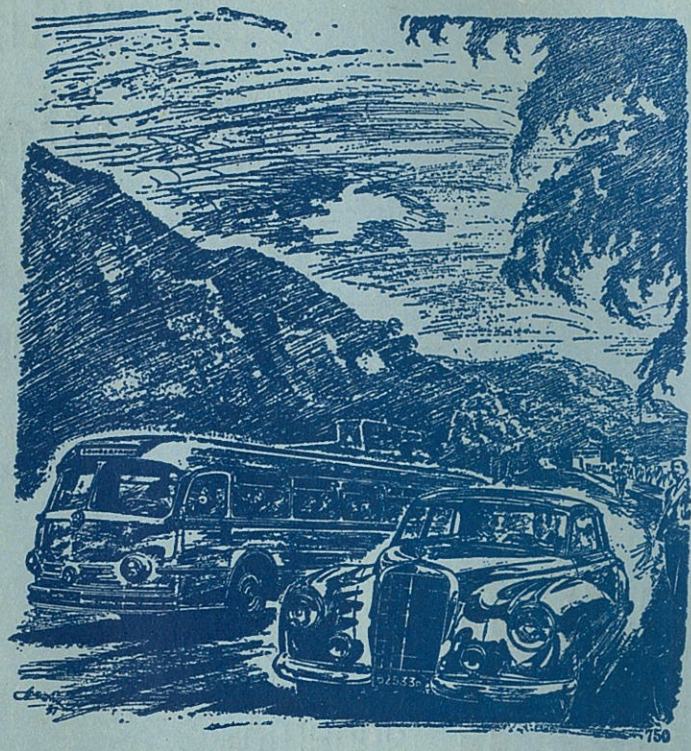
A utilidade de um Posto de Abastecimento não exclui o seu enquadramento nas belas e suaves paisagens da nossa terra

ASSIM PENSA

A SACOR



POSTO DE ALJUBARROTA



MERCEDES-BENZ

Automóveis — Camiões — Autocarros

DIESEL

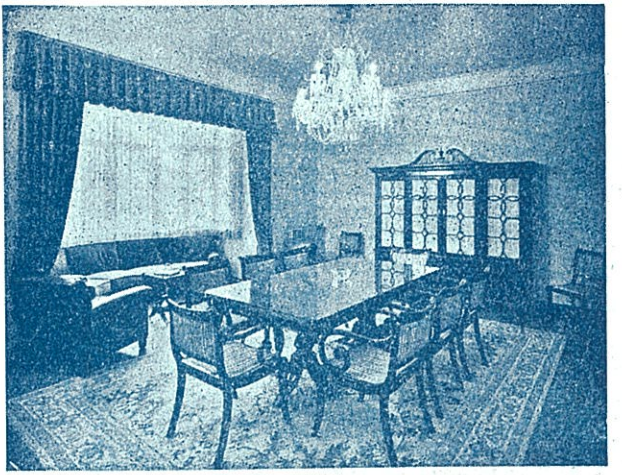
ESPAÇOSOS — ELEGANTES — CONFORTÁVEIS — ECONÓMICOS

A melhor técnica alemã aliada à mais sóbria distinção

REPRESENTANTES

C. SANTOS, L.DA

29, Avenida da Liberdade, 41 — LISBOA



MÓVEIS

Olaio

DECORAÇÕES

MÓVEIS de estilo rústico de escritório modernos

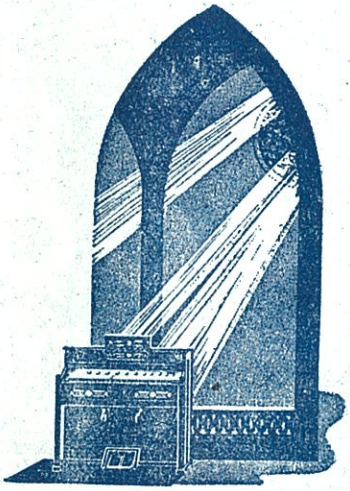
MATERIAL DE GINÁSTICA

CADEIRA PARA TEATRO E CINEMA

VENDAS EM LISBOA
R. Atalaia, 36-46
Tel. 32525/6/7

Instalações fabris
em
SACAVÉM

Harmoniuns-Órgãos



Abel
Estey
Kasriel
A. W. B.
Lindhölm

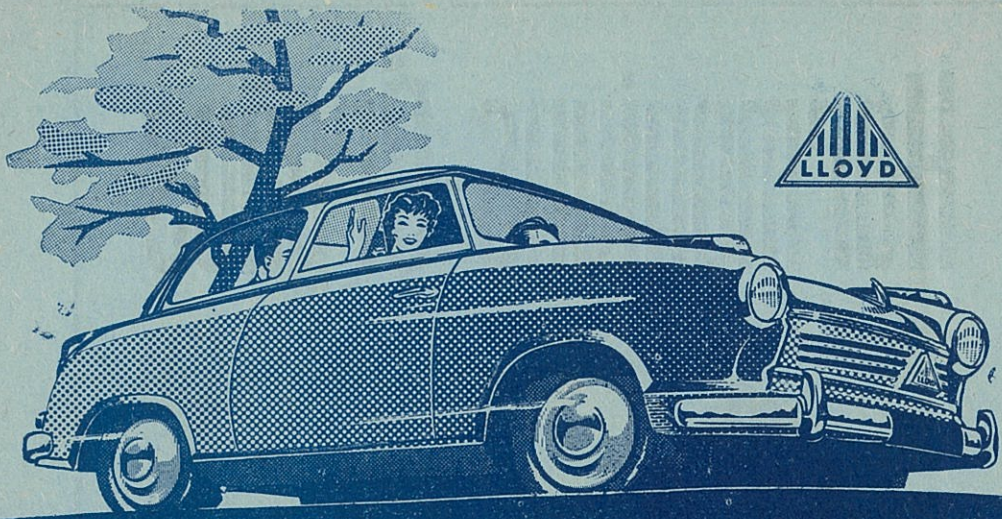
e de outras famosas marcas

Vendas a pronto ou com facilidades

Modelos portáteis próprios para Colégios, Seminários, Capelas, etc., etc.

VALENTIM DE CARVALHO, L.DA

95, Rua Nova do Almada, 99 LISBOA



LLOYD 600

Agora **TOTALMENTE NOVO**

MOTOR A 4 TEMPOS • VELOCIDADE 100 KL/H • CONSUMO 5,5L • LUGARES 4

EM EXPOSIÇÃO NOS DISTRIBUIDORES **UTIC** • LISBOA • PORTO

MAICO

Construtores das afamadas

«Scooters» — Maicoletta,

equipadas com 2 tipos de motores: 175 cm3 ou 250 cm3.

Para qualquer modalidade de transporte, pode confiar na

MAICOLETTA

DISTRIBUIDORES:

UTIC

Av. Liberdade 114
LISBOA

1874 1956

82 anos ao serviço do público

Agência Magno

Funerais — Trasladações — Embalsamentos
Transportes—Artigos fúnebres—Decorações

Rua Santa Marta, 52-A 56-A

Telefones: P.P.C.A. 43189, 43180, 55301, 662772, 080022

Não confundir esta quase secular casa com outra há pouco criada com nome semelhante

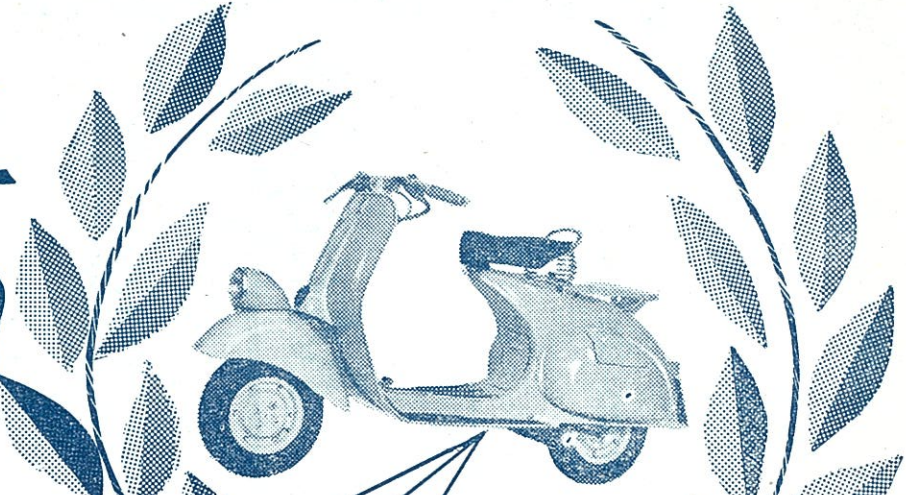
SOCIEDADE COMERCIAL GUÉRIN, (S. A. R. L.)

Praça dos Restauradores, 74 Telef. 366751 (6 linhas) Av. António Augusto de Aguiar, 30-B Telef. 53558

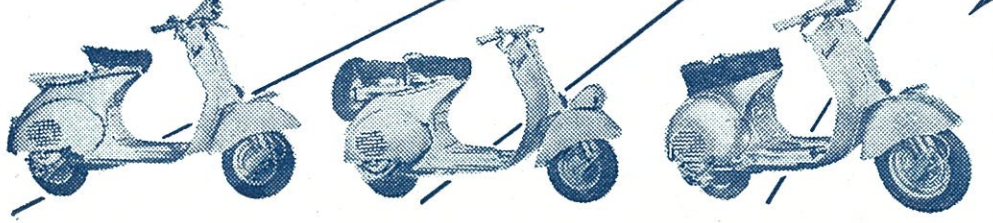
Vespa

1 MILHÃO

EM CIRCULAÇÃO



Hoje, 28 de Abril de 1956 em Pontedera, na principal Fábrica da Piaggio, nasceu a milionessíma «VESPA»



ESTAÇÃO DE SERVIÇO:

Av. António Augusto de Aguiar, 30-B
Telef. 51715

LISBOA

E. PINTO BASTO & C.ª, L.da

LISBOA

Transportes
Marítimos
e Aéreos

Seguros

Carvão

REPRESENTAÇÕES (INDUSTRIAIS, ETC.)

Exportações e Importações

NO PORTO

Kendall, Pinto Basto & C.ª, L.da

CASA SOEIRO

— Intercomunicadores —

RUA DO TELHAL, 74-B (à Av. da Liberdade)

TELEFONE, 52131

LISBOA

Tome nota se faz favor:



Na «CASA SOEIRO» encontrará V. Ex.cia aparelhagem de amplificação de som e de difusão sonora para todos os fins.

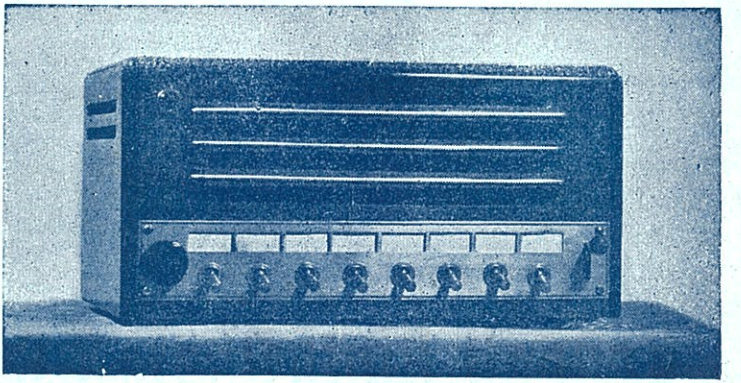
Fabricamos e fornecemos aparelhos de qualquer modalidade e potência, adquados a instalações do interior e exterior, havendo já muitas Igrejas portuguesas equipadas pela nossa CASA.

Dispomos, além disso de aparelhagem móvel, de aluguer, para viatura, e de geradores de corrente para iluminações transitórias.

É coisa sabida por toda a gente:

«Nas grandes procissões a CASA SOEIRO está presente»!...

A mais moderna técnica e a mais antiga experiência!



CONSULTE SEMPRE A CASA SOEIRO...

RUA INFANTE D. HENRIQUE
PORTO

ROSSIO, 93 2.º
LISBOA

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Porto.



Só quando cada um de nós for melhor, será melhor o Mundo

Cafés
Chás
Farinhas
Cevadas
Chocolate
Cacau
Pudins
Flocos de Aveia

O melhor que se produz e se prepara, é o que vende

A Mariazinha

Casa especialista de Cafés, Chás e Farinhas

Lisboa
Rua Barros Queiroz, 28

Porto
Rua de Santo Ildefonso, 415

Au Sacré Coeur

181, Rua dos Sapateiros, 183 (vulgo Rua Arco da Bandeira)

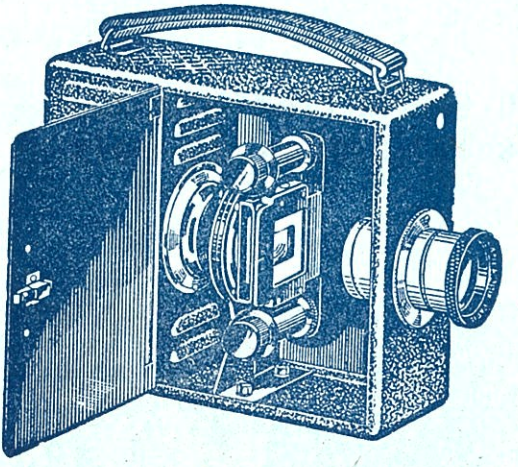
O mais bem sortido estabelecimento de artigos religiosos do País



Esta gravura reproduz três modelos de Nossa Senhora de Fátima, imagens executadas na nossa oficina

Tem de tudo o que à igreja se destina: Desde a pia de água benta, à entrada, aos sinos da torre

EX.MOS PÁROCOS, CATEQUISTAS, EDUCADORES:



Para o ensino adoptai o

CAMERAFIX

o projector que se impôs pela sua

luminosidade

simplicidade

economia

Funciona directamente em 220, 110 e 6 volts.

Filmes fixos portugueses

RELIGIOSOS

Santa Maria Goretti
As obras de misericórdia
Os 3 videntes de Fátima
Santo António de Lisboa
São João de Deus
O filho pródigo (parábola)
O bom Samaritano (parábola)
Os Sacramentos (colorido)

RECREATIVOS

O trinco da porta
Pedrinho, cabeça no ar
A história da Carochinha
O lobo e a cabaça
Cavalo fidalgo e burro invejoso
João pastor e o cão leal
A cigarra e a formiga
A garça e a raposa
O leão e o mosquito

ALPHA ET OMEGA

Rua Eugénio dos Santos, 76 - 2.º LISBOA



FUNDADA
EM 1756

«Cenáculo»

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO

Rua das Flores, 69

LISBOA

Praça dos Restauradores, 14

Sassetti & C.ª

Instrumentos de Música

Têm o maior gosto em pôr à disposição de V. Ex.a os seus serviços, através das suas secções de:

MÚSICAS de todas as edições
DISCOS das melhores marcas
PIANOS e ÓRGÃOS novos e em segunda mão
T. S. F. Ponto-Azul, Siemens, Schaub, Siera, etc., etc.

54, Rua do Carmo, 58 **LISBOA** **Telef. 21657**



CASA «Nossa Senhora de Fátima»

Fundada em 1923

104-A Av. Marquês de Tomar, 104-B
LISBOA-NORTE (Portugal)
Teleg.: CAFATIMA-LISBOA — Telef. 772749

Sempre em armazém um completo sortido de artigos religiosos * Imagens de madeira e de terra cota em todos os tamanhos * Artigos de metal para o culto, tais como: castiçais, cibórios, cálices, custódias, etc. * Execução de paramentos em estilo romano ou gótico, do mais simples ao mais rico * Órgãos de várias marcas * Missais dos fiéis e do altar, terços, medalhas, estampas, etc. de importação directa das principais fábricas nacionais ou estrangeiras * Velas de cera, litúrgicas e de outras qualidades para procissões * Dos livros de carácter mais religioso destaca-se Os GRANDES FENÓMENOS DA COVA DA IRIA, e a HISTÓRIA da PRIMEIRA IMAGEM de NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (factos inéditos), por Gilberto dos Santos. * Peça o nosso catálogo ilustrado n.º 5 que será enviado gratuitamente.

No próprio interesse de V. Ex.a não deixe de fazer uma visita à nossa casa.

Tudo o que o espírito português produziu de melhor nos domínios:

do PENSAR

Rua Garrett, 100
LISBOA

do IMAGINAR

Peça o plano da colecção

e do SENTIR

Apresenta a colecção **„CLÁSSICOS SÁ DA COSTA„**

Edições dos melhores autores portugueses e alguns estrangeiros, organizadas, anotadas e prefaciadas pelos melhores especialistas contemporâneos.

LIVRARIA SÁ COSTA (EDITORES)

É NA **Casa Avé Maria**

Rua da Prata, 75 — LISBOA

Telef. 26127

que V. Ex.ª encontra, a preços módicos, um bom sortido de todos os

ARTIGOS RELIGIOSOS

Antiga Fábrica de Velas

de

Alfredo Cadete Pereira

Alcanena — Monsanto

Velas de cera Litúrgicas e de promessa

=

Preços especiais para os Rev.dos Padres e Irmandades



ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O Órgão aprovado pelo VATICANO

Demonstrações:

CASA RUVINA

Rua Formosa, 173 — PORTO

IMAGENS, MISSAIS, PARAMENTOS, LIVROS RELIGIOSOS E todos os artigos para o culto

Livraria Católica

Fundada em 1866

Sousa Tavares, L.da

220, Rua Augusta, 222

Telef. 27757

L I S B O A

QUER SABER O QUE AINDA NÃO ESTAVA REVELADO A RESPEITO DOS GRANDES MILAGRES DE FÁTIMA?

LEIA **«Os Grandes Fenómenos da Cova da Iria»**

e a História da Primeira Imagem

escrito por testemunha ocular

Livro inédito, com 192 pág. de 0,23x0,16 em papel couché — 22 gravuras — capa alusiva à Aparição

EM APÊNDICE:—Declarações testemunhais — Carta aos descrentes e Uma Carta

Cada exp. 25$00

à venda nas principais livrarias

Um livro (histórico) que todo o português deve possuir.



CASA TECLA, L.DA

Máquinas de Escrever, Somar e Calcular
«OLYMPIA» «ALPINA»
MODELOS PORTÁTEIS E COMERCIAIS
Máquinas novas e usadas, com facilidades de pagamento
Reparações em todos os modelos de máquinas
ALUGUER DE MÁQUINAS USADAS

Fitas, Papel químico, Tintas, etc. — Ensino de escrita à máquina
14, Largo de Santa Bárbara, 14 — LISBOA — Telefs. 59613-53683

Colecção «Sentir com a Igreja»

1. **A Sagrada Virgindade.** Encíclica de Pio XII. Prefácio do Ex.mo Senhor Cónego António de Figueiredo Sarmento. Tradução, títulos e numeração do Padre José da Felicidade Alves. 2.ª edição, 70 páginas, 3$50
2. **A Conceição Imaculada da Virgem Maria Mãe de Deus.** (Bula de Pio IX, Encíclicas de Pio X e Pio XII). Tradução, numeração e títulos, introducão teológica geral e especial a cada um dos documentos pelo Padre José da Felicidade Alves, Prof. de Teologia e Patrologia do Seminário dos Olivais. Volume de 114 páginas, 5$00
3. **O Ensino da Doutrina Cristã.** Prefácio de Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor Núncio Apostólico. Contém este volume: a Enc. «Acerbo nimis» de Pio X (15-4-1905); Decreto «Provido sane consilio» (12-1-1935); alguns textos do Concílio de Trento e cânones do Código de Direito Canónico. Os documentos estão traduzidos em português, dotados de títulos e comentários. 80 pág. 4$00

Para Seminários, Congregações Religiosas, Paróquias, Colégios, Núcleos da Acção Católica e outras Associações católicas, faz-se desconto de 20 % em encomendas de 50 ou mais exemplares.

Pedidos a:

Centro Paroquial da Igreja de S. Paulo de Lisboa

A COROA DE OURO

CASA DAS FLORES, L.da

Rua do Crucifixo, 94-96 98
Esquina da Rua do Vitória, 104-106-108
TELEFONE 20 100

SANTEIRO DECORADOR COM OFICINA PRÓPRIA

Restauro em imagens antigas e modernas,
As mais perfeitas imagens em talha de madeira massa e terracota
Flores artificiais em todas as qualidades e para todos os fins

TUDO O QUE PERTENCE A ARTE SACRA

Orivesaria

ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte,
conhecido no País
e estrangeiro

As mais especializadas oficinas
para a esmerada confecção
de todos os objectos
do culto católico

Rua das Flores, 191-211—Porto

Rua Garrett (Chiado,) 50-Lisboa

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5 B. Baixa - CARDIGOS

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do continente, ilhas e Províncias Ultramarinas

Premiada em 7 exposições
4 estrangeiras e 3 nacionais

MISSAL ROMANO

Em virtude de pedidos insistentes de pessoas amigas, resolveu a Casa Nun'Alvares criar um novo tipo de encadernação em percalina, de maior valor que aquela que temos apresentado.

O preço do Missal com esta encadernação será de 40$00. Manteremos porém o preço de 37$50 com a encadernação habitual.

PEQUENO MISSAL

Do mesmo modo, passa a haver um novo tipo de encadernação em percalina ao preço de 20$00, mantendo-se porém o tipo de encadernação de 18$00.

Mantêm-se os outros tipos de encadernação em pele e em chagrim, aos mesmos preços.

Depositária:

CASA NUN'ALVARES

GOUVEIA — Portugal

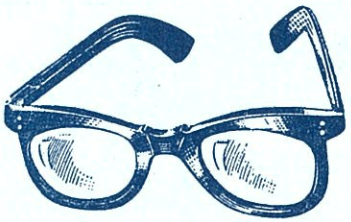
DEFENDA A SUA VISTA

Usando Lentes e Armações de 1.ª qualidade

◆

Casa especializada na execução de receitas médicas

◆



◆

Óculos * Estojos
Lupas * Binóculos
Termómetros
Barómetros * etc.

◆

OPTICAL, L.DA

Rua Eugénio dos Santos, 30-2.º LISBOA — Telef. 367762

Concedemos os maiores descontos

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13—LISBOA

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.A, L.DA

A casa mais antiga do País no seu género

(Fundada em 1832)

Rua da Vitória, 82-88—Rua do Ouro, 166-170

Lustres — Lanternas — Placas — Castiçais — Lâmpadas—Suspensões—Banheiras—Caldeiras — Esquentadores — Fogões de cozinha

INSTALAÇÕES

SANITÁRIAS ◆ CASAS DE BANHO ◆ PÁRA-RÁIOS ◆ AQUECIMENTO CENTRAL ◆ ASCENSORES ◆ VENTILAÇÃO ◆ ELÉCTRICAS ◆ CONTRA INCÊNDIOS ◆ TELEFONES

TODOS OS TRABALHOS EM LATÃO E FERRO FORJADO

C. Santos

LANIFÍCIOS

Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero.
Seminaristas, Colegiais, etc.

Qualidades para todos os preços—Exclusivos
Secção de cachecois e lanifícios de côr

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ



Se não vê...

Se não vê bem será bom consultar um especialista. Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

ALTA qualidade a baixos PREÇOS

HOROPTICA, LDA

OCULISTA

RUA DE SANTA JUSTA, 27 — LISBOA

SOCIEDADE DE TAPEÇARIAS, LIMITADA

ESTOFADORES E DECORADORES

Rua Augusta, 126-130— Telel. 26669

Casa especializada em estofos e decorações, com oficinas próprias e estoques próprios, os mais completos e variados e aos melhores preços do mercado

SEDAS, DAMASCOS E BROCADOS PRÓPRIOS PARA DECORAÇÕES DE IGREJAS

As mais modernas criações dos industriais nacionais e estrangeiros

Agradece desde já a Vossa muito estimada visita



ENCONTRA-SE À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

EM BUSCA DO AMOR PERDIDO

Trilogia de *Francisco Costa*

Obra sem par no romance moderno português

I Acorde imperfeito
II – Nocturno agitado
III Cântico em tom maior

Preço de cada volume — 30$00

LIVRARIA BERTRAND

NA CATEQUESE

NA ESCOLA

EM SUA CASA

Aparelhos de Cinema e Projecção fixa



Filmes culturais,

e recreativos

Diapositivos e religiosos

CONSULTE SEMPRE

Pathé-Baby Portugal, L.da

LISBOA — Rua S. Nicolau, 22 No — PORTO — Rua Santa Catarina, 315

Ourivesaria e Relojoaria

CORREIA

Relógios das melhores marcas, sempre garantidos
e com toda a assistência

Jóias, ouro e pratas antigas e modernas

245 Rua Áurea 247 — LISBOA

Lanifícios pretos, meias de algodão, lã e nylon



**Concedem-se facilidades de pagamento
sem aumento de preço**

BUSH

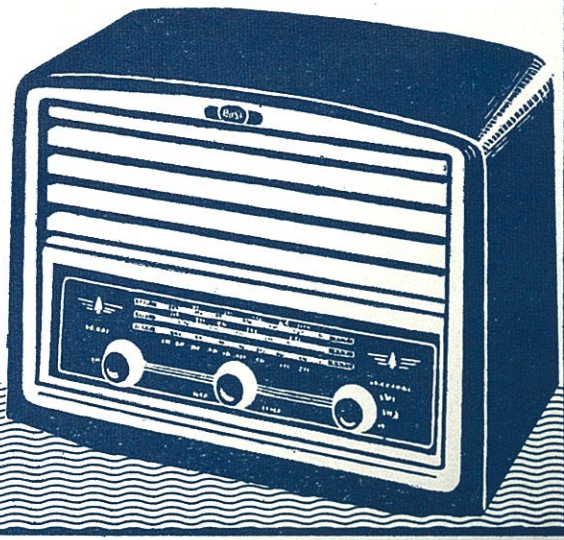
O novo modelo popular EBS. 50 para corrente alterna e EU. 50 para todas as correntes, com antena Ferrit, a par de uma apresentação agradável, reune todas as qualidades que tornaram famosos os rádios BUSH.

Esc. 1.890$00

REPRESENTANTES NO CONTINENTE E ILHAS:

UTE

Rua Alexandre Herculano, 5, 1.º
Telefone 5 32 63 — LISBOA



8 EXCELENTES MODELOS AO SEU DISPOR

UMA MARCA DE CONFIANÇA

ANO XIV NÚMERO ESPECIAL JUNHO-JULHO 1956

O SEMINÁRIO DOS OLIVAIS — Cónego José Amaro Teixeira 7

A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DO MISTÉRIO PASCAL — P. José Ferreira 33

COMUNISMO E CRISTIANISMO — P. José Honorato G. Rosa 54

SONDAGEM À ASSISTÊNCIA À MISSA DOMINICAL NO PATRIARCADO DE LISBOA — P. Manuel Franco Falcão 68

PROGRESSO DOGMÁTICO E REVELAÇÃO — Dr. João A. de Sousa 86

A RESERVAÇÃO DOS PECADOS — Dr. Manuel Alves Lourenço ... 98

OS INSTITUTOS SECULARES NA ESPIRITUALIDADE DO CLERO DIOCESANO — Filipe Rocha 132

A RESTAURAÇÃO LITÚRGICA DA SEMANA SANTA — Fernando Micael 142

POEMAS — Fernando Melro e A. Leitão 158

LIVROS NOVOS 163

REVISTA DOS ALUNOS
DO SEMINÁRIO DE
CRISTO - REI «OLIVAIS»